

Cultura e **MIGRAÇÕES**

TRAÇOS DE UMA VIDA BEM VIVIDA



HOMENAGEM À PROFESSORA VANIA BEATRIZ MERLOTTI HERÉDIA

Evaldo A. Kuiava | Idalgo J. Sangalli

(Orgs.)

Cultura e
MIGRAÇÕES

TRAÇOS DE UMA VIDA BEM VIVIDA

Fundação Universidade de Caxias do Sul

Presidente:
Dom José Gislon

Universidade de Caxias do Sul

Reitor:
Gelson Leonardo Rech

Vice-Reitor:
Asdrubal Falavigna

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:
Everaldo Cescon

Pró-Reitora de Graduação:
Terciane Ângela Luchese

*Pró-Reitora de Inovação e
Desenvolvimento Tecnológico:*
Neide Pessin

Chefe de Gabinete:
Givanildo Garlet

Coordenadora da EDUCS:
Simone Côrte Real Barbieri

Conselho Editorial da EDUCS

André Felipe Streck
Alexandre Cortez Fernandes
Cleide Calgaro – Presidente do Conselho
Everaldo Cescon
Flávia Brocchetto Ramos
Francisco Catelli
Gelson Leonardo Rech
Karen Mello de Mattos Margutti
Márcio Miranda Alves
Simone Côrte Real Barbieri – Secretária
Suzana Maria de Conto
Terciane Ângela Luchese

Comitê Editorial

Alberto Barausse
Università degli Studi del Molise/Itália

Alejandro González-Varas Ibáñez
Universidad de Zaragoza/Espanha

Alexandra Aragão
Universidade de Coimbra/Portugal

Joaquim Pintassilgo
Universidade de Lisboa/Portugal

Jorge Isaac Torres Manrique
*Escuela Interdisciplinar de Derechos
Fundamentales Praeeminentia Iustitia/
Peru*

Juan Emmerich
*Universidad Nacional de La Plata/
Argentina*

Ludmilson Abritta Mendes
Universidade Federal de Sergipe/Brasil

Margarita Sgró
*Universidad Nacional del Centro/
Argentina*

Nathália Cristine Vieceli
Chalmers University of Technology/Suécia

Tristan McCowan
University of London/Inglaterra





Cultura e **MIGRAÇÕES**

TRAÇOS DE UMA VIDA BEM VIVIDA



HOMENAGEM À PROFESSORA VANIA BEATRIZ MERLOTTI HERÉDIA

Evaldo A. Kuiava | Idalgo J. Sangalli

(Orgs.)

© dos organizadores

1ª edição: 2025

Preparação de texto: Giovana Letícia Reolon e Roberta Regina Saldanha

Leitura de prova: Helena Vitória Klein

Editoração: Igor Rodrigues de Almeida

Capa: Anthony Beaux Tessari

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade de Caxias do Sul

UCS – BICE – Processamento Técnico

C968 Cultura e migrações [recurso eletrônico] : traços de uma vida bem vivida / organizadores Evaldo Antônio Kuiava, Idalgo José Sangalli. – Caxias do Sul : Educs, 2025.

Dados eletrônicos (1 arquivo).

Homenagem à professora Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Apresenta bibliografia.

Vários autores.

Modo de acesso: World Wide Web.

DOI 10.18226/9786558074946

ISBN 978-65-5807-494-6

1. Emigração e imigração. 2. Ensaaios. 3. Sociologia. 4. Filosofia. 5. História. I. Kuiava, Evaldo Antônio. II. Sangalli, Idalgo José.

CDU 2. ed.: 325.54

Índice para o catálogo sistemático

1. Emigração e imigração	325.54
2. Ensaaios	82-4
3. Sociologia	316
4. Filosofia	1
5. História	94

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Carolina Machado Quadros – CRB 10/2236

Direitos reservados a:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

Sumário

Apresentação / 7

Evaldo Antonio Kuiava

Idalgo José Sangalli

La formación de mano de obra en Montevideo: entre el taller artesanal y la escuela de artes y oficios 1870-1915 / 17

Alcides Beretta Curi

Por uma história da vitivinicultura na Região de Colonização Italiana da Serra Gaúcha / 37

Antonio de Ruggiero

Aprile 1858: l'ammutinamento della fregata *Liguria*: un caso di emigrazione mancata dal regno di Sardegna al Brasile / 60

Chiara Vangelista

Tudo que é precioso é tão difícil quanto raro / 86

Delcio Antônio Agliardi

150 anni di migrazione italiana in Brasile: teorie, cause e ruolo della trasmissione dei saperi / 99

Donatella Strangio

Calcio, identità e storie nazionali tra Italia e Brasile / 125

Emilio Franzina

Ética, multiculturalismo e imigração / 155

Evaldo Antonio Kuiava

Traços do divino nas estradas humanas / 195

Everaldo Cescon

Gelson Leonardo Rech

Le riduzioni fra i guaraní e il moderno Paraguay / 205

Gianpaolo Romanato

**Alessandro Rossi (1819-1898) e la prima
industrializzazione italiana / 217**

Giovanni Luigi Fontana

A questão da vida boa e bem vivida / 240

Idalgo José Sangalli

**Trabalho como honra e virtude: a imigração italiana
no Sul do Brasil / 264**

Maria Catarina Chitolina Zanini

**Deslocamentos, comércio de rua, conflitos e
configurações familiares entre imigrantes senegaleses
no Sul do Brasil / 278**

Maria Clara Mocellin

**Dinâmicas migratórias internacionais contemporâneas
em Caxias do Sul / 297**

Maria do Carmo dos Santos Gonçalves

Envelhecer, um direito! / 322

Marisa Virgínia Formolo Dalla Vecchia

Educação: um processo de itinerância e transformação / 345

Paulo César Nodari

**O tema da imigração italiana e a área de história da
UCS: uma breve retrospectiva / 362**

Roberto Radünz

Apresentação

A obra *Cultura e migrações: traços de uma vida bem vivida* é uma homenagem à nossa ex-colega, amiga, pesquisadora e professora Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia, por ocasião de seus 73 anos de idade, e em reconhecimento aos mais de 50 anos dedicados à docência e à pesquisa em diversas instituições de ensino superior, sendo 45 anos na Universidade de Caxias do Sul. Trata-se de um tributo à sua contribuição inestimável para o ensino, a pesquisa, a extensão e a formação cultural, em suas atividades na Universidade de Caxias do Sul, na região, no Brasil e no exterior (particularmente com instituições e parceiros de pesquisa junto a italianos e latino-americanos).

As contribuições de colegas universitários reunidas nesta *Festschrift* são uma homenagem à professora Vania Herédia pela sua marcante e bela trajetória. Sua atuação como docente e pesquisadora abrangeu temas centrais da sociologia, da história e da filosofia, articulados em linhas de investigação que dialogam entre si: cultura e desenvolvimento econômico, saúde e políticas públicas, migração, trabalho e políticas sociais, novas tecnologias e processos de trabalho, estudos do envelhecimento, além de pesquisas ambientais, como o impacto do arroio Marrecas.

O alcance de suas pesquisas e publicações traduz-se em verdadeiro exemplo epistemológico, sustentado por programas desenvolvidos em estreita colaboração com parceiros do meio acadêmico, tanto no Brasil como no exterior. Esse mesmo espírito colaborativo marcou sua intensa atividade de orientação e de gestão acadêmica, exercida em universidades, núcleos de pesquisa e instituições culturais vinculadas às comunidades brasileira e ítalo-brasileira.

Ao longo de cinco décadas, a professora Vania Herédia construiu uma carreira marcada pela excelência acadêmica e pelo compromisso com a produção de conhecimento. Sua contribuição para o ensino, a pesquisa e a extensão, reconhecida em âmbito nacional e internacional, deixou marcas

duradouras na Universidade de Caxias do Sul e em toda a região.

Sua formação acadêmica reflete uma sólida base interdisciplinar. Iniciou com licenciaturas em Filosofia, Estudos Sociais e Ciências Sociais, concluídas nas décadas de 1970 e 1980. Em 1978, obteve o mestrado em Filosofia e, em 1992, o doutorado em História das Américas pela Università degli Studi di Genova (IT). O percurso se ampliou com dois estágios de pós-doutorado que consolidaram ainda mais sua atuação como pesquisadora: em História Econômica, na Università degli Studi di Padova (2003), e em Antropologia, no Museu Nacional da UFRJ (2013), este com bolsa de pesquisa do CNPq.

Como docente, lecionou na UCS de 1977 a 2022, atuando em cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). Sua atuação se estendeu para além da UCS, incluindo a pós-graduação em História e Turismo e Hospitalidade e o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) da UFRJ, em 2024. Ela também foi professora visitante na Università degli Studi di Padova (2013-2015).

Além de sua atuação acadêmica direta, a professora Vania Herédia possui um vasto histórico de afiliações e colaborações em instituições importantes: a) Sociedade Acadêmica: sócia correspondente da América Latina na Academia Olimpica di Vicenza, membro da Associazione Italiana per il Patrimonio Archeologico Industriale da Itália, integrante do Instituto Histórico de São Leopoldo (2006) e do Instituto Histórico Geográfico do RS (2019); b) Gestão e Liderança: membro e presidente do Departamento de Gerontologia da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (2013-2016 e 2018-2021) e coordenadora de Núcleos de Pesquisa no CNPq, como os de Estudos do Envelhecimento (1993-2022) e Estudos Migratórios (1993-2024).

Sua produtividade intelectual é notável, com mais de 70 artigos, 35 livros e 104 capítulos publicados, muitos em

coautoria com pesquisadores de outras instituições. Suas pesquisas abrangem uma variedade de temas, com destaque para a história das migrações (especialmente a italiana), história de empresas e história da indústria.

A professora também contribuiu ativamente em bancas de avaliação de mestrado e doutorado, comissões de seleção e como palestrante em diversas instituições nacionais e internacionais. O resultado de uma vida profissional construída com competência, responsabilidade e paixão pela busca do saber é evidente nas premiações e títulos honoríficos que recebeu.

Quem estudou ou pesquisou com a professora Vania Herédia sabe de sua sólida formação nos clássicos da filosofia, da educação e da sociologia. Ela também se aprofundou em temas contemporâneos como turismo, hospitalidade, imigração e envelhecimento humano, áreas que marcaram sua trajetória como docente e pesquisadora.

Graças à sua formação filosófica, sempre demonstrou a capacidade de questionar, identificar e interpretar o passado e o presente com um pensamento crítico aguçado. Essa característica é evidente desde seus primeiros trabalhos, como o livro *O mito do padre entre os descendentes de imigrantes italianos*, publicado em 1979.

Herdeira de uma formação universitária de alta qualidade e com um verdadeiro espírito acadêmico-científico, suas pesquisas e publicações exploraram uma variedade de temas cruciais. Ela se dedicou à história da imigração ítalo-brasileira e seus fatores culturais, ao mercado de trabalho e mão de obra no desenvolvimento da Região Sul do Brasil e aos desafios e perspectivas das migrações de diversas etnias nas últimas décadas. Com a sensibilidade de uma filósofa-socióloga, a professora Vania Herédia também se debruçou sobre a desafiadora questão do envelhecimento humano e a vida dos idosos em uma sociedade cada vez mais digital e tecnológica.

Seu compromisso com as ciências humanas e a pesquisa acadêmica, conduzida com honestidade intelectual e

rigor científico, gerou frutos de grande relevância e impacto social e cultural, que ultrapassam o ambiente acadêmico. Um exemplo notável é sua contribuição para o conhecimento e o resgate da cultura italiana, assim como para a compreensão das complexidades das imigrações, tanto do passado quanto do presente. Esse legado demonstra o quanto pesquisadores e comunidades de descendentes italianos e de outras nacionalidades, que moldaram o sul do Brasil, em especial a Serra Gaúcha, são devedores da competente e apaixonada vida profissional da professora Vania. Suas publicações, muitas delas em parceria com outros pesquisadores renomados, são referência obrigatória para futuros estudiosos no Brasil e no exterior.

Por toda essa trajetória como docente, pesquisadora e autora, a professora Vania Herédia é homenageada com a obra *Cultura e migrações: traços de uma vida bem vivida*. Embora existam inúmeras formas de prestar uma homenagem, alguns de seus amigos e colegas decidiram contribuir com um texto para este livro. Com um total de dezessete capítulos, escritos por autores brasileiros e estrangeiros, a obra é um testemunho do quanto ela é estimada e reconhecida por seu importante e belo trabalho intelectual.

Os textos reunidos nesta *Festschrift* estão apresentados em ordem alfabética, conforme o nome de seus autores. Cada capítulo aborda um tema específico, escolhido livremente pelos colaboradores, mas sempre em diálogo com o título geral da obra. O conjunto reflete a diversidade de perspectivas e a amplitude de áreas de pesquisa que dialogam com a trajetória da professora Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Alcides Beretta Curi (Universidad de la República – Uruguai), em “La formación de mano de obra en Montevideo: entre el taller artesanal y la Escuela de Artes y Oficios 1870-1915”, revisita uma linha de investigação pessoal de longa duração. O texto concentra-se no caso uruguaio, analisando os espaços de oficinas e artesãos, sem desconsiderar o início da industrialização. A abordagem, ainda que concisa, integra-se a uma vasta bibliografia

latino-americana sobre o tema, oferecendo um estudo de referência para a história do trabalho na região.

Antonio de Ruggiero (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Brasil) contribui com o capítulo “Por uma história da vitivinicultura na Região de Colonização Italiana da Serra Gaúcha”. A análise insere-se no quadro dos processos socioeconômicos da colonização italiana, destacando a modernização gradual da vitivinicultura desde a chegada dos imigrantes até sua consolidação na Velha República. O autor dialoga com as pesquisas de Vania Herédia, que enfatizaram tanto o papel do cooperativismo na defesa do pequeno produtor como o valor identitário e cultural da produção vinícola para as comunidades de origem italiana.

Chiara Vangelista (Università degli Studi di Genova – Itália), no capítulo “Aprile 1858: l’ammutinamento della fregata Liguria. Un caso di emigrazione mancata dal Regno di Sardegna al Brasile”, aborda a fracassada tentativa de travessia da fragata Liguria, que partiu de Gênova em direção ao Brasil em 1858, mas sem deixar o Mediterrâneo devido às dificuldades de navegação, pois os ventos foram adversos, a comida já havia acabado, ou estragado, e doenças haviam atingido os passageiros, causando mortes. Finalmente, desembarcaram em Marselha e, após receberem assistência essencial, os passageiros organizaram um motim e exigiram o retorno para o porto de Gênova. O estudo esclarece as relações de contrato e interesse entre as autoridades ítalo-brasileiras, mostrando as tensões sociais e humanas ligadas aos projetos de imigração e colonização daquele período.

Delcio Antônio Agliardi (Universidade de Caxias do Sul – Brasil) apresenta o texto “Tudo que é precioso é tão difícil quanto raro”. Sua contribuição assume o caráter de memória e reflexão, fruto da convivência acadêmica e pessoal com a professora Vania. O autor entrelaça narrativas, entrevistas e experiências de pesquisa para destacar o legado filosófico, sociológico e histórico que marcou a tra-

jetória da homenageada, ressaltando sua postura intelectual de reconhecimento e valorização dos saberes.

Donatella Strangio (Sapienza Università di Roma – Itália), em “150 anni di migrazione italiana in Brasile. Teorie, cause e ruolo della trasmissione dei saperi”, analisa as causas e teorias explicativas do fluxo migratório italiano para o Brasil. O capítulo examina os fatores socioeconômicos, políticos e culturais que impulsionaram milhões de italianos a emigrar, articulando a história das motivações de saída com as políticas de acolhimento no Brasil.

Emilio Franzina (Università degli Studi di Verona – Itália) contribui com “Calcio, identità e storie nazionali tra Italia e Brasile”. A reflexão conecta literatura, esporte e identidade, com destaque para figuras como Giuseppe Ungaretti e para a presença de brasileiros na cena esportiva italiana. O estudo amplia os horizontes da história das migrações ao explorar como práticas culturais, como o futebol, também constituem espaços de memória e identidade entre Itália e Brasil.

Evaldo Antonio Kuiava (Universidade de Caxias do Sul – Brasil) contribui com o capítulo “Ética, multiculturalismo e imigração”. A reflexão parte do caráter histórico da imigração, ressaltando sua centralidade nos debates éticos contemporâneos. O texto discute os dilemas morais que emergem da convivência de culturas diversas em um mesmo território, apontando para a necessidade de políticas de acolhimento que unam justiça, integração e respeito à diversidade, em um mundo globalizado e permeado por fluxos migratórios intensos.

Everaldo Cescon e Gelson L. Rech (Universidade de Caxias do Sul – Brasil), em “Traços do divino nas estradas humanas”, exploram a dimensão espiritual da experiência humana. O texto reflete sobre a necessidade ancestral de construir espaços de recolhimento e oração, desde templos antigos até basílicas e catedrais cristãs, ressaltando como tais arquiteturas exprimem a busca por transcendência e sentido no caminho da humanidade.

Gianpaolo Romanato (Università degli Studi di Padova – Itália) dedica-se, em “Le riduzioni fra i Guarani e il moderno Paraguay”, ao estudo das missões jesuíticas no Paraguai. O autor mostra como essas experiências, já no século XVIII, despertaram o interesse de filósofos iluministas europeus, que as viam como um modelo alternativo de cristianismo e organização social. O texto recupera o impacto dessas narrativas na cultura europeia e o significado histórico das reduções guaranis.

Giovanni Luigi Fontana (Università degli Studi di Padova – Itália), no capítulo “Alessandro Rossi (1819-1898) e la prima industrializzazione italiana”, apresenta a trajetória do empresário Alessandro Rossi, líder da industrialização italiana no século XIX. O texto reconstrói sua vida e obra, ressaltando os vínculos entre sua atuação empresarial e os fluxos migratórios para o Brasil, inclusive a fundação da comunidade de Galópolis, fruto da experiência industrial de Schio.

Idalgo José Sangalli (Universidade de Caxias do Sul – Brasil) contribui com “A questão da vida boa e bem vivida”. O capítulo distingue entre vida boa, associada a condições materiais, e vida bem vivida, vinculada ao propósito e realização pessoal na busca da vida feliz. Fazendo uma breve comparação com outras abordagens científicas, uma reflexão crítica aborda abordagens superficiais de autoajuda e uma análise filosófico-sociológica mais densa sobre o sentido ético do viver bem, em diálogo com o contexto contemporâneo.

Maria Catarina Chitolina Zanini (Universidade Federal de Santa Maria – Brasil) escreve o capítulo “Trabalho como honra e virtude: a imigração italiana no sul do Brasil”. A análise insere o fenômeno migratório italiano no contexto das transformações do mundo do trabalho na Europa e no Brasil entre os séculos XIX e XX, destacando tensões sociais e contradições que impulsionaram famílias a buscar novos destinos na América.

Maria Clara Mocellin (Universidade Federal de Santa Maria – Brasil), em “Deslocamentos, comércio de rua, confli-

tos e configurações familiares entre imigrantes senegaleses no sul do Brasil”, aborda a migração contemporânea de senegaleses. O capítulo destaca os deslocamentos desde a África até a América do Sul, com foco no Brasil a partir de 2012, explorando as práticas de comércio, os conflitos e as novas formas de organização familiar em contextos urbanos.

Maria do Carmo dos Santos Gonçalves (Associação Educadora São Carlos da Congregação das Irmãs Scalabrinianas – Brasil), em “Dinâmicas migratórias internacionais contemporâneas em Caxias do Sul”, apresenta um panorama das migrações internas e internacionais que transformaram a cidade nas primeiras décadas do século XXI. O texto dialoga diretamente com os estudos de Vania Herédia, mostrando a relevância de suas contribuições para compreender os fluxos migratórios mais recentes.

Marisa Virgínia Formolo Dalla Vecchia (professora e ex-deputada do RS – Brasil) escreve o capítulo “Envelhecer, um direito!”. A reflexão aborda o envelhecimento como condição inerente à vida humana e como direito que deve ser garantido pelas políticas públicas. A autora entrelaça reflexões pessoais, inspiradas em sua amizade com Vania Herédia, com referências filosóficas, como o saber envelhecer de Cícero, para refletir sobre os desafios da velhice em sociedades contemporâneas.

Paulo César Nodari (Universidade Católica de Brasília – Brasil), em “Educação: um processo de itinerância e transformação!”, presta uma homenagem concisa e precisa à trajetória da professora Vania. O texto revisita temas centrais de sua pesquisa – imigração italiana, fatores culturais do desenvolvimento regional, transformações no mercado de trabalho, envelhecimento humano – e ressalta sua relevância como docente e pesquisadora que marcou profundamente os estudos sobre migrações e mobilidade social no Brasil.

Roberto Radünz (Universidade de Caxias do Sul – Brasil) encerra a coletânea com o capítulo “O tema da imigração

italiana e a área de História da UCS: uma breve retrospectiva”. Esse texto propõe uma visão panorâmica dos espaços de encontro entre pesquisadores nacionais e internacionais, responsáveis por atualizar os debates sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul. Também se destaca o papel do Programa de Pós-Graduação em História da UCS e a contribuição singular da Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia. Uma retrospectiva dos eventos promovidos pela instituição desde 1975 recorda a relevância dos cinco Simpósios Internacionais da Imigração Italiana no sul do Brasil e dos doze Fóruns de Estudos Ítalo-Brasileiros.

O conjunto de capítulos reunidos nesta *Festschrift* revela a riqueza de perspectivas que convergem em torno da trajetória intelectual da professora Vania Beatriz Merlotti Herédia. Cada autor, a partir de seu campo de pesquisa, de suas memórias pessoais ou de seu diálogo acadêmico com a homenageada, oferece um olhar singular que, somado aos demais, compõe um mosaico de reconhecimentos e de ideias.

Essa pluralidade reflete, de certo modo, a própria marca da professora Vania: a capacidade de articular diferentes áreas do saber, de promover encontros entre disciplinas e de construir pontes entre culturas e instituições. Os temas aqui tratados, que vão da história das migrações italianas e contemporâneas, como a senegalesa, às reflexões éticas sobre multiculturalismo, do envelhecimento humano às práticas culturais e religiosas, do trabalho artesanal e industrial às questões de identidade, evidenciam a amplitude e a atualidade de sua obra.

Mais do que uma coletânea de textos, esta publicação testemunha o impacto de uma vida acadêmica dedicada com rigor e paixão à pesquisa, ao ensino e à extensão. Ao reunir vozes de colegas brasileiros e estrangeiros, a obra *Cultura e migrações: traços de uma vida bem vivida* torna-se, ao mesmo tempo, memória e celebração: memória de um percurso construído com compromisso e generosidade, e celebração de uma vida que segue inspirando novas gerações de estudantes e pesquisadores.

Este livro é o testemunho de que uma vida dedicada ao saber e à cultura permanece como legado vivo, iluminando caminhos para as gerações que virão. A trajetória da professora Vania Herédia recorda que o conhecimento, quando cultivado com rigor e generosidade, transforma-se em herança imaterial capaz de atravessar tempos e fronteiras. Celebrar sua vida e sua obra é reafirmar que o verdadeiro sentido da academia está no compromisso de formar, pesquisar e cuidar da humanidade em toda a sua diversidade.

*Evaldo Antonio Kuiava
Idalgo José Sangalli*

La formación de mano de obra en Montevideo: entre el taller artesanal y la escuela de artes y oficios 1870-1915

Alcides Beretta Curi¹

La exposición que se desarrolla a continuación es una revisión actualizada de una línea de investigación personal de larga data. Necesariamente, ha contextualizado con una extensa bibliografía que recorre los espacios de talleres y artesanos – sin eludir los inicios de la industria – en la historia de la América Latina. La brevedad del texto no permite ese diálogo y se remite estrictamente al caso uruguayo. Esta advertencia preliminar, permite ingresar directamente al tema.

La primera modernización en Uruguay, como en la mayoría de los países latinoamericanos, se llevó adelante mediante dictaduras cívico-militares (gobiernos del coronel Lorenzo Latorre y el general Máximo Santos, 1875-1886) y gobiernos de civilismo oligárquico (1886-1903). Este proceso modernizador culminaría con los gobiernos de José Batlle y Ordoñez (1903-1907; 1911-1915), en que se sentaron las bases de la democracia política y de una legislación social avanzada. En este período el país recibió importantes flujos migratorios, principalmente europeos, que aportaron mano de obra cualificada para las actividades productivas urbanas y agrarias; adoptó una política económica de corte proteccionista que permitió el desarrollo de un sector artesano-industrial con destino a un mercado interno en expansión; modernizó la producción ganadera y la agricultura. Simultáneamente se abordó la educación, con dos instancias principales: la educación escolar y la reforma universitaria.

¹ Profesor e investigador de la Universidad de la República (URU).
E-mail: alcides.berettacuri@gmail.com

Atendiendo al tema central de este estudio – la formación de mano de obra –, se observa que el período fue atravesado por diversas tensiones y conflictos. La emergencia de una fracción burguesa liderando el desarrollo de la industria, redundó en un creciente enfrentamiento con los artesanos y talleristas, que se reflejó en las primeras organizaciones gremiales (Liga Industrial, Unión Industrial Uruguaya).

La creación de una Escuela de Artes y Oficios (EAYO) fue iniciativa de los gobiernos militares (1875-1886), que le brindaron un local propio, contrataron maestros europeos para los talleres, invirtieron en un moderno equipamiento y dotaron de crecientes recursos a la institución en el presupuesto estatal. El retorno a los gobiernos civiles (1886) se tradujo en un paulatino abandono y desinterés en la institución, resultado de las distintas visiones y los encontrados intereses políticos y empresariales, hasta que en 1915, el Estado definió con claridad su concepción respecto a la formación de mano de obra. En este trayecto histórico, emergió y se profundizó una confrontación entre la EAYO y los artesanos e industriales, en cuanto el Estado privilegió a la institución de enseñanza como productora de insumos para el ejército y las distintas dependencias del Estado, lesionando intereses privados. Finalmente, la investigación constata que la escuela no desplazó al taller como espacio de formación de mano de obra.

El impacto de la inmigración europea

En el último cuarto del siglo XIX, varios países de América Latina encontraron condiciones favorables para la instalación y desarrollo de talleres y medianas empresas industriales. En este desarrollo, correspondió a la inmigración europea un rol protagónico, tanto en Brasil, Chile y Argentina, como en Uruguay. De una muy extensa bibliografía, referencio a los historiadores Vania Herédia – para la región colonial en Rio Grande do Sul – y Baldomero Estrada – para Valparaíso, Chile – por los procesos un tanto similares con el Uruguay de entonces.

Montevideo fue una de las pocas ciudades coloniales con un débil desarrollo del artesanado. Luego de la independencia, las corrientes migratorias europeas hacia el Plata aportaron artesanos en los rubros más diversos. A partir de la ley de aduana de 1875, se profundizó una legislación proteccionista, que se fortaleció en la década de 1880. En el período abordado, este proceso culminó con la ley de 1912 – y su posterior reglamentación –, que extendió y diversificó las medidas, que propendieron a la instalación de talleres y unas pocas industrias (Finch, 2005). En un estudio anterior, presenté una muestra de 300 artesanos e industriales radicados en la capital del país, revelando que el 98,7% de esos individuos eran europeos y de ese universo, el 64% eran italianos, 26% españoles, 4% franceses, 3% ingleses, 2% alemanes y 1% otras nacionalidades. Es relevante constatar que, de ese universo, el 72% procedía de áreas industriales y reconocía antecedentes y experiencias adquiridas en talleres o en fábricas, y que su mentalidad y experiencias profesionales remitían a sociedades con desarrollo capitalista (Beretta Curi, A. 2001).

Los inmigrantes recorrieron distintas rutas para concretar procesos de acumulación que les permitiera disponer de un capital para la instalación de un taller. Entre los de origen español el camino de la habilitación mediante el régimen comanditario estuvo muy extendido en las distintas sociedades latinoamericanas, principalmente entre las comunidades catalana y gallega. Sin distinción entre nacionalidades, los vínculos étnicos, familiares o de amistad facilitaron alcanzar la meta mediante la asociación de pequeños capitales. Siempre, como punto de partida, el ahorro sobre el salario. Los tiempos del ahorro fueron diferentes y oscilaron entre 5 y 15 años para la mayoría. Los tiempos de esta acumulación dan cuenta de una inversión que plasmó en pequeños talleres donde dominaba la manualidad y la herramienta. Si a su vez reparamos en las edades, la mayoría alcanzó su independencia laboral antes de cumplir los 30 años y, en varios casos poco después de los 20 (Beretta Curi, A., 2014). Este universo de oportunidades les vinculó

fuertemente a la sociedad de recepción, a la cual reportaron como su “segunda patria”.

Los artesanos de Montevideo y su primera organización corporativa

En 1879, se registraron en Montevideo dos eventos fundacionales: la Liga Industrial y la Escuela de Artes y Oficios. Artesanos e industriales alcanzaron madurez como nueva clase social, constituyéndose gremialmente en la Liga Industrial (octubre de 1879). El elenco de socios daba cuenta de una mayoría de talleres, pequeñas y medianas empresas, algunas de las cuales darían origen más tarde, a establecimientos industriales con 500 a 1.000 trabajadores (textiles, frigoríficos, curtidurías, molinos harineros, calzado). Estos establecimientos estaban destinados a abastecer el mercado interno ya que, por su escala y costos de producción, no eran competitivos en el mercado externo. La Liga Industrial registró una breve existencia (1879-1888) durante la cual impulsó un programa centrado en el proteccionismo. En este objetivo incidió exitosamente sobre los poderes del Estado logrando profundizar en la legislación destinada a este fin, destacando la ley de aduanas de 1888 por los alcances de sus disposiciones y la argumentación teórica en la que se sustentó (Barrán, J. P. *et al.*, 1992). La expansión del mercado interno por el crecimiento de una población joven y el impacto de la inmigración europea, así como la dependencia de unas pocas materias primas para la exportación (lanas, cueros, tasajo y carnes enlatadas), abonaron las reflexiones y polémicas sobre el destino del país y promovieron las iniciativas legislativas que hicieron del industrialismo una causa nacional y un tema de Estado hasta mediados del siglo XX.

La historiadora Rodríguez Villamil (1978) rescata, en los dirigentes de la Liga, un cierto pragmatismo propio del “selfmade-man”. En la polémica que desataron a favor de la protección a la industria, combatieron la mentalidad liberal, el desprecio por el trabajo manual y el deslumbramiento ante los productos importados. Eran partidarios de la libre

empresa, en materia social manifestaban una tendencia igualitaria muy propia del segmento artesanal, exaltando la dignidad del hombre común y del obrero manual. Manifestaban un marcado individualismo y una confianza sostenida en el progreso. Convirtieron en dogma el ahorro y el trabajo, y en su resultado: la formación de un capital. Desde su publicación periódica, “La Liga Industrial”, colocaron como uno de los temas centrales de su programa la formación de mano de obra. Impulsaron algunas iniciativas institucionales a la vez que reclamaron una atención y compromiso desde el Estado. La amplia movilidad de algunos de estos hombres que los hizo visitantes periódicos de la ciudad de Buenos Aires, donde también estos temas estaban en debate, permitió un mayor conocimiento sobre ideas y proyectos fuera del ámbito montevideano. En este contexto fermental, los hombres de la Liga recibieron muy bien la sanción de la ley que creaba la Escuela de Artes y Oficios.

La Escuela de Artes y Oficios de Montevideo

En América Latina, a partir de la década de 1870, surgieron instituciones bajo la denominación común de “escuelas de artes y oficios”, destinadas a la contención de menores desamparados de sus familias, a los que se brindaría nociones elementales para un trabajo no especializado. Las elites dirigentes oscilaron entre el diseño de centros correccionales para adolescentes e instituciones que brindaran herramientas para el trabajo a jóvenes de familias con escasos recursos. El telón de fondo remitía a un problema social que se presentaba como un flagelo de difícil solución.

En Uruguay, el cercamiento de la propiedad rural generó la expulsión del 10% de la población radicada en el campo, con las secuelas del desempleo y el abandono infantil. El delito aparecía como una referencia y, es ilustrativo que sólo en los años 1879-1880 – año de creación de la EAYO –, la Jefatura Política y de Policía de Montevideo, informaba sobre 690 varones menores de edad que habían ingresado a la cárcel, principalmente por causales de robo. Del total de presos (3.588 hombres y 448 mujeres), los

menores enviados representaban el 19% (Memoria de la Jefatura Política y de Policía de la Capital, 1881). Si bien estos aspectos estuvieron presentes en la creación de la EAYO en Montevideo, otros factores pesaron y orientaron la institución hacia cometidos más elevados en la formación de su alumnado.

Una diferencia principal de esta institución respecto a otras similares de América Latina, radica en el historial de su inicio. La escuela se originó en los galpones de los Talleres de la Maestranza del Ejército, en el Parque Nacional, a cuyo frente se encontraba el Sargento Mayor José Sosa, a inicios de los años de 1870. En sus comienzos comprendió unas pocas unidades destinadas a satisfacer estrictamente algunas necesidades del ejército y no fue resultado de un programa que persiguiera el objetivo de aunar competencias educativas y disciplinamiento de menores. En nota a su superior, Coronel Ventura Torrens, Jefe del Estado Mayor del Ejército, el Mayor Sosa informaba que había recibido en estos talleres a algunos menores que se iniciaban en el delito y a los que se les estaba brindando una instrucción elemental en unos pocos oficios (herrería, carpintería, tala-bartería y zapatería). Esta instrucción, Sosa la cobijó bajo el rótulo “escuela de artes y oficios”, pero es necesario precisar que se trataba de un conjunto de talleres instalados en la Maestranza del ejército, y no de una institución educativa.

En menos de una década se valoró el potencial de la instrucción impartida en esta improvisada escuela de artes y oficios, y entonces la mira del gobernante apostó a objetivos mayores. La ley 1438 votada por la Asamblea General (1879) autorizó al Poder Ejecutivo a redactar un plan y reglamento de Escuela-Talleres de Artes y Oficios (Heuguerot, M. C., 2002). La institución se benefició cuando, en 1880, pasó a depender exclusivamente del Ministerio de Guerra y Marina – mejorando sustancialmente su presupuesto – y se designó al capitán Juan Belinzon – Montevideo, 1849, hijo de inmigrantes genoveses – como su Director (López Lomba, R., 1882). Belinzon contó con el respaldo pleno del general Máximo Santos – presidente de la república – para

organizar los talleres existentes en la Maestranza e incorporar otros nuevos. Para cumplir ese cometido y darle el formato de una institución educativa, solicitó el envío de Reglamentos y Programas de varias instituciones europeas y latinoamericanas, a los efectos de recoger disposiciones e ideas que resultarían aplicables a la situación uruguaya (Marfetan, R., inédito).

La nueva autoridad introdujo un cambio importante para el ingreso: serían menores – entre los 13 y 17 años –, documentarían buena conducta, y estarían tutelados por adultos responsables quienes firmarían un contrato de internado por un lapso de seis años. Teniendo en cuenta la elevada presencia de inmigrantes europeos en la capital, serían admitidos menores uruguayos y también extranjeros. Se explicitaba que el cometido institucional no sería el de un correccional sino la formación de trabajadores en oficios. Bajo la dirección de Belinzon, los talleres llegaron a 24 y su producción abasteció no sólo al ejército, sino que también atendió diversas demandas del Estado.

Posteriormente, la institución pasó a depender de la Comisión Nacional de Caridad y Beneficencia Pública y tras la crisis de 1890 vio reducidos a términos miserables los recursos recibidos. Este cuadro dramático reflejaba la disparidad de criterios respecto a la enseñanza formadora de mano de obra y los encontrados intereses que se enfrentaban en la interna de los elencos gobernantes civilistas. Durante década y media, la elite gobernante discutió el destino de la EAYO así como sus cometidos. En 1908 la institución pasó a depender del Ministerio de Industrias, Trabajo e Instrucción Pública. En el tramo final del período considerado en este estudio, la iniciativa más interesante fue la del doctor Pedro Figari quien, en 1915, asumió la dirección de la Escuela Nacional de Artes y Oficios (ENAO), con el objetivo de formar obreros artistas (Figari, 1965). Sin embargo, su fundamentada y creativa propuesta no prosperó.

El número de alumnos acompañó los avatares de la institución. Coincidiendo con el florecimiento inicial, el

ingreso de alumnos continuó creciendo: 178 adolescentes en la Maestranza del Ejército (1879), 300 en 1880, y 420 el año siguiente. En 1884, ascendían a 445 los inscriptos que se presentaron a las mesas examinadoras, razón por la que se estima que su número fue mayor. Hacia fines de la década de 1880 el número de menores allí internados disminuyó considerablemente, coincidiendo con la transferencia de la EAYO a la jurisdicción de la Comisión de Caridad. En 1889 eran 195 alumnos; en 1890 – año de la crisis económico-financiera – se elevó a 206; en 1893 estaban registrados 89 menores, eran 179 en 1895. En 1894 se modificaron los criterios para la admisión: la aceptación de menores extranjeros se eliminó y entonces se requirió únicamente la nacionalidad oriental (Comisión Nacional de Caridad y Beneficiencia Pública, 1906).

La contratación de maestros europeos

La gravitación de la inmigración europea se aprecia también en la composición del personal docente de la EAYO de Montevideo. La dirección de la escuela permaneció varios años en manos del mayor Juan Belinzon quien logró del gobierno la asignación de mejores recursos que permitieron construir un nuevo edificio de grandes dimensiones, su equipamiento moderno en mobiliario, útiles y máquinas, a la vez que procedió a la contratación de nuevo personal docente para su desempeño en aulas y talleres.

El criterio institucional para la contratación de los maestros, durante la primera década, fue la idoneidad técnica, el “saber hacer” (Heuguerot, M. C., 2002). El elenco de maestros era, en su casi totalidad, europeo. En 1881, sobre un registro parcial que incluía cincuenta profesores con rango de Director de Taller y 17 Oficiales Auxiliares, el 57% eran italianos, 28% españoles, completando el elenco franceses (10%), alemanes (3%) e ingleses (1%) y uno nacido en Uruguay (Fontan e Illas, C., 1882). Algunos contaban con antecedentes importantes en el oficio, como Goffredo Somnavilla y José Felipe Parra (dibujo y pintura), los escultores en madera Giovanni Cattaneo, Vicente Scalfi

y Antonio Molfino; Felipe Negroni (grabado en camafeos y piedras finas), el maestro “calderero” Mai Francesco. El contrato más antiguo conservado en el archivo institucional fue firmado en 1881 entre el maestro relojero César Ginaraux y el director de la EAYO, Juan Belinzon (Heuguerot, M. C., 2002). Se tienen noticias de otros contratos firmados previamente con el maestro escultor Juan Paganucci; los impresores litógrafos italianos, Angelo M. Sommaschini, Arduino Pietro y Enrico Scaramucci, el pintor al óleo y dibujante Carlo Ceronetti, el ingeniero mecánico Juan Bautista Babacci, el fotógrafo y fototipista Romolo Canecchi. Sucesivos contratos fueron completando el equipo docente hasta 1885 (Beretta Curi, A., 1996; Heuguerot, M. C., 2002). A partir de 1883, los contratos fueron más específicos, registrando las horas diarias de trabajo y detallando las funciones a realizar. Este sistema de contratos de los maestros se conservó hasta 1913, año en que se estableció un sistema de concursos para acceder a la función.

El primer profesor de Dibujo que ingresó por este sistema fue el uruguayo Domingo Laporte (1879), quien en 1883, recibió una beca del gobierno a efectos de contratar maestros en Europa para la Escuela de Artes y Oficios. Por otra parte, Laporte había convenido con el Cónsul de Uruguay en Roma, destinar veinte pesos mensuales, para publicar información sobre la EAYO en la prensa italiana e interesar a maestros artesanos a viajar a Montevideo. En los años de su estancia europea, Laporte recorrió Italia visitando talleres y entrevistando a algunos maestros artesanos que le fueron recomendados por su trayectoria profesional.

Estos maestros de oficios compartieron la tarea de formación de los jóvenes que luego egresaron de la EAYO y también aportaron a cierta cualificación de quienes no concluyeron sus estudios en la institución. Otro tanto hicieron desde sus talleres, ya que la mayoría, posteriormente, se instalaron por su cuenta. Entre otros, Giovanni Azzarini (Génova, 1853) escultor egresado de la Academia de escultura de Génova. En Uruguay desde 1879, fue profesor en

la Escuela de Artes y Oficios de Montevideo. Más tarde, se estableció con un taller de marmolería artística, del cual salieron notables monumentos. Allí se formaron un elevado número de obreros y marmolistas (Araujo Villagrán, H., 1920). Pasquale Golino (Marzano Appio, Caserta, 1857). Egresó del Instituto de Bellas Artes de Nápoles, donde obtuvo el título de Profesor de Escultura y Dibujo. Llegó a Uruguay en 1886, donde fue contratado para impartir la clase de escultura y dibujo en la Escuela Nacional de Artes y Oficios. Posteriormente inició un prestigioso taller en Montevideo (Araujo Villagrán, H., 1920). Otros maestros recorrieron historiales similares desde la actividad privada, luego de su experiencia como docentes en la EAYO: Angelo Sommaschini (litografía), Antonio Champion (relojería), José Fulquet (tornería y mueblería), Cayetano Bosisio (modelos en madera), Eduardo C. di Candia (encuadernación), Juan A. Costa (tipografía), José María Cervera (fotografía), Pedro Arduino (grabador litógrafo) (Fontán e Illas, C., 1882), y el francés G. Dufaur para integrar el taller de litografía (Beretta Curi, A.; García Etcheverry, A., 1998). En oportunidades, es estimable que abrieron taller a nombre de terceros (familiar, socio). Es el caso de Angelo Sommaschini – litógrafo que integró el plantel docente hasta 1900 –, instalándose definitivamente en la actividad privada con una empresa que continuarían su hijo y su socio bajo la razón social Campliglia & Sommaschini (Duarte, J., 1952).

Los talleres de la EAYO y la enseñanza

Los talleres fueron numerosos y atendieron una variedad creciente de oficios hasta fines de la década de 1880. Inicialmente, los recursos eran aún limitados y algunos talleres se ocupaban de varias especialidades afines. Por ejemplo, las secciones de Encuadernación y Litografía dictaban los cursos de Linotipia, Tipografía, Encuadernación y Dorado. Hacia fines de los años de 1880, su número disminuyó, en tanto algunos fueron suprimidos temporalmente o reorganizados en sus cometidos, para atender las nuevas

necesidades planteadas por el mercado urbano. Bajo la dirección de Belinzon, los talleres llegaron a 24, pero tras la crisis de 1890 y la disminución del presupuesto asignado, en 1905 habían descendido a 15.

Cada taller contaba con uno o más oficiales que auxiliaban al maestro en la enseñanza o lo suplían en caso de faltas temporales. Las tareas de cada maestro comprendían la enseñanza del oficio, la vigilancia en pro del buen funcionamiento del taller y la preservación del buen estado de herramientas, máquinas y otros enseres. Cada maestro director de un taller debía informar sobre el estado del mismo, así como de los productos elaborados (Stalla, N., inédito). Pese a las dificultades presupuestales después de 1890, la reorganización de los talleres de la EAYO tuvo en cuenta datos de la realidad – por ejemplo, el número de talleres y establecimientos industriales existentes en Montevideo – para adecuar los futuros egresos a la demanda del aparato productivo.

El aprendizaje se realizaba a través de la observación, la repetición y la memoria, propio del aprendizaje corporativo (Heuguerot, M. C., 2002) y como se había procesado desde el taller medieval. Si bien en 1879, el mayor José Sosa especificaba que la enseñanza allí impartida era de carácter teórica y práctica, debe recordarse que, entonces, los talleres tenían como objetivo satisfacer las necesidades del ejército y por lo tanto la enseñanza fue únicamente práctica. Una década más tarde, el Reglamento institucional corregía esta situación y establecía que *“La enseñanza de las artes u oficios será teórico-práctica, debiendo en consecuencia suministrarse al alumno todos aquellos conocimientos que tiendan a facilitar su más rápido y completo aprendizaje”* (art. 15) (Goyena, P., 1887).

Desde el comienzo de sus actividades, la EAYO incorporó dos contenidos curriculares diferentes en su oferta educativa: el aprendizaje de oficios y la enseñanza de conocimientos generales que complementaban la instrucción elemental de los jóvenes, al igual que otros establecimientos educativos similares de Europa y América (Stalla, N.,

inédito). Además de los talleres, cuyos trabajos eran diarios, y de las clases de educación primaria común, existían clases especiales o alternadas de dibujo, música, gimnasia y esgrima, entre otros, a las que solo asistían algunos alumnos del establecimiento (Fontán e Illa, C., 1882). En particular, el dibujo instruía a los aprendices en los conocimientos para el diseño previo en la práctica de los oficios. Un amplio abanico de oficios tradicionales era enseñado en la EAYO: carpintería, ebanistería, zapatería, talabartería, herrería, hojalatería, sastrería, platería, escultura en madera, mármol y yeso, entre otros. También aquellos vinculados con el empleo de algún tipo de máquina, tales como mecánica, litografía, tipografía, o encuadernación. Otros estaban vinculados directamente con lo militar, tales como armería, fundición o la fabricación de cartuchos (Stalla, N., 2012).

La Escuela llevaba un registro de sus alumnos, constando la fecha de ingreso, el taller de pertenencia y otros antecedentes que se reputaran de interés. En el taller, convivían discípulos de diferentes edades, que ingresaban en distintas épocas del año y por lo tanto, la evaluación del grado de adelanto de cada uno debía tener en cuenta esas situaciones heterogéneas (Heuguerot, M. C., 2002). El maestro asignaba una tarea a cada alumno, requiriendo la observación e imitación que, al repetirse, afirmaba el proceso de internalización.

La rotación periódica en los diferentes puestos de trabajo aseguraba el dominio del oficio en su totalidad. Esta metodología aseguró al artesano una muy diferente formación respecto al obrero y fue determinante en forjar una mentalidad singular en los trabajadores manuales, orgullosos del conocimiento pleno de su oficio. La metodología no fue ajena a criterios que introdujo en el país la llamada “Escuela Mutua” o “Escuela Lancasteriana”, que utilizaba el sistema de monitores para poder contemplar en un gran espacio situaciones de aprendizaje diferentes (García Benavente, J., 2015). En 1914, el contenido curricular establecía una división entre enseñanza general (lecto-escritura, idioma, moral, historia y geografía) y enseñanza

técnica-práctica (aritmética y cálculo algebraico, geometría y geometría descriptiva aplicada al dibujo y trigonometría).

El examen consistía en una parte escrita o práctica, y otro oral, acorde al tipo de oficio, y tenía en cuenta las observaciones de los tribunales examinadores respecto a los procesos de aprendizaje o sobre sus contenidos (Heuguerot, M. C., 2002). El Reglamento establecía que las Comisiones Examinadoras verificarían el cumplimiento del programa (art. 5º), si el método era el conveniente (art. 6º), si se había aprovechado “la actividad propia del alumno” (art. 7º) y “si se ha desarrollado el espíritu de observación” (Escuela de Artes y Oficios, 1885, p. VII). El diploma como documento final, como cierre y fin de un proceso de formación, fue institucionalizado bajo el director Belinzon y a instancias del presidente general Máximo Santos (Heuguerot, M. C., 2002).

Durante el período analizado, el establecimiento contó con un número promedio de alumnos igual o superior al de otras escuelas de oficios latinoamericanas. La mayoría de los aprendices que entraban al establecimiento tenían entre 12 o más años de edad y la duración del aprendizaje se situó entre los 4 y 6 años. Sin embargo, a pesar de lo pautado, la integración de los talleres fue objeto de fluctuaciones por el ingreso constante de aprendices a lo largo del año, y también por los numerosos retiros antes del tiempo pautado. Los centros de enseñanza de otros países americanos, por lo general, tuvieron requisitos similares en cuanto a la edad de entrada y al tiempo reglamentario para la duración de los procesos de enseñanza-aprendizaje (Stalla, N., inédito).

El taller artesanal como espacio de formación de mano de obra

En las ciudades latinoamericanas se registró un comportamiento claramente diferenciado respecto a la oferta de productos elaborados: los bienes de consumo popular fueron abastecidos por los artesanos y sus talleres, en tanto las clases altas optaron por artículos importados de origen

europeo. En Montevideo, el sector artesanal procesó una diferenciación interna al desarrollarse un sector que atendió la demanda de calidad de la actividad edilicia y de algunos artículos de uso personal, que requirió de una oficialidad con niveles más altos de cualificación.

La cultura artesanal generada en los talleres es parte de la historia social de la educación, un trayecto alternativo a la educación formal escolarizada. Desde siempre, el taller cumplió una doble función: espacio de producción y espacio de enseñanza. Esta dimensión fue cuestionado en los grandes debates sobre la educación y anunció una acción del Estado más comprometida, que confiscó al taller su rol educador. O eso se pretendió ya que, en los hechos, ese rol perduró, aunque con menor prestigio social.

En Montevideo fue contundente el dominio del sector artesano-industrial por parte de la inmigración europea, tanto en el ámbito patronal como entre los trabajadores. Teniendo en cuenta que era muy menor la formación en el oficio de la población nativa, se comprende que los establecimientos mayores recurrieran a maestros y oficiales extranjeros. Luego de la crisis de 1890, la mueblería de Buonaventura Caviglia – una de las más prestigiosas de plaza –, contrató en Italia escultores en madera y en bronce, para los muebles de estilo que fabricaba. El argentino Enrique Acquarone – hijo de genoveses – hizo venir a tres grabadores italianos para su empresa “La Uruguaya” dedicada al grabado sobre cristal, vidrio y espejos. Los ejemplos pueden extenderse. Para diversas especializaciones (vitrales, escultura en mármol, mosaicos, y otros), los establecimientos mayores – talleres o industrias – recurrieron directamente al mundo europeo que les era familiar, como proveedor de maestros artesanos.

El taller funcionó como un espacio efectivo de formación de mano de obra, sostenido casi exclusivamente en la manualidad. Por otra parte, por la naturaleza del taller – espacio de trabajo – y reproduciendo la formación que habían recibido la mayoría de los maestros propietarios, brindaron una preparación primordialmente práctica y desprovista de aspectos teóricos. Una mirada al espacio artesanal desnuda

esta realidad, ya que el taller no generó espacios diferenciados en la instrucción.

Se advierte en el sector la existencia de zonas híbridas, donde el taller y la fábrica se complementaban, y en algunos talleres la manualidad era funcional con la máquina. Es ilustrativa la información contenida en el “Libro de Inventario, año 1921” de La Capital, taller de escultura en mármol de Alfonso Amaturò (Salerno, 1872). El maestro escultor anotó un extenso listado de enseres entre los que figuraban “1 máquina moldeadora, 1 lustradora y 1 agujereadora”. Un recorrido por otros talleres revela situaciones un tanto similares. Por ejemplo, en el caso de las carpinterías se habían incorporado sierras y pulidoras como en los talleres de Antonio Ambrosoni (Mandello Dell’Ario, 1839), Mateo Americola (Cerignola, provincia de Foggia, 1872) y Carlos Mosca (Pollone, provincia de Novara, 1877). Giuseppe Enrico (Torazza, 1869), con carpintería de obra blanca, se había especializado en la construcción de cortinas de madera de enrollar “a la italiana” que requirió de un mejor equipamiento en máquinas. En el rubro de marmolerías y granitos, los italianos Poser y Demori realizaron importantes avances con la instalación de aserradoras y pulidoras tanto para superficies planas como convexas. No necesariamente la máquina transformó al taller en fábrica. El gran establecimiento y fundición artística en hierro y bronce del alemán Andreas Mang, funcionaba en dos grandes locales en los que operaba con diversas máquinas, sin embargo no había superado el estadio del trabajo artesanal.

La proliferación de talleres, pequeñas y medianas industrias en manos de inmigrantes, a la vez que el dominio de los europeos como encargados de talleres y aulas en la EAYO generó una suerte de continuidad en los espacios de formación de mano de obra, asegurando un nivel de reconocida calidad en las diferentes ramas de la producción. Algunos medidores indirectos de esta realidad pueden ser la paulatina apertura de los sectores medios y altos al consumo de algunos artículos de fabricación nacional o bien las premiaciones recibidas por talleres e industrias locales

en las exposiciones universales europeas, americanas y latinoamericanas. En este marco referencial, la EAYO recibió varias distinciones en estos eventos (Buenos Aires y Madrid, 1882; París 1889). Por otra parte en este universo tan diverso, un sector de talleres e industrias ocupó un lugar privilegiado por los requisitos de alta calidad en la formación de sus oficiales: el sector al servicio de la actividad edilicia, como los talleres de escultura en madera y en mármol, vitrales, grabado en vidrio y cristal, fundiciones artísticas, y otros. La mayoría de estos maestros habían egresado de Academias de arte en sus países de origen, o se habían formado en empresas europeas de referencia en su metier (por ejemplo, la Casa Monduit en París, especializada en fontanería y arte de latón, o la casa Escofet de Barcelona, que operaba en la producción de mosaicos).

La enseñanza en la disputa entre artesanos e industriales

En 1898, el sector artesano-industrial había alcanzado un importante desarrollo al amparo de una legislación proteccionista pero también por el tránsito de capitales desde otros espacios de la actividad económica (agro y comercio), cumpliendo el sector financiero un importante rol en articular esta actividad productiva. En el contexto de este proceso, un pequeño núcleo de industriales se constituyó corporativamente como Unión Industrial Uruguaya (UIU). La nueva institución distaba considerablemente de la antigua Liga Industrial que fue, en esencia, una asociación de artesanos y talleristas (Beretta Curi, A., 2011). Esta diferenciación social tendría sus efectos sobre la concepción y criterios para institucionalizar la formación de mano de obra en el sector.

Hasta el inicio de la década de 1910, la Escuela se debatió entre objetivos contradictorios, en tanto los empresarios de la industria reclamaban una institución que atendiera los requerimientos del sector más moderno, respecto a la enseñanza de los oficios. En varios órganos de prensa se presentaron informes sobre diversas iniciativas en varios

países latinoamericanos, e información sobre la enseñanza industrial en Europa y Estados Unidos. Las dos décadas que transcurren entre la crisis de la EAYO y la primera guerra mundial fueron fermentales en los debates, las propuestas, pero poco consistentes en definir un camino coherente en la educación: ¿oficios o industria? Finalmente, en 1915 el Estado resolvió la transformación de la Escuela en una institución que educara y formara obreros para la industria. Luego de la renuncia de Pedro Figari, la designación del profesor José Arias como Director imprimiría un rumbo firme en ese objetivo.

El fortalecimiento del sector industrial con el aporte de capitales procedentes de la actividad comercial – también del agro y de la banca –, pautaron un fortalecimiento de la incipiente burguesía industrial, que se impuso a las reivindicaciones de artesanos y talleristas. No fue un triunfo contundente (Beretta Curi, A., 2023). La fortaleza del taller en el Montevideo del 900 debe buscarse en una tradición de flexibilidad y reconversión que le permitió competir e incluso articular con la gran industria. La evolución histórica del taller, como se procesó en el norte de Italia, particularmente en la Toscana, arroja luz al caso uruguayo (Pellegrino, A., 2015). También en Francia se aprecian procesos similares que aseguraron al taller y a la pequeña empresa un sostenido éxito. Esta dimensión constituye un aspecto sustancial del aporte de la inmigración europea al desarrollo de un sector artesano-industrial en el Uruguay anterior a la segunda guerra mundial.

Bibliografía

ÁLVAREZ OLIVARES, Juliana “La Escuela de Artes y Oficios de Medellín y la profesionalización de los artesanos. 1869-1901”, *Historia y Sociedad*, n. 26, 2014.

ARAÚJO VILLAGRÁN, Horacio *Los italianos en el Uruguay. Diccionario biográfico*. Barcelona: Escardó y Araújo, 1920.

BARRÁN, José Pedro; CHERONI, Alción; GLICK, Thomas, *La Ley de Aduanas de 1888*. Montevideo, FHCE: Universidad de la República, 1992.

BERETTA CURI, Alcides. “Maestros artesanos, aprendices e industriales en el Montevideo de la modernización: la formación de mano de obra, entre el taller y la Escuela de Artes y Oficios (EAYO) (1870-1915), *Millars: Espai i historia*, vol. 52, 1, 2022 (Ejemplar dedicado a: Aprendizaje de los oficios en América Latina (siglos XIX y XX)), pp. 101-130.

BERETTA CURI, Alcides. *Inmigración europea e industria. Uruguay en la región (1870-1915)*, Montevideo, Universidad de la República, 2014.

BERETTA CURI, Alcides. “Del artesanado a los gremios industriales. Liberalismo y tensiones en la constitución de las primeras asociaciones patronales. El caso de la Liga Industrial (1879-1888)”, *Revista de Ciencias Sociales*, segunda época, año 5, N° 24, 2013, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes.

BERETTA CURI, Alcides. “L’immigrazione europea nella formazione del tessuto imprenditoriale: l’Uruguay e le nazioni circostanti (1870-1900)”, en *Studi-Emigrazione* vol. XVIII, n.º 184, 2011.

BERETTA CURI, Alcides. “Inmigración y aprendizajes empresariales durante la temprana industrialización del Uruguay, 1875-1914”, *Revista Theomai*, n. 4, 2001.

BERETTA CURI, Alcides; GARCÍA ETCHEVERRY, Ana *Empresarios y gremiales de la industria. Asomándonos a medio siglo de historia: de la Liga Industrial a la Unión Industrial Uruguaya, 1879/1928*, Cámara de Industrias del Uruguay, Montevideo, 1998.

BERETTA CURI, Alcides *El imperio de la voluntad*, Montevideo, Fin de Siglo, 1996.

BONASSO, Carlos “Escuela Nacional de Artes y Oficios. Cartilla gráfica informativa”, en República Oriental del Uruguay, *Revista del Ministerio de Industrias*, Montevideo, Talleres Gráficos de la Escuela N. de A. y Oficios, 1914.

CASTILLO ESPINOZA, Eduardo “Artesanos, técnicos e ingenieros. La Escuela de Artes y Oficios de Santiago”, *Atenea*, n. 511, 2015.

COMISIÓN NACIONAL DE CARIDAD Y BENEFICIENCIA PÚBLICA *Sus establecimientos y servicios en 1905*,

Montevideo, Talleres de la Escuela Nacional de Artes y Oficios, 1906.

DUARTE, Jacinto *Dos siglos de publicidad en la historia del Uruguay: desde la fundación de Montevideo (1726-1952)*, Montevideo, edición del autor, 1952.

ESCUELA DE ARTES Y OFICIOS *Programa General para los exámenes correspondientes al curso de 1884. Clases especiales, elementales y talleres*, Montevideo. Tipografía de la Escuela de Artes y Oficios, 1885.

FIGARI, Pedro *Educación y Arte*, Colección Clásicos Uruguayos n. 81, Montevideo, 1965.

FINCH, Henry *La economía política del Uruguay contemporáneo, 1870-2000*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

FONTÁN E ILLAS, *Propiedad y Tesoro de la República Oriental del Uruguay desde 1876 a 1881 inclusive*, Montevideo, Tipografía de la Escuela de Artes y Oficios, 1882.

GARCÍA BENAVENTE, José. “La escuela Lancasteriana en México y en América Latina como solución del estado liberal ante el vacío dejado por la Iglesia”, *Boletín Redipe*, v. 4, n. 7, 2015.

GONZÁLEZ VILLALOBOS, Verónica “Una solución a la pobreza: el establecimiento de las escuelas de Artes y Oficios en México durante el siglo XIX. El caso jalisciense”, *Historiolo. Revista de Historia Regional y Local*, vol. 4, nº. 8, 2012.

GOYENA, Pablo *La legislación vigente de la República del Uruguay*, Tipografía a vapor de La Nación, Montevideo, 1888.

HEREDIA, Vania *Processo de Industrializacao da Zona Colonial Italiana*, EDUCS, Caxias do Sul, 1997.

HERRERA FERIA, María de Lourdes “La sistematización del saber artesano” en María de Lourdes Herrera Feria (Coord.) *La educación técnica en Puebla durante el Porfiriato: La enseñanza de la Artes y los Oficios*, Puebla, Universidad Tecnológica de Puebla, 2002.

HEUGUEROT, María Cristina *El origen de la Universidad del Trabajo del Uruguay (1879-1916)*, Montevideo, Banda Oriental, 2002.

LÓPEZ LOMBA, Ramón *La República Oriental del Uruguay. Obra estadística*, Montevideo, Tipografía de la Escuela de Artes y Oficios, 1884.

MARFETÁN BENÍTEZ, Raúl (inédito) *Historia de la Escuela de Artes y Oficios. Estudio y recopilación del Archivo Olivieri, 1878-1887*.

MAYOR MORA, Alberto *Las escuelas de Artes y Oficios en Colombia 1860-1960. Vol. 1 El poder regenerador de la cruz*, Bogotá, Pontificia Universidad Javeriana, 2013.

Memoria de la Jefatura Política y de Policía de la Capital correspondiente a los años 1879-1880, Montevideo, Imprenta á Vapor, 1881.

MUÑOZ CORREA, Juan Guillermo; NORAMBUENA CARRASCO, Carmen; ORTEGA MARTINEZ, Luis; PEREZ RUIZ, Roberto *La Universidad de Santiago de Chile. Sobre sus orígenes y su desarrollo histórico*, Universidad de Santiago de Chile, 1987.

PELLEGRINO, Anna “Il lavoro artigiano” en Stefano Musso (a cura di) *Il novecento (1896-1945). Il lavoro nell’età industriale*, Roma, Lit Edizioni Srl, 2015.

PÉREZ TOLEDO, Sonia “La reproducción de los Oficios. De la organización Gremial a la Escuela Nacional de Artes y Oficios de hombres en la Ciudad De México, 1780-1915”. *Historia Mexicana* 71, n°. 2, 2021.

RODRÍGUEZ VILLAMIL, Silvia “Proteccionismo y librecambio: el programa de la Liga Industrial de 1880” en BERETTA CURI, Alcides *et al. La industrialización del Uruguay, 1870-1925*, Montevideo, Fundación de Cultura Universitaria, 1978.

STALLA, Natalia “*Los aportes de la Escuela de Artes y Oficios a la formación de artesanos en Uruguay (1878-1890)*” trabajo realizado en el marco del Seminario de Investigación “Artesanos y proteccionismo: entre la protesta, las agremiaciones empresariales y los primeros programas industrialistas (1850-1900)” a cargo del Dr. Alcides Beretta Curi.

Por uma história da vitivinicultura na Região de Colonização Italiana da Serra Gaúcha

Antonio de Ruggiero²

Introdução

Dentro do quadro mais amplo de estudos sobre os processos socioeconômicos que caracterizaram a história da Serra Gaúcha colonizada por imigrantes italianos, algumas importantes pesquisas de Vania Herédia enfocaram a dinâmica específica relacionada à vitivinicultura. A autora destacou aspectos da modernização do setor, que vem progredindo lentamente desde as primeiras chegadas de camponeses italianos, até se afirmar como atividade predominante no período da Velha República. Em particular, foi destacada a participação em determinadas conjunturas, já desde o final do século XIX, das autoridades federais e, principalmente, estaduais que perceberam o potencial do setor e investiram na qualificação e no avanço técnico da produção (Herédia, 2020, 2023). Ainda mais, os estudos de Vania Herédia (2010, p. 257) abordaram o fenômeno do cooperativismo que, apesar das dificuldades iniciais, foi essencial para fortalecer toda a atividade econômica, “seja pela postura de defesa do pequeno produtor, seja pelas conquistas de mercados feitas por meio de concorrência e pelo monopólio exercido na sua comercialização”. Os trabalhos da colega e os inúmeros encontros por ela propiciados em âmbito acadêmico, incluindo sempre questões relacionadas aos elementos histórico-culturais e às práticas enogastronômicas entre os imigrantes italianos, representaram para mim um estímulo importante para refletir, além do aspecto

² Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS).

socioeconômico do fenômeno, sobre o peso identitário que a produção vinícola carregava nessas comunidades³.

A formação de colônias relativamente homogêneas de compatriotas das mesmas regiões do norte da península estimulou imediatamente algumas formas de preservação da identidade também no campo do vinho e da comida. Com a chegada das primeiras famílias, o enxerto de videiras italianas se intensificou imediatamente. Os ramos eram transportados diretamente em malas e até mesmo armazenados dentro de batatas para manter o nível certo de umidade durante a longa travessia oceânica. A esperança era poder cultivar, mesmo na terra de destino, as variedades cujos méritos, defeitos e necessidades eles conheciam melhor (Cristaldi, 2015).

As tradições gastronômicas em geral, e a viticultura em particular, representaram um dos mais fortes elementos de identidade, juntamente com a religião e o idioma, entre os imigrantes. Como escreveu o antropólogo italiano Ernesto Di Renzo (2014), em todos os processos migratórios, os produtos tradicionais assumem o papel de “catalisador de memórias”, oferecendo aos protagonistas dessa mobilidade a possibilidade de romper as barreiras espaço-temporais para se reconectar com seus lugares e afetos de origem⁴. O vinho, que sempre teve uma posição de destaque no país de origem, torna-se, entre os agricultores italianos do Rio Grande do Sul, o símbolo tangível de uma civilização milenar a ponto de ocupar o espaço social, mas também cultural, religioso e econômico dessas comunidades. Com a chegada dos imigrantes, o setor vitivinícola experimentou rapidamente um progresso incisivo em termos de quantidade. O território das primeiras colônias italianas logo se tornou o epicentro da produção e o maior fornecedor de vinho de todo o Brasil. E, junto com o vinho, os colonos produziram grappa desde o início, que representava a alternativa “identitária” à muito mais difundida cachaça, destilada, em vez

³ Veja-se, por exemplo, um dos últimos livro em que Vania Herédia está entre os organizadores: César *et al.* (2020).

⁴ Veja-se, também: Santos (2022).

disso, da cana-de-açúcar (Franzina, 2014). As melhorias qualitativas do produto foram mais lentas e tempestuosas, devido às dificuldades de adaptação que as videiras e os viticultores italianos encontraram nessas terras.

Nos últimos tempos, com ajuda de válidos colaboradores, estou me debruçando em uma reconstrução mais abrangente da história da vitivinicultura na Serra Gaúcha, com suas implicações culturais-identitárias entre os colonos que trouxeram novas habilidades na produção. A intenção é, portanto, traçar de forma sintética, à luz das novas documentações adquiridas, as origens, os desafios iniciais e a consolidação do setor na chamada Região Colonial Italiana.

A paisagem do vinho

O Brasil é, hoje, o quinto maior produtor de vinho de todo o Hemisfério Sul. Com seu clima subtropical, o Rio Grande do Sul responde por dois terços de toda a área vinícola e por aproximadamente 90% da produção nacional. Essa última está 80% concentrada na região de Caxias do Sul, no coração da Serra Gaúcha, um território montanhoso colonizado por imigrantes italianos entre o final do século XIX e os primeiros anos do século seguinte. Ainda praticada em pequenas e médias propriedades por seus descendentes de acordo com os cânones da agricultura familiar, a vitivinicultura representa um ponto muito importante no equilíbrio econômico de todo o território (Mello, 2022). Além disso, nos últimos anos, o vinho, ainda rico em assonâncias italianas em seus rótulos, vem competindo com crescente sucesso com a produção argentina e chilena. Em particular, a qualidade dos espumantes e brancos é reconhecida há muito tempo, enquanto os vinhos tintos estão atingindo níveis competitivos graças aos investimentos em novas tecnologias. Apesar do avanço dos processos de industrialização e dos mercados globais, a paisagem vitivinícola gaúcha como um todo manteve uma forte personalidade identitária “italiana” que agora também é valorizada e reinterpretada em termos de enoturismo (Valduga, 2011). Como escreveu Flavia Cristaldi (2015), as inúmeras ações de marketing

realizadas nos últimos anos para a preservação de cenários ligados à cultura do vinho, como as “rotas do vinho e da uva” ou as “rotas da emigração” nessas terras, têm o mérito de reconhecer “o valor histórico-cultural dos bens materiais e imateriais ligados à imigração italiana” e às trajetórias de tantos compatriotas que chegaram do norte da península e conseguiram modelar novas e distintas paisagens agrícolas, hoje consideradas patrimônio nacional. Além das já numerosas festas populares e festivais folclóricos dedicados ao “néctar dos deuses”, como a “Festa da Uva”, em Caxias do Sul, ou a “Festa Nacional do Vinho”, em Bento Gonçalves, desde 2018 foi acrescentada a feira internacional “Wine South America”, organizada na chamada capital brasileira do vinho, Bento Gonçalves, perto de Caxias do Sul. Esse evento, organizado pela mesma empresa que organiza a “Vinitaly”, a principal feira italiana do mundo, sanciona definitivamente a projeção bem-sucedida do produto local no mercado internacional.

As origens

Certamente não foram os italianos que introduziram o cultivo da videira no sul do Brasil. As origens estão ligadas à dominação ibérica que se alternou nessa região fronteiriça nos tempos modernos. Já no século XVII, com a expansão das missões jesuítas espanholas, vinhedos e olivais mediterrâneos foram plantados na área. Posteriormente, foram os portugueses que estabeleceram o domínio definitivo. Entre 1748 e 1756, o imperador Dom João V lançou um apelo para que 6 mil emigrantes dos Açores e da Ilha da Madeira fossem enviados ao Rio Grande do Sul. Com essa nova presença, a formação de vinhedos com *Vitis vinifera* portuguesa se intensificou significativamente nas regiões planas do litoral e ao redor da grande Lagoa dos Patos (Dal Pizzol; Pastor, 2016). As variedades recém-introduzidas vingaram vigorosamente, garantindo uma produção abundante sem a necessidade de tratamentos específicos com fungicidas. Apesar de algumas proibições sancionadas pela Metrópole no final do século XVIII para combater a con-

corrência com os vinhos portugueses, o cultivo da videira permaneceu um hábito constante, especialmente para o consumo doméstico (Paz; Baldisserotto, 1997). Nos anos seguintes, não foram apenas as pragas tradicionais, como a peronospora e a filoxera, que comprometeram o futuro das videiras que haviam chegado do Mediterrâneo, mas sim a atenção quase exclusiva que o governo provincial passou a dar à pecuária, que logo se tornou a atividade predominante (Herédia, 2010).

O botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (2002), em viagem ao estado em 1820, registrou as dificuldades e resistências para a produção de um vinho de qualidade, mas ao mesmo tempo apontou o grande potencial que esse território poderia oferecer devido às suas condições climáticas e morfológicas. Na década de 1820, juntamente com São Paulo, o Rio Grande do Sul era apontado como o principal centro vinícola do país. O cenário mudou novamente, porém, quando em 1839 o gaúcho Marques Lisboa entregou vagens de uva de Washington para seu amigo comerciante inglês Thomas Messiter, que introduziu, assim, o cultivo das variedades de uvas americanas (*vitis labrusca*), menos apreciadas, na Ilha dos Marinheiros e na região do Rio Grande. Na esteira do que ocorria na Europa – lá, por necessidade, desde os primeiros anos do século –, a uva americana Isabel, em particular, espalhou-se vitoriosamente em várias regiões do estado, devido à sua adaptabilidade ao clima local e resistência a pragas. Embora as antigas videiras europeias ainda estivessem em boa saúde, a quantidade foi preferida à qualidade. Com a expulsão das variedades europeias, as perspectivas de melhoria qualitativa desapareceram imediatamente. No entanto, as videiras americanas seriam úteis nos anos posteriores para produzir novas variedades híbridas que eram mais valiosas e se espalharam pela região até hoje, graças aos cruzamentos com a *Vitis vinifera*.

Quando se iniciaram os processos de colonização agrícola de europeus no estado, no início do século XIX, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães, o gover-

no imperial, liderado por Dom Pedro I, chamou o enólogo Giovanni Battista Orsi, da Itália, com o intuito de incentivar o cultivo da videira em suas terras. Estabelecido entre os municípios de São Leopoldo e Caí, nas proximidades de Nova Petrópolis, Orsi demonstrou profícua atividade em vários lotes coloniais (Pellanda, 1950). Apesar das várias tentativas de plantar novas espécies de uvas europeias, foi a Isabel que, a partir da década de 1840, tornou-se a grande protagonista dos processos de cultivo praticados pelos alemães, que a utilizavam principalmente como fruta de mesa ou para doces e geleias. A viticultura não progrediu e se limitou à produção para consumo doméstico em quantidades muito modestas.

O vinho na Região Colonial Italiana: entre a tradição e a inovação

Sem dúvida, os imigrantes italianos que, a partir de 1875, chegaram às colônias do planalto noroeste do Rio Grande do Sul, entre os rios Caí e das Antas, foram os precursores de um “renascimento” vitivinícola, destinado a bons resultados comerciais e industriais nos anos seguintes. Mais tarde, o cultivo da videira se espalhou, graças aos descendentes dos pioneiros, para várias regiões do norte gaúcho, chegando às regiões agrícolas dos estados de Santa Catarina e Paraná. Desde os primeiros tempos, o agricultor italiano que se tornou proprietário de lotes de terra (em sua maioria com cerca de 25 hectares) teve de enfrentar a difícil e problemática tarefa de desmatar um território impermeável e ainda em grande parte virgem, a fim de ampliar a área de cultivo em suas terras. Quando as condições permitiam, a tentativa era reproduzir os modelos alimentares italianos. Foi o novo status de pequenos proprietários de terras, a liberdade de poder organizar a produção agrícola e a facilidade de consumo diário de produtos vegetais e animais que estimularam os colonos a preservar costumes gastronômicos que, paradoxalmente, só se tornaram mais acessíveis e praticáveis para eles em terras estrangeiras. Assim, prevaleceu um sistema policultural, inicialmente de subsistência,

com plantações de milho, batata, feijão, trigo, legumes e verduras e, é claro, criação de pequenos vinhedos. Sempre se reconheceu o papel que os italianos tiveram, e continuam tendo, como difusores dos costumes gastronômicos típicos de sua própria cultura, que se beneficiou de uma grande riqueza de tradições diferentes entre as várias regiões, historicamente condicionadas por influências e sobreposições externas greco-romanas, árabes, espanholas, francesas etc. (Ruggiero, 2019).

A contribuição mais evidente nessas regiões rurais foi, desde o início, a criação de uma cultura gastronômica híbrida, definida como “colonial”, que perpetuou as tradições e o conhecimento de origem, por meio, no entanto, da adaptação aos produtos locais (como na preparação de polenta, vinho, azeite, frios, queijo, massa etc.). Podemos falar de um *know-how* culinário italiano que é integrado, “transnacionalizado” – para usar uma expressão mais atual – para se adaptar às condições e possibilidades oferecidas pela região anfitriã.

Como mencionado acima, o vinho possuía um forte valor simbólico e era indispensável nas mesas das famílias camponesas que o consumiam regularmente como alimento durante as refeições. O cônsul italiano em Porto Alegre, Enrico Perrod, em visita às colônias de Conde d’Eu e Dona Isabel, registrou, já em 1883, a predisposição dos colonos em investir os maiores esforços no cultivo de videiras, introduzindo continuamente novas cepas italianas consideradas de melhor qualidade. Depois de poucos anos de investimento, alguns deles já estavam ganhando “de três a cinco mil francos por ano” com a venda de vinho. Com otimismo excessivo, dada a precariedade das rotas de transporte, ele considerou promissor que em Porto Alegre o produto da colônia estivesse “substituindo cada vez mais o vinho tinto de Bordeaux e o vinho muito forte de Portugal”. Ao mesmo tempo, ele previu que em poucos anos conquistaria mercados também nos países vizinhos. Certamente, as expectativas eram altas devido ao fato de que os 6.327 hectolitros de vinho produzidos em 1882 haviam aumenta-

do para impressionantes 77.465 hectolitros no ano seguinte somente nas duas colônias (Romanato; Herédia, 2018).

Não muito diferentes foram as considerações do cônsul Pasquale Corte, que, durante uma visita a Caxias em 1884, destacou as características promissoras da videira local, entusiasmado com o fato de que cada uma, apenas três anos após o plantio, era capaz de produzir um hectolitro de vinho, com “seus brotos já se estendendo por vinte metros de comprimento”. Mais pessimista, no entanto, parecia ser o caso da “vinha nostra”, ou seja, as espécies mais refinadas, especialmente as variedades de uvas tintas, que chegaram da península junto com os imigrantes, mas que tiveram grande dificuldade de se adaptar aos solos e ao clima da colônia. Por essa razão, a maioria dos colonos ainda preferia o potencial quantitativo da “uva brasileira” em detrimento da qualidade (Corte, 1884).

Na ausência de bases enológicas sólidas e, sobretudo, de orientação científica adequada, as tentativas de plantar uvas italianas nos primeiros anos de colonização não tiveram sucesso. Em vista das enormes diferenças entre os dois contextos morfológicos e climáticos, os resultados certamente não foram os esperados pelos agricultores. A produção, ainda limitada e com um caráter doméstico muito primitivo, geralmente ocorria nos quartos do porão das casas coloniais, generosamente chamados de *cantine* (adegas). Por muito tempo, portanto, os agricultores italianos foram obrigados a usar a variedade que se apresentava como a grande inimiga da boa qualidade: a uva Isabel, a videira americana já experimentada com resultados positivos pelos imigrantes alemães, que se enraizava bem, resistia aos parasitas, mas produzia um vinho adocicado que, por isso, era chamado, em tom depreciativo, de *fragola* (morango).

Por meio do sistema de *percolato* (latada), que os alemães usaram nas áreas coloniais mais planas que lhes foram atribuídas, mas que também fazia parte da tradição vinícola nas regiões italianas do Trentino e Vêneto, eles conseguiram obter quantidades cada vez maiores de uvas. A chamada “latada”, que consiste em fileiras paralelas de

postes entre os quais são esticadas travessas de madeira para formar uma estrutura de suporte, de fato, tendia a produzir videiras grandes com folhas e frutos abundantes. A pequena perda de açúcar causada pela falta de luz solar direta devido à folhagem acumulada na pérgola, era compensada pelo maior volume de uvas e suco. Isso não desagradou o agricultor italiano, que começou a construir suas pérgulas até mesmo nos lados mais íngremes dos lotes, muitas vezes em condições bastante desconfortáveis, adotando sistemas engenhosos desde o início para desafiar a aspereza do terreno, em algumas partes ricas em rochas basálticas (Gobbato, 1925).

De fato, já em 1886, um grupo de pioneiros obstinados e visionários, como Antonio Pieruccini e Annuccio Ungaretti, ambos toscanos de Lucca, juntamente com alguns outros das regiões do Vêneto e Trentino, iniciou um movimento embrionário para desenvolver a plantação de videiras europeias. Eles importaram mudas de Barbera, Trebbiano, Vernaccia e Traminer da Itália, formando vinhedos em fileiras, mais apropriados para o cultivo dessas uvas, ao mesmo tempo em que criticavam o sistema inadequado de vinhedos organizados em latada pela grande maioria dos colonos. As variedades de uvas europeias e até mesmo as híbridas exigiam mais atenção e cuidado e, em geral, sistemas de treinamento diferentes da pérgola. Os poucos que tentaram fazer isso desde o início usaram o sistema de espaldeira, que permitia maior exposição ao sol para as frutas, que assim atingiam porcentagens mais altas de açúcar. Ao mesmo tempo, o ar que circulava mais facilmente entre as fileiras inibia a formação de doenças fúngicas, além de facilitar o tratamento com sulfato de cobre, que só foi introduzido na região no final do século XIX. Mesmo antes do novo século, o já mencionado Pieruccini conseguiu organizar um vinhedo em espaldeira exemplar, tornando-se um ponto de referência entre os agricultores italianos que desejavam experimentar novas técnicas enológicas. Ele foi o primeiro a sugerir o uso de parafina nas superfícies internas dos barris para isolar o vinho. De fato, os colonos

usaram a madeira que abundava na área para construir cubas, prensas e esmagadores. No entanto, isso geralmente transferia odores e sabores fortes que alteravam o produto final. Apesar dos inúmeros problemas devido às precárias condições de transporte, no final do século XIX, Antonio Pieruccini, seguido imediatamente por Abramo Eberle, de Vicenza, conseguiu exportar seu produto para além das fronteiras gaúchas. Assim, dezenas de variedades de vinho, especialmente brancos, mas também *grappa*, produzidos nos vinhedos de Caxias do Sul, chegaram às mesas dos estados do sul e do centro do Brasil, até São Paulo (Ruggiero, 2020).

Na vizinha colônia italiana de Garibaldi, entretanto, foram alguns padres da irmandade marista, de origem francesa, que introduziram novas variedades de uvas tintas, como Barbera, Cabernet Franc, Mourvèdre e Syrah; e brancas, como Peverella, Trebbiano, Formosa, Sémillon e Moscatel, com bons resultados. Em 1913, os padres maristas da região contribuíram substancialmente para a produção do primeiro *champanhe* brasileiro, com o método de fermentação natural na garrafa obtido na vinícola de Manuele Peterlongo, imigrante do Trentino (Dal Pizzol; Sousa, 2014). Hoje, a localidade de Garibaldi expressa todo o seu potencial enológico com a produção de vinhos espumantes de qualidade, utilizando tanto o método *champanoise* como o *charmat*, especialmente graças aos recentes investimentos de empresas multinacionais estabelecidas na região, como a Moët & Chandon, a Forestier e a De Lantier.

O lento aprimoramento das uvas, devido à importação de variedades europeias e ao desenvolvimento de espécies híbridas, foi acompanhado por um melhoramento na produção de vinho. Entretanto, esses casos isolados de pioneiros dispostos e heroicos certamente não foram suficientes. Em vez disso, foi decisiva a presença do Estado, que desde os primeiros anos da República (1889) se mostrou mais atento à valorização de um território e de um produto que poderia garantir à região um futuro econômico satisfatório. Em poucos anos, foram criados laboratórios, escolas e institutos

agronômicos voltados para o avanço das práticas agrícolas e enológicas, graças, sobretudo, ao apelo de técnicos europeus, a maioria composta por italianos.

A primeira experiência científica está ligada à Estação Experimental Agronômica do Rio Grande do Sul, fundada em Porto Alegre em 1896 e dirigida pelo agrônomo austríaco Paldaloff. Um Laboratório Enológico específico foi imediatamente anexado a ela. A partir da Estação, em 1898, foram distribuídas 25 mil mudas entre os colonos de Caxias do Sul, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, São Marcos, até a mais distante Ijuí e outras propriedades mais próximas da capital gaúcha (Pellanda, 1950). Nos primeiros anos do século XX, a instituição atuou como incentivadora da difusão de novas variedades, como Cabernet Sauvignon, Riesling itálico, Malbec, Dolcetto e outras. Além disso, desde o início, foram contratados enólogos italianos que puderam profissionalizar uma atividade ainda praticada de forma primitiva entre os colonos. Em 1903, por exemplo, o governo estadual confiou ao italiano Lorenzo Monaco o papel de enólogo fiscal da Direção de Higiene dos Municípios de Caxias e Garibaldi, para tentar corrigir práticas de poda, tratamento de parasitas e, em geral, melhorar as condições higiênico-sanitárias em todas as etapas da produção. A figura de Lorenzo Monaco foi apenas o início de um processo virtuoso que valorizava – como salientou o agente consular italiano em Bento Gonçalves, Petrocchi, em 1904 – o uso cada vez mais oportuno de profissionais e agrônomos competentes que, enviados pelo governo italiano, pudessem ensinar o campesinato da Serra Gaúcha a “cultivar racionalmente as videiras, produzindo um tipo de vinho que resistisse às viagens e ao clima, sem necessidade de misturas” (Romanato; Gianpaolo; Herédia, 2018, p. 470).

Em fevereiro de 1909, o governo do RS nomeou como “auxiliar da inspetoria agrícola” o técnico em vinhos italiano Adalgiso Zanellato, formado pela Escola Agrícola e Enológica de Cagliari e pela Escola Superior de Enotécnica de Avellino, posteriormente empregado por dois anos na

Real Vinícola de Noto, na Sicília. Graças à sua ação, foi fundada uma Sociedade Enológica na Linha Palmeiro do Município de Bento Gonçalves para a fabricação e o comércio de vinhos comuns e superiores, segundo o *Stella d'Italia*, 1 de janeiro de 1911,

[...] elaborados segundo as normas técnico-práticas da enologia racional, propondo-se os sócios a perseguir dois objetivos principais: 1) impulsionar a cultura da videira, que, pelas condições climatológicas e geológicas favoráveis do Estado do Rio Grande do Sul, pode ser cultivada em larga escala com muita vantagem econômica para os viticultores 2) dar impulso e crédito à elaboração e ao consumo do vinho nacional, melhorando racionalmente o produto e visando a alguns tipos constantes.

Um impulso extremamente significativo para o transporte de vinhos ocorreu quando a ferrovia foi inaugurada em 1910, ligando a Região Colonial Italiana à cidade de Montenegro, de onde se podia chegar à capital, Porto Alegre, por navegação fluvial. O fortalecimento da rede comercial por meio das novas ferrovias foi associado à súbita expansão dos centros urbanos em todo o país e ao aumento geral da demanda por vinho (Gobbato, 1950).

Isso logo levou à criação de um Instituto de Agronomia e Veterinária ligado à Escola de Engenharia de Porto Alegre, que incluía disciplinas obrigatórias para o ensino teórico e prático da viticultura. O enólogo italiano Celeste Gobbato, doutor em Ciências Agrárias pela Universidade de Pisa, que havia se formado na Escola Experimental de Enologia em Conegliano, perto de Treviso, local de origem de muitos imigrantes italianos na Serra Gaúcha, foi chamado para esse fim em 1912. Em pouco tempo, Gobbato ganharia o título de “príncipe da enologia do Rio Grande do Sul” por seu papel como professor na escola em Porto Alegre e, mais tarde, como diretor da Estação Experimental de Viticultura e Enologia em Caxias do Sul, de 1928 a 1938 (Paz; Baldisserotto, 1997). Ele também ocupou o cargo de intendente, ou seja, prefeito de Caxias, a “pérola

das colônias italianas”, de 1924 a 1928. Gobbato trabalhou arduamente para disseminar as boas práticas, na convicção de que todos os agricultores tinham o direito de ser ensinados e receber diretrizes mais precisas para orientá-los no campo e na adega. Assim, ele elaborou inúmeros panfletos e material popular de fácil acesso, a maioria em italiano, para explicar as técnicas de cuidado e limpeza dos materiais usados no processo de vinificação; para fornecer indicações sobre os períodos e métodos mais adequados para a colheita, o armazenamento e o transporte das videiras; e para fornecer informações sobre os métodos mais adequados para o armazenamento e o transporte das uvas. Travou uma verdadeira batalha pessoal para convencê-los da utilidade de cultivar cada vez mais *Vitis viniferas*, evitando o uso quase exclusivo das uvas americanas, produzindo vinhos finos num território que, desde o início, considerou muito favorável do ponto de vista climático e morfológico. Assim organizou as primeiras vinhas experimentais com funcionários, técnicos e alunos dos seus cursos. O contributo científico proveniente do instituto da capital rapidamente alcançou as paisagens vitivinícolas por excelência da Serra (Monteiro, 2016).

No mesmo período, nasceu entre os colonos um movimento cooperativista ainda embrionário, que não teve sucesso imediato, mas lançou as bases que se consolidariam nas décadas seguintes, repensando toda a organização da vinificação e das vendas. Apesar dos esforços do advogado socialista siciliano, Giuseppe Di Stefano Paternò, convidado em 1911 pelo governo gaúcho com o objetivo de organizar cooperativas agrícolas, a onda de entusiasmo inicial logo encontrou dificuldades econômicas efetivas. As primeiras adegas sociais cooperativas nasceram como forma de emancipação das especulações dos comerciantes intermediários, mas também para se protegerem das já numerosas falsificações de vinho colocadas no mercado. Também graças aos subsídios estaduais e federais, foram feitas tentativas de facilitar o acesso ao capital com taxas de juros mais favoráveis – com a criação de bancos rurais

e populares –, facilitar a aquisição de produtos agrícolas a preços mais baixos, importar máquinas adequadas e técnicos especializados da Itália. Em 1912, os resultados pareciam promissores (Santos, 2014). A Federação das Cooperativas do Rio Grande do Sul, com a adesão de aproximadamente 20 mil pessoas físicas, garantiu contratos de colaboração com os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, enquanto as exportações de quase 75 mil hectolitros de vinho foram quarenta vezes superiores aos registrados em 1900. O projeto ruiu, porém, dois anos depois, diante da menor chegada de recursos do governo federal, mas também devido a alguns erros de gestão administrativa. Muitos enólogos, assustados com possíveis crises de produção, voltaram às origens, apostando mais uma vez na quantidade, chegando mesmo a recusar as mudas de vinhas europeias oferecidas gratuitamente pelo Instituto de Agronomia e pelos vários laboratórios experimentais espalhados pela região de colonização. A breve experiência cooperativista mostrou, no entanto, que, se controlada por técnicas enológicas modernas, mesmo a vinificação da uva Isabel poderia conduzir a melhorias significativas no produto final (Gobbato, 1950).

O Estado Federal continuou acreditando no potencial do Nordeste gaúcho. Em 1920 financiou a criação de uma Estação Experimental – já citada – com seção específica dedicada à viticultura, sediada em Caxias do Sul. Ao longo da década de 1920, ocorreu o início de um processo virtuoso de transformação da viticultura regional. Por intermédio dessas instituições de referência, procurou-se penetrar de forma mais generalizada nas diversas localidades coloniais, para melhor educar os agricultores e mostrar-lhes as vantagens de optar pelo cultivo de uma variedade em detrimento de outra em diferentes contextos, e estimularam-se processos mais convenientes para cada espécie.

As vinhas europeias de origem francesa, italiana, espanhola e alemã expandiram-se por todos os municípios, onde, entretanto, se ativaram novos laboratórios liderados por enólogos vindos de Itália. Numerosas sociedades de imigrantes e descendentes, bem como produtores privados,

começaram a experimentar vinhos de maior qualidade, enquanto o Rio Grande do Sul exportou mais de 225 mil hectolitros de vinho para o resto do país em 1929. Esse crescimento exponencial encorajou muitos comerciantes a tornarem-se produtores. Depois de diversas batalhas contra os falsificadores de vinho, que alteravam o produto para baixar o seu custo, os viticultores decidiram regressar ao sistema cooperativo. Em 1929, nasceu a cooperativa Società Vinicola Riograndense Ltda., mais comumente chamada de *Sindacato del vino*, que abraçou a ideia dos investimentos necessários para adquirir maquinários adequados e aperfeiçoar as técnicas, qualificando o produto final (Herédia, 2020).

A modernização vitivinícola

Entretanto, na década de 1930, iniciou-se uma nova fase apoiada por uma legislação sanitária mais rigorosa, que colocou em dificuldades os pequenos produtores habituados a sistemas artesanais arcaicos. Muitos deles centralizaram, assim, os processos de vinificação nas caves das maiores empresas locais. A própria Sociedade Vinícola definiu regulamentações menos flexíveis para processamento, conservação e comercialização. Diante da força adquirida pela “União” e das regulamentações higiênicas mais rigorosas, muitos pequenos produtores foram incentivados a criar novas cooperativas – como a Aurora, de Bento Gonçalves, e a cooperativa da vizinha Garibaldi –, o que gerou um processo virtuoso de maior concurso vitivinícola, útil também para acompanhar o poder econômico consolidado das principais empresas privadas (Manfio, 2019).

Em seu *Manual do produtor de vinho*, escrito em italiano em 1934 e distribuído entre os agricultores da Serra Gaúcha, Celeste Gobbato destacou a importância dos sistemas associativos e lembrou, por exemplo, o papel pioneiro da Società Vinicola Riograndense para garantir a vinificação em condições adequadas, fábricas e maquinários mais modernos. As cooperativas garantiram melhor qualidade, higiene e comercialização dos vinhos, num país onde o con-

sumo médio anual per capita ainda era de apenas 3 litros, enquanto na Argentina e no Chile foram consumidos cerca de 60, na Itália 107 e na França 147. O enólogo italiano achou que poderia facilmente atingir um consumo anual de 10 litros, o que significava uma grande margem para ampliar os vinhedos do Rio Grande do Sul, fornecedor de 90% do total nacional. De fato, as importações quase triplicaram entre 1930 e 1933, e cresciam rapidamente, considerando também o declínio contínuo das importações de vinho do exterior (Gobbato, 1934).

Estavam lançadas as bases para uma consolidação efetiva da viticultura em toda a região. Até a década de 1960 houve um aumento contínuo da área cultivada com vinha. O volume aumenta e ao mesmo tempo a qualidade melhora, enquanto os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi começam a se destacar, o que dará origem a uma região vitivinícola específica denominada Vale dos Vinhedos, hoje fortemente potencializada com a aquisição de “Denominação de Origem”, a primeira e única no Brasil, concedida em 2012. É nessa fase que a paisagem se molda e se transforma, assumindo características mais semelhantes às observadas hoje pelos numerosos turistas que visitam as terras vinícolas. A policultura original foi gradualmente abandonada em favor da monocultura da vinha. O sistema de pérgulas manteve-se predominante e foi acompanhado pela presença de muitos plátanos, adotados como suporte, também importados da Itália e hoje patrimônio de toda a região. O tamanho das propriedades diminuiu à medida que os descendentes dos primeiros imigrantes aumentaram ao longo das diversas gerações. O excesso populacional também deu origem a novas “conquistas vitivinícolas” com mobilidade rural em direção ao norte do estado e ao oeste dos vizinhos Paraná e Santa Catarina. As residências multiplicaram-se, enquanto as antigas casas e igrejas católicas construídas inteiramente em madeira, em parte ainda presentes e preservadas como patrimônio cultural identificador, deram lugar, no entanto, a estruturas de alvenaria mais modernas (Falcade, 2004).

Na década de 1950, a importância cultural e econômica da viticultura era também demonstrada pelas festas organizadas em toda a região para celebrar a vindima e para projetar o vinho local nos mercados nacionais. Na verdade, a tradição das festas populares remonta à fase pioneira da colonização, mas sofreu uma transformação radical na década de 1930, quando a comercialização atingiu uma escala maior. Foi nesse contexto, e mais precisamente em 1932, que a principal Festa da Uva, de Caxias do Sul, passou a funcionar como catalisador em toda a região de um sentimento que identificava o grupo de origem italiana com o território, com a exaltação de uma profunda ética de trabalho como valor básico que permitiu aos imigrantes alcançar objetivos importantes. Entre 1938 e 1949, como consequência das políticas de nacionalização adotadas no período do Estado Novo de Getúlio Vargas e do posicionamento do Brasil a favor dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, a realização de todas as festas relacionadas ao vinho foi interrompida, e, portanto, também daquelas ligadas à identidade italiana. Somente em 1950 essa tradição foi recuperada em grande estilo. A Festa da Uva desse ano, além de representar uma exposição agroindustrial de grande importância nacional, acolheu um grande Pavilhão Histórico e Cultural, onde foram expostos passaportes antigos, correspondência de emigrantes e objetos utilizados pelos antigos colonos em seu trabalho diário (Valduga; Medeiros, 2014). Em suma, significou utilizar o valor simbólico do vinho para resgatar a memória de uma comunidade que, embora já integrada na sociedade de acolhimento, reivindicava um vínculo legítimo com a terra de origem.

Acima de tudo, graças ao capital acumulado por meio da viticultura, a partir da década seguinte toda a região colonial viveu um período de aceleração dos processos de industrialização com a formação de fábricas de média e grande dimensão em setores diversificados, para além do agro-alimentar. Grandes municípios como Caxias do Sul e Bento Gonçalves tornaram-se centros urbanos industriais. Profundas transformações afetaram também a produção

de vinho com uma modernização geral do ciclo produtivo, graças à inclusão de tecnologias de ponta e à expansão definitiva da área cultivada com *Vitis vinifera*. Assim, foi dada prioridade à criação de vinhos com bases estruturais de uma única casta europeia, sinônimo de melhor qualidade capaz de conquistar mercados consumidores nacionais mais exigentes do que no passado.

Enquanto isso, multinacionais do setor abriram novos escritórios nessas terras brasileiras, ao passo que outras empresas vinícolas de capital italiano, francês e americano foram criadas. O Governo Federal deu continuidade aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, estabelecendo, em 1975, o Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho (Embrapa Uva e Vinho), localizado em Bento Gonçalves. A nível estadual e municipal, em colaboração com os principais empresários do setor, foram criados serviços de assistência técnica e profissional aos viticultores, fortalecendo a prática de chamada de enólogos europeus e programas de formação no exterior (Manfio, 2019).

Empreendedores do vinho nos últimos tempos

Os empresários vitivinícolas, em sua maioria descendentes de imigrantes italianos, tiveram que enfrentar momentos de crise nos últimos anos, causados pela excessiva carga tributária sobre o produto num contexto de abertura à circulação de mercadorias com a expansão do Mercosul. Da década de 1990 até hoje, as importações aumentaram em benefício dos vinhos chilenos e argentinos, colocando em dificuldades especialmente os produtores rurais menores. Apesar de tudo, a identidade da região profundamente ligada ao cultivo da uva e à produção de vinho foi preservada, graças à perseverança dos proprietários que investiram na valorização técnico-científica e apostaram na qualidade. Em particular, entre as estratégias adotadas, um papel de destaque é ocupado pelos investimentos para a expansão do enoturismo, como forma de difusão e conquista de mercados. Já desde os últimos anos do século passado, os principais enólogos da região se uniram para obter do

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), a criação da primeira Indicação Geográfica de vinhos do Brasil. O reconhecimento veio para o Vale dos Vinhedos em 2002, com a certificação da Indicação de Procedência, primeiro passo para alcançar a mais cobiçada Denominação de Origem, obtida em 2012 (Alessio, 2021). A boa qualidade do produto nessa área é confirmada pela quantidade de prêmios obtidos em diversos concursos e feiras, inclusive a nível internacional, com predominância de vinhos brancos e espumantes. Nos últimos anos, sete áreas específicas do Brasil conquistaram Indicação Geográfica para vinhos: cinco na antiga Região Colonial Italiana; outra mais a oeste, na promissora Campanha Gaúcha, onde algumas das principais empresas da Serra adquiriram grande quantidade de terras para produzir vinhos finos e experimentar novas variedades, em enormes espaços cultivados no sistema de “espaldeira”; uma última, finalmente, no estado de Santa Catarina em território também alcançado no passado pelos descendentes de imigrantes italianos. O Rio Grande do Sul, entre Serra e Campanha, produz 90% do vinho nacional. A atividade continua sendo uma das mais significativas para a economia do estado, como mostram o número de empregados na cadeia produtiva, as exportações realizadas e a indústria do turismo que representa um item importante no orçamento.

Se na Campanha a viticultura é moderna, altamente mecanizada, com utilização de tecnologia de ponta e investimentos em pesquisas experimentais, o que é um bom presságio para o futuro, a Serra Gaúcha também tem mantido, do ponto de vista estético e paisagístico, um aspecto mais ligado à tradição. A forte personalidade “italiana” do território foi deliberadamente preservada e, de fato, escreveu Flavia Cristaldi (2015), se apresenta como uma paisagem agrícola profundamente caracterizada por sabores e cheiros italianos. Trata-se, sobretudo, de referências a uma Itália camponesa idealizada do passado, que coexiste com práticas agrícolas e culinárias transnacionais, “coloniais”, que ganharam novos significados e experiências a

partir da fusão entre diferentes culturas. A referência à Itália é evidente em todas as caves e adegas locais, bem como na restauração e nos serviços turísticos em geral.

Os descendentes dos italianos, da terceira ou quarta geração, são hoje chamados a prestar especial atenção não só à técnica e estética da vinha, mas também à preservação da paisagem como um todo. Apesar do ritmo da globalização e da industrialização avançada, ainda existe uma relação muito forte entre o território, a sua história e a sua identidade ligada aos processos migratórios iniciados no final do século XIX. O esforço para manter viva a memória dos pioneiros e as tradições transmitidas é evidente, também como forma estratégica de valorizar o vinho e a gastronomia locais, relembrando a reconhecida excelência da produção gastronômica e vitivinícola italiana.

Conclusões

Tudo isso permite-nos refletir sobre a identidade de uma região inteiramente forjada pela experiência da colonização. O emigrante italiano trouxe consigo algumas competências técnicas e uma propensão para o trabalho que foram essenciais para a manutenção de um processo de crescimento e valorização de um determinado “recurso étnico”. Ao mesmo tempo, os saltos de qualidade na produção de vinho não foram lineares, e ocorreram principalmente em momentos em que o Estado colaborou com uma legislação mais adequada, com investimentos infraestruturais e científicos, convocando também técnicos e especialistas da Itália para valorizar um setor que ainda era incipiente e fraco no final do século XIX.

Por isso, acredito que ao longo dos anos o vinho se tornou o principal meio de comunicação, que, por sua vez, expressa e contém a alma profunda de um território e de uma paisagem entre as mais belas e ricas em cultura do estado, com enorme potencial hoje também expresso no campo do turismo.

Referências

- ALESSIO, Ana Júlia. *O Vale dos Vinhedos: Indicação geográfica e desenvolvimento do setor vitivinícola*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt *et al.* (orgs.). *Gastronomia e vinhos: contributos para o desenvolvimento sustentável do turismo; estudos de caso: Brasil e Portugal Caxias do Sul: EDUCS, 2020.*
- CORTE, Pasquale. *Le colonie agricole italiane nella Provincia di Rio Grande del Sud nel Brasile all'esposizione Nazionale de Torino*. Montevideu: Nación, 1884.
- CRISTALDI, Flavia. *E andarono per mar a piantar vigneti: Gli Italiani nel Rio Grande do Sul*. Perugia: Tau, 2015.
- DAL PIZZOL, Rinaldo; PASTOR, Luis Vicente Elias. *Paisagens do vinhedo rio-grandense*. Bento Gonçalves: Instituto R. Dal Pizzol, 2016.
- DAL PIZZOL, Rinaldo; SOUSA, Sérgio Inglez de. *Memórias do vinho gaúcho*. Porto Alegre: Editora AGE, 2014. v. 1.
- DI RENZO, Ernesto. *Cibo, identità, migrazione: alcune riflessioni a margine dell'emigrazione italiana nel mondo*. In: LICATA, Delfina (org.). *Rapporto Italiani nel Mondo*. Perugia: Tau, 2014, p. 397-407.
- FALCADE, Ivanira. *O espaço rural e a vitivinicultura nas regiões Serra Gaúcha e Vale dos Vinhedos (Brasil)*. *Douro: Estudos e Documentos*, v. 9, n. 18, p. 201-218, 2004.
- FRANZINA, Emilio. *La terra ritrovata: Storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile*. Genova: Stefano Termanini, 2014.
- GOBBATO, Celeste. *O cultivo da vide e a industrialização da uva no Rio Grande do Sul*. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950, p. 402-424.

GOBBATO, Celeste. *Manuale del produttore di vino*. Caxias do Sul, 1934.

GOBBATO, Celeste. Il colono italiano ed il suo contributo nell'industria riograndense. In: *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande do Sul: 1875-1925*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925, p. 195-242. v. 1.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A produção de vinho na zona colonial italiana do Rio Grande do Sul. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira (orgs.). *Alimentando existências: o Trânsito de pessoas, experiências e comidas*. Cachoeirinha: Fi, 2023, p. 22-34.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Patrimônio, trabalho e tradição: Cultura del vino nella zona d'immigrazione italiana nel sud del Brasile. *Giornale di Storia Contemporanea*, v. 24, n. 1, p. 93-102, 2020.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A vitivinicultura no Sul do Brasil: um estudo regional. In: CUTI, Alcides Beretta (org.). *La vitivinicultura uruguaya en la región (1870-2000): Una introducción a estudios y problemas*. Montevideo: Universidad de La Republica, 2010, p. 257.

MANFIO, Vanessa. A vitivinicultura no espaço geográfico do Rio Grande do Sul, Brasil: uma abordagem sobre a campanha gaúcha. *Caminhos de Geografia*, v. 20, n. 70, p. 433-447, 2019.

MELLO, Loiva Maria Ribeiro de; MACHADO, Carlos Alberto Ely. *Vitivinicultura brasileira: Panorama 2021*. Comunicado Técnico 226. Bento Gonçalves: Embrapa, 2022.

MONTEIRO, Katani. *Entre o vinho e a política: Uma biografia de Celeste Gobbato (1890-1958)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2016.

PAZ, Ivoni Nor; Baldisserotto, Isabel. *A Estação do Vinho: História da Estação Experimental de Viticultura e Enologia – EEVE – 1921/1990*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1950, p. 34-64.

ROMANATO, Gianpaolo; Herédia, VANIA Beatriz Merlotti (orgs.). *L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul*

brasiliano (1875-1914): Fonti Diplomatiche. Consiglio Regionale del Veneto, Ravenna: Longo Editore, 2018.

RUGGIERO, Antonio de. *Settù voi vienire ora è il tempo*: l'emigrazione toscana in Brasile (1875-1914). Pisa: Pacini editore, 2020.

RUGGIERO, Antonio de. Tra conservazione e integrazione: La cultura alimentare nelle memorie e nella letteratura dei primi immigrati italiani nel Rio Grande do Sul. *Confluenze*, v. 11, n. 1, p. 3-21, 2019.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Brasília, DF: Senado Federal, 2002.

SANTOS, Miriam. A alimentação como fator de manutenção de identidade entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Imigração e emigração: balanço historiográfico no sul do Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2022, p. 333-352.

SANTOS, Sandro Rogério dos. Stefano Paternò e a construção do empreendedorismo cooperativo na Serra Gaúcha. In: FAY, Cláudia Musa; RUGGIERO, Antonio de. (orgs.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de caso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 141-155.

VALDUGA, Vander. *Enoturismo no Vale dos Vinhedos*. Jaguarão: Fundação Universidade Federal do Pampa, 2011.

VALDUGA, Vander; Medeiros, Rosa Maria Vieira. As raízes do enoturismo no Brasil. *Via@ Tourism Review*, v. 6, n. 2, p. 1-18, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/viatourism.727>.

Aprile 1858: l'ammutinamento della fregata *Liguria*: un caso di emigrazione mancata dal regno di Sardegna al Brasile

Chiara Vangelista⁵

La rivolta dei migrante

La fregata *Liguria* salpò dal porto di Genova il 10 marzo del 1858, con 487 passeggeri a bordo diretti in Brasile: erano stati arruolati da una compagnia di colonizzazione brasiliana fondata pochi mesi prima sotto gli auspici del governo imperiale e con sede europea a Parigi. Dopo 31 giorni di navigazione – dunque il 9 aprile – la *Liguria* non aveva ancora abbandonato il Mediterraneo e aveva gettato le ancore al largo di Gibilterra⁶. Il viaggio era stato difficile. Durante quel mese di navigazione i venti erano stati contrari; ormai il cibo era finito o avariato e le malattie avevano colpito i passeggeri, i quali contavano già nove vittime, causate dal vaiolo, o da altri morbi non identificabili⁷.

⁵ Già ordinaria di Storia e Istituzioni delle Americhe, Università degli Studi di Genova (IT).

⁶ Archivio di Stato di Torino (d'ora in avanti ASTO). Corti straniere. Brasile, colonizzazione 1858-1859. *Copia lettera al Console sardo in Marsiglia, dal capitano Prospero Figari e dal capitano Domenico Garasio, direttore dei passeggeri, dal Liguria, 1° maggio 1858.*

⁷ In base alla lista dei decessi, il calcolo è leggermente diverso rispetto alla relazione del capitano citata precedentemente (8 deceduti al 10 aprile), ma la svista è comprensibile, considerando che il capitano dei passeggeri scrive il 1° maggio, quando i morti erano già 18. ASTO. Corti straniere. Brasile, colonizzazione 1858-1859. *Decessi, allegato a: Associazione Centrale di colonizzazione pel Brasile sovvenzionata e protetta da quell'Imperial Governo. Stato nominativo delle persone partite per conto della suddetta associazione dal porto di Genova il 10 marzo 1858 col mezzo della nave Liguria capitano Prospero Figari.*

Alla fine delle sue peripezie la *Liguria* contò 25 morti a bordo: 22 sotto i 12 anni di età e tre uomini di 25, 26 e 30 anni⁸.

Il resoconto del capitano dei passeggeri della *Liguria* e le segnalazioni dei rappresentanti diplomatici sardi (vale a dire, del Regno di Sardegna) offrono il quadro della situazione. L'autorità sanitaria di Gibilterra non accolse la *Liguria*, concedendole soltanto di provvedersi del necessario per continuare il viaggio. L'alternativa era il ritorno al porto di Genova, ma la difficile situazione a bordo rendeva necessaria una tappa intermedia: verso un porto sicuro, ma, soprattutto, verso «il più vicino Lazzaretto». La fregata *Liguria* si diresse allora alle Isole Baleari, ma

non appena giunti in vista di Majorca che i passeggeri cominciarono a sollevarsi in massa gridando vogliamo andare a *Villafranca*, vogliamo andare alle nostre case; il giorno seguente poi verso mezzogiorno la dimostrazione fu molto più minacciosa, dicendo essi ad altra voce che avrebbero posto il fuoco al bastimento piuttostoché approdare al porto di Mahón⁹. Verso le tre pomeridiane dello stesso giorno il capitano comandante della nave non tenendo conto di tali minacce diede ordine ai marinai di attestare le catene delle ancore, manovra che non poté venire eseguita perché varii passeggeri si opposero, minacciando gli stessi marinai, protestando sempre che volevano approdare a Villafranca e non in altro luogo¹⁰.

⁸ ASTO, Corti straniere. Brasile, colonizzazione 1858-1859. *Decessi*, cit.

⁹ Mahón è il porto di Minorca, non di Maiorca.

¹⁰ ASTO. Corti straniere. Brasile, colonizzazione 1858-1859. *Copia lettera al Console sardo in Marsiglia, dal capitano Prospero Figari e dal capitano Domenico Garasio*, cit., sottolineature nel testo. N.B.: tutte le citazioni contenute in questo articolo sono trascritte nell'ortografia originale. Nonostante le notevoli migliorie al porto di Nizza, che i Savoia disposero dopo la ripresa di possesso stabilita dal Congresso di Vienna e la contemporanea acquisizione di Genova, questa richiesta degli emigranti mostra come il porto di Villafranca Marittima, attuale Villefranche-sur-Mer, continuasse

Il rapporto del capitano Domenico Galosio, direttore dei passeggeri, mostra una situazione sempre più tesa e sempre più vicina al vero e proprio ammutinamento. Lo scontro diretto non ebbe luogo, non tanto per il buon esito delle trattative tra l'equipaggio, che si era asserragliato dietro la bandiera sabauda, e i passeggeri, che erano sempre più esasperati, quanto per la volontà dei venti e per la diplomazia del capitano Galosio: «Frattanto il vento spirante contrario per approdare nel designato porto, e in considerazione che un più lungo indugio potesse esserci fatale, il Capitano Direttore dei passeggeri indì meglio dirigersi alla volta di questo porto [Marsiglia, N.d.A.] per evitare sinistri maggiori»¹¹.

Sbarcati a Marsiglia e ricevuti i soccorsi essenziali, i passeggeri manifestarono vivacemente la loro volontà di non risalire sulla *Liguria*:

Per quanto si sia detto ai Coloni sia dal Prefetto, sia dal Direttore di Sanità, sia dal Console, ed infine da tutti, fu tutto inutile non vogliono più imbarcare sulla *Liguria* ne [sic] per Rio de Janeiro ne [sic] per Genova, allora il Prefetto spedì 200 soldati per costringerli ad imbarcarsi ma anche questa misura fu inutile, si fecero arrestare 24 Coloni i più turbolenti ed in mezzo al pianto delle donne gli altri non si mossero dal loro posto rifiutandosi sempre d'imbarcarsi, per cui ritornarono le truppe in Marsiglia coi prigionieri lasciando i Coloni sempre nel Lazzaretto, non si sa qual decisione sarà presa, intanto noi tutti di bordo siamo costretti a non andare più in Lazzaretto perché ci odiano mortalmente. Tosto presa qualche risoluzione gliela comunicherò senz'altro per ora distintamente la saluto suo devotissimo servo f.to

ad essere nelle loro conoscenze e nell'immaginario popolare il porto principale e più sicuro del regno. Inoltre, da Villafranca Marittima i passeggeri della *Liguria* avrebbero potuto tornare alle loro case a piedi, o con mezzi di fortuna.

¹¹ Ivi.

Forni Carlo. P.S. Perdoni di si misero scritto da un caffè¹².

Bloccati a Marsiglia, i passeggeri chiesero a gran voce la rescissione del contratto di emigrazione che avevano firmato¹³. Infine, le richieste degli ammutinati furono accolte e, a scaglioni e su vapori francesi, essi furono trasportati sino a Genova, dove le loro peripezie non sarebbero terminate, come si vedrà alla fine di questo articolo.

La fregata *Liguria* non trasportò a Rio de Janeiro il suo carico di aspiranti migranti, i quali, senza mezzi e in seguito a quella esperienza negativa, forse non ripresero più il mare per raggiungere l'America. Nonostante ciò, il caso della fregata *Liguria*, grazie alla ricca documentazione, è un episodio di grande interesse per l'analisi storica. Infatti, l'ammutinamento rese necessario il coinvolgimento di diversi organi amministrativi dello Stato sabauda, quali il governo, il ministero degli interni e il ministero degli esteri, ma non solo: si pensi alla prefettura di Marsiglia, al locale corpo di polizia francese e alla direzione di sanità di quella città; ai diplomatici sabaudi a Marsiglia e a Rio de Janeiro; al governo brasiliano e ai suoi rappresentanti a Torino e a Genova; alla stessa associazione per la colonizzazione, che aveva avviato l'operazione; ai lazzaretti, vale a dire i ricoveri per i malati indigenti, e, infine, all'amministrazione della rete ferroviaria piemontese, di recente costruzione. La mobilitazione di istituzioni diverse a causa di una situazione di emergenza offre alla storia un ricco campo di analisi, per capire sia l'organizzazione precoce dell'emigrazione sussidiata in Brasile, sia le caratteristiche dei potenziali emigranti dal Piemonte preunitario, sia per fare alcune ipotesi sulla mobilità territoriale dei ceti popolari.

¹² ASTO. Corti straniere. Brasile, colonizzazione 1858-1859. *Da Forni Carlo al Sig. Galli Dottore in Legge, Genova. Marsiglia, 22 maggio 1858.*

¹³ ASTO. Corti straniere. Brasile, colonizzazione 1858-1859. *Copia di nota del Consolato Generale di Sardegna in Marsiglia diretta al Ministro/Esteri in data 7 maggio 1858; Ivi, Dal Consolato Generale di Sardegna in Marsiglia, 20 maggio 1858.* V. anche: Ivi, fascicolo 22, maggio 1858.

L'immigrazione europea in Brasile nella prima metà dell'Ottocento

Il trasferimento della Corte portoghese da Lisbona a Rio de Janeiro segnò l'inizio, in Brasile, di una nuova fase di immigrazione, quella dell'età contemporanea, formata prevalentemente da europei di diverse nazionalità, ma con il predominio dell'Europa centrale, e appartenenti sia ai ceti popolari, sia alla piccola e media borghesia. Non è questo il luogo per affrontare compiutamente il tema; basti ricordare che, nel caso del Brasile, si trattò sin dall'inizio di due diverse tipologie di migrazione: una formata da singoli individui, per la maggior parte uomini, ma anche donne, che si inserirono nel tessuto urbano, soprattutto a Rio de Janeiro e a Bahia, e un'altra composta da gruppi di lavoratori generici o di contadini, chiamati dal Brasile per mezzo di contratti collettivi. Entrambe le tipologie – migranti spontanei e migranti con contratto collettivo – rispondevano all'esigenza da parte del nuovo Brasile di servizi, in senso lato: dal 1808 al 1822, in epoca ancora coloniale, a causa della presenza della Corte portoghese e del suo numeroso seguito, che volevano riprodurre la vita sociale e culturale europea; in seguito, a partire dall'Indipendenza e dalla nascita dello Stato nazionale, nel contesto dei progetti di europeizzazione delle città e del paese nel suo insieme¹⁴. Si trattava di un flusso migratorio non numeroso, ma importante per la varietà delle competenze che esso portò con sé. Per fare solo qualche esempio, Jean-Baptiste Debret, pittore di storia, francese fuggito dalla Restaurazione, progettò il canone iconografico brasiliano, che, se pur osteggiato lungamente dai ceti dominanti, persiste sino ai nostri giorni¹⁵; il biellese Lorenzo Failla introdusse a Corte l'arte del sorbetto italia-

¹⁴ Chiara Vangelista, *Uomini, donne, denaro. Aspetti dell'emigrazione dal Regno di Sardegna al Brasile*, «Itineraria», vol. 14 (2015), Firenze, SISMEL, pp. 87-127; Id., *Cartografia migrante. Hercule Florence, de Nice ao Brasil (1804-1879)*, IHF Portugal, São Paulo 2024 (Ogliastro Cilento 2022), cap. 3.

¹⁵ Chiara Vangelista, *Civilização, Botânica e tapeçaria: a floresta brasileira em Jean-Baptiste Debret*, in Jacques Leenhardt (org.), *A construção francesa do Brasil*, Editora HUCITEC, São Paulo 2008,

no¹⁶; il francese Pierre Plancher, bonapartista riparato a Rio de Janeiro, pose le basi della tecnica e dell'arte tipografica, diventando tipografo imperiale e dando vita al prestigioso e duraturo *Jornal do Comércio*¹⁷; l'inglese Maria Graham insegnò le buone maniere alla principessa imperiale Maria da Glória¹⁸; il piemontese Carron du Villard aprì a Rio de Janeiro un ambulatorio oftalmico gratuito per i poveri della città¹⁹; altri avviarono case di commercio, farmacie, locande, case di moda, piccoli laboratori per la fabbricazione di candele o ombrelli. I meno fortunati, ma non per questo meno intraprendenti, si dedicarono al commercio ambulante: inglesi, e in seguito liguri, piemontesi e toscani uscirono dalle città dove dominavano gli *escravos de ganho* e si diressero, a piedi, verso le campagne dell'interno, vendendo le merci di scarso valore che si erano fatte arrivare dai parenti in Europa²⁰.

Questa immigrazione di singoli individui diede vita nel tessuto urbano, soprattutto carioca, a uno strato di popolazione sino allora inedito in Brasile, una sorta di ceto intermedio, alfabetizzato, povero e libero, e costantemente a rischio sotto il profilo della sopravvivenza economica e fisica: le numerose ondate della cosiddetta febbre gialla colpirono crudelmente gli europei, colti di sorpresa all'arrivo

pp. 159-220: Jacques Leenhardt, *Rever Debret. Colônia-Ateliê-Nação*, Editora 34, São Paulo, 2023.

¹⁶ ASTO. Materie Politiche, Consolati nazionali. Rio de Janeiro, 1834-1859, 2 mazzo 1, lettera n. 81, 30 ottobre 1842.

¹⁷ Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, Geral, Rio de Janeiro 1977 (2^a ed.), pp. 126-127.

¹⁸ Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil e duma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1956.

¹⁹ ASTO. Materie Politiche, Consolati nazionali. Rio de Janeiro, 1834-1859, 2 mazzi, mazzo 2, Lettera n. 41, 7 settembre 1858.

²⁰ Chiara Vangelista, *Traders and Workers: Sardinian Subjects in Argentina and Brazil*, in George Pozzetta and Bruno Ramirez (ed.), *The Italian Diaspora. Migration Across the Globe*, Multicultural History Society of Ontario, Toronto 1992, pp. 37-50. Com'è noto, a fine Ottocento questa attività divenne monopolio degli immigrati provenienti dall'impero ottomano.

a Rio de Janeiro, oppure perché senza le risorse per fuggire dalla città e ritirarsi nell'entroterra.

Sin dall'arrivo a Rio de Janeiro di Dom João VI, accanto agli immigrati spontanei apparvero quelli a contratto. Nel caso del Regno di Sardegna, l'immigrazione a contratto collettivo, supportata da investimenti privati, interessò sia operai, sia braccianti, sia famiglie contadine. Nel primo caso, ricordo i vetrai di Altare e i braccianti, anch'essi prevalentemente liguri, ingaggiati per la costruzione della strada che avrebbe unito Rio de Janeiro a Petrópolis, la residenza di campagna dell'imperatore²¹. I vetrai provenienti da Altare, comune della provincia di Savona, in Liguria, e sin dal XII secolo centro dell'arte vetraria, nel 1837 sbarcarono con le loro famiglie a Bahia e a Rio de Janeiro, dove avrebbero dovuto lavorare in una vetreria. Il progetto si realizzò, con la fondazione della *Fábrica de vidrios São Roque*²².

Per quanto concerne i piemontesi – qui intesi come sudditi del Regno di Sardegna, che comprendevano grosso modo gli attuali savoardi, nizzardi, piemontesi e liguri – si ha notizia, per questo periodo, di almeno due contratti collettivi destinati a famiglie contadine: la colonia fondata nella provincia di Santa Catarina dallo svizzero Enrico Schuttel, rappresentante consolare del Regno di Sardegna, ma anche del Cile e del Belgio²³ e le quattro famiglie delle valli valdesi che nel 1858 accettarono di essere inserite nella colonia Santa Izabel, fondata nel 1847 dal governo imperiale nella provincia di Espírito Santo e abitata da tedeschi di religione luterana²⁴.

²¹ Chiara Vangelista, *Costruire strade in Brasile: immigrati liguri e piemontesi a metà dell'ottocento*, «Dimensões», vol. 26 (2011), pp. 8-23.

²² ASTO. Materie Politiche, Consolati nazionali. Rio de Janeiro, 1834-1859, 2 mazzi, mazzo 1, *passim*; Alberto Saroldi, *I vetrai di Altare in Brasile*, «Visioni latinoamericane», a. X, n. 18, gennaio 2018, pp. 237-275, pp. 238-250. I vetrai di Altare erano devoti a San Rocco.

²³ ASTO. Materie Politiche, Consolati nazionali. Rio de Janeiro, 1834-1859, mazzo 2, 1846 e 1851.

²⁴ Chiara Vangelista, *Dal Bella Dolinda alla colonia Santa Izabel: emigrati valdesi in Brasile nel 1858*, «Ventesimo Secolo», anno II,

Con la metà del secolo si rese più evidente l'attività di attrazione di famiglie contadine europee, non solo all'interno di progetti di popolamento di aree marginali, come fu la colonia fondata nella provincia di Santa Catarina da Enrico Schuttel, ma anche per i primi tentativi di inserimento di famiglie di agricoltori – o aspiranti tali – nelle aziende agricole che temevano la scarsità di manodopera, dopo la chiusura nel 1850 della tratta dall'Africa di manodopera schiavizzata. L'ideatore del progetto fu Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, portoghese trapiantato in Brasile e politico di idee liberali, il quale nella sua fazenda a Limeira (nella provincia di São Paulo) sperimentò l'immissione di brasiliani liberi e di famiglie di coloni di lingua tedesca in piantagioni in cui la manodopera era prevalentemente schiava di origine africana. Gli immigrati – erano soprattutto svizzeri – non ressero al contatto culturale con la società schiavista e la loro rivolta, nel 1856, ebbe risonanza anche in Europa, diventando un caso internazionale. *Ibicaba* e le altre *fazendas* coinvolte nel progetto furono sottoposte a due diverse ispezioni, rispettivamente dei governi brasiliano e svizzero²⁵. L'accenno a questo esperimento, che compì la sua parabola nel giro di poco più di un lustro²⁶, è funzionale all'approfondimento dell'episodio della fregata *Liguria*: le nuove prospettive del mercato internazionale di materie prime e derrate alimentari, la chiusura della tratta dall'Africa e la bassa crescita demografica, in Brasile, della manodopera schiava, nonché le idee massoniche e liberali diffuse in una parte dell'oligarchia brasiliana e che erano state alla base dell'Indipendenza, orientarono il ceto padronale più al passo con i tempi verso la progressiva abolizione

n. 5-6, 1992, pp. 429-443.

²⁵ V. Thomas Davatz, *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, Livraria Martins, São Paulo 1941. V. anche l'ampia introduzione di Sérgio Buarque de Holanda. Ho analizzato il funzionamento del sistema dei Vergueiro in: Chiara Vangelista, *Cartografia migrante...*, cit., cap. 5: ad esso rimando per le fonti.

²⁶ V. Emília Viotti da Costa, *Colônia de parceria na lavoura de café: primeiras experiências*, in *Anais. II simpósio dos professores universitários de história*, Universidade do Paraná, Curitiba 1962, pp. 275-309.

del sistema schiavista e all'immissione nel tradizionale comparto agrario di lavoratori liberi – ma non necessariamente salariati²⁷.

Al tempo stesso, a metà Ottocento, in Europa, soprattutto nella fascia centrale del continente, dal Mare del Nord al Golfo del Leone e al Mar Ligure, si stava formando un ampio strato di popolazione impoverita dalle crisi agrarie e disorientata dai rivolgimenti politici e dai cambiamenti nelle gerarchie sociali. Nel caso dei sudditi del Regno di Sardegna, agli aspetti strutturali si aggiungevano le conseguenze della partecipazione piemontese alla guerra di Crimea: i reduci erano debilitati, irrequieti, e cercavano lavoro senza trovarlo. In questo quadro di crisi che accomunava per cause molto diverse l'impero del Brasile e alcune aree europee, prese forma la *Associação Central de Colonização*, la quale, nel marzo del 1857, riuscì a stipulare un accordo con il governo imperiale per la *importação e recepção* di cinquantamila coloni. Il contratto era simile a quelli che si era soliti proporre a metà dell'Ottocento nella maggior parte dei paesi latino-americani²⁸. Nel caso specifico qui analizzato, si nota che l'anello di collegamento tra la domanda e l'offerta di manodopera – cioè tra il Brasile e il Regno di Sardegna – era costituito dalla rete di relazioni che gli italiani, ancor prima di essere uniti, avevano creato all'estero²⁹. Tra costoro vi era anche Giuseppe Galli, notaio di Lucca. Nell'ottobre del 1857, Eugenio Truqui scriveva dal consolato generale di Sardegna a Rio de Janeiro al mi-

²⁷ V. Ana Rosa Cloquet da Silva, *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio 1783-1823*, Editora da Unicamp, Campinas 1999, capitolo 3; Eduardo Silva, *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Uma investigação de história cultural*, Companhia das Letras, São Paulo 2003.

²⁸ L'atto è consultabile anche online. V. *Coleção das Leis do Império do Brasil. 1857, Decreto n. 1.915, 28 de março de 1857*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1915-28-marco-1857-557933-publicacaooriginal-78700-pe.html> consultato il 5 luglio 2024.

²⁹ Su questo aspetto, v. Emilio Franzina, *Gli italiani al Nuovo Mondo. L'emigrazione italiana in America 1492-1942*, Arnoldo Mondadori Editore, Milano 1995, cap. terzo.

nistro degli affari esteri a Torino, Camillo Benso conte di Cavour:

Mi corre poi l'obbligo di avvertire V.E., in via assolutamente confidenziale, che il Dottor Galli di cui accennai era in stretta relazione con il sig. Conte Fè sono intimi amici dell'ingegnere Cav. Bonini interessato a poter avere operai per il compimento delle sue imprese di strade³⁰.

Il console Truqui segnalava al ministro i legami di amicizia che univano il conte Alessandro Fè, ancora segretario di Legazione a Rio de Janeiro, l'ingegner Bonini, che aveva organizzato l'immigrazione di lavoratori liguri per la costruzione della già citata strada tra Rio de Janeiro e Petrópolis e lo stesso Giuseppe Galli, che in quei giorni era in partenza per Genova al fine di organizzare il carico di migranti della fregata *Liguria*. Inoltre, Truqui sottolineava in altra missiva che la *Società Centrale di Colonizzazione* (così era conosciuta a Torino) era ormai diventata una vera e propria emanazione del governo brasiliano³¹.

L'informazione di Truqui, comunicata a Cavour *in via assolutamente confidenziale* introduce alla pluralità degli attori coinvolti nella tragica storia dei passeggeri della *Liguria*.

³⁰ ASTO. Materie politiche relative all'estero. Corti straniere, Brasile 1858-1859, marzo 1. *Copia dispaccio del Consolato Generale di Sardegna nel Brasile al Ministero degli Affari esteri in data 15 ottobre 1857, n. 1.*

³¹ ASTO. Consolati nazionali. Rio de Janeiro, 1834-1859, marzo 2, lettera n. 26, da Truqui a Cavour, 12 maggio 1858. Sulle vicende della Legazione sarda e del conte Alessandro Fè, v. lo studio dettagliato di Giulia Barbieri, *I rappresentanti del Regno di Sardegna in Brasile (1834-1859). La costruzione della rete consolare: l'immigrazione, il commercio e l'immagine dell'Impero*, Università degli Studi di Padova, Dipartimento di Scienze storiche, geografiche e dell'Antichità. Corso di laurea magistrale in Scienze Storiche, a.a. 2012-2013, tesi di Laurea. Relatrice prof.ssa Gabriella Chiaramonti, pp. 194-206.

Gli attori coinvolti

Il trasferimento in Brasile di un numero ingente di sudditi sabaudi fu osservato con attenzione dal governo del regno e da tutti i settori amministrativi finalizzati alla sicurezza, pubblica e dei singoli.

Dopo la lettera di Truqui, dell'ottobre del 1857, a metà novembre il Ministero dell'Interno ricevette da Genova il rapporto dell'Intendenza Generale di Sicurezza Pubblica relativo a Giuseppe Galli. Dottore in Legge e notaio, provvisto di passaporto per il Brasile rilasciato dalla prefettura di Lucca, Galli era arrivato a Genova il 7 novembre; era sceso in una locanda, stava cercando un alloggio ammobiliato e non aveva dichiarato lo scopo del suo soggiorno: «lo scrivente [l'intendente generale, N.d.A.] tiene quindi invigilati i suoi andamenti, ed ove si verificchino i progetti di arruolamenti per l'estero si farà premura di riferire al sig. Ministro»³².

La prudenza e i controlli erano necessari: in Brasile il console sabauo aveva fatto le dovute indagini presso il console svizzero a Rio de Janeiro, che era stato al centro del caso della *fazenda Ibicaba*, citata precedentemente. La risposta non era stata incoraggiante: le cinque colonie svizzere nella provincia di São Paulo non prosperavano, anzi, il loro debito era aumentato³³. Nel gennaio del 1858 venne comunque data via libera all'impresa di Galli. Da parte di Torino non ci sarebbe stato nessun ostacolo, «purché per altro non diasi alle cose alcuna pubblicità né per mezzo dei giornali, né con appositi manifesti [...]»³⁴. Queste disposizioni rimandano ai principi dell'*ancien régime*, secondo i quali i sudditi erano una risorsa inalienabile del sovrano, ma i tempi ormai erano cambiati: ora si vigilava soprattutto

³² ASTO. Corti straniere. Brasile, colonizzazione 1858-1859. *Intendenza Generale Sicurezza Pubblica. Al Ministro dell'Interno, Genova, 13 novembre 1857.*

³³ ASTO. Corti straniere. Brasile, colonizzazione 1858-1859. *Nota della Divisione 2, n. 843, al Ministro degli Esteri, 4 febbraio 1858.*

³⁴ ASTO. Lettere dei Ministri Esteri, Brasile. *Ministero dell'Interno, divisione 2, n. 621, 26 gennaio 1858.*

sulle omissioni dei doveri nei confronti dello Stato e della famiglia³⁵. Vennero segnalati

molti abusi; si procura d'adescare figli di famiglia a emigrare senza consenso dei genitori, e probabilmente in frode della legge sulla leva; si verificano casi di padri che abbandonano la famiglia senza sostegno né mezzi di sussistenza, si accettano finalmente quante persone si presentano senza punto badare se siano o no provviste di regolare passaporto³⁶.

A queste rimostranze, dalla Legazione del Brasile a Torino rispose Vianna Lima con una vena di sarcasmo: non c'era stata nessuna costrizione, nessun adescamento,

puisqu'il suffit de dire que pour une petite expédition comme celle qui on vient de faire, plus de 4.000 personne demeurant en Piemont, Lombardie et Toscane se sont adressées aux dits agents [...] leur visant qu'elles étaient prêtes [sic] à partir suivant les conditions offertes par l'Association Centrale³⁷.

La gente, insomma, voleva partire. Il giorno dopo la lettera di Vianna Lima, appena citata, la fregata *Liguria* salpò dal porto di Genova. La polizia era salita a bordo prima della partenza, per i controlli dei documenti. Alcuni

³⁵ Nello stesso anno 1858 vi fu la prima emigrazione di piemontesi valdesi verso l'Uruguay. Come già accennato, 4 famiglie decisero di fermarsi nella provincia brasiliana di Espírito Santo. Anche in quel caso, l'emigrazione non solo non fu pubblicizzata, ma anche ostacolata, e in seguito vista con apprensione dalla Tavola Valdese. In quell'occasione, le ragioni erano soprattutto religiose. V. Chiara Vangelista, *L'emigrazione valdese. Parte I, Persecuzioni ed emigrazione*, in Paola Corti, Matteo Sanfilippo (a cura di), *Migrazioni, Storia d'Italia. Annali 24*, Einaudi, Torino 2009, pp. 161-172.

³⁶ ASTO. Lettere dei Ministri Esteri, Brasile 1834-1859, marzo 1. *Dal Ministero dell'Interno al Ministero degli Esteri. Torino, 5 marzo 1858.*

³⁷ ASTO. Corti straniera. Brasile colonizzazione 1858-1859. *Da Vianna Lima, Legazione imperiale del Brasile a Torino al conte Camille de Cavour, presidente del consiglio, 9 marzo 1858* (copia). Anche qui la trascrizione è letterale. In quel periodo Cavour sommovava le due cariche di presidente del consiglio e ministro degli esteri.

passaggeri furono fatti scendere, perché le famiglie li reclamavano; i rimanenti avevano le carte in regola e nessuno si era opposto alla loro partenza³⁸.

Sulla fregata *Liguria* erano presenti 478 passeggeri: uomini e donne, adulti, bambini e infanti, per lo più riuniti in gruppi apparentemente familiari; ma erano numerosi anche singoli individui. Rispetto ad altri documenti di questo genere (liste d'imbarco, registri della sanità pubblica, diari di bordo), la lista dei passeggeri firmata dal dottor Galli e conservata presso l'Archivio di Stato di Torino manca almeno di un dato: le relazioni di parentela, che si possono comunque evincere, sebbene in modo non preciso, dall'ordine di registrazione dei passeggeri. Inoltre, la totale assenza del cognome da nubile delle donne sposate – una pratica comune all'epoca, ma qui elevata a sistema – preclude qualsiasi ipotesi sulla presenza di famiglie allargate.

Lo *Stato nominativo* indica qui, per ogni persona imbarcata, il cognome (letteralmente: *casato*), il nome, l'età, la professione (letteralmente: *condizione*), il luogo di nascita (letteralmente: *patria*), il comune di domicilio³⁹. Un'analisi di questa lista, se pure con i limiti di rilevazione che essa offre, fornisce comunque alcuni dati interessanti. I nuclei familiari sono 62⁴⁰, le persone singole sono 118, tutte di genere maschile (un rilevante 24% del totale dei passeggeri), in un'età compresa tra i 12 e i 43 anni⁴¹. Le coppie, cioè

³⁸ Ibidem.

³⁹ ASTO. Corti straniere. Brasile, colonizzazione 1858-1859. *Associazione Centrale di Colonizzazione...*, cit.

⁴⁰ Nel caso dei gruppi che ho definito nuclei familiari, ve ne sono alcuni evidentemente monoparentali, cioè il padre, oppure, in un caso, la madre, con due o più figli. I casi sono rari: una donna di 23 anni con due bimbi di 4 e 2 anni; un uomo di 41 anni con tre minori tra gli 8 e i 14 anni; un altro di 33 anni con tre bambini da 5 ai 9 anni; un altro di 40 anni con sei minori, dai 2 ai 13 anni; un altro di 42 anni con un bambino di 4 anni ed una ragazza di 13 (questa, come le altre rilevazioni, sono dell'autrice).

⁴¹ La maggior parte di essi (55) era tra i 28 e i 36 anni; solo 4 erano minorenni (12-20 anni di età) e sei avevano tra i 41 e i 43 anni. Tra i singoli individui sono da segnalare tre minori, tutti di genere maschile e tutti definiti "contadini", i quali in linea di principio

due persone formate suppostamente da due coniugi, sono 13. In sostanza, solo 26 persone sembrano essersi imbarcate dopo un recente matrimonio, nella prospettiva di sviluppare una vita familiare in Brasile.

Si notano inoltre gruppi di due persone che non rispettano i canoni della famiglia nucleare: almeno due di esse sembrano composte da padre e figlia, altre tre, forse da padre e figlio. Infine, vi è un gruppo formato da quattro fratelli maschi.

La maggior parte dei passeggeri si dichiarò contadino: più uno status sociale, che una professione, dato che erano indicati in questo modo interi gruppi familiari, alcuni con scarso radicamento nel luogo di origine, come vedremo più avanti. La dichiarazione di un mestiere vero e proprio è espressa, con poche eccezioni, da emigranti singoli: 12 fabbro-ferrai, 11 falegnami, 9 muratori, 6 domestici, 5 calzolai, 4 ebanisti, e altri, sino a raggiungere le 61 unità: sarti, lavoranti, fornai, cuochi, uno stampatore, un vetturale, un verniciatore. Le quattro donne che dichiararono un mestiere (una lavorante, una cucitrice, una domestica e una sarta) erano tutte sposate con un artigiano. Nel complesso, le donne adulte e maritate rappresentavano il 16% del totale degli emigranti.

I dati contenuti nella lista dei passeggeri della *Liguria* non permettono analisi più dettagliate e argomentazioni articolate⁴², ma mostrano comunque almeno un dato interessante: gli aspiranti migranti rispondevano solo in parte alle caratteristiche richieste dall'Associazione Centrale di Colonizzazione pel Brasile, rappresentata presso il Regno

non avrebbero potuto emigrare da soli. D'altra parte, l'ordine nella lista degli imbarcati, insieme al luogo di nascita e di domicilio, può indicare un fenomeno che sarà più diffuso negli anni successivi: l'aggregazione di un minore, o di un celibe, o una nubile, a una coppia, o a una famiglia, che avrebbero garantito loro la protezione e l'avviamento a un mestiere.

⁴² V. invece l'analisi delle liste di bordo in Chiara Vangelista, *Gênero e estratégias migratórias: Mulheres italianas imigrantes no estado do Espírito Santo. Brasil, 1894-1895*, «Ciências Sociais UNISINOS», n. 165, vol. 40, julho-dezembro 2004, pp. 79-105.

di Sardegna da Giuseppe Galli. A prescindere dalle famiglie monoparentali, gli emigranti singoli, o a coppie senza figli, oppure i piccoli gruppi di fratelli, costituiscono circa il 37% dei passeggeri. Tra di essi, predominano gli uomini soli e senza un mestiere specifico: in altre parole, la tipologia più pericolosa per l'ordine pubblico nella prospettiva del Brasile, un paese dalla società gerarchica ed escludente, e basato su di un sistema schiavista in crisi.

Per quanto riguarda i nuclei familiari veri e propri, essi erano composti in media da 4,81 persone: dunque, nel loro insieme, sfioravano la soglia dei 5 individui a famiglia richiesta dal contratto⁴³: è da quegli anni che le statistiche brasiliane iniziarono a contare convenzionalmente le famiglie immigrate sussidiate come formate da cinque individui. D'altra parte, tornando ai passeggeri della *Liguria*, benché nel loro insieme gli appartenenti ai nuclei familiari (298 persone) rappresentassero il 62% del totale degli immigrati, molte di queste famiglie si trovavano sotto la soglia richiesta: 15 erano formate da tre persone, altre 17 da quattro persone. In sostanza, solo il 52% delle famiglie rispettavano la lettera del contratto.

In conclusione, la lista dei passeggeri offre indizi sufficienti per affermare che il sistema dell'immigrazione sussidiata stava facendo i suoi primi passi e, nello stesso tempo, che l'offerta di manodopera era abbondante – come aveva affermato il capo della legazione imperiale a Torino, Vianna Lima – ma non della qualità richiesta, vale a dire, famiglie di contadini esperti e predisposti a formare colonie agricole. È probabile che i lavoratori singoli fossero stati aggregati nella *Liguria* perché destinati agli impieghi nella costruzione delle strade e di altre infrastrutture, considerando anche le relazioni personali di Giuseppe Galli con l'imprenditore Bonini. In ogni caso, gli sfortunati passeggeri della fregata *Liguria*, se mai fossero giunti a Rio de Janeiro, avrebbero dovuto affrontare situazioni altrettanto difficili rispetto a quelle che li fecero tornare in patria.

⁴³ Cfr. *Coleção das Leis do Império do Brasil. 1857...*, cit., capítulo I, art. 1, § 1.

La mobilità territoriale

La lista dei passeggeri della fregata *Liguria* offre la possibilità di fare una ulteriore analisi, funzionale alla comprensione del profilo sociale degli aspiranti migranti, ora nell'ambito delle forme della mobilità territoriale. Ciò è possibile lavorando su due dati: il luogo di nascita e il domicilio.

In primo luogo, è interessante capire da dove provenissero gli emigranti e in che maniera fossero stati convogliati sino al porto di Genova. La lista dei passeggeri è ordinatamente ripartita non solo per famiglie, ma anche per area di provenienza. Dal passeggero n. 1 al n. 288, tutti abitavano nel Torinese e dintorni nord-orientali, sino al Biellese e a Novara. I passeggeri compresi tra il n. 289 e il 381 (92 persone) provenivano dai dintorni di Como e di Milano; dal n. 382 al n. 430 (49 persone) abitavano a Genova città; dal n. 431 alla passeggera n. 478 (49 persone) erano di Vigevano, capitale della provincia omonima, al confine con le province austriache e dal 1745 parte del Regno di Sardegna.

In sintesi, il 60,4% dei passeggeri provenivano dal Torinese e dintorni, sino al Biellese e alla città di Novara; il 19,2% dalle regioni limitrofe del Regno Lombardo-Veneto, e per il 10,2%, rispettivamente, da Genova città e da Vigevano città.

Per quanto concerne i passeggeri della *Liguria* residenti nell'area del Torinese, la successione dei luoghi di residenza mostra l'esatta sovrapposizione con le stazioni dell'allora recentissima rete ferroviaria, voluta fermamente dal re Carlo Alberto e realizzata da Camillo Benso di Cavour, il quale nell'arco di pochi anni ebbe la responsabilità di vari ministeri e la carica di capo del governo⁴⁴. Carlo Alberto mirava a colmare in tempi brevi il divario

⁴⁴ Stefano Maggi, *le ferrovie*, Il Mulino, Bologna 2017, pp. 21-38; Silvia Cavicchioli, *Vie e mezzi di trasporto da Carlo Alberto all'Unità*, in Paola Sereno (a cura di), *Torino. Reti e trasporti. Strade, veicoli e uomini dall'Antico Regime all'età contemporanea*, Archivio Storico della Città di Torino, Torino 2009, pp. 59-103.

tecnologico con i paesi europei (di qui l'importante investimento statale), progettando di collegare Torino a Genova, Genova all'Europa centrale via cantoni svizzeri, e Torino alla Francia⁴⁵. Un progetto di lungo periodo, di fatto oggi non ancora pienamente concluso, che in quella fase storica era ostacolato dall'impero Austro-Ungarico, che mirava ad isolare il Regno di Sardegna dalla rete ferroviaria del Lombardo-Veneto e, più in generale, ad ostacolare lo sviluppo di Genova come porto di riferimento degli altri stati italiani⁴⁶.

Nel marzo del 1858, quando i passeggeri della fregata *Liguria* si presentarono all'imbarco, la rete ferroviaria del regno ricalcava in buona parte il progetto di Carlo Alberto, morto a Oporto nel 1849, quasi dieci anni prima. La Torino-Genova, iniziata nel 1845, era stata completata nel 1853; la Torino-Novara era stata aperta definitivamente nel 1856. Il confine con il Lombardo-Veneto, presso il fiume Ticino, fu raggiunto dai binari nel 1858, mentre il ponte ferroviario di attraversamento fu realizzato l'anno successivo, grazie alle forti pressioni di Napoleone III, in occasione del Congresso di Parigi del 1856; uno dei riconoscimenti ottenuti dal Regno di Sardegna in seguito alla partecipazione alla Guerra di Crimea, combattuta contro l'impero russo e in difesa dell'impero ottomano (1853-1856)⁴⁷.

Queste poche nozioni di storia del Piemonte servono a chiarire l'aspetto territoriale dell'emigrazione mancata oggetto di questo articolo, e a illuminare le altre migrazioni di poco precedenti e successive, che invece arrivarono al

⁴⁵ Sul collegamento con la Svizzera, v. Luca Lavarino, *La galleria ferroviaria del Lucomagno: il sogno europeo di Carlo Alberto*, «Progressus», VIII, 2021, pp. 11-127.

⁴⁶ Stefano Maggi, *le ferrovie*, cit., p. 24; Silvia Cavicchioli, *Torino...*, cit., p. 61.

⁴⁷ Stefano Maggi, *Le ferrovie*, cit., p. 46. La cronologia della costruzione e attivazione delle linee ferroviarie italiane sta in: Ufficio Centrale di Statistica delle Ferrovie dello Stato, *Sviluppo delle ferrovie italiane dal 1839 al 31 dicembre 1926*, Tipografia ditta Ludovico Cecchini, Roma 1927, pp. 12-13; 14-15; 16, in: Biblioteca Ferroviaria Digitale Italiana, trenidicarta.it.

loro compimento e sulle quali, proprio perché realizzate, i dati sono meno copiosi.

Considerando i luoghi di residenza dei passeggeri della *Liguria* si percorrono di fatto le stazioni delle linee ferroviarie: città e paesi ora dimenticati nello studio dei successivi processi migratori verso il Brasile. Si può dunque presumere che la linea Torino-Genova trasportò lo scaglione dal migrante n. 1 al n. 288; la linea Torino-Novara, unendosi alla precedente, convogliò le persone provenienti dal Comasco e dal Milanese (nn. 289-381); la linea Vigevano-Mortara, inaugurata nel 1854, trasportò le 49 persone che furono segnalate come abitanti della città di Vigevano: come si evincerà dal proseguire degli accadimenti, queste ultime arrivarono dalla frontiera di Vigevano, dunque dalle province limitrofe del Lombardo-Veneto.

I passeggeri che dichiararono di abitare a Genova offrono una prospettiva diversa della mobilità dei ceti popolari di quell'area e di quell'epoca: non solo trasportati sui treni verso il porto ormai principale del regno in un percorso tracciato dal contratto di emigrazione sussidiata, ma una mobilità autonoma, attivata dalla necessità di trovare un'occupazione per sopravvivere e, per gli uomini celibi, dalla dispersione dei reduci della Guerra di Crimea cui si è accennato nelle pagine precedenti.

La comparazione tra luogo di nascita e luogo dichiarato di residenza permette di fare alcune osservazioni su tale mobilità. Prendiamo il caso dello scaglione piemontese (nn. 1-288) e "genovese" (nn. 382-340), che sono i più ricchi di informazioni. La differenza tra il luogo di nascita e di residenza è un indice indiretto di migrazione. Nel caso dei migranti provenienti dall'area piemontese, si notano nuclei familiari con vari spostamenti alle spalle, precedenti alla decisione di imbarcarsi sulla *Liguria*. Gli artigiani (falegnami, fabbri, scalpellini e muratori) dal paese di nascita si erano diretti a Torino, talvolta con una tappa intermedia. I "contadini" mostrano una mobilità ancora più ampia, riscontrabile nella diversità del luogo di nascita di padre, madre e figli, per lo più piccoli. Per chiarire, ecco due esempi: Pietro

Amajolo, di 36 anni, era nato a Montà; la moglie Virginia, di 28 anni, era nata a Luserna; i loro due figli, di 8 e 6 anni, erano nati a Trofarello, stazione della ferrovia Torino-Genova. Al momento di imbarcarsi, dichiararono di abitare nel “territorio di Torino”. Giobatta Giordana, di 37 anni, era nato a Grugliasco; sua moglie Maria, di 34 anni, era nata a Leinì. I primi cinque figli, dai 15 ai 7 anni, erano nati tutti in paesi diversi, sempre nei dintorni di Torino; il sesto, in quel momento l’ultimo nato, si chiamava Alessandro, aveva un anno ed era stato partorito a Settimo come il penultimo, Giuseppe, quello di 7 anni. Forse la famiglia aveva interrotto il suo girovagare, e dalla stazione di Settimo aveva preso il treno per Genova⁴⁸. Il susseguirsi di dati di questo genere mostra da un lato la forza di attrazione che la città di Torino esercitava su chi possedesse un mestiere e, dall’altro, una mobilità relativamente maggiore da parte dei “contadini”: successivi spostamenti di breve raggio, alla ricerca di ingaggi, probabilmente per i lavori stagionali nei campi. I contadini – se mai lo fossero stati in precedenza – stavano trasformandosi in braccianti agricoli.

Dei 49 passeggeri della *Liguria* che dichiararono la città di Genova come domicilio, 32 erano singoli, tutti uomini. Di questi, solo 7 erano nati in *Liguria*. Gli altri provenivano da diverse località del bacino ferroviario che confluiva nel porto.

In conclusione, la lista dei passeggeri della fregata *Liguria* fornisce prove indirette, ma evidenti, di una popolazione non sempre radicata nei luoghi di origine, protagonista di trasferimenti a breve raggio (v. i piemontesi) e a medio raggio (v. gli immigrati a Genova provenienti dal Lombardo-Veneto). Una popolazione in gran parte mobile sul territorio, con la cultura e l’esperienza necessarie per pensare a un altro spostamento: il Brasile.

⁴⁸ Giuseppe e Alessandro Giordano morirono sulla nave, rispettivamente il 25 marzo (Giuseppe fu la terza vittima della *Liguria*) e il 24 aprile. V. *Decessi*, allegato a *Associazione centrale di colonizzazione...*, cit.

Segnali di cambiamento

L'ampia documentazione relativa al viaggio compiuto dalla fregata *Liguria* offre numerosi motivi di analisi, maggiori rispetto a imprese andate relativamente a buon fine. Oltre agli aspetti indicati sinora, nelle pieghe delle fonti vi sono indizi dei processi di cambiamento che avrebbero condotto all'emigrazione di massa dall'Italia verso il Brasile, negli ultimi anni del secolo XIX.

Nel paragrafo 2 si è accennato all'inizio delle trasformazioni politiche ed economiche che stavano avvenendo in Brasile; qui si segnaleranno alcuni dei cambiamenti che stavano emergendo nell'ambito dell'organizzazione delle incipienti migrazioni transoceaniche.

In primo luogo, i mezzi di trasporto. L'onda della prima rivoluzione industriale aveva lambito parte del Piemonte e della Liguria, le aree più dinamiche del Regno di Sardegna. I ceti popolari ora potevano viaggiare in treno, nei vagoni a cielo aperto della terza classe⁴⁹, soprattutto se ci fosse stato un sussidio per finanziare il trasporto. L'energia a vapore si stava affermando anche nel Mediterraneo. I passeggeri della fregata *Liguria*, che aveva penato per settimane navigando a vela contro vento, furono riportati a Genova su due vapori francesi: immagine plastica della modernità che avanzava⁵⁰. Le vicende della fregata *Liguria* sono ancora da ricostruire, ma si può affermare con una certa sicurezza che si trattava di una imbarcazione con una lunga storia alle spalle. Si ha notizia di una fregata genovese chiamata *Nostra Signora del Soccorso* che sotto l'occupazione francese e il governo di Napoleone Bonaparte venne ribattezzata con il nome *Liguria*, più consona al nuovo regime rivoluzionario, e comandata nel 1798 dal capitano corsaro Francesco Dall'Orso. Venne poi apparentemente adibita al trasporto di carbone dall'isola d'Elba, ma probabilmente fu usata nella guerra di corsa nel

⁴⁹ V. Wolfgang Schilvelbusch, *Storia dei viaggi in ferrovia*, Einaudi, Torino 1988 [München-Wien 1977]; Stefano Maggi, *Le ferrovie*, cit.

⁵⁰ ASTO. Corti straniera. Brasile colonizzazione 1858-1859, marzo 1. *Copialettera dell'uditore di Guerra e Marina di Genova al Ministero di Marina, 31 maggio 1858.*

Mediterraneo orientale⁵¹. È comunque interessante notare che dopo la scarsa prestazione della nave e del suo capitano (mentre il direttore dei passeggeri si presentava come colui che aveva fatto il possibile per mantenere l'ordine sulla nave), la fregata *Liguria* scompare dalle relazioni dei diversi ministeri coinvolti, i quali dovettero occuparsi nel dettaglio del recupero dei mancati migranti. Di fatto, la *Liguria* svanì all'orizzonte: dato che a Marsiglia i passeggeri si rifiutarono di proseguire il viaggio, essa, «fatto un altro carico, ripartì per il Levante»⁵².

La macchina dello Stato si era messa in moto con rapidità, in un'azione a più livelli, nella quale spicca l'assenza del governo del Lombardo-Veneto, dal quale proveniva un buon numero di aspiranti emigranti. Non mancò, invece, a Marsiglia, la collaborazione francese, che non si limitò al mantenimento dell'ordine pubblico, ma si attivò soprattutto per il ricovero nei lazzaretti e per una serie di provvedimenti presi dal direttore della Sanità di quella città, il quale fece vaccinare contro il vaiolo il numero più alto possibile dei passeggeri⁵³.

In quel periodo il vaiolo non era nella lista delle malattie che richiedevano la quarantena, e il vaccino non era ancora obbligatorio, nonostante esso fosse diffuso in varie zone d'Europa, portato dalle campagne militari di Napoleone. Ad ogni modo, scrivevano dal consolato generale di Sardegna a Marsiglia, i passeggeri dovevano essere vaccinati, «per impedire la rinnovazione di tale malanno, il quale sebbene non compreso nelle malattie contemplate

⁵¹ Virgilio Ilari e Piero Crociani, *La marina ligure di Napoleone (1797-1814)*, Editore ACIES, s.l. 2014, pp. 111-113; Paolo Giacomone Piana, *La Marina della Repubblica Ligure*, «Bollettino d'Archivio dell'Ufficio storico della Marina Militare», settembre 2013, pp. 151-183, pp. 155-158.

⁵² ASTO. Corti straniero. Brasile 1858-1859, mazzo 1. *Corpo dei Carabinieri reali...*, cit.

⁵³ ASTO. Corti straniero. Brasile, colonizzazione 1858-1859. *Copia di nota del Consolato Generale di Sardegna in Marsiglia diretta al Ministro degli Esteri, in data 7 maggio 1858.*

nella convenzione sanitaria per la quarantena, è però di tal natura da potersi riprodurre con somma facilità»⁵⁴.

Il recupero dei migranti fu dunque il risultato di una rapida, ma complessa, cooperazione; a livello internazionale (il consolato sardo di Marsiglia, insieme alle autorità di quella città) e nazionale, con la collaborazione tra i ministeri e il governo e anche con i responsabili dei tronchi ferroviari del regno, per organizzare il ritorno alla stazione di partenza degli sventurati, compresi coloro che provenivano da oltre confine: tutti «gli individui non Regii Sudditi ed appartenenti ad altre provincie d'Italia», vale a dire 110 persone, furono caricati sui treni: con il foglio di via, una indennità e il necessario per il trasporto bagagli⁵⁵.

I rimanenti, senza un domicilio, senza mezzi e disorientati, furono alloggiati provvisoriamente al Ricovero di Mendicità, «con facoltà di poterne uscire a loro piacimento per recarsi in cerca di lavoro». Dopo cinque giorni, però, il presidente del Ricovero chiedeva di essere esonerato dal mantenere «quei molti disgraziati»⁵⁶.

In effetti, si profilava una questione: chi avrebbe rimborsato le spese di cura, trasporto marittimo e terrestre, vitto, alloggio e viatico sostenute per i reduci di quella spedizione?

Epilogo

L'episodio della fregata *Liguria* fa emergere un cambiamento significativo della società piemontese di metà Ottocento: la città di Torino e il suo esteso territorio si stava trasformando da area di immigrazione dagli altri stati italiani ed europei (un processo iniziato a fine Settecento)

⁵⁴ Ivi.

⁵⁵ ASTO. Corti straniere. Brasile, colonizzazione 1858-1859, mazzo 1. *Dall'Intendente Generale, divisione amministrativa di Genova – Sicurezza Pubblica, al Ministro dell'Interno. Genova, 8 giugno 1858.*

⁵⁶ ASTO. Corti Straniere. Brasile 1858-1859, mazzo 1. *Dal questore di Torino al Ministro dell'Interno. Torino, 3 giugno 1858 e 8 giugno 1858.*

a, contemporaneamente, paese di emigrazione sussidiata. Alcune esperienze precedenti all'ammutinamento sulla *Liguria* avevano evidenziato il difficile inserimento dei sudditi sardi in Brasile, vale a dire in un rigido mercato del lavoro che opponeva ostacoli strutturali e culturali all'impiego di una forza lavoro libera e salariata. A proposito di questa prima esperienza in Italia della *Associação Central de Colonização*, il console Truqui aveva avvisato Torino, sin dal momento della partenza del dottor Galli alla volta di Genova:

La misera fine a cui furono ridotte varie colonie estere, e specialmente quelle degli Svizzeri e dei Sardi⁵⁷, mi impose l'obbligo di farne consapevole l'Eccellenza V.a affinché possa far sorvegliare le operazioni del sunnominato signore, ed adottare quelle misure che Ella giudicherà opportune ad impedire sì troppo facili contratti⁵⁸.

Le singole spedizioni di emigranti sardi erano state gestite dai rappresentanti consolari a Rio de Janeiro, Bahia, e in altre importanti località brasiliane⁵⁹, ma la crisi suscitata dall'ammutinamento sulla nave *Liguria* mise in luce il vuoto giuridico che ancora esisteva in materia di emigrazione.

In risposta alle numerose sollecitazioni di rimborso provenienti da diverse istituzioni dello Stato, dai ricoveri, dai lazzeretti, dalle Ferrovie, e così via, Cavour scrisse queste righe al Ministro dell'Interno:

[...] in mancanza presso di noi di leggi speciali relative all'emigrazione, difficilmente il governo avrebbe potuto opporsi alla stipulazione di con-

⁵⁷ Probabilmente fa riferimento alla colonia fondata nella provincia di Santa Catarina cui si è accennato precedentemente.

⁵⁸ ASTO. Materie politiche relative all'estero. Corti straniere. Brasile, 1858-1859. *Copia di spaccio del Consolato Generale di Sardegna nel Brasile al Ministero degli Affari esteri in data 15 ottobre 1857. N. 1.*

⁵⁹ La lista dei rappresentanti consolari sardi sta in: ASTO. Consolati nazionali. Rio de Janeiro, 1834-1859, marzo 2. *Lettera di Alessandro Fè, n. 93, 9 settembre 1851.*

tratti per individui dello Stato e la società di Rio de Janeiro, nonché alla partenza, sia isolatamente, che collettivamente per quel paese di individui che non fossero da altri obblighi vincolati verso il loro paese nativo⁶⁰.

A chi ventilava l'eventualità di un rimborso da parte del governo brasiliano, Cavour dichiarò che il Brasile non aveva alcuna responsabilità, chiarendo così l'ambiguità dei discorsi iniziali, che indicavano la *Associação Central de Colonização* come un'emanazione del governo imperiale.

A Torino vi era stato un continuo aggiornamento tra il responsabile della Legazione brasiliana, Vianna Lima, e il governo sabauda. Tutto era sembrato svolgersi con il massimo scrupolo: controllo dei passaporti⁶¹, accertamenti di opposizione dei famigliari alla partenza, ispezione a bordo da parte della polizia sarda. In previsione di questa prima partenza organizzata dalla *Associação Central*, lo stesso commissario della medesima si recò da Parigi a Genova, per controllare che ogni cosa fosse stata eseguita secondo il regolamento⁶².

Anche l'iniziale presentazione di Giuseppe Galli da parte di Vianna Lima (che si firmava anche Vianna de Lima) era stata positiva; poi il tono cambiò e, alla fine della vicenda della fregata *Liguria*, i toni dell'alto rappresentante del Brasile a Torino si raffreddarono, sino ad arrivare a un netto distanziamento dalla persona e dall'opera del notaio

⁶⁰ ASTO. Corti straniere. Brasile, colonizzazione 1858-1859. *Lettera di Cavour, Ministro degli Affari Esteri, al Ministero dell'Interno, 1 luglio 1858.*

⁶¹ In ASTO. Materie Politiche relative all'estero. Corti straniere. Brasile, colonizzazione 1858-1859, marzo 1, si trova il prospetto dettagliato dello stato dei passaporti che, ritirati al momento dell'imbarco, dovevano essere restituiti ai reduci della *Liguria*.

⁶² ASTO. Corti straniere. Brasile colonizzazione 1858-1859, marzo 1. *Vianna Lima, dalla Legazione imperiale del Brasile a Torino al conte Camille de Cavour, presidente del Consiglio, 9 marzo 1858 (copia); ivi, Légation Impériale du Brésil à Turin, al conte di Cavour, Ministro degli Affari Esteri, Torino, 9 marzo 1858, firmato Vianna Lima. Come già ricordato, in quel periodo Cavour sommava le cariche di presidente del consiglio e di ministro degli affari esteri.*

lucchese. Scriveva Vianna Lima: «J'ai pu me convaincre que tout le mal provenait de *son* inaptitude au genre de commission dont *il* s'était chargé»⁶³.

Al notaio Galli non restò che rimborsare le spese che il governo sabaudò aveva dovuto sostenere per il soccorso, il recupero, l'alloggio, il viatico e il finale trasporto in treno degli ammutinati; esborsi che le diverse amministrazioni avevano conteggiato e via via inviato a Torino. La somma totale era di 4.000 lire. Galli si presentò presso l'intendenza generale per la sicurezza pubblica di Genova, chiese il conto, si impegnò a pagare in due rate e assicurò il funzionario che non avrebbe tentato altre imprese di emigrazione dal Regno di Sardegna. Anzi, dichiarò che stava progettandone simili in Toscana, partendo dal porto di Livorno⁶⁴.

A conclusione di questa dolorosa vicenda l'unico a pagare, sottoforma di rimborso spese, fu il notaio Galli, l'agente della compagnia brasiliana di migrazione, che si rivelò l'anello debole della catena organizzativa: uno dei primi agenti di migrazione, una categoria sulla quale si concentrarono le accuse di sfruttamento dei migranti, da parte dei contemporanei e di molti storici. Calò invece il silenzio sulle responsabilità del capitano della fregata *Liguria*, Prospero Figari. Intrappolato da venti che non riusciva a governare, probabilmente scarso conoscitore del Mediterraneo occidentale – dato che confuse l'isola di Minorca con quella di Maiorca – incurante della mancanza di cibo dei suoi passeggeri, che denunciarono anche maltrattamenti, non si fermò sino a quando non fu costretto da un "ammutinamento" piuttosto pacifico, dato che nessuno dell'equipaggio risultò ferito o malmenato, né la nave ebbe dei danni. Arrivato a Marsiglia e constatato che i suoi pas-

⁶³ ASTO. Lettere Ministri esteri. Brasile 1834-1858, mazzo 1. *Da Légation Impériale du Brésil à Turin a Ministro Affari Esteri, 8 aprile 1858*. Corsivi miei.

⁶⁴ ASTO. Corti stranieri. Brasile colonizzazione 1858-1859. *Dall'Intendenza generale di Genova, sicurezza pubblica, al Ministro dell'Interno, 8 aprile 1859*.

seggeri, affamati e malati, non volevano più saperne di lui,
cercò un nuovo carico e spiegò le vele «verso il Levante».

Meana di Susa, 18 agosto 2024.

Tudo que é precioso é tão difícil quanto raro

Delcio Antônio Agliardi⁶⁵

Palavras iniciais

O ato de narrar não se esgota. O ponto de partida pode ser uma palavra, uma imagem, uma saudade, uma homenagem, um pedido. Assim, este texto é uma resposta ao convite que recebi dos professores Idalgo José Sangalli e Evaldo Antônio Kuiava, da Universidade de Caxias do Sul, organizadores desta obra, para escrever uma homenagem à professora e amiga Vania Beatriz Merlotti Herédia. Logo aceitei o desafio, afinal, escrever um texto sobre o pensamento e a obra da professora Vania Herédia – assim ela é conhecida entre amigos e colegas de trabalho – exige refletir sobre o próprio texto autoral que ela construiu ao longo da sua história de vida, sustentado, sobretudo, pelos saberes da Filosofia, da Sociologia e da História. Ela – mulher pesquisadora – assume um posicionamento intelectual de reconhecimento e valorização dos saberes historicamente construídos.

Para a escrita deste texto, foram utilizados recursos como a escuta de narrativas pessoais e profissionais, decorrentes da convivência com Vania Herédia no âmbito do mundo acadêmico, das atividades em grupo de pesquisa, reuniões, viagens e da entrevista semiestruturada, realizada no dia 01 de agosto de 2024, com o objetivo de compreender a trajetória de vida e docência na voz dela, procurando confirmar ou ampliar o percurso da professora-pesquisadora, um diálogo, uma relação viva e aberta, que valoriza a presença do outro.

⁶⁵ Doutor em Letras pela Associação UCS/UniRitter (2016) e professor da Área do Conhecimento de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul.

Valho-me das palavras de Spinoza (2009) para elaborar o título deste texto e com ele refletir a preciosidade e a raridade da obra de pessoas que passam (e ficam) em nossas vidas, as quais deixam marcas. A professora Vania Herédia é uma dessas pessoas que temos o privilégio de encontrar nos labirintos da vida pessoal e profissional. A conheci em sala de aula, na condição de jovem estudante do curso de Filosofia. A afinidade e a afetividade se tornaram visíveis desde o início da relação pessoal e intelectual, isso na década de 1980. Queríamos estudar os grandes pensadores, discutir teorias, espichar a conversa desde as Ciências Humanas, e, ao mesmo tempo, discutíamos política, economia e vida em sociedade. Numa manhã fria e calma na sala de aula, conversávamos acerca da formação humana. Talvez tenha sido esse diálogo que me inspirou a seguir adiante na formação inicial para a docência. Ou seja, minha escolha tem uma pitada de influência da professora Vania Herédia.

Soube, tempo depois, que ela iniciou a vida acadêmica como professora substituta do mestre Elias Souto, na Faculdade Porto-alegrense (FAPA), quando ainda estudante da primeira turma do curso de mestrado em Filosofia da PUC/RS (1974). Muito jovem e sem a certeza de que seria professora, ela planejava e ministrava aulas de Sociologia Geral e, logo ao final do primeiro ano de trabalho, recebeu um convite para integrar o corpo docente da Faculdade, quando passou a estudar ainda mais, e percebeu que era valorizada no que fazia no ensino, isto é, na relação com estudantes dos cursos de graduação, quando teve aumento da carga horária de ensino.

Desde o início da vida acadêmica, Vania Herédia se mostrou uma professora-pesquisadora crítica, ética, responsável e politicamente comprometida com a vida social. Ao longo de sua atuação foi incorporando temas de pesquisa que estão imbricados com a geopolítica e as transformações da sociedade: envelhecimento humano, população imigrante, patrimônio público, entre outros.

A vida professoral de Vania Herédia é uma espécie de percurso em que os acontecimentos históricos dialogam

com a Sociologia e a Filosofia, uma forma de pensar o processo formativo, o qual exige conhecimento e interações, as quais estão imbricadas no espaço-tempo.

Ser professora é uma forma de não parar de estudar

Ao ser questionada sobre as influências que a levaram a escolher a docência e a pesquisa, ainda jovem, Vania Herédia indica que ela tinha um viés de trabalho mais como pesquisadora do que como professora, mas se via também como professora. Ao estudar Filosofia, foi percebendo um crescente interesse pelas Ciências Sociais. Se a Filosofia dava a possibilidade de pensar o mundo, a Sociologia, por sua vez, possibilitava fazer algo, transformar o mundo pelo conhecimento. *Foi uma forma de sair do mundo das ideias, das intenções, do pensamento para entrar na prática*, narra Vania Herédia.

Movida por esse pensamento, realizou atividade docente na FAPA até o ano de 1985 e, logo em seguida, em 1987, fez concurso para professora de Sociologia, com dedicação exclusiva e de tempo integral na Universidade de Caxias do Sul, quando atuou no ciclo básico da formação nos diferentes cursos de graduação da época. De acordo com Herédia, as turmas dos cursos de graduação da UCS eram formadas por aproximadamente 150 alunos – *foi quando percebi que a docência exigia domínio teórico, não bastava ter uma visão da realidade para a construção das aulas*. Essa afirmação dialoga com a concepção freiriana de formação de professor. Para Freire (1991, p. 58), “ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, na prática e na reflexão sobre a prática”.

Com efeito, o processo formativo no Ensino Superior é gradual e permeado por influências intelectuais. Na percepção de Herédia, se o estudante não entende como funciona a sociedade, tampouco saberá compreender a si, aos outros

e o mundo. Trata-se de uma capacidade intelectual para perceber que existem muitas formas de observar e compreender o mundo. Temos na Sociologia, em nível do Ensino Médio, estudantes que vivem uma experiência empobrecida de ensino e aprendizagem nesse componente curricular, pois quem atua com esse conhecimento na Educação Básica são professores que não tiveram uma formação específica para tal desafio.

Desse modo, o professor que atua com Sociologia no Ensino Superior precisa desconstruir os preconceitos e as experiências vividas na Educação Básica e criar um entendimento, uma nova ideia, de que ela pode ser tanto como uma experiência pessoal quanto profissional, servir para toda a vida. Vania Herédia sempre defendeu que a universidade, além da formação profissional, deveria dar um entendimento de mundo para o aluno, de universo, de humanidade, uma possibilidade de ele se tornar melhor em relação a quando chegou no Ensino Superior, isto é, que o ato de estudar na universidade promove a transformação do aluno, sem divisão entre o que é dado e o que pode ser transformado.

Sabemos que é mais fácil pensar o mundo a partir da realidade dada do que pensar o mundo em transformação. Por isso, sempre houve resistência em compreender o valor da Sociologia no currículo de graduação e, sobretudo, a função que ela desempenha na formação geral do aluno. Talvez, Vania Herédia, desde cedo, pensava que o mundo teria que ser mudado. Ao optar pela profissão docente, encontrou um locus privilegiado para isso. De acordo com Freire (2014), a educação não transforma o mundo, ela muda as pessoas, são elas que transformam o mundo. Nesse sentido, a educação deve ser uma decisão alimentada por sonhos e esperança, na perspectiva de que o futuro não é algo dado, mas construído.

A diferença entre o palácio e a praça: o encontro com as metáforas de Norberto Bobbio

O projeto de doutorado de um professor exige a invenção⁶⁶ de uma tese. Nesse sentido, a tese de doutorado em História das Américas pela Universidade de Gênova colocou Vania Herédia diante de novos intelectuais, um marco na sua vida, quando teve acesso aos pensadores italianos clássicos, entre eles Norberto Bobbio (1909-2004). Aluna de Bobbio, Herédia participou de um seminário em que ele trazia questões teóricas por intermédio das metáforas, dentre elas a diferença entre o palácio e a praça, indagando: quem frequenta o palácio e a praça? Quais são as distinções? Há diálogo possível entre esses dois lugares?

Assim, Bobbio iniciava uma aula inspiradora, em que seus alunos eram levados a buscar as leituras indicadas, a debater-las, a repensar as escolhas teóricas, a pensar o ensino e a aprendizagem numa perspectiva interdisciplinar, aspecto pouco valorizado aqui no Brasil. Conta Vania Herédia que a sua formação interdisciplinar, que transita pelos saberes da Filosofia, da Sociologia e da História, a fez perder oportunidades de bolsas de pesquisa e de valorização docente no país, afinal, ela não estava vinculada de forma prioritária a nenhuma das três e, ao mesmo tempo, percebia um enorme diferencial para o exercício docente, seja ele no âmbito do *lato sensu* ou do *stricto sensu*.

Bobbio é um autor notável, um dos grandes pensadores italianos do século XX. Reconhecido como o “filósofo do diálogo”, ele tinha especial facilidade para convergir a figura do acadêmico e do intelectual que participava do debate público. Exerceu ainda intensa atividade no cenário político italiano de sua época, atuou como professor de Filosofia do Direito, com especial dedicação aos temas do positivismo jurídico, jusnaturalismo e ciência do direito, além de ensaísta que tinha grande prestígio intelectual e político na Europa.

⁶⁶ Para Umberto Eco, o autor renuncia à descoberta para inventar sua tese.

A intenção ao trazer esses acontecimentos, que marcaram a vida da professora Vania Herédia, é refletir acerca de quanto a vida de um intelectual é marcada pelo contexto da época em que viveu e das pesquisas que desenvolveu enquanto empreendimentos de ciência e de participação nos destinos da humanidade. Ou seja, são vozes que, para além das razões epistemológicas e políticas da teoria, servem como testemunho vivo e concreto desta.

A respeito desse tema, é preciso insistir que não podemos transformar voluntariamente a História, é preciso que tenhamos sonhos possíveis e realizáveis, pois do contrário é impossível transformar a realidade. Assim, não há docência sem pesquisa, sem a compreensão das reais condições de vida dos alunos.

Na companhia de outros professores-pesquisadores, Vania Herédia foi em busca de respostas às suas dúvidas e inquietações, assumindo-se líder, intelectual, mãe, professora. Isso comprova que ninguém faz o caminho sozinho, é preciso a presença de outro(s) e coragem para seguir em frente. Um testemunho vivo no exercício educativo, considerando seu caráter formativo e ético.

O envelhecimento humano é uma questão sociológica

“O envelhecimento humano me escolheu”. Com essa assertiva, Vania Herédia explica como foi o processo de começar a atuar em um assunto que não conhecida. Ao voltar animada para o Brasil, após o término do doutorado na Itália, ela imaginava trabalhar na área econômica com base industrial. No entanto, as condições impostas pelo trabalho docente em uma universidade comunitária e a emergência da demanda por uma pesquisa sobre o perfil do idoso urbano no Rio Grande do Sul trouxeram repercussões nas escolhas profissionais.

A convite do reitor da UCS na época, professor Ruy Pauletti, coordenou a pesquisa com o objetivo de traçar o perfil do idoso urbano no RS. Com recursos para financiar

a pesquisa, Vania Herédia dedica-se à área e, nesse sentido, tomou conhecimento do assunto e, com ele, perspectiva de realizar estudos e pesquisa. Na época, não havia na literatura disponível o conceito de qualidade de vida, de idoso saudável, nem referenciais que pudessem sustentar ações com essa população, que desde a década de 1990 cresce e nos últimos anos vem sendo denominada de “a nova população”.

Essa pesquisa, desenvolvida por instituições de ensino superior no RS, influenciou a definição da Política Nacional do Idoso (1994), que representa um marco de criação de condições na promoção de autonomia, integração e participação efetiva do idoso na sociedade. Nesse período, são criadas no país as universidades da terceira idade. A Universidade de Caxias do Sul criou a sua, abrindo espaço na agenda de ensino para matrícula de pessoas de 50 anos de idade ou mais, além de oportunidades comunitárias e acadêmicas no âmbito da extensão, do ensino e da pesquisa.

Nessa época, a UCS teve um papel fundamental no campo do envelhecimento humano: participação em fóruns, na discussão sobre a gestão das casas asilares, na composição do Conselho Municipal do Idoso, órgão que é responsável pela deliberação, fiscalização e controle da política do idoso no território municipal, e na realização de estudos, eventos científicos e publicações, visando ampliar o espaço na agenda das políticas públicas e da própria universidade.

Contudo, é um assunto que a sociedade local ainda nega. Imagina ser o envelhecimento humano um problema do Outro, que ocorre somente nos países desenvolvidos e, conseqüentemente, não assume o verdadeiro compromisso com essa população. E há uma posição de dualidade no campo da política, isto é, de um lado há os defensores dos direitos da pessoa idosa, e do outro há quem pensa essa população como um problema de saúde ou de previdência social, reduzindo a relevância e o desafio da revolução demográfica, percebida em escala ascendente nas primeiras décadas do século XXI.

A pesquisa com pessoas idosas

O fenômeno do envelhecimento humano, da longevidade, da vida ativa e saudável na velhice, passou a fazer parte da agenda das universidades e da sociedade nas duas últimas décadas do século XX, quando são desenvolvidas as primeiras pesquisas e implementados programas, projetos e serviços para essa “nova população”. Nesse sentido, o núcleo de pesquisa sobre envelhecimento humano e o curso de pós-graduação em envelhecimento e saúde do idoso, iniciativas da professora Vania Herédia, foram acolhidos na Universidade de Caxias do Sul e receberam o reconhecimento de órgãos públicos e privados, bem como de estudantes de cursos de graduação e pós-graduação.

Nessa época, foram criadas disciplinas nos currículos de cursos de graduação com o propósito de abordar o assunto, compreender a nova realidade e sensibilizar os novos profissionais para as demandas emergentes nas áreas da educação, saúde, assistência social, direito, comunicação, gestão etc.

O projeto de pesquisa Gramado: cidade para todas as idades, de que fiz parte da coordenação também, nos anos de 2021 e 2022, contou com a colaboração de diversos pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul, e a professora Vania Herédia teve um relevante protagonismo, desse a concepção até a sua execução. Nesse projeto, realizamos um diagnóstico sobre o município de Gramado, a fim de identificar as condições sociais que o município oferecia para a população idosa. Conhecemos as condições sociais, econômicas e culturais do município de Gramado para atender à exigência da Organização Mundial da Saúde (OMS) de se tornar mais uma “cidade amiga de todas as idades” na Rede Global, uma experiência que evidencia a relevância e a atualidade da promoção e integração de todas as idades, oferecendo ambientes seguros, participação social e comunitária e serviços à população. As premissas desse trabalho estão contidas no Guia Global da OMS e baseiam-se nos pressupostos de que a população atual vive

mais tempo, busca condições de viver bem, em lugares seguros e adequados, que lhes proporcionem acesso às políticas sociais públicas.

A pesquisa de corte transversal e natureza quantitativa/qualitativa foi estruturada em três etapas: (1) pesquisa documental; (2) pesquisa de campo; e (3) análise dos dados construídos no campo. A amostra da pesquisa de campo foi projetada com 349 idosos, o que corresponde a 10% da população idosa no município, tendo por base os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), pessoas idosas de ambos os sexos, maiores de 60 anos, não institucionalizados e residentes no meio rural e urbano do município de Gramado (RS). Utilizamos técnicas de coleta de dados, entre elas questionários semiestruturados, entrevistas em profundidade e grupos focais. Os resultados da pesquisa foram utilizados para elaborar o diagnóstico do município, visando verificar as possibilidades de integrar o município de Gramado à Rede Global de cidade amiga do idoso da OMS.

No mês de julho de 2022, entregamos o Relatório Final da pesquisa à Prefeitura Municipal e ao Conselho Municipal do Idoso de Gramado, o qual ficou encarregado de coordenar a elaboração dos planos de ação intersecretarial para serem entregues no ato da candidatura da cidade de Gramado à OMS. Creio ser interessante fazer referência, além de cumprir com um dever de valorização, à equipe responsável pela realização do projeto, que se trata de uma iniciativa imbricada com os contextos das políticas públicas locais para a população idosa, uma experiência que pode ser multiplicada em qualquer município do país.

Além do protagonismo e da contribuição fundamental nesse projeto de pesquisa, a professora Vania Herédia levou a ideia para outros lugares, influenciando e procurando sensibilizar, sobretudo gestores públicos, para a nova realidade imposta pela revolução da longevidade, o que exige esforços, dedicação e responsabilidade social.

Quando a realização profissional não permite aposentar-se

A ideia contida no subtítulo acima é de Vania Herédia. Para ela, a aposentadoria é bem quista para aqueles que estão frustrados na profissão escolhida. *Eu sempre fui uma apaixonada pela docência, pelos alunos, pela universidade, onde eu passei boa parte da minha vida.* Na entrevista que fizemos, Vania Herédia revela que, após a saída da Universidade de Caxias do Sul, em 2023, segue com intenso trabalho intelectual: participa de bancas, escreve, dá palestras, acredita que seu legado pode ajudar muitos jovens a enfrentarem os desafios da vida.

Esse depoimento é conclusivo: quem tem sonhos e utopias não tem tempo para a aposentadoria, no sentido clássico do termo. O desengajamento de uma organização de trabalho pode criar novas e interessantes possibilidades de ação. Como dissemos, o envelhecimento é uma questão sociológica. É nesse contexto que a aposentadoria pode ser um acontecimento paradoxal: uma ameaça ou uma alavanca para projetos de vida que valem a pena serem vividos.

Quem sabe pesquisar não pode desistir ou parar de trabalhar quando a aposentadoria chegar. Pois, quanto à questão econômica, Vania Herédia acredita que a Sociologia é um dos poucos cursos na formação acadêmica que ensina a fazer pesquisa, porque tem os instrumentos necessários: a estatística, os métodos, as teorias. Assim sendo, o pesquisador que tem essa experiência pode fazer pesquisa sempre, não só no mundo do trabalho.

Para Herédia, *a Sociologia* é um espaço fértil para a pesquisa. É uma pena que tiraram ela de todos os contextos, inclusive na academia, mas acredita que isso pode mudar com o tempo. Como professora de Sociologia, declara-se uma pessoa que sabe escutar, que acredita no aluno, na educação, na prática docente. Isso tudo muda a postura do estudante. É um espaço de transformação, e a sala de aula é um lugar que pode valorizar o professor, não se tratando de uma experiência vazia.

A construção de relações nos anos de trabalho, na Universidade de Caxias do Sul, com bolsistas, estagiários, colegas de docência e de pesquisa, orientandos de mestrado e doutorado, alunos de graduação, se prolonga noutros espaços para além do mercado formal de trabalho. É uma experiência de vida que deu certo. Vania Herédia conta que esteve, há poucos dias, numa audiência pública que discute o ensino superior na região e percebeu que lá estavam presentes ex-alunos, pessoas que ocupam cargos em diferentes instâncias da sociedade, ex-prefeito e vereadores de diferentes municípios.

Por último, desejo que este texto possa alcançar seu propósito, ou seja, prestar justa e singela homenagem à professora Vania Herédia, mas, para além dessa intenção, que ele sirva de inspiração para os que acreditam na formação humana como um processo de valor, para os que acreditam na ciência, na educação e nos professores, os principais agentes de mudança e transformação, sem eles não há como acolher plenamente as atuais e as futuras gerações.

Considerações finais

Um texto em homenagem à professora Vania se constitui numa tentativa de escrita inacabada. Não temos condições de dizer em palavras o que guardamos na memória afetiva e intelectual, seus desdobramentos e suas influências. Mas tentamos! Talvez, nesse momento, o mais importante é dizer que sou profundamente grato à amiga que fez, e ainda faz, do mundo a sua sala de aula; que soube usar a inteligência e os recursos também para cativar e incentivar a formação de novos professores; que foi capaz de criar as condições necessárias para o exercício da docência com conhecimento profissional e responsabilidade.

Se a Sociologia, a Filosofia e a História são indispensáveis para compreender a sociedade, o mundo e a nós mesmos, resta posto que ainda precisamos de outras fontes para alimentar as atitudes e os sonhos que embalam a vida de uma pessoa. Fica evidente que para ensinar é preciso compreender a realidade, mas não só. Ensinar exige conhe-

cimento e comprometimento, exige pesquisa, rigorosidade teórico-metodológica, criticidade, estética e ética. E tudo isso pode ser feito com alegria e esperança. É assim a vida docente da professora Vania Herédia, é sua marca e seu jeito de ser.

Por isso, é preciso reconhecer seu legado para as atuais e futuras gerações de estudantes. Sabemos que reconhecer é verbo transitivo e pode ser usado com outorga a quem conhecemos, ou seja, a obra da professora, homenageada neste livro, é conhecida e será valorizada por nós, hoje e amanhã.

As incertezas e desafios da vida podem ser enfrentadas no presente com dedicação, conhecimento e ousadia. As vozes e os ensinamentos, aqui traduzidos em palavras, têm importância e significado aos que acreditam no poder transformador da educação.

Valendo-me de um poema de Cora Coralina, retribuo à Vania Herédia, com carinho e admiração, tudo o que ela me ensinou, pois também na ciência tem espaço para a arte.

Ofertas de Aninha

(aos moços)

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo
muito ensinou.

Ensinou a amar a vida.

Não desistir da luta.

Recomeçar na derrota.

Renunciar a palavras e pensamentos negativos.

Acreditar nos valores humanos.

Ser otimista.

Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.

Creio na solidariedade humana.
Creio na superação dos erros
e angústias do presente.
Acredito nos moços.
Exalto sua confiança,
generosidade e idealismo.
Creio nos milagres da ciência
e na descoberta de uma profilaxia
futura dos erros e violências
do presente.
Aprendi que mais vale lutar
do que recolher dinheiro fácil.
Antes acreditar do que duvidar.

Referências

- BRASIL. *Lei nº 8.842*. Dispõe sobre a política nacional do idoso. Brasília: MPAS, 1994.
- CORALINA, Cora. *Melhores poemas*. Seleção de Darcy França Denófrío. São Paulo: Global, 2004.
- FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Trajetória pessoal e profissional*. Entrevista concedida ao prof. Delcio Antônio Agliardi. Caxias do Sul: 2024.
- SPINOZA, Baruch. *Ética segundo a ordem geométrica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

150 anni di migrazione italiana in Brasile: teorie, cause e ruolo della trasmissione dei saperi

*Donatella Strangio*⁶⁷

Abstract: Questo lavoro analizza i 150 anni di migrazione italiana in Brasile, con un focus sulle cause e le teorie che spiegano il fenomeno. Esploreremo le motivazioni socio-economiche, politiche e culturali che hanno spinto milioni di italiani a emigrare verso il Brasile tra la fine del XIX secolo e il XX secolo. Attraverso un'analisi storica e teorica, metteremo in luce i diversi fattori di spinta e attrazione che hanno caratterizzato questo flusso migratorio, evidenziando come il contesto economico italiano e le politiche di accoglienza brasiliane abbiano influenzato questo processo.

Introduzione. Revisione della Letteratura e Teorie della Migrazione

Come hanno affermato Herédia, Gonçalves e Morcellin (2011, pp. 9-11), la migrazione è un fenomeno complesso e ricco di sfaccettature che merita un approfondimento e una riflessione che coinvolge diversi ambiti scientifici sia quando ci si riferisce alla migrazione interna che a quella esterna (Singer, 1998, p. 29).

La migrazione italiana in Brasile è un fenomeno che ha plasmato significativamente la cultura e l'economia brasiliana, stabilendosi principalmente negli Stati del sud-est e del sud (Trento, 2012).

Come hanno scritto Anna Maria Birindelli e Corrado Bonifazi (1975)⁶⁸:

[...] secondo i dati disponibili, dal 1876, anno in cui inizia la rilevazione degli espatriati, al 1975 sono quasi un milione e mezzo gli italiani emigrati in

⁶⁷ Professoressa e ricercatrice della Sapienza Università di Roma (IT).

⁶⁸ Si veda anche Sanfilippo 2008.

Brasile. Le statistiche del paese d'arrivo danno per il periodo 1870-1975 una cifra un po' più elevata (1,6 milioni), ma, come si vede, non troppo distante da quella della fonte italiana. Questi valori, per quanto elevati, non danno però sufficientemente conto dell'importanza che il flusso migratorio tra Italia e Brasile ha assunto per i due paesi, soprattutto negli ultimi due decenni dell'ottocento e nei primi anni del novecento.

Basti pensare che nel 1891 gli espatriati verso il Brasile hanno rappresentato il 37% di tutta l'emigrazione italiana e il 58% di quella diretta nelle Americhe; oppure che, nel 1888, il flusso di italiani ha costituito il 79% dell'immigrazione in Brasile e che complessivamente, tra il 1870 e il 1975, è stato pari al 30% di tutti gli ingressi registrati dal sistema statistico del paese.

Questo contributo analizza le teorie e le cause della migrazione italiana verso il Brasile, con particolare attenzione al ruolo della trasmissione dei saperi nel processo di integrazione delle comunità italiane. La sua struttura include una revisione della letteratura, l'analisi delle cause, l'importanza delle reti sociali, e l'approfondimento del ruolo dei migranti italiani in ambito economico e culturale. In sintesi, questo studio dimostra come la migrazione italiana in Brasile abbia avuto un impatto profondo e duraturo, che si estende ben oltre i confini della semplice partecipazione economica. Attraverso un'analisi che integra i contributi demografici, economici, culturali e sociali, il lavoro offre una visione complessa e dinamica della "diaspora" italiana in Brasile, evidenziando la resilienza e l'adattabilità di questa comunità. I contributi innovativi che il lavoro desidera apportare risiedono nella capacità di collegare aspetti storicamente trattati in modo separato e nel proporre un quadro più sfaccettato delle interazioni tra cultura, economia e identità nel contesto migratorio.

Questo primo paragrafo fornisce un quadro teorico che collega le motivazioni economiche, sociali e culturali della

migrazione italiana in Brasile, attraverso un'analisi storica e sociologica.

Le teorie classiche, sebbene utili, non bastano a spiegare la complessità del fenomeno, che richiede un approccio più integrato e multidisciplinare. La revisione della letteratura evidenzia l'importanza delle reti migratorie, delle dinamiche transnazionali e delle identità "ibride", mostrando come la migrazione italiana non sia stata solo una risposta a pressioni economiche, ma anche un processo di scambio culturale e innovazione sociale.

Le prime analisi sistematiche del fenomeno migratorio risalgono alla fine del Diciannovesimo secolo con il lavoro di Ernst Georg Ravenstein, che propose le *Leggi della Migrazione* (1885, 1889). Secondo Ravenstein, la migrazione è influenzata da fattori economici e geografici: le persone tendono a spostarsi da aree povere e sovrappopolate verso regioni più prospere e urbanizzate. Le sue leggi sono alla base della teoria *push-pull*, che considera i fattori di spinta (*push*) nei paesi di origine, come la povertà e l'instabilità politica, e i fattori di attrazione (*pull*) nei paesi di destinazione, come opportunità lavorative e migliori condizioni di vita. Ravenstein identificò, tra le altre cose, come le migrazioni tendano a seguire percorsi brevi e graduali, con la formazione di centri migratori intermedi. Anche se il contesto italiano-brasiliano ha caratteristiche specifiche, le dinamiche individuate da Ravenstein, sviluppate per spiegare le migrazioni interne e internazionali in generale, si possono applicare a questo caso specifico. I fattori di spinta (*push*) in Italia includevano la povertà rurale, la disoccupazione, l'instabilità politica e la mancanza di opportunità economiche, soprattutto nelle regioni meridionali. Dall'altra parte, il Brasile rappresentava un'importante attrazione (*pull*), con promesse di terra, lavoro e migliori condizioni di vita. Le campagne di propaganda organizzate dai latifondisti brasiliani e dal governo stesso contribuirono a rafforzare questa percezione.

Queste impostazioni sono ulteriormente analizzati da Stark e Bloom (1985) che introducono la teoria del *New*

Economics of Labor Migration (NELM), sottolineando l'importanza delle scelte familiari collettive nel processo migratorio. Le famiglie italiane spesso decidevano di emigrare come strategia per diversificare il rischio economico. Le teorie contemporanee, sviluppate negli anni Settanta e Ottanta del Novecento, offrono un quadro più complesso della migrazione internazionale, considerando non solo le motivazioni economiche ma anche i contesti sociali e storici più ampi. Un elemento chiave per spiegare il perpetuarsi della migrazione italiana in Brasile è il concetto di *chain migration*, secondo cui le reti sociali e familiari facilitano e incentivano ulteriori flussi migratori (MacDonald and MacDonald, 1964; Lind, 2017). Questa teoria è ben sviluppata in studi di storia sociale e antropologica. Inoltre, gli studi di antropologia e sociologia culturale hanno approfondito come la migrazione influenzi le identità e le dinamiche sociali, mettendo in evidenza la formazione di identità "ibride". Ricci (2010) esplora come le tradizioni italiane siano state rielaborate nel contesto brasiliano, producendo nuove forme culturali. Questa fusione culturale è particolarmente evidente nelle comunità rurali del sud del Brasile, dove la cultura veneta si è integrata con elementi locali (Franzina, 2019; Merlotti Herédia, 2022, pp. 71-86).

Uno dei contributi chiave è la teoria delle reti migratorie sviluppata da Massey *et al.* (1993), che evidenzia come i migranti creino e mantengano connessioni tra il paese di origine e quello di destinazione. Queste reti facilitano il flusso di informazioni, risorse e supporto tra le comunità, abbassando i costi e i rischi per i nuovi migranti. Nel caso italiano-brasiliano, le reti sociali giocarono un ruolo cruciale, con molti migranti che seguirono parenti e conoscenti già insediati in Brasile. Le lettere e le rimesse inviate dai migranti in Brasile servirono da incentivo per i nuovi arrivi, come dimostrato dai lavori di Baily (1999) e Trento (2012).

La teoria del sistema-mondo, elaborata da Wallerstein (1974), fornisce un altro quadro utile per comprendere la migrazione italiana in Brasile. Wallerstein analizza la migrazione come parte di un processo globale di sviluppo

capitalistico, in cui le regioni periferiche forniscono manodopera alle economie centrali in espansione. Nel caso italiano, l'emigrazione verso il Brasile si inserisce in questo schema, con l'Italia considerata una regione semi-periferica. Il Brasile, in rapida industrializzazione e in cerca di manodopera, si poneva come destinazione per quei lavoratori esclusi dai benefici della crescita economica in Europa.

Lo studio di Gabaccia (2000) offre una prospettiva transnazionale, esaminando la migrazione non come un processo unidirezionale, ma come un sistema di scambi e di identità fluide. La migrazione italiana si caratterizzò per la sua complessità, con numerosi rimpatri temporanei e la creazione di comunità transnazionali con legami sia in Italia che in Brasile. Hannerz (1996), ancora, introduce il concetto di *creolizzazione culturale*, utile per comprendere come le culture italiane e brasiliane si siano influenzate reciprocamente. Questi approcci mostrano come la migrazione non comporti solo uno spostamento fisico, ma anche una rielaborazione costante delle identità culturali.

Cause della Migrazione Italiana verso il Brasile

Gli immigrati italiani furono essenziali per la transizione del Brasile verso un'economia post-schiavitù. L'abolizione della schiavitù nel 1888 portò alla necessità di sostituire la manodopera nelle piantagioni di caffè, ruolo che fu in gran parte coperto dagli italiani.

Il governo brasiliano offriva incentivi significativi per attrarre immigrati italiani. Tra il 1885 e il 1902, per esempio, lo Stato di São Paulo finanziava il viaggio e garantiva alloggi temporanei ai nuovi arrivati.⁶⁹ Le politiche di accoglienza erano volte a “sbiancare” la popolazione brasiliana, sostituendo la manodopera schiava di origine africana con immigrati europei, un concetto diffuso all'epoca.

Il periodo 1870-1920 rappresenta l'ondata migratoria più significativa. Inizialmente, i migranti provenivano

⁶⁹ Sulle politiche di immigrazione in Brasile, tra gli altri si veda Merlotti Herédia, 2015, pp. 134-152.

soprattutto dalle regioni settentrionali come il Veneto, la Lombardia e il Piemonte (Franzina, 2008). In seguito, a partire dal 1900, si intensificarono gli arrivi anche dal sud Italia, specialmente dalla Calabria, dalla Campania e dalla Sicilia. Studi specifici sull'Italia dell'epoca, come quello di Toniolo (2013, pp. 18-21), James e O'Rourke (2013, pp. 87-90) Gomellini e O'Grada (2013, 376-385) esplorano come le crisi agricole, la pressione demografica e la disoccupazione abbiano forzato milioni di italiani a cercare opportunità all'estero. Questo flusso è particolarmente evidente a partire dalle regioni meridionali. Si stima che circa il 60% degli emigranti italiani che si stabilirono in Brasile provenissero dal nord Italia.

La maggior parte degli italiani si stabilì nello Stato di São Paulo, che da solo accolse circa il 70% degli immigrati italiani (Dean 1971; Levy, 1965; Martins, 2015). São Paulo divenne il principale centro dell'immigrazione italiana grazie all'espansione delle piantagioni di caffè, che richiedevano molta manodopera. Altre aree importanti di insediamento furono gli Stati del sud come Rio Grande do Sul, dove gli italiani fondarono numerose colonie agricole, molte delle quali ancora esistenti oggi (Romanato e Merlotti Herédia, 2018). Queste comunità non solo contribuirono allo sviluppo agricolo, ma formarono anche un tessuto sociale coeso che permise la preservazione della cultura e della lingua italiane, come il dialetto veneto (Battisti, 2007). Ancora, si ebbero importanti insediamenti presso Santa Catarina e Espírito Santo, dove gli italiani contribuirono allo sviluppo agricolo e industriale.

La migrazione italiana in Brasile può essere suddivisa in tre fasi principali (Bevilacqua *et al.* 2001; Rosoli, 1978): Prima fase (1870-1900): questa fase vede l'inizio del flusso migratorio, con la maggior parte degli immigrati provenienti dalle regioni settentrionali dell'Italia, come il Veneto, la Lombardia e il Piemonte. L'economia agricola brasiliana, in espansione, aveva bisogno di manodopera a basso costo per sostituire gli schiavi liberati dopo l'abolizione della schiavitù nel 1888. Seconda fase (1900-1930): durante questi anni,

il flusso migratorio italiano si intensificò, coinvolgendo anche regioni del sud Italia, come la Calabria e la Sicilia. La crisi economica e l'instabilità politica in Italia, combinata con le politiche di accoglienza del governo brasiliano, portarono a un aumento significativo degli arrivi. Terza fase (1930-1950): la Grande Depressione e l'ascesa del fascismo in Italia limitarono l'emigrazione, il flusso migratorio italiano verso il Brasile diminuì drasticamente negli anni Trenta del Novecento, a causa delle politiche restrittive del governo fascista in Italia e della crisi economica mondiale. La Grande Depressione rese meno attraente l'emigrazione, e l'Italia iniziò a promuovere la colonizzazione interna. Nel 1942, il Brasile sospese l'immigrazione dall'Italia a causa della Seconda Guerra Mondiale. Nonostante questi eventi, molti italiani continuarono a cercare rifugio in Brasile, soprattutto durante e dopo la Seconda Guerra Mondiale. Tuttavia, l'immigrazione cominciò a ridursi a partire dagli anni Cinquanta, in concomitanza con il miglioramento delle condizioni economiche italiane e anche se il flusso migratorio riprese lentamente solo dopo la fine del conflitto, ma mai ai livelli precedenti.

L'integrazione degli italiani nella società brasiliana ha contribuito a modellare l'identità nazionale del paese, soprattutto nelle regioni economicamente più sviluppate.

Come detto, le cause della migrazione italiana verso il Brasile sono legate a un complesso insieme di fattori economici, sociali e politici. In Italia, la crisi agraria, l'ineguaglianza sociale e l'impatto delle politiche fiscali post-unificazione spinsero molti a cercare migliori opportunità all'estero: al contempo, il Brasile offriva incentivi mirati per attrarre manodopera agricola, con politiche che promuovevano l'immigrazione europea per supportare l'espansione delle piantagioni di caffè. Cercheremo di capire l'importanza e il peso che le reti sociali e familiari giocarono nel sostenere il flusso migratorio, creando comunità italo-brasiliane fortemente integrate ma al tempo stesso legate alle loro radici italiane (Hannersz, 1996).

La migrazione italiana verso il Brasile tra la fine del XIX secolo e l'inizio del XX secolo è strettamente legata alle difficoltà economiche e sociali che affliggevano l'Italia post-unitaria. Dopo l'unificazione del 1861, l'Italia soffriva di gravi squilibri economici regionali. Le regioni del nord, come il Veneto e il Piemonte, sperimentarono una profonda crisi agricola, causata dalla concorrenza internazionale e dalla frammentazione delle proprietà terriere. Secondo Gabaccia (2000), le aree rurali erano caratterizzate da povertà diffusa, sovrappopolazione e un aumento delle imposte, soprattutto in seguito alle politiche fiscali del governo centrale (Toniole, 1988; Marongiu, 1995; 2010; Gomellini, O'Grada, 2013). Questi fattori spinsero milioni di italiani a cercare migliori opportunità all'estero.

Tra il 1876 e il 1900, l'Italia perse circa 5 milioni di persone per emigrazione, e il flusso verso il Brasile crebbe notevolmente a partire dal 1880. La regione più colpita fu il nord Italia: tra il 1876 e il 1915, circa il 60% dei migranti proveniva dalle regioni settentrionali (Gabaccia, 2000). Nelle province del Veneto e del Friuli, ad esempio, oltre il 20% della popolazione emigrò in quel periodo (Rosoli, 1978).

La miseria nelle campagne italiane era acuita dall'impatto delle innovazioni agricole che beneficiarono solo i grandi proprietari terrieri, lasciando i piccoli contadini in una situazione di estrema vulnerabilità. La crisi agraria degli anni 1880, causata da una combinazione di malattie delle colture, calo dei prezzi e aumento delle importazioni di grano dagli Stati Uniti, peggiorò ulteriormente la condizione delle famiglie rurali. Diversi studi sottolineano come le rimesse dei migranti fossero spesso l'unica fonte di sostentamento per molte famiglie rimaste in Italia.⁷⁰

⁷⁰ Sull'importanza delle rimesse degli italiani all'estero si veda Bevilacqua, 2001; Incerpi, 2017; Pace, 2016; Sori, 2009). Per l'importanza economica e sociale delle rimesse in generale si veda Ambrosini (2024) che scrive come: "Le rimesse aiutano a migliorare l'alimentazione e le condizioni abitative, consentono di accedere all'istruzione di qualità, che in gran parte del mondo è privata, a cure mediche se necessarie, anch'esse perlopiù private. Integrano

Parallelamente, il Brasile stava implementando politiche attive per attirare immigrati europei. Con l'abolizione della schiavitù nel 1888, il governo brasiliano si trovò di fronte a una carenza di manodopera, soprattutto nelle piantagioni di caffè delle regioni di São Paulo e Minas Gerais. In risposta, furono messe in atto strategie per incentivare l'immigrazione europea, considerata preferibile per "sbiancare" la popolazione secondo ideologie razziste dell'epoca (Fausto, 1994).

Dal 1880 in poi, il governo brasiliano cominciò a stipulare accordi con l'Italia per facilitare l'arrivo di lavoratori agricoli, offrendo viaggi pagati e contratti di lavoro vantaggiosi. Questo sistema, noto come *colonato*, garantiva agli immigrati terreni da coltivare in cambio di una quota della produzione. Tra il 1887 e il 1902, oltre 1 milione di italiani arrivarono in Brasile, rappresentando il gruppo immigrato più numeroso nel paese. Le regioni di São Paulo e del sud del Brasile, come il Rio Grande do Sul, furono le principali destinazioni degli immigrati italiani (Trento, 2012).

Un altro elemento cruciale per comprendere la migrazione italiana verso il Brasile è l'importanza delle reti sociali e familiari. Le teorie contemporanee delle reti migratorie, come quelle proposte da Massey *et al.* (1993), suggeriscono che una volta che un flusso migratorio è avviato, le reti sociali esistenti abbassano i costi e i rischi associati alla migrazione, facilitando l'arrivo di nuovi migranti. Nel caso

o rimpiazzano la pensione degli anziani. Elevano l'immagine e lo status sociale delle famiglie che le ricevono. [...] Le rimesse sono particolarmente consistenti quando gli emigranti partono da soli, lasciando in patria il/la coniuge, e soprattutto i figli. La partenza è anzi motivata principalmente dall'aspirazione a offrire loro una vita migliore, o più drammaticamente dalla necessità di provvedere ai loro bisogni essenziali: per esempio nel caso di madri sole, che si separano dai figli per amore nei loro confronti. Quando poi avvengono i ricongiungimenti familiari, i flussi di rimesse diminuiscono: la famiglia riunificata qui comporta spese molto maggiori, mentre diminuisce il numero di coloro che in patria si attendono aiuti dal genitore emigrato, o cala la loro titolarità a riceverne, trattandosi di parenti verso cui gli obblighi sono meno cogenti: genitori, sorelle, fratelli, nipoti...".

italiano, questo processo fu particolarmente evidente nelle comunità provenienti da specifiche regioni o paesi: molti migranti seguirono parenti o conoscenti già insediati in Brasile, beneficiando del supporto iniziale offerto da queste reti.

La migrazione fu spesso un progetto familiare e comunitario. Le lettere inviate dai migranti descrivevano le opportunità e le sfide incontrate, offrendo consigli pratici su come prepararsi al viaggio e integrarsi in Brasile (Baily, 1999; Franzina, 2023). Questi contatti costanti permisero la creazione di una diaspora transnazionale attiva, che contribuì non solo al flusso migratorio ma anche alla circolazione di idee, conoscenze e risorse (Grabaccia, 2000; Bertonha, 2004). Secondo Trento (2012), le reti sociali favorirono anche la creazione di comunità molto coese che mantennero la lingua e le tradizioni italiane per diverse generazioni.

Il Ruolo della Trasmissione dei Saperi e delle Competenze nella Migrazione Italiana in Brasile

Altro aspetto chiave della migrazione italiana in Brasile e ancora poco approfondito è la trasmissione dei saperi e delle competenze: una trasmissione di saperi multidimensionale. Le competenze agricole e artigianali trasferite dagli italiani hanno avuto un impatto duraturo sullo sviluppo economico delle regioni di destinazione. Gli italiani contribuirono a diversificare l'agricoltura brasiliana, introducendo colture come ortaggi e frutta che non erano comuni, favorendo un miglioramento della dieta locale e lo sviluppo di nuovi mercati. Oltre all'agricoltura, molti immigrati italiani erano artigiani, muratori, falegnami e operai specializzati: la loro presenza portò un notevole contributo alla costruzione di infrastrutture e allo sviluppo dell'industria (Dean, 1971; Holloway, 1996; Levy, 1965; Merlotti Herédia, 2017; Pizzolato, 2015; Weimer, 2022). A São Paulo, molti italiani trovarono impiego nella costruzione di ferrovie, strade ed edifici pubblici. Il loro know-how artigianale fu essenziale per l'espansione urbana e industriale delle città brasiliane in rapida crescita. L'immigrazione italiana fu determinante

nello sviluppo del settore tessile a São Paulo, contribuendo a trasformare la città in un centro industriale. Molte delle prime fabbriche tessili furono fondate o gestite da immigrati italiani.

Questo trasferimento non si limitò alle pratiche tecniche, ma coinvolse anche l'educazione, la cultura e l'identità, contribuendo a creare comunità resilienti e integrate. Le reti transnazionali giocarono un ruolo decisivo nel mantenere vivo il legame tra Italia e Brasile, facilitando il flusso di conoscenze e innovazioni tra i due paesi.

Uno degli aspetti fondamentali dell'emigrazione italiana verso il Brasile è stato il trasferimento di conoscenze e competenze agricole, che ha avuto un impatto significativo sullo sviluppo delle regioni di destinazione. Molti degli italiani che migrarono in Brasile, soprattutto nelle regioni meridionali e nelle zone di São Paulo, provenivano da contesti rurali e portarono con sé competenze avanzate nella viticoltura, nella coltivazione di cereali e nella gestione delle piccole proprietà terriere.

La diffusione della viticoltura nelle aree meridionali del Brasile, specialmente nel Rio Grande do Sul, è un esempio emblematico. Le famiglie provenienti dal Veneto e dal Trentino introdussero tecniche di coltivazione della vite, che contribuirono a trasformare questa regione nel principale centro vinicolo del Brasile. Secondo i dati riportati da Trento (2012), già negli anni Venti del Novecento, il 90% del vino prodotto nel Brasile meridionale proveniva da aziende agricole gestite da immigrati italiani e dai loro discendenti.

Oltre alla viticoltura, gli italiani introdussero pratiche innovative nella gestione delle piccole proprietà, favorendo la diversificazione delle colture e l'uso più efficiente delle risorse disponibili. Questo tipo di approccio si distinse dalla tradizionale economia di piantagione basata su monoculture, predominante nelle altre regioni brasiliane. Il contributo delle competenze italiane è stato ampiamente studiato da Fausto (1994), che evidenzia come queste pratiche abbiano

facilitato l'adattamento delle comunità rurali alle condizioni locali e contribuito alla sostenibilità economica delle nuove colonie.

Inoltre, gli italiani portarono in Brasile una vasta gamma di competenze tecniche e artigianali, che favorirono la nascita e lo sviluppo di settori produttivi locali. Ad esempio, molti immigrati provenienti dal Piemonte e dalla Lombardia erano specializzati in attività manifatturiere e artigianali, come la lavorazione del legno, del ferro e del cuoio. Queste competenze vennero rapidamente incorporate nell'economia delle città e delle aree rurali, contribuendo all'espansione di piccole industrie e attività commerciali.

Gli italiani contribuirono anche alla diffusione di modelli economici basati sulla cooperazione e la mutua assistenza, che furono particolarmente importanti nelle comunità agricole come quello delle "Cooperative agricole". In diverse regioni del sud, gli immigrati italiani fondarono cooperative agricole che introdussero pratiche collettive di gestione delle risorse, migliorando la produttività e la resilienza economica delle comunità. Questi modelli cooperativi furono ispirati da esperienze simili già esistenti in Italia. Ancora, gli italiani portarono con sé l'esperienza delle casse rurali e delle società di mutuo soccorso, che furono replicate nelle comunità brasiliane. Queste istituzioni fornivano credito e supporto finanziario, contribuendo allo sviluppo delle comunità e all'integrazione degli immigrati.

L'influenza italiana si manifestò anche nella promozione di pratiche agricole e artigianali sostenibili. Gli immigrati introdussero metodi di gestione delle risorse naturali che, in alcune aree, risultarono più sostenibili rispetto alle pratiche locali. Ad esempio, la rotazione delle colture e l'uso di fertilizzanti naturali, pratiche già consolidate in Italia, furono adottate in alcune regioni brasiliane.

Le città di Caxias do Sul e Bento Gonçalves, nel Rio Grande do Sul, divennero centri di produzione industriale, grazie alla trasmissione di queste competenze artigianali. Il lavoro di Battisti (2007) sottolinea come l'introduzione

di tecniche di falegnameria e costruzione edilizia avanzate, importate dagli artigiani italiani, abbia avuto un impatto duraturo, promuovendo la crescita economica e il miglioramento delle infrastrutture nelle comunità italiane. La trasmissione intergenerazionale di questi saperi fu particolarmente importante. Le competenze apprese dai primi migranti venivano tramandate alle nuove generazioni, che spesso mantenevano l'attività di famiglia. Questo processo di continuità non solo permise la preservazione delle conoscenze tecniche, ma rafforzò anche le reti sociali e il senso di comunità. Studi come quelli di Gabaccia (2000) mettono in luce come il legame tra competenze tecniche e identità culturale abbia contribuito alla resilienza economica delle comunità italo-brasiliane, che riuscirono a prosperare anche in contesti di difficoltà economiche.

L'Educazione e la Conservazione del Patrimonio Culturale

Un altro elemento cruciale nella trasmissione dei saperi riguarda l'educazione e la preservazione del patrimonio culturale. Gli immigrati italiani non solo cercarono di trasmettere le loro competenze tecniche, ma anche di preservare la loro identità culturale attraverso scuole, associazioni culturali e chiese. Le scuole italiane, fondate in diverse comunità italo-brasiliane, furono centri importanti per l'insegnamento della lingua italiana e per la trasmissione delle tradizioni culturali.

Nel Rio Grande do Sul, ad esempio, le scuole comunitarie italiane continuarono a insegnare il dialetto veneto fino alla metà del Ventesimo secolo, garantendo una forte coesione sociale all'interno delle comunità migranti. Secondo Ricci (2010), questa enfasi sulla cultura e sull'educazione fu fondamentale non solo per mantenere l'identità italiana, ma anche per facilitare l'integrazione degli italiani nella società brasiliana. Le associazioni culturali, come i circoli italiani, promuovevano eventi sociali e religiosi, contribuendo a mantenere vivo il legame con le tradizioni italiane.

La trasmissione del patrimonio culturale attraverso l'educazione si legò anche allo sviluppo economico: la formazione tecnica fornita all'interno delle comunità italiane contribuì all'espansione di attività economiche locali, favorendo la diffusione di conoscenze innovative. Le scuole professionali italiane ebbero un ruolo significativo nel formare nuove generazioni di lavoratori qualificati, capaci di adattarsi alle esigenze del mercato brasiliano.

Ancora, la migrazione italiana in Brasile non fu un fenomeno isolato ma parte di una più ampia rete transnazionale che collegava l'Italia con diverse regioni del mondo. In molte regioni, come il sud del Brasile, i dialetti italiani (soprattutto il veneto) si sono mescolati con il portoghese, dando origine a un linguaggio ibrido, noto come "talian". Questo fenomeno rappresenta un esempio di come la trasmissione culturale possa trasformarsi e adattarsi in un nuovo contesto.

Le rimesse, le lettere e i viaggi di ritorno temporanei tra Italia e Brasile contribuirono alla circolazione delle conoscenze e delle innovazioni (Franzina, 2023). Baily (1999) discute come il flusso continuo di informazioni e risorse tra le comunità italo-brasiliane e le regioni di origine in Italia abbia facilitato il trasferimento di competenze, modelli economici e idee.

In questo contesto, le reti migratorie transnazionali favorirono l'adozione di nuove tecnologie e pratiche agricole che rafforzarono la sostenibilità economica delle comunità italiane in Brasile. Le connessioni transnazionali permisero anche lo scambio di know-how legato a specifici settori industriali e artigianali, contribuendo alla crescita di piccole e medie imprese in settori come la meccanica, la tessitura e la lavorazione alimentare.

Le Lettere Transatlantiche come Agenti di Migrazione

Un elemento originale potrebbe riguardare il ruolo delle lettere dei migranti, che hanno avuto un impatto significativo sulle dinamiche migratorie. Queste lettere, spesso

chiamate “lettere transatlantiche,” costituivano un potente strumento di comunicazione tra i migranti in Brasile e le famiglie rimaste in Italia. Attraverso queste corrispondenze, gli italiani già stabiliti in Brasile raccontavano le proprie esperienze, descrivendo le difficoltà ma anche le opportunità che trovavano nel nuovo paese. Questi racconti personali, sebbene a volte idealizzati, svolgevano un ruolo cruciale nell’alimentare ulteriori flussi migratori (Franzian, 2023).

Le lettere erano spesso accompagnate da rimesse economiche, che rappresentavano una dimostrazione concreta del successo ottenuto in Brasile. Questo incoraggiava altri parenti e amici a intraprendere lo stesso viaggio. In un certo senso, queste lettere erano la prima forma di “marketing migratorio,” diffondendo un’immagine del Brasile come terra di promesse, nonostante le difficoltà reali affrontate dai primi immigrati.

Uno studio particolarmente interessante è quello condotto dal sociologo italiano Francesco Cerase (1969; 1971), che ha analizzato queste corrispondenze, evidenziando come esse spesso contenessero una visione distorta e ottimistica della realtà. Questo fenomeno rientra nel concetto di “ritorno differito”, secondo cui i migranti, pur essendo consapevoli delle difficoltà incontrate, preferivano enfatizzare gli aspetti positivi per giustificare la propria scelta migratoria.

Le lettere di emigrati veneti e calabresi, conservate in archivi privati e studi locali, mostrano come si sviluppasse un linguaggio specifico per parlare del Brasile: espressioni che esaltavano le possibilità di “fare fortuna” e superare la miseria rurale italiana venivano ripetute. Queste lettere non solo incoraggiavano l’emigrazione ma creavano anche una rete di supporto, offrendo consigli pratici su come affrontare il viaggio e integrarsi nella nuova realtà.

Un aspetto interessante è il fenomeno della “catena migratoria” che si sviluppava attraverso queste lettere. In molte comunità italiane, i primi migranti fungevano da pionieri, inviando istruzioni dettagliate ai familiari e ai conoscenti rimasti in Italia. Questi consigli includevano indicazioni

su dove trovare lavoro, quali terreni fossero disponibili e come evitare truffe o difficoltà burocratiche. In questo modo, il flusso migratorio non era casuale ma pianificato e organizzato, rafforzando ulteriormente le comunità italiane in Brasile.

Oltre all'aspetto economico e pratico, le lettere riflettevano anche il desiderio dei migranti di mantenere un legame culturale con l'Italia. La lingua, i costumi e le tradizioni descritte in queste missive contribuirono a preservare l'identità italiana in Brasile, favorendo la nascita di una cultura ibrida italo-brasiliana che si può ancora osservare in alcune regioni.

L'originalità di esaminare le lettere sta non solo considerarle come documenti storici, ma anche come vere e proprie "leve di migrazione" che hanno giocato un ruolo cruciale nel modellare le dinamiche migratorie. Questa dimensione umana e comunicativa arricchisce la comprensione del fenomeno, mostrando come il processo migratorio fosse guidato non solo da fattori economici e politici, ma anche da narrazioni personali e collettive costruite attraverso la comunicazione scritta.

Questo approccio consente di guardare alla migrazione italiana in Brasile non solo come un fenomeno di massa, ma come una serie di storie individuali intrecciate che hanno contribuito alla formazione di una nuova identità culturale in un contesto lontano dall'Italia.

Impatto della Migrazione Italiana sulla Società e Cultura Brasiliana

L'impatto della migrazione italiana sulla società brasiliana è evidente a più livelli: demografico, economico, culturale e politico. Dal punto di vista demografico, gli italiani hanno contribuito in maniera determinante alla composizione etnica del Brasile, specialmente nelle regioni meridionali e sudorientali. Sul piano economico, il contributo si è esteso dall'agricoltura all'industria, con un ruolo di primo piano nella trasformazione delle città come São

Paulo. Culturalmente, la presenza italiana ha lasciato tracce indelebili nella lingua, nella gastronomia e nelle tradizioni locali, rendendo l'italianità una componente fondamentale dell'identità brasiliana. Tuttavia, il processo di integrazione non fu privo di difficoltà, con tensioni sociali e discriminazioni che accompagnarono i primi decenni di immigrazione. Per questo per comprendere appieno il peso della migrazione italiana in Brasile approfondiremo anche questi aspetti. Con il tempo, gli italiani riuscirono a integrarsi completamente nella società brasiliana, mantenendo viva la propria identità culturale e, al contempo, contribuendo alla costruzione di una società multietnica e inclusiva.

L'immigrazione italiana ha rappresentato uno dei flussi migratori più significativi nella storia del Brasile, non solo per il numero di migranti ma anche per l'impatto sulla struttura demografica del paese. Tra il 1880 e il 1920, circa 1,5 milioni di italiani sbarcarono in Brasile, costituendo quasi il 35% del totale degli immigrati in quegli anni (Rosoli, 1978). Questa ondata migratoria ha cambiato in modo sostanziale la composizione etnica e culturale di molte aree del Brasile, soprattutto negli stati di São Paulo, Paraná, e nel Rio Grande do Sul.

Secondo una ricerca di Bertonha (2004), il processo di insediamento degli italiani non si limitò alle grandi città. Al contrario, molti gruppi migranti si stabilirono in aree rurali e formarono nuove comunità che mantenevano caratteristiche culturali fortemente italiane. L'arrivo massiccio di italiani portò alla nascita di città come Nova Veneza (Santa Catarina) e Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul), dove ancora oggi la cultura e le tradizioni italiane sono fortemente radicate.

Secondo dati più recenti dell'Istituto Brasileiro di Geografia e Statística (IBGE), nel censimento del 2020 si stima che circa 30 milioni di brasiliani abbiano qualche origine italiana, rendendo l'ascendenza italiana una delle componenti principali del mosaico etnico brasiliano. Questo dato mostra l'importanza della migrazione italiana

non solo nella formazione di specifiche comunità, ma anche nell'integrazione e diffusione a livello nazionale.

L'immigrazione italiana ha avuto un impatto significativo non solo nell'ambito agricolo ma anche nello sviluppo industriale del Brasile. Durante la fine del XIX secolo, l'immigrazione italiana rispondeva alla necessità del Brasile di sostituire il lavoro schiavistico abolito nel 1888, come già detto, con manodopera libera e qualificata. Gli italiani vennero inizialmente impiegati nelle piantagioni di caffè nello stato di São Paulo, che divenne il cuore economico del Brasile grazie a questa coltura. Secondo Holloway (1980), tra il 1880 e il 1900, circa il 70% della forza lavoro nelle piantagioni di caffè a São Paulo era composta da italiani.

Con il tempo, molti immigrati lasciarono le campagne per stabilirsi nelle città, contribuendo alla crescita del settore industriale. São Paulo divenne un centro manifatturiero e industriale grazie agli investimenti e alle competenze portate dagli italiani. Secondo un'analisi di Martins (2015), tra il 1920 e il 1940, più del 40% delle fabbriche di scarpe, tessuti e lavorazione del cuoio a São Paulo erano gestite da immigrati italiani o dai loro discendenti. Gli italiani non solo contribuirono con manodopera, ma furono anche protagonisti nella fondazione di imprese e nella diffusione di nuove tecnologie industriali. Un esempio significativo è il settore tessile, dove le imprese italiane come Matarazzo e Crespi giocarono un ruolo determinante. Secondo Levy (1965), il gruppo Matarazzo divenne una delle più grandi holding industriali dell'America Latina, estendendo la propria influenza in vari settori dell'economia brasiliana.⁷¹

Il contributo culturale degli italiani è evidente in vari aspetti della vita quotidiana brasiliana. La lingua è uno degli elementi più visibili: nonostante il portoghese sia la lingua ufficiale, nelle comunità italo-brasiliane sono ancora parlati vari dialetti italiani, in particolare il veneto. Il *Talian*, una variante del veneto, come accennato prima, è diffuso nelle aree rurali del sud del Brasile ed è stato riconosciuto come

⁷¹ Si veda anche Strangio e Noviello, 2023.

patrimonio linguistico in stati come Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Battisti, 2007).

La gastronomia è un altro campo in cui l'influenza italiana è particolarmente forte. Piatti come la polenta, il risotto e la pasta sono entrati a far parte del repertorio culinario brasiliano, specialmente nelle regioni con una forte presenza italiana. São Paulo, spesso considerata la capitale gastronomica del Brasile, vanta una cultura della pizza che risale agli inizi del Ventesimo secolo, quando i primi pizzaioli italiani aprirono le loro pizzerie. Oggi, secondo i dati dell'Associazione Brasiliana della Pizza (2021), São Paulo è la città con il maggior consumo di pizza al mondo dopo New York.

Le tradizioni italiane si riflettono anche nelle celebrazioni religiose e popolari. Feste come la “Festa della Uva” a Caxias do Sul e la “Festa Italiana” di São Paulo sono celebrazioni annuali che attraggono migliaia di persone. Questi eventi non sono solo momenti di incontro comunitario, ma rappresentano anche un'opportunità per riaffermare l'identità culturale italo-brasiliana attraverso la musica, il cibo e le tradizioni popolari (Trento, 2012).

L'integrazione degli italiani in Brasile non fu un processo lineare e privo di difficoltà. Nelle prime fasi della migrazione, gli italiani affrontarono discriminazioni legate sia alla loro origine sia alla condizione economica. Secondo Fausto (1999), molti brasiliani consideravano gli italiani come concorrenti per i posti di lavoro nelle città, soprattutto nelle fabbriche e nei cantieri. Questo sentimento xenofobo portò a tensioni sociali, come dimostrano le lotte operaie dei primi del Novecento a São Paulo, dove molti italiani erano protagonisti del movimento sindacale.

D'altra parte, gli italiani riuscirono progressivamente a integrarsi nella società brasiliana, soprattutto attraverso la partecipazione economica e politica. A partire dagli anni Trenta, l'identità italo-brasiliana iniziò a essere assimilata nel contesto più ampio della società nazionale, grazie anche alla politica nazionalista di Getúlio Vargas che promuoveva

l'assimilazione culturale degli immigrati. Nonostante ciò, le comunità italo-brasiliane mantennero un forte legame con la propria identità etnica, grazie a un denso tessuto associativo, fatto di circoli italiani, scuole, chiese e istituzioni sociali.

Un altro aspetto rilevante è l'influenza degli italo-brasiliani nella politica. Tra i discendenti degli immigrati italiani si annoverano diverse figure della politica brasiliana, come alcuni governatori e sindaci di São Paulo. Questo processo di integrazione nella sfera politica dimostra come la diaspora italiana sia riuscita non solo a mantenere la propria identità culturale, ma anche a contribuire in modo significativo alla formazione della moderna nazione brasiliana (Skidmore, 1999; Lombardi, 2003).

Conclusioni

L'analisi di 150 anni di migrazione italiana in Brasile ha messo in luce un fenomeno complesso e multidimensionale che ha avuto un impatto duraturo sulla società brasiliana. Gli italiani non solo hanno contribuito alla crescita demografica del paese, ma hanno anche svolto un ruolo non indifferente nel processo di modernizzazione economica e industriale, oltre a lasciare un segno sulla cultura e sull'identità nazionale del Brasile.

Rispetto alla letteratura esistente, questo studio introduce e suggerisce alcune prospettive e approcci innovativi attraverso un'analisi integrata e multidimensionale del fenomeno migratorio perché mentre gran parte della letteratura esistente tende a concentrarsi separatamente sugli aspetti economici, culturali o sociali della migrazione italiana, questo lavoro adotta un approccio integrato, che esamina come questi fattori siano interconnessi. Il contributo economico degli italiani, ad esempio, non può essere compreso appieno senza considerare l'impatto culturale della trasmissione di competenze e saperi, che ha giocato un ruolo chiave nella formazione delle prime industrie brasiliane.

Un aspetto particolarmente innovativo è l'attenzione dedicata al ruolo della trasmissione dei saperi tra generazioni all'interno delle comunità italo-brasiliane. Attraverso la famiglia, la scuola e le associazioni culturali, competenze tecniche, linguaggi e pratiche sociali sono stati preservati e trasformati nel contesto brasiliano, contribuendo non solo alla coesione delle comunità italiane, ma anche all'evoluzione della cultura brasiliana. Tale prospettiva è spesso trascurata nella letteratura tradizionale storico economico, che si focalizza più sugli aspetti immediati e meno sul lungo periodo. La migrazione italiana in Brasile può essere letta come un fenomeno di trasferimento di saperi su più livelli: tecnico, economico e culturale. Questo processo di trasmissione del sapere non fu unidirezionale, ma creò una sinergia tra le tradizioni italiane e il contesto brasiliano, dando vita a nuove pratiche e culture ibride. Le comunità italiane in Brasile non si limitarono a replicare ciò che conoscevano, ma innovarono e adattarono il proprio sapere, contribuendo in modo significativo alla trasformazione del paese.

Questo aspetto, spesso trascurato nelle analisi migratorie tradizionali, offre una chiave di lettura originale per comprendere come la migrazione possa essere un notevole veicolo di sviluppo economico e innovazione culturale.

Il presente lavoro apporta una impostazione originale nel riesaminare il processo di integrazione e assimilazione degli italiani nel tessuto sociale brasiliano. A differenza delle narrazioni standard che spesso dipingono l'assimilazione come un percorso lineare, in questo lavoro si è voluto evidenziare come il processo sia stato caratterizzato da un dialogo costante tra integrazione e resistenza culturale. Le comunità italo-brasiliane, infatti, hanno saputo mantenere un forte senso di appartenenza attraverso la creazione di reti associative e culturali, riuscendo allo stesso tempo a inserirsi pienamente nella società brasiliana.

Anche se la letteratura ha riconosciuto il ruolo degli italiani nello sviluppo agricolo non meno è stato quello al processo di industrializzazione brasiliana. Le diverse attività nei settori tessile, manifatturiero e delle piccole e

medie imprese dimostra come l'imprenditorialità italiana abbia avuto un effetto moltiplicatore nel processo di crescita economica urbana, specialmente nello stato di São Paulo. Oggi, si stima che circa 30 milioni di brasiliani abbiano ascendenze italiane, rendendo gli italo-brasiliani uno dei più grandi gruppi etnici del Brasile. Nello Stato di São Paulo, il 50% della popolazione ha almeno un antenato italiano. La città di São Paulo stessa è considerata una delle più grandi comunità italo-discendenti al mondo, con oltre 6 milioni di italo-brasiliani.

Inoltre, è importante riflettere sulle trasformazioni dell'identità italo-brasiliana nel contesto contemporaneo. L'analisi delle celebrazioni culturali, dell'uso dei dialetti e delle nuove modalità di espressione culturale, come il recupero delle tradizioni da parte delle nuove generazioni, fornisce un quadro aggiornato e dinamico di come l'eredità italiana continui a essere una parte vitale del Brasile moderno. Questa prospettiva è spesso assente nelle analisi storiche, che tendono a focalizzarsi su periodi passati senza considerare la continua evoluzione della diaspora italo-brasiliana.

Questo lavoro si spera possa aprire nuove prospettive di ricerca storico economiche, proponendo di approfondire ulteriormente le dinamiche interne alle comunità italo-brasiliane, esplorando ad esempio il ruolo delle nuove tecnologie nella preservazione e trasformazione delle tradizioni italiane. Inoltre, lo studio dei processi migratori di ritorno e delle connessioni transnazionali tra Brasile e Italia potrebbero offrire nuove intuizioni su come le identità diasporiche si evolvono nel contesto globale.

Riferimenti Bibliografici

Ambrosini M. (2024). *Le rimesse degli emigranti: il maggiore aiuto nei confronti dei paesi di origine*. Welforum. it Osservatorio nazionale sulle politiche sociali (<https://www.welforum.it/le-rimesse-degli-emigranti-il-maggiore-aiuto-nei-confronti-dei-paesi-di-origine/>).

Associação Pizzarias Unidas do Brasil (2021). *Consumo de pizza em São Paulo: Dados de 2021*. São Paulo: APUB.

Baily, S. (1999). *Immigrants in the Lands of Promise: Italians in Buenos Aires and New York City, 1870-1914*. Cornell University Press.

Battisti, L. (2007). Talian, lingua, dialetto o cultura? *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 1(2), 145-160.

Bertonha, J. F. (2004). *La diaspora italiana: emigrazione e presenza italiana nel mondo, 1876-2000*. Bulzoni Editore.

Bevilacqua, P. (2001). *Storia dell'emigrazione italiana*. Vol. 1: *Partenze*. Roma Donzelli Editore.

Birindelli A.M., Bonifazi C. (1975). L'emigrazione italiana verso il Brasile: Tendenze e dimensioni (1870-1975) In: [https://www.cepese.pt/portal/portal_skins/custom/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.cepese.pt/portal%20%22%22/pt/publicacoes/obras/emigracao-portuguesa-para-o-brasil/um-passaporte-para-a-terra-prometida/12019emigrazione-italiana-verso-il-brasile-tendenze-e-dimensioni-1870-1975/12019emigrazione-italiana-verso-il-brasile-tendenze-e-dimensioni-1870-1975/@@download/file/L%E2%80%99emigrazione%20italiana%20verso%20il%20Brasile%20tendenze%20e%20dimensioni%20\(1870-1975\).pdf](https://www.cepese.pt/portal/portal_skins/custom/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.cepese.pt/portal%20%22%22/pt/publicacoes/obras/emigracao-portuguesa-para-o-brasil/um-passaporte-para-a-terra-prometida/12019emigrazione-italiana-verso-il-brasile-tendenze-e-dimensioni-1870-1975/12019emigrazione-italiana-verso-il-brasile-tendenze-e-dimensioni-1870-1975/@@download/file/L%E2%80%99emigrazione%20italiana%20verso%20il%20Brasile%20tendenze%20e%20dimensioni%20(1870-1975).pdf).

Cerese F. (1969). Alcune osservazioni intorno a vecchi e nuovi orientamenti nello studio dei fenomeni migratori con particolare riferimento all'emigrazione italiana. *Genus* 25, 1/4, pp. 309-319.

Cerese F.P. (1971). *L'emigrazione di ritorno: innovazione o reazione?* Roma, Istituto Gini.

Dean, Warren. (1971). *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945*. University of Texas Press.

Fausto, Boris (1994). *História do Brasil*. São Paulo, Edusp.

Fausto, B. (1999). *A Concise History of Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press.

Franzina E. (2008). *Storia dell'emigrazione veneta. Dall'Unità al fascismo*. Caselle (VR), Cierre edizioni.

Franzina E. (2019). I Veneti in Brasile e la storia dell'emigrazione. *Venetica*. XXXIII, 57 (2).

- Franzina E. (2023). *Varcare i confini. Lettere e letture, scritture e canti dell'antica emigrazione italiana*. Bologna, Il Mulino.
- Gabaccia, D. (2000). *Italy's Many Diasporas*. University of Washington Press (Trad. It. Emigranti. Le diaspore degli Italiani dal Medioevo a oggi. Piccola Biblioteca Einaudi, Torino 2003).
- Germano, Maria R. (2006). *Italianos no Brasil: Tradição, cultura e identidade*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Gomellini M. e C. O'Grada. (2013). *Le migrazioni*. In *L'Italia e l'economia mondiale. Dall'Unità a oggi a cura di Gianni Toniolo*. Venezia, Marsilio, pp.375-422.
- Hannerz, U. (1996). *Transnational Connections: Culture, People, Places*. Routledge.
- Holloway, T. H. (1980). *Immigrants on the Land: Coffee and Society in São Paulo, 1886-1934*. University of North Carolina Press.
- Incerpi A. (2017). [TraDueMondi] La “rivoluzione silenziosa”: le rimesse degli emigrati italiani, 1861-1914. <https://quattrocentoquattro.wordpress.com/2017/03/10/traduemondi-incerpi-rimesse-emigrati/>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). *Censo Demográfico 2020: Resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Levy, M. (1965). The Economic Role of Italian Immigrants in São Paulo. *Journal of Economic History*, 25(2), 207-222.
- Lind, D. (29 December 2017). “What ‘Chain Migration’ Really Means”. Vox. Retrieved 29 December 2017.
- Lombardi, M. (2003). *Italians in Brazil: A History of Mobility and Identity*. Peter Lang Publishing.
- Martins, A. C. (2015). Indústria e imigrantes: o papel dos italianos no desenvolvimento industrial de São Paulo. *Revista Brasileira de História Econômica*, 13(2), 107-136.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. E. (1993). Theories of International Migration: A Review and Appraisal. *Population and Development Review*, 19(3), 431-466.

- MacDonald, J.S.; MacDonald, L. D. (1964). “Chain Migration Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks”. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*. 42 (1): 82–97.
- Merlotti Herédia V. B., M. C. Morcellin a M. Do Carmo Santos Gonçalves, 2011. *Mobilidade Humana e dinâmicas migratórias*, Porto Alegre, Letra Vida Edition, pp. 9-16.
- Merlotti Herédia V. (2015). Políticas imigratórias no século XIX: os italianos no Rio Grande do Sul. In *Imigração e Sociedade. Fontes e acervos da imigração italiana no Brasil (Orgs.)* Roberto Radünz, Vania Beatriz Merlotti Herédia, pp. 134-152.
- Merlotti Herédia V. (2017). *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Porto Alegre, EDUCS.
- Merlotti Herédia V. (2022). *Emigração italiana: as condições sociais da população italiana, a partir da unificação política no século XIX*. In *Imigração e emigração. Balanço historiográfico no sul do Brasil* organizadores Roberto Radünz, Vania Beatriz Merlotti Herédia, pp. 71-86.
- Pace A. (2016). *L'emigrazione e le rimesse emigranti*. In <https://www.fondazionebanconapoli.it/archivio/wp-content/uploads/2016/01/Lemigrazione-e-le-rimesse-emigranti.pdf>.
- Pizzolato, N. (2015). *Migrants and the Making of the Urban-Industrial Working Class: São Paulo, Brazil, 1900-1950*. Cambridge University Press.
- Ravenstein, E.G. (1885). The Laws of Migration. *Journal of the Statistical Society of London*, 48(2), 167-235.
- Ribeiro, D. (1995). *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo Companhia das Letras.
- Ricci, L. (2010). *Il mondo dell'emigrante italiano: cultura materiale e immateriale tra memoria e identità*. Milano, Franco Angeli.
- Romanato G. e Merlotti Herédia Vania Beatriz. (2018). *L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano (1875-1914)*. *Fonti diplomatiche*. Civiltà Veneta nel mondo. Longo Angelo.

- Rosoli, G. (1978). *Un secolo di emigrazione italiana (1876-1976)*. Roma, Centro Studi Emigrazione.
- Sanfilippo M. (2008). *Gli Italiani in Brasile*. In A.S.E.I. (Archivio Storico dell'Emigrazione Italiana) <https://www.asei.eu/it/2008/08/gli-italiani-in-brasil-iiid-parte/>. (18 agosto 2008).
- Segawa, H. (2001). *Arquitetura e urbanismo em São Paulo: Ensaio de interpretação*. Edusp.
- Singer Paul I., (1980). *Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo*, in Moura H.A. (Org.) *Migração interna: textos selecionados*, Fortaleza, BNB/ETENE.
- Skidmore, T. (1999). *Brazil: Five Centuries of Change*. Oxford University Press.
- Sori E. (2009). *Mercati e rimesse. Il ruolo dell'emigrazione nell'economia italiana*. In *Storia d'Italia. Annali 24. Migrazioni* a cura di Paola Corti e Matteo Sanfilippo. Torino, Giulio Einaudi Editore, pp. 249-284.
- Stark, O., & Bloom, D.E. (1985). The New Economics of Labor Migration. *The American Economic Review*, 75(2), 173-178.
- Strangio D. e Noviello M. (2023) *Business and Transmission of "Knowledge": Italian Migration to Brasil*. In Francesca Fauri and Debora Mantovani (eds.), *Past and Present Migration Challenges*. London, Palgrave McMillan, pp. 73-106.
- Toniolo G. (2013). *La crescita economica italiana, 1861-2011*. In *L'Italia e l'economia mondiale. Dall'JUnità a oggi* a cura di Gianni Toniolo. Venezia, Marsilio, pp. 5-52.
- Trento, Á. (2012). *La colonizzazione italiana nel Rio Grande do Sul: storia e memoria*. Edunisc.
- Wallerstein, I. (1974). *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Academic Press.
- James H. e K. O'Rourke (2013). *La prima globalizzazione e i suoi contraccolpi*. In *L'Italia e l'economia mondiale. Dall'JUnità a oggi* a cura di Gianni Toniolo. Venezia, Marsilio, pp. 53-95.

Calcio, identità e storie nazionali tra Italia e Brasile

Emilio Franzina⁷²

In un articolo a suo modo memorabile, uscito ormai molti anni fa⁷³, Massimo Raffaeli, uno che di letteratura e anche di calcio se ne intendeva parecchio, si soffermava sulla figura di Giuseppe Ungaretti sottolineando, tra le altre cose, l'importanza che ebbe la sua quinquennale permanenza, dal 1938 al 1942, a San Paolo dov'era andato ad abitare ad Ungá, non distante dal Parque Antártica dove, nel bairro di Barra Funda, sorgeva – e dove sta tuttora come Allianz Parque – lo stadio del *Palmeiras*.

In un Brasile ormai in procinto di entrare in guerra contro l'Italia fascista, il poeta, che di sport, diversamente da Umberto Saba, pare non s'interessasse gran che, forse assistette, con ogni probabilità stupito e amareggiato, al cambio forzoso di nome imposto dal governo a una squadra fondata nel 1914 da gruppi di immigrati peninsulari e da loro chiamata "Palestra Italia". Antagonista del club concittadino del *Corinthians*, forte di un tifo molto popolare (e amatissimo del resto anche da tanti italiani), essa vantava già una lunga storia che, se completata, potrebbe dirci qualcosa sulle tappe dell'evoluzione conosciuta nel corso del Novecento dalla cosiddetta "italianità" in Brasile tanto più quanto più si caratterizzò per l'eccellenza "di un vivaio prodigo da sempre di grandi campioni" fra i quali, continua Raffaeli, "basterebbe citare Pietro Sernagiotto, l'oriundo vicentino [sic] detto Ministrinho, minuscola ala destra passata alla Juve del Quinquennio anni Trenta, per tacere

⁷² Professore e storico presso l'Università degli Studi di Padova e l'Università degli Studi di Verona fino al 2014. Presidente del Comitato Scientifico del CISEI (Centro Internazionale Studi sull'Emigrazione Italiana) di Genova.

⁷³ In "Alias", *Il poeta che giocava con la Petrarchesca*, 24 marzo 2012, nr. 12.

di Vavá, Djalma Santos e “Mazzola” Altafini, campioni del mondo a Stoccolma nel 1958”.

Sernagiotto non è del tutto sicuro, in realtà, che fosse di origine vicentina (varie fonti dicono di lui che fosse uscito semmai da un ceppo di immigrati trevigiani o friulani), ma la sua famiglia proveniva di certo dal Nordest della penisola e avrebbe potuto rivendicare, ancora a quella data, la propria italianità.

“Italianità”, come ben s’intende, è un termine vago ed onnicomprensivo che corrisponde a inclinazioni o a tendenze culturali senz’altro oggi più facilmente identificabili (sul terreno linguistico, gastronomico, del folklore ecc.). Ciò che avviene di solito lungo una linea la quale ben si adatta allo sforzo di ricordare compiuto, a partire dalle proprie esperienze di emigrazione, dai memorialisti in carne ed ossa come ha spiegato bene Amoreno Martellini⁷⁴, ma che altrettanto bene si sposa poi con le finalità commemorative “pubbliche” del gruppo etnico a cui essi appartengono senza poter dare risposta, tolti pochissimi casi, ad altre domande che in sede storica occorre invece porsi. In primo luogo sull’acculturazione nazionale degli immigrati “costretti” a misurarsi giorno dopo giorno con le politiche di due paesi, quello di origine con cui non tutti i legami vengono subito recisi e quello d’arrivo nel quale ci si trova a vivere sempre più da cittadini. O quanto meno occorrerebbe rispondere a quelle domande che implicano una riflessione sui risvolti concreti della loro collocazione nelle società di accoglienza attraverso giornali, associazioni e istituzioni (comprese quelle economiche e sindacali).

Cosa sappiamo, ad esempio in Italia, superate le fasi eroiche del primo insediamento e, là dove vi fu, del pionierismo, delle scelte e delle opzioni anche politiche che i nostri immigrati si trovarono a maturare nel mentre si stavano sempre di più trasformando in brasiliani a pieno titolo, davanti alle sfide poste pure a loro dall’ascesa di due

⁷⁴ Amoreno Martellini, *“Abasso di un firmamento sconosciuto”. Un secolo di emigrazione italiana nelle fonti autonarrative*, il Mulino, Bologna, 2018.

nazionalismi alquanto aggressivi, quello fascista da un lato e quello integralista da un altro, oppure dalla stessa parabola populista e dagli atti di governo di Getulio Vargas? Quanti di loro, magari in origine aderenti alle ideologie anarchica e socialista, accolsero di buon grado le provocazioni e le proposte di Getulio fra gli anni trenta e la guerra quando inoltre, pressato dagli USA e rompendo gli indugi, il Brasile entrò alla fine nel conflitto mandando addirittura a combattere nel 1944 un suo corpo di spedizione proprio in Italia? E che cosa sappiamo, in realtà, dell'appoggio offerto, sino alla sua neutralizzazione, a Plinio Salgado, oltrechè da Mussolini, anche dagli eredi degli agricoltori italiani negli Stati in cui il suo partito, l'Ação Integralista Brasileira (AIB), ebbe maggior presa elettorale e in cui neanche i discendenti dei pionieri tedeschi, in linea di massima e assai spesso simpatizzanti col nazismo hitleriano, riuscirono a sottrarsi al fascino di una propaganda che, come quella integralista, poteva fare più facilmente breccia nelle zone rurali della piccola proprietà contadina scaturita dai processi di colonizzazione precedenti? E cosa, ancora, dei movimenti migratori interni al Brasile che dal sud del paese portarono fra gli anni trenta e gli anni sessanta del Novecento un cospicuo numero di "italodiscendenti" a cercare nuove terre e nuove occasioni d'impiego lontano dai luoghi nei quali erano arrivati e si erano insediati, in prima battuta, i loro progenitori? Quando cominciarono a mischiarsi le strade e le storie di tanti immigranti interni di estrazione assai diversa attratti, solo per fare un caso, assieme ai nordestini brasiliani, dal magnete industriale di San Paolo? E a che cosa corrispose, nella storia politica del Brasile e in quella dei loro rapporti con l'Italia, un tale continuo rimescolamento solo alla fine del quale, come sembra sia accaduto nella maggior parte dei casi, cominciarono a circolare idee, credenze e nostalgie identitarie poggiate su basi rigidamente etniche con il noto corredo di rivendicazioni e di reinvenzioni folkloriche sul tipo delle gesta del "taliàn" riograndense e della mitologia connessa delle "radici" (spesso, se non per lo più, venete)?

Queste sono solo alcune delle domande che sarebbe necessario porsi nel momento in cui si volesse davvero andar oltre la storia sin troppo canonica delle “antiche migrazioni” e dei loro effetti in un ipotetico “Brasile degli italiani”: di quale Brasile, insomma, si parla e di quali “italiani” quando si deve ripercorrere l’intero tragitto che condusse alla loro piena integrazione lungo un percorso destinato a sfociare a un certo punto, svoltati gli anni settanta del Novecento, nella riscoperta, sul filo delle commemorazioni pubbliche ma anche di una sintomatica memoria privata e alle volte non poco strumentalizzata, delle vecchie origini europee?

Per motivi comprensibili di spazio non sarà possibile esaurire qui l’intera gamma, pressoché sterminata, degli avvenimenti e degli episodi che marcarono un tale percorso disteso, ripetiamolo, fra gli anni trenta e gli anni sessanta del secolo passato, ma attraverso qualche esemplificazione mirata e incentrata sul ruolo dell’associazionismo etnico e dei fenomeni di acculturazione che si diedero allora in Brasile e specialmente in quei suoi Stati in cui più forte era stata all’inizio la presenza italiana, sarà forse possibile avviare una riflessione efficace intorno a temi piuttosto controversi (e dibattuti soprattutto in sede storiografica) come quelli che vertono sui più elementari dilemmi identitari, sulla questione in genere del lealismo politico degli immigrati e infine sui problemi posti dalla loro collocazione sociale e, finché è esistita, di classe. Magari, per poco che la sua storia più che centenaria ce lo consenta, sarà il caso di farlo qui con qualche flash e attraverso il football come ha suggerito di fare, in un recente passato e in diversi libri, Darwin Pastorin⁷⁵, nato a San Paolo da genitori veronesi, ma poi cresciuto e affermatosi in veste di giornalista sportivo in Italia.

⁷⁵ Cfr. ad. es., i suoi *Avenida del Sol. A piedi scalzi in Sudamerica*, Milano, Mondadori, 2007 e *Adesso abbracciami Brasile*, Roma, Edizioni Elliot, 2014.

La storia dell'associazionismo e del tifo sportivo – e in particolare quella del calcio⁷⁶, per quanto bizzarro possa apparire a chi ne conosca solo superficialmente le vicende internazionali, sembra insomma oggi in grado di venirci in soccorso⁷⁷ e ad essa vorrei quindi dedicare qui appresso una qualche attenzione nel ricordo, se non altro, dei molti veneti studiati in dettaglio e in tanti suoi lavori da Vania Herédia i quali, come il Sernagiotto citato da Raffaelli, contribuirono comunque, di tempo in tempo, a scriverla.

José Altafini, detto Mazzola, è un ex calciatore che tutti conoscono sia in Brasile dove nacque, a Piracicaba (SP), nel 1938 sia in Italia da dove provenivano i suoi nonni, originari della provincia di Rovigo. In Italia, “naturalizzato” come oriundo sin dal 1961, egli ha svolto per circa quarant'anni (sebbene da ultimo un po' meno) l'attività di commentatore sportivo nelle tv private tradendo ancora a distanza di mezzo secolo, nella pronuncia e nel *sotaque* fonetico dei suoi interventi a braccio, le proprie inconfondibili radici linguistiche pauliste. Con la maglia del suo primo Club, il *Palmeiras*, e con quella della Seleccão verde oro, aveva debuttato non ancora ventenne, lo si è detto, in Brasile imponendosi come uno dei migliori attaccanti della propria generazione e vincendo nel 1958 in Svezia la Coppa Rimet fianco a fianco di Pelé e di Garrincha. Quattro anni più tardi, divenuto titolare nel *Milan* che lo aveva acquistato e a cui i suoi goal propiziarono la conquista in rapida successione di due scudetti e di una Coppa dei Campioni, entrò a far parte anche della nazionale italiana e giocò nella sfortunata spedizione che vide gli azzurri soccombere in Cile ai Campionati del Mondo di calcio del 1962. Dopo il

⁷⁶ Cfr. Antonio Papa e Guido Panico, *Storia sociale del calcio in Italia. Dai club dei pionieri alla nazione sportiva (18;87-1945)*, Bologna, Il Mulino, 1993 e William Gasparini, *Le football des nations. Des terrains de jeu aux communautés imaginées*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2016.

⁷⁷ Cfr. Carmelo Bazzano, *The Italian-American sporting experience*, in Geoge Eisen, David K. Wiggings (eds), *Ethnicity and Sport in North American History and culture*, Westport, Greenwood Publishing Group, 1994, pp. 103-116.

1964, acquistato dal *Napoli*, iniziò una lunga girovaganza fra i club grandi e piccoli della penisola che si concluse a metà degli anni settanta nel *Mendrisio*, una squadra semiprofessionistica della Svizzera italiana.

Non è però alla sua carriera di giocatore che intendo riferirmi adesso bensì al fatto che José Altafini è solo uno dei tanti personaggi la cui parabola professionale ed esistenziale, ad onta di ogni apparenza, si potrebbe invocare a modello di una interessante circolarità di relazioni esistite (ed esistenti) fra Italia e Brasile poi divenuta, grazie al calcio, nella fattispecie addirittura “normale” ai giorni nostri. Tale circolarità, senz’altro vistosa perché d’ambito sportivo, rimanda tuttavia con forza non minore di quella conferita dalle fascinazioni del football a livello internazionale, a una ben diversa e più complicata trama di rapporti tutta inscritta nelle storie familiari e di vita di tanti protagonisti famosi e meno famosi. E tale trama, a sua volta, s’impenna quasi sempre sulle traiettorie compiute da movimenti assai complessi di popolazione (emigrazioni e immigrazioni, ma anche emigrazioni su scala planetaria) a far data dalle prime decadi del secolo XIX quando soprattutto in America Latina il gioco del calcio divenne uno dei principali tramiti o strumenti d’integrazione fra le realtà locali i nuovi arrivati e i loro figli.

Per tornare però al caso italo-brasiliano anni ‘60 di Altafini vale la pena di notare come egli discenda da un ceppo di famiglie del Polesine, una delle zone più povere del Veneto ottocentesco, da dove uscirono diretti in Brasile, a centinaia di migliaia, gli emigranti rurali fissatisi poi tra gli Stati di San Paolo, di Minas Gerais e del Rio Grande do Sul. Dal piccolo paese degli antenati del calciatore (Giacciano con Baruchella⁷⁸), arrivò ad esempio, con ogni probabilità, nel 1889 a Villa San Jeronimo in Barão do Triumpho, un suo mezzo parente, Michele Altafini, le cui corrispondenze dall’omonimo nucleo coloniale gaúcho quarant’anni

⁷⁸ Maurizio Tramarin, *Giacciano con Baruchella. Tre paesi, un comune*, Giacciano con Baruchella, Cassa Rurale e Artigiana, 1992.

addietro mi capitò anche di pubblicare in un libro di corrispondenze contadine intitolato *Merica! Merica!*⁷⁹

Josè, che apparteneva dunque a un ramo familiare contiguo a quello di Michele, fece la sua comparsa a Giacciano con Barucchella, ormai ricco e famoso, una sola volta, nel 1961, per sbrigare alcune formalità legate alla pratica di naturalizzazione, senza farsi mai più rivedere da quelle parti e suscitando nei compaesani dei suoi nonni molta disillusione e un comprensibile disappunto (che peraltro a tutt'oggi perdura). Oltre cent'anni più tardi, acquistato di fresco anche lui dal *Milan*, un altro campione di calcio, quasi dei giorni nostri stavolta, ossia Alexandre Pato, classe 1989 e di origini sicuramente non italiane (nato in Paraná, ma trasferitosi undicenne nel 2001 a Porto Alegre per giocare nell'*Internacional* e legato poi sentimentalmente con una figlia, Barbara, del suo nuovo presidente Silvio Berlusconi) fece viceversa una delle proprie prime sortite extrasportive fuori dal capoluogo lombardo per recarsi a far visita nel 2008 alla folta comunità degli immigrati brasiliani di Verona composta in prevalenza da suoi concittadini di Pato Branco e però anche da uomini e da donne di altre parti del Brasile che erano, nella città scaligera, come i rio-grandensi e i santacaterinensi, quasi tutti discendenti degli antichi emigranti, soprattutto veneti, trasferitisi oltreoceano fra Otto e Novecento e quasi tutti (più di 5 mila all'epoca) collegati fra loro a Veronetta, antico quartiere popolare urbano, da una piccola rete ben riconoscibile di punti di ritrovo etnici (bar, caffè, lanchonete, trattorie ecc.) e di piccole ed aurorali associazioni ricreative, d'informazione, di servizio, sportive ecc. come personalmente avevo cominciato a segnalare molti anni addietro, dopo averne studiato per qualche tempo le attività, in due volumi per specialisti⁸⁰.

⁷⁹ Emilio Franzina, *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America Latina*, Milano, Feltrinelli, 1979, pp. 210-218.

⁸⁰ Emilio Franzina, *Italianos no Brasil e brasileiros na Italia: actualidade duma história*, in *L'ultima America. Emigrazione postbellica in Brasile e Argentina: studi provinciali di caso (Verona e Vicenza). Primi rapporti, dati e materiali su partenze, permanenze e "rim-*

Per bilanciare lo sconcerto che l'accostamento potrebbe anche aver procurato in qualcuno, non posso far altro, forse, che incrementarlo introducendo, a questo punto, un ulteriore elemento di riflessione.

Se si estende infatti il nostro ragionamento dagli individui isolatamente presi ai gruppi in cui essi, all'estero, consapevolmente si uniscono fra loro e quindi fra loro si organizzano su basi etniche, accanto alle società di mutuo soccorso, alle cooperative o agli stessi sindacati, da qualche tempo si è cominciato a riconoscere l'importanza, per la storia dei processi d'integrazione e di acculturazione degli immigrati, dei luoghi e dei modi dell'associazionismo culturale e ricreativo a cui costoro diedero vita e nel cui novero rientrano senz'altro, a pieno titolo, le società sportive e i club di calcio⁸¹.

José Altafini cominciò la sua carriera, s'è detto, nel *Palmeiras*, la squadra di Dialma Santos, di Vavà, e poi di Roberto Carlos e di Rivaldo e così via, ma anche la stessa squadra che era sorta in San Paolo, come s'è detto sopra, alla vigilia dello scoppio in Europa del Primo conflitto

patri" (1945-2005), a cura di Federica Bertagna, Dueville Agorà Factory 2007, pp. 93-110.

⁸¹ Si vedano, per diversi periodi storici e differenti paesi Oscar Incarbone, *Argentina, Sport for All as Social Inclusion*, in Lamartine Pereira Da Costa e Ana Miragaya (eds.), *Worldwide Experiences and Trends in Sport for All*, Oxford, Meyer and Meyer, 2002, pp. 615-626, Raymond Siebetcheu, *Lo sport come strumento d'integrazione*, Centro Studi e Ricerche. Idos, Dossier Statistico Immigrazione, Roma, 2015, pp. 227-230, Eugenia Porro, *Integrazione e identità. L'associazionismo sportivo degli italiani di Argentina*, in "Studi Emigrazione" 2016, n. 203, pp. 373-387 e Jorge G. Riva, *Nel secolo dello sport: storie di italiani in Argentina*, ivi, pp. 388-404, Giovanni Russo, *Sport, migranti e integrazione sociale*, in Luca Bifulco e Mario Tirino (a cura di), *Sport e Scienze sociali. Fenomeni sportivi tra consumi, media e processi sociali*, Roma, Rogas Ed., 2019, pp. 72-81 e Saverio Battente, *Eroismo sportivo. Emigrazione ed immigrazione tra cultura nazionale e società multietnica nella storia d'Italia: esperienze a confronto*, in Raymond Siebetcheu (a cura di), *Dinamiche sociolinguistiche ed interculturali nei contesti sportivi*, Siena, Edizioni Unistrasi, 2020, pp. 377-389.

mondiale non a caso nell'anno, il 1914, di una famosa tournée fatta in Brasile e in Argentina dal *Torino* di Vittorio Pozzo⁸² all'insegna di un'italianità ostentata con il nome già ricordato di *Palestra Italia*⁸³. Ed è quasi inutile che io mi attardi a ricordare che anche altrove, in Minas Gerais ad esempio, *Palestra Italia* si chiamavano, in origine, squadre come il *Cruzeiro* – dove avrebbe fatto il suo esordio a tempo debito il primo grande Ronaldo – un team fondato fra il 1920 e il 1921 per impulso degli italiani di Belo Horizonte su imitazione di quello paulista a cui era arriso, in pochi anni, un successo così notevole da aver propiziato la nascita in rapida successione, fuori dalla capitale, di altri club omonimi, come le *Palestra Italia* di São Carlos, di Santos e di Riberão Preto⁸⁴. Tutti questi club, ad ogni modo, nel 1942 cambiarono insegne, colori sociali (che a San Paolo per la *Palestra Italia* erano addirittura il bianco, rosso e verde della bandiera italiana) nonché appunto nomi per effetto delle interdizioni getuliste ossia a causa di una svolta squisitamente politica che però arrivava quando il processo di brasilianizzazione degli immigrati era ormai in corso già da tempo se è vero, solo per fare un esempio linguistico intonato, che dall'inizio degli anni trenta tutti gli atti e tutti i documenti interni delle due associazioni sportive venivano ormai stilati in portoghese e non più, com'era stato nei loro primi anni di vita, in italiano.

Quali itinerari avevano nel frattempo compiuto coloro che quei club avevano fondato e sostenuto, che ruolo avevano avuto nelle trasformazioni del tempo il tifo e la pratica sportiva nati all'ombra di una mobilitazione di

⁸² Su cui ha scritto un intero libro Marco Sappin: *La Grande Guerra ai Tropici e l'avventura sudamericana del Torino e della Pro Vercelli*, Imprimatur, Reggio Emilia, 2015.

⁸³ Su cui si può vedere la ricostruzione di Vincenzo Fratta: *Palestra Itália, quando gli italiani insegnavano il calcio in Brasile*, Roma, Ultra, 2014.

⁸⁴ Cfr. João Paulo França Streapco, “*Cego é aquele que só vê a bola*”. *O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistas: S.C. Corinthians Paulista, S. E. Palmeiras e São Paulo F.C. (1894-1942)*, Dissertação de Mestrado, USP, 2011.

tipo etnico non priva d'interferenze politiche promananti dall'antica madrepatria (al battesimo della *Palestra Italia* di Belo Horizonte presiedette addirittura il Console del Regno e più in là non mancarono, nemmeno a San Paolo, incoraggiamenti e supporti in arrivo dall'Italia tramite i terminali locali dei Fasci italiani all'estero e dell'OND ecc.), a che tipo di universo associativo e, successivamente, a che genere di memoria fecero riferimento insomma, in Brasile, gli italiani immigrati le cui società, i cui luoghi di ritrovo e le cui stesse forme d'impegno politico e sindacale s'intrecciavano e spesso si inseguivano o si sovrapponevano fra di loro? E infine, ma non meno importante, quanto tutto ciò poté influire nel modellarne o almeno nel condizionarne l'acculturazione brasiliana contro i tentativi, provenienti soprattutto dall'Italia fascista, di forzato mantenimento delle più antiche fedeltà e lealtà politiche e nazionali (o regionali)? Vedremo fra poco quali risposte si possano dare a simili quesiti benché sin d'ora sia necessario sottolineare come le contiguità, le sovrapposizioni e le osmosi fossero continue nell'ambito associativo etnico dove i soci di un club sportivo italiano potevano benissimo essere, al tempo stesso, membri e parte integrante di altri sodalizi "patriottici" dalle finalità istituzionali molto diverse e dove comunque proprio la ricreatività e i giochi, al riparo inizialmente di un vincolo di carattere linguistico e in senso lato culturale, costituivano un terreno d'incontro ideale per uomini (meno frequentemente per donne) di estrazione sociale e di orientamento politico differente. Ad ogni modo i giochi di palla e, superati i primi anni del Novecento, il gioco di palla per antonomasia ossia il football, si ritrovano non di rado, assieme alle feste, ai conviti e agli intrattenimenti a sfondo musicale, al centro di vicende che riguardano contemporaneamente i sensi di appartenenza nazionale e la coscienza di classe degli immigrati⁸⁵, ma specialmente di quelli di loro, la stra-

⁸⁵ Cfr. José Sergio Leite Lopes, *Classe, etnicidade e côr na formação do futebol brasileiro*, in Claudio H.M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fontes (orgs), *Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*, Campinas, Editora da Unicamp, 2004, pp. 121-166 e poi Stéphane Mourlane, *Between*

grande maggioranza cioè, ch'erano andati a ingrossare le file del proletariato urbano e suburbano dei principali centri d'insediamento peninsulare in Brasile.

Se per le zone rurali manchiamo ancora di sufficienti riscontri, per le città e in particolare per San Paolo consta invece che tale circostanza ebbe a presentarsi con una certa regolarità persino in presenza di forti radicalizzazioni di tipo politico e sindacale⁸⁶ Nella stessa Belo Horizonte dei primi anni del secolo XX, a voler ben guardare, se ne hanno prove precoci dopo che la sua fondazione materiale, avvenuta alla fine del secolo precedente, aveva attirato un numero cospicuo e in continua crescita di lavoratori italiani adibiti ai lavori di costruzione e mentre questa manodopera di matrice appunto immigratoria, progressivamente aumentando la propria consistenza, aveva cominciato a costituire, in città e in certi suoi quartieri come Lagoinha, il nerbo del nascente movimento anarchico e socialista locale.

Anche senza voler sposare a priori la vecchia teoria dell'immigrante – e qui dell'immigrante italiano – come agente di sensibilizzazione e di modernizzazione per eccellenza in seno alla più statica società di arrivo a causa delle sue pregresse esperienze di militanza anarchica e socialista (non tutti gli immigrati e forse neanche la maggioranza di loro avrebbero potuto vantare infatti uno speciale curriculum di sovversivismo o particolari esperienze organizzative compiute in Italia prima di partire: meno che mai, salvo poche eccezioni ben note, i contadini veneti diventati *braços da lavoura* nelle fazendas cafeeifere), è certo che non solo a San Paolo ma un po' dappertutto emersero e seppero farsi valere, al di là degli anarchici che furono i più radicali di tutti (Oreste Ristori, Gigi Damiani, Angelo Bandoni, Alessandro Cerchiai ecc.) le figure di alcuni leader, come a San Paolo Antonio Piccarolo o Alceste De Ambris e in Minas Gerais

two worlds: Italian immigrants and football in America (Argentina, Brazil, USA), in “Studi Emigrazione” 2021, n. 222, pp. 305-321.

⁸⁶ Angelo Trento, *Italiani a São Paulo tra lavoro e tempo libero, 1880-1940*, in *Dossiê: Italianos no Brasil: imigração e retorno*, in “Navegar”, 2016, n. 2, pp.9-28.

Donato Donati, capaci di orientare le opzioni dei propri connazionali in senso “rivoluzionario” e di trasformarne le scelte di campo istintive e più spontanee in iniziative politicamente mature e consapevoli. A favorire un simile esito congiuravano, insieme, molti fattori compresi quelli legati alle abitudini di vita e alla sociabilità degli immigrati spesso indotti a prendere coscienza della propria condizione subalterna dai rapporti di forza incontrati (o ritrovati) nei luoghi di arrivo dove si sviluppavano infatti, in uno con la loro disponibilità ad associarsi su basi etniche prima di tutto per ragioni autodifensive, non poche dinamiche alquanto conflittuali determinate, persino al più basso livello, dalle forti sperequazioni sociali e dalle discriminazioni politiche esistenti e un poco anche, va sottolineato, dalla scarsa disponibilità di spazi urbani adeguati⁸⁷.

Il discorso, come si capisce, meriterebbe di essere alquanto approfondito e magari pure spiegato un po’ meno ellitticamente di quanto non sia consentito di abbozzare qui, ma sta di fatto che anche episodi come quello segnalato da Viviane Dias Loyola e ripreso nella sua monografia di Pós Graduação da Éder Aguiar Mendes de Oliveira⁸⁸ per porre in rilievo la durezza degli scontri di classe (e però anche degli scontri più minuti ma occasionati dalla stessa rigida volontà di segmentazione e di disciplinamento borghese nella Belo Horizonte d’inizio novecento⁸⁹) aiutano ad orientarci al riguardo calcistico là dove rimettono in scena (e rivalutano)

⁸⁷ Si veda ad es. Raphael Rajão Ribeiro, “*Em busca de um campo*”: *O futebol belohorizontino e a transformação dos espaços na cidade (1904-1921)*, in Maria Eliza Linhares Borges (org), *Campo e cidade na modernidade brasileira. Literaturas, vilas operarias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual*, Belo Horizonte, Argumentum, 2008, pp. 97-125.

⁸⁸ *A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX*, Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós Graduação, Pedro Leopoldo, 2004.

⁸⁹ Su cui si veda Rodrigo Caldeira Bagni Moura, *O Futebol em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930. As partidas e diversões, os susurros e outras tramas*, in “Recorde. Revista de História do Esporte”, 2011, n. 1.

i contesti di loisir che marcavano allora il magro tempo libero e, com'è stata pure ben chiamata a San Paolo, "la vita fuori dalle fabbriche" di tanti lavoratori e di tanti militanti giunti dall'Italia i quali nella fattispecie mineira aderivano in buon numero, già sull'aprirsi del secolo XX, alla locale Liga Operaria.

Nel suo organo, "O Operario" appunto, nell'agosto del 1900, vent'anni prima che altri italiani un po' giocatori e un po' finanziatori (Savini, Spagnolo, Pirani, Lazzarotti, Magnavacca, Ranieri ecc.) si mettessero assieme per fondare, con l'appoggio di circa 200 "compatrioti" e prossimi tifosi, la *Palestra Italia* di Belo Horizonte, il *jogo da bola*, praticato in libertà ma contravvenendo un'ordinanza di polizia, figura come spunto per l'arresto di alcuni "incauti" immigrati e per un amaro commento del giornale (in cui, fra l'altro, e sia detto a beneficio degli storici dello sport, si potrebbero persino scorgere i prodromi di una sorda vertenza presto ed a lungo in atto fra i sostenitori dell'amatorialità borghese e i fautori della professionalizzazione, a un certo punto, del calcio):

No dia 15 do corrente mês, em uma venda da Lagoinha, alguns italianos jogavam pacificamente umas garrafas de cerveja marca barabante do inocente jogo da bola que mais que um jogo é um exercício ginástico. De repente aparece um tal Malta com dois soldados e manda prender os jogadores. Íamos protestar pela violência, mas ficamos calados porque soubemos de um decreto policial concebido nestes termos [...] é facto indubitável que a polícia abre muito um olho sobre os jogadores de bolas e outros jogos populares e fecha outros sobre os jogadores de high-life. Que diabo! Um olho aberto e outro fechado não embeleza muito a cara policial [...].

Anche in Brasile, agli inizi, il football fu senza dubbio uno sport praticato da gente dell'"high-life"⁹⁰ e nondime-

⁹⁰ Aidan Hamilton, *An Interefly Different Game: The British Influence on Brazilian Football*, Edimburgh Mainstream, 1998.

no i suoi successi e la progressiva ammissione nei tornei d'élite di formazioni composte in maggioranza da giocatori di modesta estrazione sociale e comunque non più solo alto borghese, di pari passo con le trasformazioni degli assetti societari delle squadre e con la nascita sia dei campionati ufficiali di categoria sia di uno specifico mercato degli scambi e delle compravendite, condussero al consolidamento (o si confusero con esso) del tifo calcistico che dilagò soprattutto tra le file del proletariato urbano e, in genere, delle classi popolari dove un posto di rilievo era occupato, come s'è detto, dagli immigrati e dai loro figli⁹¹. Molti di loro sia in veste di sostenitori che in veste di giocatori fecero del tifo e della pratica sportiva in seno a club di tipo etnico (accanto a quelli italiani non sarebbero da dimenticare, a rinforzo dell'osservazione, i club spagnoli e quelli portoghesi, ma persino quelli tedeschi o sirio-libanesi) uno strumento in più di negoziazione del loro status di stranieri in procinto di brasilianizzarsi nel complicato processo d'integrazione anche altrimenti in atto.

L'idea che le società sportive e fra esse, sempre più di frequente, i club di calcio costituiscano un osservatorio non disprezzabile per cogliere quello che Gregg P. Bocketti, in un suo articolo, ha opportunamente definito “the cultural adjustment of immigrants to Brazil through an analysis of the role that association football (soccer) played in identity formation”⁹² non riguarda soltanto l'area paulista, sin qui senz'altro la più studiata⁹³, né la sola *Palestra Italia* virata poi nell'odierno team *Verdão* del *Palmeiras*.

Una già folta bibliografia in argomento, cresciuta soprattutto durante gli ultimi venticinque anni dopo l'uscita

⁹¹ Rory Miller & Liz Crolley (eds.), *Football in the Americas: Fútbol, Futebol, Soccer.*, London, Institute for the Studies of Americas, University of London, 2007.

⁹² Gregg P. Bocketti, *Italian Immigrants, Brazilian Football and the Dilemma of National Identity*, in “Journal of Latin American Studies”, 2008, n. 40, pp. 275-302.

⁹³ Roger Kittleson, *The Country of Football: Soccer and the Making of Modern Brazil*, San Francisco, University of California Press, 2014.

in Inghilterra, nel 1999, di un libro seminale a cura di Gary Armstrong e Richard Giulianotti dove José Sergio Leite trattava il tema nello specifico brasiliano⁹⁴ e sei anni più tardi da una preziosa raccolta di saggi edita negli Stati Uniti da Alan Tomlinson e da Chris Young⁹⁵ ammonisce a non sottostimare l'approccio tipico dei cosiddetti *new cultural studies*. Sulla scia delle riflessioni svolte in particolare da Peter Burke nei propri lavori di ricostruzione storica e più tardi anche in opere espressamente dedicate al versante teorico e metodologico di una questione innescata dagli effetti dell'acculturazione nel mondo globalizzato⁹⁶, a volte addirittura "senza saperlo" e pure nutrendo per lo più, almeno in partenza, preoccupazioni abbastanza diverse dalle sue, sono stati molti gli specialisti che hanno percepito la necessità d'interrogarsi sulla natura dei fenomeni di contaminazione e di ibridazione non solo indotti, bensì, quel che più importa, efficacemente "rappresentati" dalle vicende dell'associazionismo sportivo e dei club calcistici in età contemporanea. A parte i contributi in Brasile di Leonardo Affonso de Miranda Pereira e di José Sergio Leite Lopes o nel Regno Unito quelli di Tony Mason e in Francia di Stéphane Mourlane e di Jean-Pierre Favero, ci sarebbero da ricordare in rilievo quanto meno i saggi di Robert Levine, di Freire Rodrigues, di Julio Frydenberg ecc. e un libro, vecchio forse sì, ma sempre utile, di José Renato de Campos Araujo dedicato proprio all'esperienza della *Palestra Italia* paulista⁹⁷.

In seno a questa piccola letteratura storiografica, neanche più delegata ai soli storici dello sport, il fenomeno

⁹⁴ *The Brazilian Style of Football and its Dilemmas*, in *Football Cultures and Identities*, London, New York, Shanghai, Palgrave MacMillan, pp. 86-95.

⁹⁵ *National Identity and Global Sports Events. Culture, Politics and Spectacle in the Olympics and the Football World Cup*, New York, Suny Press, 2005.

⁹⁶ Peter Burke, *Cultural hybridity, cultural echange, cultural translation*, Oxford, Blackwell Publishers, 2009.

⁹⁷ José Renato de Campos Araujo, *Imigração e futebol, o caso Palestra Italia*, São Paulo, Editora Sumaré – Fapesp, 2000.

oggi notissimo e diffuso della “emigrazione dei calciatori”⁹⁸ nel quale s’inquadrano visibilmente casi come quelli sopra evocati di Altafini o di Pato, merita di essere ripensato in prospettiva storica più lunga sia perché in America Latina esso ebbe inizio già intorno alla metà degli anni venti del Novecento sia perché, considerata questa sua genesi cronologicamente contemporanea all’inizio di un declino dei sensi di appartenenza all’Italia da parte di molti membri delle comunità immigratorie, valse a mettere in luce oltreoceano le aporie del modello nazionalista frattanto paradossalmente rilanciato, in Italia e fuori d’Italia, dal fascismo.

Il fatto che quel modello, in buona sostanza, avesse però attecchito, ovviamente in versione locale, anche in Brasile sotto la spinta della predicazione di Salgado e, subito appresso, per impulso delle misure stataliste e populiste di Getulio Vargas, poneva in contrasto, al di là delle indubbie similitudini tra fascismo, integralismo e getulismo, due diverse opzioni che mai avrebbero potuto convivere assieme nemmeno in forza d’uno stesso cemento ideologico: essere considerarsi italiani o brasiliani, a questo punto, implicava infatti l’accettazione di un aut-aut che si rese visibile, come vedremo, anche sul terreno dell’associazionismo sportivo, non escluso quello calcistico, ben prima che a sciogliere in via (quasi) definitiva i nodi del dilemma intervenissero i drastici provvedimenti governativi brasiliani del 1942 i quali imponevano a tutti gli stranieri e alle loro organizzazioni l’abbandono immediato dei nomi e delle dizioni originarie impedendo agli immigrati e ai loro discendenti, persino nel privato delle famiglie, l’uso delle proprie antiche parlate.

La crisi dell’“italianità” culminata in quell’anno (e ancor più, “in concreto”, nel 1944) per la dichiarazione di guerra all’Italia da parte del Brasile, e sia pur su pressione degli Stati Uniti, veniva insomma da lontano e come minimo

⁹⁸ Già preso in esame, ad esempio, da Pierre Lanfranchi e Matthew Taylor in *Moving with the Ball: The Migration of Professional Footballers*, Oxford, Berg Publishers, 2001 e oggi da Alberto Molinari e Gioacchino Toni, *I Migranti del pallone. I calciatori stranieri in Italia. Un secolo di storia*, Firenze, Le Monnier 2023.

aveva cominciato a manifestarsi all'inizio della decade 1930 non diversamente, anche se per altri motivi, da quanto sarebbe successo via via, in campo politico e sindacale, tra operai e lavoratori giunti dalla penisola e un tempo aderenti alle idee rivendicative del socialismo e dell'anarchismo, ma ora in larga misura guadagnati alla causa del populismo e attratti nell'orbita di Vargas dalle sue seducenti promesse e, in modo intermittente anche nei fatti, dalle sue famose leggi "trabalhiste".

Non c'è modo, qui, per descrivere, foss'anche in sintesi, il contesto latinoamericano nel quale tale duplice crisi ebbe luogo e basti per ciò un rinvio ad alcune opere comparse in Italia sull'impatto del fascismo in Sud America come quella assai stimolante coordinata da Eugenia Scarzanella o agli studi esemplari di Angelo Trento (e di João Fabio Bertonha, di Luiz Alberto Beneduzi e di Antonio De Ruggiero) sul Brasile o, per l'Argentina (e di nuovo per il Brasile), ai lavori di Loris Zanatta, di Marco Mugnaini e di alcuni altri studiosi i quali, pur evidenziando le differenze tra i due maggiori paesi del cono sud in rapporto alle diverse scelte di politica estera da essi operate fra il 1937 e il 1945, segnalano tutti l'alterna incidenza e la sicura contraddittorietà del fardello etnico italiano, durante questo preciso periodo, in seno alle grandi collettività immigratorie, un tempo fiorenti, di enormi metropoli quali San Paolo e Buenos Aires, ma anche di città grandi e piccole di recente o recentissima formazione come Belo Horizonte e Caxias do Sul e infine d'interessate aree subregionali come l'Encosta Superior da Serra do Nordeste in Rio Grande do Sul, come le molte enclaves rurali e italofone di Santa Catarina, di Paraná e di Espírito Santo o infine come le sterminate campagne della pampa gringa sia santafesina che cordobesa.

Avere accomunato per un momento l'Argentina e il Brasile, paesi tanto e tanto spesso divisi fra loro da un noto antagonismo non solo sportivo (effetto anche di parabole linguistico-culturali abbastanza divergenti che dipendevano dalla loro diversa storia in epoca coloniale), non è stato il frutto di una svista, ma piuttosto il modo per introdurre una

ulteriore tappa del nostro discorso che, lo si sarà immaginato (o temuto?), concerne ancora una volta il mondo dell'associazionismo etnico e specialmente quello del calcio.

Anche qui l'esperienza brasiliana non sfugge certo al confronto con quella platense dell'Uruguay e dell'Argentina dove, se possibile, il fenomeno del coinvolgimento di calciatori figli o nipoti d'immigrati nelle diatribe identitarie, generate da alcune loro scelte di natura tutto sommato economica e professionale, era stato alquanto precoce avendo preso a manifestarsi già all'indomani della prima guerra mondiale.

Julio Libonatti, nato in una famiglia ligure e proletaria di Rosario e affermatosi nelle file santafesine del Newell's Old Boys, fu, ad esempio, il primo attaccante d'origini italiane e di grande valore calcistico a vestire la maglia della nazionale argentina ma anche, acquistato nel 1925 dal *Torino* di Enrico Maroni (presidente della squadra piemontese e cresciuto a sua volta, da ragazzo, a Buenos Aires), il primo a diventare titolare, in seguito, di quella italiana. Qualcuno forse conosce già la parabola di questo giocatore e dei non pochi suoi colleghi, argentini o uruguayani di nascita e italiani per cittadinanza mantenuta o riacquisita, che militarono tra la fine degli anni venti e la fine degli anni trenta nei campionati maggiori della penisola partecipando anche, in qualche caso con la maglia azzurra, nel 1934 e nel 1938, alle competizioni di quei primi due tornei mondiali in cui il fascismo (ma non solo il fascismo) li volle accreditare come italiani "rimpatriati". Tutto ciò finì per ingenerare, sia in Italia che in America Latina, discussioni e, non di rado, polemiche piuttosto vivaci e abbastanza comprensibili se solo si pensi al ruolo svolto dal calcio nella costruzione di una ideologia nazionalista anche oltreoceano e particolarmente in Argentina dov'è stato meglio studiato – ad esempio da Pablo Alabarces – il nesso tra *Fútbol y patria*⁹⁹ e da dove erano pervenuti più numerosi, per accasarsi presso squadre

⁹⁹ *Fútbol y patria: el fútbol y las narrativas de la Nación en la Argentina, Buenos Aires, Ciudad Autónoma – Prometeo Libros (5. ed. revisada), 2021.*

italiane di vertice (60 a fronte di 32 uruguayani e di 26 brasiliani fra il 1929 e il 1943) tanti campioni già affermatosi al nuovo mondo.

Pierre Lanfranchi, lo studioso francese che così bene li ha analizzati sub specie di “artisti del foot-ball”, ponendo in rilievo la singolare caratteristica di molti di loro i quali abbinavano alle ovvie virtù calcistiche evidenti propensioni per la musica e la danza, ha felicemente argomentato, a proposito del carattere culturale del calcio sudamericano, che essi furono portatori, in Italia, di uno stile inconfondibile e profondamente diverso da quello europeo di derivazione anglosassone.

Renato Cesarini (“El Tano” nato a Senigallia nel 1906, ma giunto in fasce a Buenos Aires l’anno dopo) e Raimundo Bibian Orsi (“Mumo” nato nel 1901 ad Avellaneda da genitori italiani), l’uno come chitarrista e come ballerino (naturalmente di tango), l’altro come suonatore di bandleon, sembrava ad esempio che avessero trasferito anche sui campi di gioco questa loro vena artistica, qui compiutamente “criolla”, al pari del resto di tanti altri che ebbero per compagni nella singolare “migración étnica de la década de 30” la quale più d’uno ne sbalzò ai vertici sia del calcio professionistico italiano (in forza al *Torino*, ma anche alla *Juventus*, al *Napoli*, alla *Lazio* ecc.) sia della nazionale italiana nei due campionati del mondo sopra ricordati e da essa vinti.

Meno noto, ma non meno significativo fu l’apporto offerto in questo tipo di vicende dai campioni brasiliani d’origine italiana che pure presero la via dell’Italia nell’entre-deux-guerres inserendosi a pieno titolo in quella vague stilistica latinoamericana abbastanza rivoluzionaria rispetto al modello continentale sin lì prevalente¹⁰⁰ che a Roberto Damatta dettò, sulle caratteristiche innovative del gioco da

¹⁰⁰ Jair de Souza, Lucia Rito e Sérgio Sá Leitão, *Futebol – arte. A cultura e o jeito brasileiro de jogar*, Empresa da Artes, São Paulo, 1998 e José Sergio Leite Lopes, *O Estilo Brasileiro de Futebol, seus Dilemas e seus Intérpretes*, in J. Garganta, J. Oliveira e M. Murad (orgs.), *Futebol de Muitas Cores e Sabores*, Porto, Ed. Universidade

essi praticato, il giudizio abbastanza condivisibile secondo cui “los jugadores brasileños eran los interpretes de un juego menos autoritario y más artístico del que existía en Europa”¹⁰¹. Che a farsene tramite, non meno degli uruguayi e degli argentini, fossero dunque in particolare dei brasiliani di origine italiana come quei calciatori paulisti e cariocas che per qualche tempo andarono a rafforzare le formazioni di alcuni club di spicco della penisola (a cominciare, nella capitale del Regno fascistizzato, dalla *Roma* e soprattutto dalla *Lazio* per la quale infatti si coniò a un certo punto il nome di “Brasilazio”) getta luce anche sull’uso politico di un fatto che riportava in primo piano, inevitabilmente, molte contraddizioni nella percezione (e nell’autopercezione) dei sensi di appartenenza nazionale.

Latinoamericani ormai per gusti e per inclinazioni culturali, spesso nemmeno più italo-foni all’arrivo nella madrepatria dei loro genitori, i calciatori approdati fra le due guerre dal Brasile in Italia lasciavano trasparire i contorni di una mutazione in corso o meglio ormai avvenuta fra il grosso degli immigrati proprio nel paese dov’erano nati e cresciuti. Formatisi non solo calcisticamente in America Latina, quando nemmeno la loro estrazione proletaria ne aveva ostacolato (un po’ a stento peraltro) l’incorporazione in club d’élite “without regard for ethnicity”, anche quando avessero militato più e meno a lungo in squadre di chiara matrice immigratoria, come le prime *Palestre Italia*, si capiva insomma che essi, anche prima del loro preteso “rimpatrio”, avevano “participated on such teams not as Italians but as Paulistas or as Brazilians”.

Le polemiche rimbalzate fra Italia e Brasile nel 1931 dopo la pubblicazione sull’organo del Comitato Olimpico italiano, un foglio ufficiale e di conseguenza rigorosamente

do Porto, 2004, pp. 21-30 e Idem, *Futebol e Sociedade no Brasil*, in “*Ciência Hoje*”, n. 317, 2014, pp. 17-21.

¹⁰¹ Roberto Damatta, *Antropologia do óbvio. Notas em torno do significado social do futebol brasileiro*, in “*Revista USP*”, São Paulo, 1994, n. 22, pp. 10–17, DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i22p10-17 disponibile in <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/26954>. Ultimo accesso il 28 aprile 2024.

fascista come “Il Littoriale”, delle interviste rilasciate (ma più tardi smentite) da alcuni brasiliani in forza alla *Lazio* (Barbuy, Del Debbio, Ratto e Serafini dichiaratisi per l’occasione italiani “al 100%”) non impedirono, tra scambi accesi di denunce e di reciproche contumelie, che il problema emergesse con forza mettendo in evidenza lo sforzo, d’altronde conseguente, compiuto invece dal regime di Mussolini per affermare, nell’ottica dello *jus sanguinis*, l’italianità, comunque e dovunque, degli immigrati e dei loro discendenti.

Alle invettive (“Renegados, Ingratos!”) della stampa brasiliana sportiva e non (“A Gazeta”, “A Folha da Manhã”, “Jornal dos Sports” ecc.) fecero da riscontro in Italia, a parte il riaccendersi di alcune delle tensioni “governate” dopo il varo, nel 1926, della “Carta di Viareggio” da un potente ras come il bolognese Leandro Arpinati, l’elogio del patriottismo dei calciatori “ritrovati” e la rivendicazione del tutto scontata della loro appartenenza nazionale. Il che strideva, come solo più in là si vide, non tanto col fatto che molti sarebbero tornati, a fine carriera o per finirvi la carriera, ma anche per restare a viverci, in America senza bisogno di fuggire dall’Italia per paura di essere arruolati al tempo della guerra d’Abissinia (ciò che successe, nella fattispecie, al trio romanista degli argentini Guaita, Stagnaro e Scodelli), quanto con le ammissioni di cocente nostalgia per il Brasile ben presto sfuggite di bocca a qualcuno di loro. Le professioni di *saudade* rese pubbliche ad esempio da un pilastro della *Palestra Italia* passato nel 1931 al servizio della *Juventus* come Pedro Sernagiotto (lo sgusciante Ministrinho nato nel 1908 al Bras come già ricordato sopra, da una famiglia di immigrati veneti), non gli evitarono certo la radiazione a tempo indefinito dalla Lega paulista (del resto rivelatasi precaria e del tutto provvisoria al suo rientro “in patria” qualche anno più tardi), ma non è detto che fossero poi così ipocrite o strumentali come insinuarono alcuni giornali italiani. Non molto dissimili si rivelarono infatti l’esperienza e i sentimenti del più celebre di tutti i calciatori brasiliani passati in Italia durante la decade 1930 ovvero l’ala destra

Anfilogino Guarisi detto Filó, che nel 1934 prese parte al Campionato del Mondo con gli Azzurri nella mirabolante squadra di Cesare Pozzo già imbottita, com'è noto, di campioni argentini (Monti, Guaita, Orsi ecc.) e che dopo sei stagioni trascorse alla Lazio fece ritorno definitivo a San Paolo nel 1938 per riprendervi l'attività agonistica e professionale con la maglia del suo antico club di provenienza, il Corinthians. Anch'egli, evidentemente, non aveva trovato impossibile o difficile coltivare un doppio senso di appartenenza, all'Italia dei genitori cioè e al Brasile dov'era nato, sorvolando forse sulle drastiche regole imposte dalla logica politica del nazionalismo condotte all'estremo limite, anche giuridicamente parlando, dal legislatore fascista, com'è stato ben spiegato sin dai primi anni 2000, in molti dei suoi saggi in materia, da Ferruccio Pastore¹⁰². Opportunamente, in un articolo sopra già richiamato, Gregg P. Bocketti, che al personaggio e alla sua girovaganza calcistica fra Italia e Brasile ha dedicato un esaustivo ritratto, mette a fuoco e in fin dei conti sdrammatizza comportamenti simili a quelli di Filó e compagni segnalando come gli episodi da cui essi trassero alimento dimostrino in via generale

that sport both reflected and helped to condition the ways in which immigrant communities interacted with their host society. Football [infatti] offered immigrants and their descendants a site in which to negotiate their integration into Brazilian society, as well as a means to maintain discrete ethnic personalities. On the one hand, they came together with other groups, participating in multiethnic leagues that included Brazilians, Germans, Italians and others. On the other, they built and maintained ethnic loyalties in clubs organised by national origin. Such clubs trained players like Filó to view themselves as both Italians *and* Brazilians; for them national identity was not a zero-sum game. But nei-

¹⁰² Cfr. specie Ferruccio Pastore, *Nationality law and international migration: The Italian Case*, in Randall Hansen and Patrick Weil (eds.), *Towards a European Nationality*, Basingstoke, Palgrave, 2001, pp. 95-117.

ther was it true that all among them would consider themselves Italo-Brazilian.

Fissare una data precisa per quello che potremmo definire “l’inizio della fine” dell’“italianità” nel Brasile immigratorio del Novecento non sarebbe dunque facile e forse nemmeno possibile. Innanzitutto perché quell’inizio si prolungò a causa della effimera ripresa postbellica che condusse di nuovo oltreoceano qualche centinaio di migliaia d’italiani seppur costretti a misurarsi, fra il 1950 e il 1960, persino con lo strato preesistente, invecchiato e modificato, dei loro connazionali frattanto divenuti “taliani do Brasil” ovvero brasiliani d’antica origine italiana. E poi perché tutta una prima fase del declino in questione, a ben guardare, abbraccia per intero proprio il periodo compreso grosso modo fra il 1927 e la seconda guerra mondiale ossia un periodo fortemente marcato dall’attivismo della politica estera fascista e dalle sue illusorie chimere incentrate sulla nozione, anche giuridicamente allora impostata e poi, come s’è accennato, imposta, degli emigrati quali “cittadini italiani all’estero”.

Passando dal campo calcistico a considerazioni d’ordine più generale è lecito dunque concludere con alcune riflessioni finali mettendo in risalto quello che potrebbe apparire forse un truismo ma che fu comunque generato dall’incedere del tempo e dalle trasformazioni inevitabili provocate da ciò che successe sul piano politico e delle relazioni internazionali destinate a incidere profondamente anche in campo sportivo.

La chiusura degli sbocchi emigratori verificatasi durante la seconda metà degli anni venti sulla scia delle misure restrizionistiche introdotte per primi dagli Stati Uniti¹⁰³ e alla fine fatte proprie, con lieve scarto cronologico e con

¹⁰³ Cfr. Maddalena Marinari (con M. C. Garcia e M.Hsu), *A Nation of Immigrants Reconsidered: The U.S. in an Age of Restriction, 1924-1965, Campaign, University of Illinois Press, 2019, Eadem, Unwanted: Italian and Jewish Mobilization Against Restrictive Immigration Laws (1882-1965), Chapel Hill, NC, University of North Carolina Press, 2020 e il numero monografico “The Immigration*

alcune differenziazioni abbastanza modeste, da tutti i paesi latinoamericani, cominciò infatti a produrre i propri effetti anche in Brasile (dove un decreto del luglio 1927 consentiva l'ingresso nel paese “soltanto a quegli italiani che [fossero partiti] con contratti di lavoro ben precisi e determinati”) pressoché all'indomani del ciclo di celebrazioni che nel 1925 avevano inteso commemorare l'avvio, cinquant'anni prima, dell'esodo rurale di massa dall'Italia.

Esse erano state intense e partecipate soprattutto nel sud del paese e avevano già dato prova, in un certo senso, di quale piega, in fatto di cittadinanza e di autopercezione dell'appartenenza nazionale, avessero preso le cose. Assieme all'orgoglio dei pionieri e alla rivendicazione dei meriti da essi accumulati, esposti necessariamente in chiave etnica ed enfatica, appariva evidente che i fenomeni di contaminazione, una sorta di anticamera meticciosa della piena integrazione, sia che fossero vissuti inavvertitamente sia che fossero consapevolmente accettati ed esibiti, erano ormai tutti in marcia. L'estinguersi, di lì a poco, dei flussi in arrivo dall'Italia, già in precedenza crollati durante gli anni della grande guerra, avrebbe solo contribuito ad accelerarli e a potenziarli aumentando man mano il distacco dei singoli e dei gruppi dai vincoli, teorici ma anche pratici, contratti con l'antica madrepatria nonostante ogni sforzo profuso in contrario proprio dal fascismo e dai suoi sostenitori, relativamente numerosi sotto la Croce del Sud.

Lungo l'intera decade del trenta, foot-ball a parte e non solo per il caso rappresentato dal Brasile del resto, osservatori e giornalisti, reporter e politici, pubblicisti e scrittori alle prese col rischio più paventato dall'ideologia ora dominante – ossia la “snazionalizzazione” degli emigrati fissatisi a vivere e a lavorare altrove – si disposero in Italia, specie se reduci da una qualche rapida e fugace incursione in America Latina, a difesa, ora strenua ed ora sconsolata, di quello che si riteneva, in sostanza, un valore supremo ma da ogni parte minacciato ossia l'italianità degli

Act of 1924: Antecedents, Impacts, and Legacies,” del “Journal of American History”, (giugno 2022).

emigrati, intesi come cittadini italiani fuori d'Italia. La salvaguardia dunque dell'italianità all'estero e le ragioni stesse del suo venir meno in Brasile, in maniera persino monotona e nell'evidente ripetitività oltremodo indicativa dei rilievi, divennero così un topos della letteratura di viaggio e dei servizi giornalistici destinati a trasformarsi talora in libri di successo, ma ebbero un peso forse anche maggiore nei coevi dibattiti riservati e nei rapporti delle autorità diplomatiche e di partito.

La tendenza a far coincidere italianità e fascismo, che stava a monte di ogni ragionamento anche prima di quella "forte consolarizzazione del problema" (per dirla con Mugnaini) che "al riparo della dottrina nazionalista mussoliniana" prese sempre più ad affermarsi in seno ai Fasci italiani all'estero dopo il 1928, spiegava a dovere i motivi di tanto impegno considerata anche la pretesa del regime di detenere lui solo, in esclusiva cioè, il monopolio dell'identità etnica e quindi la titolarità unica della sua rappresentanza.

Quello che si pensava e si progettava a Roma, d'altronde, non era del tutto senza conseguenze nemmeno in Brasile dove alcuni intrecci messi in luce dagli storici brasiliani (da Nuncia Santoro a Vania Herédia, da Lorraine Slomp Giron a Fabio Bertonha) e dove la pur saltuaria azione dei Fasci esteri, specie in Minas, a San Paolo e nel Rio Grande do Sul, contribuiva a complicare non poco la situazione.

Dipinta nell'estate del 1927 a tinte fosche, ma ancora in relativo chiaroscuro e con molta fiducia che si potesse comunque raddrizzare o ribaltare, da Cornelio Di Marzio, dopo la fugace missione di cinque anni avanti di Ottavio Dinale, uno dei primi capi dei Fasci italiani all'estero allora di passaggio in Sudamerica, essa finì viceversa per risentire prima degli alti e bassi della lotta politica brasiliana e poi, come dappertutto, dei terribili contraccolpi indotti dalla crisi finanziaria del '29.

Le turbolenze provocate dalle rivolte "tenentiste" dei militari e dall'insubordinazione classista della "Colonna

Prestes” da un lato e da un altro, soprattutto, le ricadute del crack internazionale sul prezzo del caffè col suo corredo di scompensi e con la perdita d’innunerevoli di posti di lavoro nella cruciale economia di piantagione spianarono la strada all’ascesa al potere di Vargas. Con la “rivoluzione del ’30” questi sancì di fatto la rottura di un’antica alleanza stabilitasi fra San Paolo e Minas Gerais vanificando gli effetti della cosiddetta “politica del caffelatte” su cui si era sin lì retto il paese. Una nuova Costituzione, varata nel 1934, la messa al bando un anno più tardi delle opposizioni di sinistra raggruppatesi nell’Alleanza Nazionale Liberatrice e l’iniziale fortuna arrisa, dopo la sua nascita nel 1932, al movimento fascista delle “camicie verdi” di Salgado (messo peraltro fuori legge proprio da Vargas nel 1938) condussero quindi a quel “colpo di Stato nel colpo di Stato” che diede forma nel 1937 al cosiddetto Estado Novo. Nel suo seno poterono così dispiegarsi con l’ausilio di una legislazione lavorista portata a formale compimento solo nel 1943 tutte le tendenze di un vistoso populismo nazionalista a cui gli immigrati stessi, tifo sportivo a parte, non rimasero affatto insensibili. Già predisposti spesso dall’adesione tradizionalmente offerta alle iniziative del clero e della Chiesa, in una gamma di esperienze che svariarono dal giornalismo militante alla mobilitazione elettorale per lo più in appoggio a candidati e a partiti a dir poco di destra e comunque ideologicamente fascisti – tra il 1932 e il 1933 la Liga Eleitoral Católica aveva dato ampie garanzie in tal senso non solo nel sud del paese com’è stato ben spiegato da vari storici (Pesavento, Dussel, Valduga ecc.), ma anche in altre zone dove – in Minas Gerais ad esempio – abbastanza forti erano state la “sindacalizzazione cattolica” degli operai e, in generale, l’influenza della Chiesa e dell’Azione Cattolica – gli immigrati abbandonarono man mano l’isolamento e l’astensione dalla politica che aveva contraddistinto per lo più in passato la loro presenza e il loro “rinchiudersi” in agenzie etniche di negoziazione e d’autodifesa quali erano state sin lì le associazioni e le società italiane, non escluse appunto quelle sportive.

Analizzando la “colonia italiana nel Brasile” forte allora di circa “un milione e mezzo di anime” il ricordato Cornelio Di Marzio, ispirato dai rapporti di Amedeo Fani e molto impressionato dalla metropoli di San Paolo, la cui popolazione secondo lui era composta al 65% da italiani (talché, scriveva, “si ha la sensazione di trovarci in una vera propria città d’Italia e si ha l’illusione, incontrando qualche brasiliano che parla il portoghese [...] di incontrarsi con uno straniero”), assegnava all’opera di proselitismo dei Fasci all’estero un compito preciso “soprattutto nella lotta iniziata con ogni lecito mezzo contro il grave pericolo della snazionalizzazione”, ma ammetteva che esso, nonostante il “magnifico apostolato d’italianità” prodigato da pochi “uomini di maggior senno che mantenevano nei loro cuori il sentimento della Patria” si era ormai materializzato con successo in un paese pur non ostile al fascismo come il Brasile dove “purtroppo le masse [erano] state perdute in gran parte.”¹⁰⁴

Il rilancio dell’italianità” auspicato da Di Marzio e affidato ovviamente all’opera di guida e di tutela del governo fascista e dei suoi rappresentanti come l’ambasciatore Attolico, lungi dal verificarsi compiutamente, trovò già durante la decade 1930 un certo numero di smentite per la buona ragione, colta con amarezza e con lucido realismo sul suo finire da un altro diplomatico di regime, Roberto Cantalupo (contrario infatti ad appoggiare l’AIB nonostante la presenza nelle sue file di molti sostenitori immigrati) che i due nazionalismi, quello fascista italiano e quello nazionalista brasiliano, erano di fatto “condannati” ad elidersi e ad annullarsi l’uno con l’altro¹⁰⁵.

L’evoluzione successiva degli avvenimenti, lo scoppio della seconda guerra mondiale e in un certo senso persino la ripresa postbellica dell’emigrazione dalla penisola a far data grosso modo dal 1950 e in un contesto generale

¹⁰⁴ Matteo Sanfilippo, *Il fascismo, gli emigranti italiani e l’America Latina. A proposito di un libro recente*, in «Studi Emigrazione/ Migration Studies», XLIII, n. 163, 2006, pp. 759-770.

¹⁰⁵ Roberto Cantalupo, *Brasile euro-americano*, Milano, ISPI, 1941.

profondamente cambiato (e anche modificato dall'avvento di un più complicato e vincolante sistema di accordi bilaterali) portarono alla graduale ma quasi definitiva estinzione dell'incidenza a suo tempo posseduta dall'elemento italiano nel Brasile. Scomparso progressivamente l'uso della lingua italiana nell'ambito familiare, con la marginalizzazione della stampa etnica in atto ormai da decenni (nonostante la rinascita di settimanali filofascisti come la "Tribuna Italiana" o la riapertura nel 1947, ma in forma dimessa e del tutto mutata, del vecchio e glorioso "Fanfulla" di San Paolo accanto al definitivo venir meno dei fogli operai, sia anarchici che socialcomunisti) e vista la crisi che aveva colpito la maggior parte delle vecchie associazioni affiancate ora da circoli e da società di nuovo conio ma assai più deboli che in passato, fu quasi un miracolo che la presenza italiana nel paese non si dissolvesse del tutto come, alla fine ormai di un ciclo pressoché secolare, paventava l'ambasciatore d'Italia a Brasilia in una sua inedita relazione ad Amintore Fanfani, Ministro per gli Affari Esteri in carica, caldeggiando, nel giugno del 1965, una concentrazione degli sforzi e degli investimenti culturali da parte del governo di Roma in America Latina. Aderendo a un appello lanciato dal suo collega di Santiago del Cile, Theodoli, il capo delegazione dell'Italia a Brasilia, Ambasciatore Prato, sottolineava l'importanza nel subcontinente del Brasile, dov'era peraltro appena iniziata l'avventura autoritaria dei militari addestrati in USA e dove pure, scriveva, "la lingua italiana assai diffusa nei quartieri popolari di S. Paolo e di altri centri della nostra immigrazione [era penetrata] poco a poco al principio del secolo anche negli ambienti culturali sia per il tramite dei libri di testo che venivano studiati nelle Università, sia per l'influenza di alcune famiglie di origine italiana che avevano raggiunto alte posizioni sociali. La guerra mutò del tutto la situazione, interruppe praticamente i rapporti del Brasile con l'Europa, aprì le porte alla pesante e attrezzatissima cultura americana."

L'attenzione verso il vecchio continente e nei confronti della stessa cultura italiana, continuava l'Ambasciatore

Prato, si risvegliò tuttavia per gradi man mano che si allontanavano i ricordi del conflitto anche se al momento essa contrastava vistosamente “con la modestia della nostra azione” ossia con la pochezza delle iniziative prese da Roma per valorizzare un patrimonio un tempo imperniato anche, se non soprattutto, sull’esistenza di grandi collettività immigratorie nelle quali si parlava abitualmente la lingua di quel Dante le cui commemorazioni secolari, pur “in mancanza di almeno uno studioso di fama inviato dall’Italia”, tanto avevano coinvolto, nella prima parte del 1965, il mondo intellettuale di Rio e di San Paolo:

L’aspetto che più impressiona brasiliani e italiani – aggiungeva infatti il diplomatico – è la rapida perdita di terreno della nostra lingua. Ovviamente è stato per noi un colpo assai sensibile a San Paolo la chiusura, nel 1942, del liceo italiano (oggi trasformato in “collegio” brasiliano seppur mantenendo il nome di “Dante Alighieri”) [...] Ancora più grave è da considerare che per i lunghi anni di guerra vi sia stato il divieto dell’uso della lingua e [dei] dialetti appartenenti ai paesi nemici; e da questa situazione che ha interrotto anche nelle più recenti generazioni l’abitudine almeno familiare della nostra lingua non ci siamo più ripresi. Sta il fatto invece che nelle zone di colonizzazione tedesca (ad esempio la zona a nord di Porto Alegre e quella di Santa Catarina) anche le più giovani generazioni capiscono o parlano normalmente come seconda lingua quella del loro paese di origine. A Caxias do Sul, invece, ove il novanta per cento degli abitanti è di origine italiana e ove fino al 1942 si parlava ancora normalmente almeno il dialetto veneto, oggi una qualche conoscenza della nostra lingua è limitata alle vecchie generazioni (quelle di più di 50-60 anni), mentre tutti gli altri e cioè la massa della popolazione non parla l’italiano e lo comprende approssimativamente nonostante sia ancora vivissimo l’amore e l’ammirazione [sic] per il nostro Paese.[...]. A San Paolo e Rio poi l’arresto dell’emigrazione italiana degli ultimi anni è nel tempo l’ultimo episodio che

influisce sulla ritirata della lingua italiana in corso dalla seconda guerra [...] E' abbastanza sintomatico che in questo Paese una così alta percentuale di uomini di governo, di parlamentari e di esponenti delle Forze Armate e dell'economia siano di origine italiana, ma è altrettanto sintomatico che così pochi di essi siano in grado non dico di usare normalmente ma almeno di esprimersi e comprendere la nostra lingua. Alcune sere fa, ad un pranzo in Ambasciata per la sosta qui di un nostro incrociatore, vi erano fra gli altri invitati le quattro massime autorità della Marina brasiliana (fra cui il Ministro) di origine italiana, ma nessuno parlava o comprendeva l'italiano [...].

Se questa era la situazione intorno alla metà degli anni sessanta, colpisce ugualmente che accanto al coevo ritorno in forze sul palcoscenico sportivo della penisola degli "oriundi" brasiliani (come José Altafini) si potesse poi assistere nel giro di poco tempo al di là dell'oceano, stavolta sul filo della memoria e dei suoi usi – qui ovviamente le commemorazioni secolari dell'inizio dell'immigrazione agricola – a quella forte ripresa d'interesse per l'Italia da cui sarebbe scaturita, infine, anche una nuova e ancora forse non conclusa stagione di studi.

Ética, multiculturalismo e imigração

Evaldo Antonio Kuiava¹⁰⁶

Considerações iniciais

A imigração acompanha a história da humanidade e, no século XXI, tornou-se um dos temas centrais dos debates globais. A questão ética que emerge desse fenômeno envolve a forma como as sociedades recebem os migrantes e reconhecem sua dignidade. O aumento dos fluxos migratórios, impulsionados pela globalização, pelas desigualdades econômicas e pelas crises ambientais e políticas, evidencia a necessidade de repensar as estruturas sociais e institucionais de acolhimento. O encontro entre diferentes culturas em um mesmo espaço geográfico desafia os paradigmas estabelecidos e exige políticas que conciliem integração, justiça e respeito à diversidade.

O tema “Ética, multiculturalismo e imigração” ganha relevância diante da necessidade de refletir criticamente sobre os dilemas morais e os desafios multiculturais que a imigração impõe às sociedades contemporâneas. No atual cenário globalizado, em que as fronteiras nacionais se tornam cada vez mais permeáveis, a imigração deixa de ser apenas uma questão de segurança e controle e passa a constituir também uma oportunidade de enriquecimento cultural e de avanço econômico, político e social.

A realidade, contudo, mostra que muitos países ainda recorrem a políticas migratórias restritivas e discriminatórias, frequentemente sustentadas por narrativas de medo e xenofobia. A construção de muros fronteiriços, a criminalização de refugiados, as deportações em massa e a manutenção de centros de detenção desumanos, ao ignorarem as causas pro-

¹⁰⁶ Doutor em Filosofia. Professor e pesquisador na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). E-mail: eakuiava@ucs.br

fundas da migração, como conflitos armados, desigualdades econômicas e crises climáticas, reforçam estereótipos que desumanizam populações migrantes. Tais práticas violam diretamente direitos humanos fundamentais, como a dignidade, a livre circulação e o direito de asilo, previstos em instrumentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção de Genebra.

Ao alimentar divisões sociais e legitimar a exclusão, essas políticas comprometem a coesão social, dificultam o diálogo intercultural e enfraquecem a construção de sociedades verdadeiramente justas e inclusivas. Encarar a imigração como ameaça significa reduzir sua complexidade histórica e ética. É fundamental reconhecê-la como fenômeno inevitável e constitutivo da experiência humana, capaz de gerar benefícios mútuos quando conduzida com empatia, planejamento sustentável, equidade econômica e responsabilidade política.

A ética emerge como eixo central nessa discussão, pois questiona os princípios que devem orientar as relações entre Estados-nação e indivíduos em mobilidade. Desde Aristóteles, que destacava a importância da virtude e da justiça para a vida comunitária, em cuja tradição a hospitalidade era entendida como expressão de civilidade, até Kant, cujo imperativo categórico exige o reconhecimento universal da dignidade humana, o pensamento filosófico tem fornecido fundamentos para pensar a convivência entre diferentes. Inspirado por esse horizonte kantiano, Rawls desenvolve a teoria da justiça como equidade, enquanto Carens, sob uma perspectiva contemporânea, compara as fronteiras modernas aos privilégios herdados da aristocracia feudal. Esses aportes oferecem bases sólidas para refletir sobre justiça, direitos humanos e responsabilidade transnacional diante dos desafios migratórios.

No contexto da imigração, a reflexão ética nos coloca diante de um dilema central. De um lado, o direito soberano dos Estados de controlar seus territórios; de outro, o imperativo moral, próximo ao kantiano, de amparar pessoas que fogem de guerras, perseguições ou miséria extrema. Essa

tensão se manifesta nas políticas de fronteira, nos critérios para concessão de vistos e nas condições de acolhimento oferecidas aos migrantes.

A ética, nesse cenário, atua tanto como instrumento crítico para avaliar as práticas estatais quanto como guia normativo para a formulação de políticas migratórias mais humanizadas. Seu horizonte é a superação da lógica puramente securitária em favor de um modelo que reconheça, na diversidade cultural, uma fonte de enriquecimento mútuo e de fortalecimento democrático, em vez de tratá-la como ameaça.

Conforme argumenta Carens (2013) em sua obra *The Ethics of Immigration*, as fronteiras nacionais são, em grande medida, moralmente arbitrárias, um acidente histórico que cristaliza desigualdades globais e perpetua privilégios geográficos. A partir de uma analogia com as estruturas feudais de privilégios herdados, o autor mostra como o lugar de nascimento determina radicalmente as oportunidades de vida de um indivíduo e configura uma verdadeira “loteria do nascimento” que contradiz os princípios básicos de justiça distributiva.

Esse raciocínio dialoga com a teoria da justiça de Rawls, para quem princípios justos devem ser formulados a partir de uma posição original de igualdade, protegida pelo “véu da ignorância”. Carens retoma esse horizonte normativo e o projeta para além das fronteiras estatais, ao questionar a legitimidade de que o acaso do nascimento determine o acesso ou a exclusão de bens fundamentais. Da mesma forma, aproxima-se das reflexões de Benhabib (2004), que em seu estudo *The Rights of Others* denuncia a tensão entre o direito soberano dos Estados de controlar fronteiras e a obrigação moral de respeitar direitos universais.

Nesse sentido, Carens sustenta que os direitos humanos universais, consagrados em documentos como a Declaração Universal de 1948 e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, devem prevalecer sobre restrições migratórias que, em grande parte, servem mais

para proteger privilégios nacionais do que para garantir segurança ou bem-estar coletivo. Sua proposta, ao desafiar o fechamento territorial e a lógica excludente, reafirma a necessidade de um cosmopolitismo ético capaz de orientar políticas migratórias mais justas e inclusivas.

Essa perspectiva, que à primeira vista pode parecer exigente, está profundamente enraizada na ideia de que os Estados têm uma dupla responsabilidade ética para com todos os indivíduos sob sua jurisdição. A primeira é uma obrigação positiva: assegurar proteção e dignidade básicas, independentemente da origem ou do status legal, o que assegura o acesso a direitos fundamentais como saúde, educação e liberdade de locomoção. A segunda é uma obrigação negativa: não criar nem manter estruturas institucionais que perpetuem exclusão, marginalização ou hierarquização arbitrária de pessoas.

Tal formulação encontra ressonância no pensamento de Hannah Arendt (1989), quando denuncia a condição dos apátridas no período entre guerras e afirma que o direito mais fundamental é o “direito a ter direitos”. Na sua visão, negar aos migrantes o acesso a estruturas jurídicas e sociais de proteção equivale a excluí-los da própria humanidade política. De forma complementar, Seyla Benhabib (2004) ressalta a tensão entre a soberania dos Estados e a obrigação moral de respeitar os direitos humanos universais. A autora propõe a ideia de uma hospitalidade democrática, em que as fronteiras funcionam como espaços permeáveis ao reconhecimento da alteridade do outro ser, em vez de barreiras absolutas.

A realidade contemporânea, porém, mostra que essas obrigações ainda são frequentemente negligenciadas. A situação dos refugiados sírios, submetidos a políticas de fechamento e rejeição, ou a dos migrantes climáticos, muitas vezes invisibilizados pelo direito internacional, exemplifica esse dilema. Critérios legais excessivamente rígidos transformam-se em justificativas formais para negar direitos essenciais e acabam por violar o espírito dos direitos humanos universais. Diante disso, a ética atua como horizonte

crítico e normativo, e exige que os Estados evitem práticas excludentes e assumam, ao mesmo tempo, a responsabilidade ativa de criar condições para uma convivência justa, plural e humanizadora.

A noção westfaliana de soberania, consolidada pelos Tratados de Westfália (1648), que encerraram a Guerra dos Trinta Anos, estabeleceu os fundamentos do sistema internacional moderno. Seus princípios centrais incluem a autoridade exclusiva de cada Estado sobre seu território e população, a não intervenção em assuntos internos, a igualdade jurídica entre os Estados, independentemente de seu tamanho ou poder, e a inviolabilidade das fronteiras. Essa concepção reforçou a territorialidade como elemento estruturante da ordem política e vinculou de modo estreito a cidadania ao Estado-nação. Contudo, nesse horizonte, a rigidez da soberania westfaliana revela-se insuficiente para lidar com os desafios da imigração. As fronteiras, antes concebidas como barreiras intransponíveis, tornam-se espaços de tensão entre o direito soberano dos Estados e as exigências éticas do acolhimento. Assim, pensar a imigração a partir da ética implica deslocar o foco da soberania exclusiva para formas de corresponsabilidade política, capazes de integrar justiça, hospitalidade e reconhecimento da diversidade cultural.

A proposta de Carens desafia diretamente a noção westfaliana de soberania exclusiva, ao defender uma concepção de cidadania desvinculada de fronteiras. Para ele, a pertença a uma comunidade política deve derivar prioritariamente da residência e da participação social, e não apenas de documentos oficiais. Enquanto a ordem westfaliana sustenta um mundo de Estados soberanos, com fronteiras fixas e cidadania nacional exclusiva, Carens propõe uma cidadania desterritorializada, segundo a qual os direitos políticos e sociais decorrem da efetiva integração do indivíduo à comunidade em que vive, em vez de dependerem estritamente da nacionalidade. Essa visão contesta o direito absoluto dos Estados de controlar a entrada e permanência de pessoas em seus territórios e, ao mesmo tempo, desloca o debate

para uma perspectiva ética, em que a justiça e a dignidade devem prevalecer sobre privilégios de nascimento.

Nessa lógica, a imigração evidencia um dos dilemas éticos mais prementes de nosso tempo: a tensão entre a soberania nacional e os imperativos da justiça global. De um lado, os Estados têm a responsabilidade legítima de proteger o bem-estar de seus cidadãos e administrar seus recursos de forma sustentável. De outro, a realidade da globalização, marcada por cadeias produtivas transnacionais, crises climáticas sem fronteiras e fluxos culturais híbridos, revela redes de interdependência que impõem responsabilidades morais compartilhadas. Nussbaum (2006), em *Frontiers of Justice*, e Amartya Sen (2006), em *Identity and Violence*, defendem que essa contradição exige um repensar dos marcos éticos tradicionais e a adoção de uma perspectiva cosmopolita que reconheça: a) a dignidade humana como valor universal e inalienável; b) a cidadania global como complemento, e não antítese, das identidades nacionais; c) o acesso a condições básicas de existência, saúde, educação e trabalho digno, como direito mínimo que transcende jurisdições territoriais.

À luz dessa realidade, políticas migratórias restritivas que negam direitos fundamentais violam preceitos éticos consagrados em instrumentos internacionais, como o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular da ONU (2018). Além de injustas, tais medidas revelam-se contraproducentes: ao criar barreiras à integração, alimentam ciclos de marginalização que corroem a coesão social e oneram os próprios sistemas públicos que pretendiam proteger.

O paradoxo, como destaca Sassen (2014) em *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*, reside no fato de que, na economia globalizada, os Estados dependem estruturalmente da mão de obra migrante, mas simultaneamente negam a ela proteções fundamentais. Essa contradição, longe de ser circunstancial, revela a necessidade de uma imaginação moral, tal como propõe Martha Nussbaum (2006) em *Frontiers of Justice*, capaz de reco-

nhecer a humanidade para além das fronteiras arbitrárias impostas pelo acidente do nascimento.

Além disso, a imigração revela a contradição entre a soberania nacional e a solidariedade global em um mundo interdependente. De um lado, os Estados têm a responsabilidade de administrar recursos e zelar pela segurança; de outro, a globalização impõe obrigações morais transnacionais. Nussbaum, ao defender um cosmopolitismo baseado nas capacidades humanas, e Amartya Sen, ao propor uma concepção de justiça fundada nas liberdades reais dos indivíduos, convergem na exigência de universalização dos direitos básicos. Negar saúde, educação e trabalho a migrantes viola esse princípio ético e, ao mesmo tempo, produz exclusão social contraproducente, ao marginalizar justamente aqueles que desempenham papel decisivo no sustento e na dinamização das economias nacionais.

O multiculturalismo, por sua vez, oferece uma lente fundamental para repensar os desafios da imigração nas sociedades contemporâneas, propondo um paradigma que vai além da mera tolerância e afirma o valor positivo da diversidade cultural. Taylor (1994), em *The Politics of Recognition* [*O multiculturalismo e a política do reconhecimento*], desenvolve o conceito de “reconhecimento” como necessidade humana fundamental, argumentando que a negação sistemática de identidades culturais, enquanto experiência comum às comunidades imigrantes, constitui uma forma de desrespeito profundo que mina a autoestima coletiva e o pertencimento social. Kymlicka (1995), na sua obra *Multicultural Citizenship*, avança nesse debate ao mostrar que direitos culturais diferenciados, como o ensino bilíngue ou as acomodações religiosas, preservam a dignidade das minorias e, ao mesmo tempo, fortalecem a democracia ao ampliar as condições de participação política em bases mais igualitárias.

Contudo, a convivência multicultural não está isenta de paradoxos. Vertovec (2007), ao desenvolver o conceito de “superdiversidade” (*superdiversity*), mostra que a intensificação dos fluxos migratórios produziu configurações

sociais marcadas por múltiplas intersecções: diferenças étnicas, religiosas e linguísticas sobrepõem-se a desigualdades econômicas, gerando conflitos identitários, disputas em torno de símbolos públicos e novas formas de segregação espacial. O caso francês é ilustrativo: os debates sobre laicidade, como a proibição do uso do véu em espaços públicos, somam-se à marginalização das periferias étnicas (*banlieues*) e revelam os riscos de uma gestão inadequada da diversidade.

É justamente nesse campo instável que a ética se torna indispensável e se oferece como horizonte crítico para a orientação de dilemas concretos: como conciliar o universalismo dos direitos com os particularismos culturais? Como evitar, ao mesmo tempo, a assimilação forçada e o comunitarismo fechado? Parekh (2000) propõe que a resposta reside no “diálogo intercultural”: um processo contínuo e aberto de negociação, ancorado em valores compartilhados e no reconhecimento mútuo. Experiências como as políticas canadenses de multiculturalismo ou as iniciativas de mediação comunitária em Barcelona mostram que, embora desafiador, esse caminho pode favorecer sociedades mais inclusivas e democráticas.

Nesse contexto, o Brasil emerge como um laboratório singular de convivência multicultural. Sua formação histórica, marcada pela violência da colonização e da escravidão, bem como pela contínua capacidade de reinvenção cultural, articulou matrizes indígenas, africanas e europeias em processos complexos de interação. Dessa experiência nasceram formas sociais de mediação da diversidade, que vão das rodas de capoeira, reconhecidas como patrimônio da humanidade, ao sincretismo religioso que recria e ressignifica tradições. DaMatta (1997) destaca que é na tensão entre “casa” e “rua” que o Brasil constrói um experimento democrático peculiar, no qual a mestiçagem cultural se converte, simultaneamente, em ambiguidade e em recurso de integração social.

Entre os exemplos mais emblemáticos de convivência multicultural no Brasil está o caso do Rio Grande do Sul,

em que a imigração italiana, iniciada oficialmente em 1875, transformou profundamente o tecido social, econômico e cultural da região. Os italianos, ao lado de outros grupos migrantes, como alemães e poloneses, trouxeram valores, tradições e práticas que se integraram ao contexto local, impulsionando tanto o desenvolvimento econômico, na agricultura e na indústria, como novas formas de sociabilidade, ética comunitária e diálogo intercultural.

A experiência das comunidades italianas no Rio Grande do Sul mostra como a integração de diferentes matrizes culturais pode gerar soluções criativas para os desafios da convivência, contribuindo para sociedades mais abertas, resilientes e inclusivas. Ao mesmo tempo, o caso gaúcho evidencia que o multiculturalismo não está isento de tensões, desigualdades e conflitos, o que exige políticas públicas que promovam reconhecimento, equidade e respeito mútuo. Só assim a diversidade poderá converter-se em verdadeiro capital social e em motor de justiça.

A imigração italiana no Rio Grande do Sul constitui um capítulo significativo da história multicultural brasileira, demonstrando como a diversidade pode atuar como motor de desenvolvimento econômico, social e cultural. Quando compreendidos e valorizados, a ética, o multiculturalismo e os processos migratórios abrem caminhos para sociedades mais justas, inclusivas e democráticas. O legado italiano no RS, assim, transcende a mera presença demográfica e configura-se como exemplo inspirador de convivência plural e criativa.

Contudo, esse modelo enfrenta provas decisivas no século XXI. Se, de um lado, o Brasil consolidou formas simbólicas e práticas de inclusão, expressas no reconhecimento de identidades diversas e na valorização de tradições culturais, de outro ainda reproduz desigualdades estruturais e novos desafios xenófobos, especialmente diante dos fluxos recentes de haitianos e venezuelanos. O caso brasileiro revela, portanto, um paradoxo: a capacidade de transformar diferenças em criatividade convive com persistentes exclusões. Essa ambivalência oferece ao mundo

tanto alertas como alternativas. Segundo Ribeiro (1995), na obra *O povo brasileiro*, a ideia de uma “civilização do encontro” oferece, ao mesmo tempo, o diagnóstico dos dilemas multiculturais e as possibilidades de sua superação, desde que acompanhadas de políticas concretas de justiça social.

Imigração no contexto global

A imigração constitui um dos fenômenos mais complexos e multifacetados da contemporaneidade, atravessado por fatores políticos, econômicos, sociais e ambientais. Conflitos armados, perseguições políticas, desigualdades estruturais e mudanças climáticas intensificam continuamente os deslocamentos populacionais. Segundo o Relatório Mundial sobre Migrações 2022 da Organização Internacional para as Migrações (OIM), mais de 280 milhões de pessoas vivem fora de seus países de origem, representando aproximadamente 3,6% da população global. Esse contingente, que tende a crescer nas próximas décadas, é alimentado por guerras prolongadas, pela crise climática e pelas profundas disparidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Tais fluxos remodelam as sociedades de destino, ao mesmo tempo em que desafiam a capacidade dos Estados de formular políticas inclusivas e exigem uma abordagem ética que considere simultaneamente os direitos humanos dos migrantes e a construção de sociedades mais justas e equitativas.

As causas da imigração são múltiplas e interconectadas, podendo ser agrupadas em quatro grandes dimensões.

- a. Conflitos armados e perseguições políticas: guerras, instabilidades institucionais e regimes autoritários forçam milhões de pessoas a deixar seus países em busca de proteção. Os casos da Síria, do Afeganistão, do Iêmen e do Sudão do Sul resultaram em ondas massivas de refugiados. Perseguições políticas, violações sistemáticas de direitos humanos e violência contra minorias étnicas ou religiosas intensificam o exílio

forçado. Segundo o ACNUR (2022), o número de refugiados no mundo ultrapassou 30 milhões em 2022, o maior desde a Segunda Guerra Mundial, e continua crescendo à medida que novas crises emergem.

- b. Desigualdades econômicas: a pobreza extrema, a escassez de empregos e a falta de serviços básicos são fatores decisivos na decisão migratória. Populações da África Subsaariana, da América Central e do Sudeste Asiático buscam países mais desenvolvidos para acessar trabalho, saúde e educação. A disparidade salarial entre nações torna a migração um meio de sobrevivência. Nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha e Austrália, imigrantes ocupam postos estratégicos. Na América do Sul, a crise venezuelana deslocou milhões para Colômbia, Brasil e Chile, fato que ilustra como fluxos regionais também reconfiguram realidades sociais.
- c. Mudanças climáticas: fenômenos ambientais cada vez mais intensos, secas, enchentes, furacões, incêndios, desertificação e elevação do nível do mar, colocam milhões de pessoas em situação de deslocamento. Países como Bangladesh e Filipinas e as Ilhas do Pacífico enfrentam ameaças existenciais de submersão de territórios. Segundo o Banco Mundial (2021), até 2050, mais de 140 milhões de pessoas poderão ser obrigadas a migrar dentro de seus próprios países por razões climáticas. Além de gerar deslocamentos diretos, a crise ambiental intensifica conflitos por recursos naturais, agravando crises humanitárias já existentes.
- d. Globalização e redes migratórias: a globalização diminui barreiras de circulação e fomenta uma interdependência crescente entre países. Migrantes estabelecidos em comunidades de destino constituem redes de apoio que facilitam a chegada de novos imigrantes, fenômeno conhecido como cadeias migratórias. Essas redes proporcionam auxílio logístico, emocional e econômico, o que perpetua fluxos migratórios ao longo do tempo e reforça laços entre países de origem e acolhida.

Apesar de sua contribuição, imigrantes frequentemente enfrentam contextos de vulnerabilidade e exclusão: a) discriminação e preconceito, em que muitos são vistos como ameaça à identidade nacional ou à estabilidade econômica, estereótipos os associam à criminalidade ou à competição desleal por empregos e reforçam políticas restritivas e práticas sociais excludentes, fazendo com que, em contextos de crise, a xenofobia tende a se intensificar; b) barreiras linguísticas e culturais, em que o desconhecimento da língua local e a dificuldade de adaptação a novas práticas culturais geram isolamento e limitam o acesso a serviços básicos e restringem a mobilidade social; c) situação irregular, em que a falta de documentação legal torna os imigrantes mais vulneráveis à exploração laboral, deportações e exclusão de serviços essenciais, inserindo-os em ciclos de medo e precariedade.

Esses fatores reforçam a marginalização, dificultam a convivência multicultural e fragilizam a coesão social. A gestão da imigração é profundamente desigual entre países. Enquanto Canadá e Suécia se destacam por modelos inclusivos, que valorizam a diversidade e investem em programas de integração linguística, educacional e profissional (Castles; Miller, 2009; Kymlicka, 1995; Benhabib, 2004), outros países, como a Hungria e os Estados Unidos, reforçaram legislações restritivas, privilegiando a lógica securitária em detrimento da inclusão.

No Brasil, a Lei de Migração nº 13.445/2017 representou um marco ao reconhecer a migração como direito humano e ao estabelecer princípios de dignidade, solidariedade e não discriminação. Contudo, sua implementação encontra entraves: falta de infraestrutura de acolhimento, carência de recursos e persistência de práticas xenófobas (Lima, 2020; Bresser-Pereira, 2021). Casos recentes, como a chegada em massa de venezuelanos e haitianos, revelam os limites práticos da legislação.

A imigração configura-se simultaneamente como desafio e como oportunidade estratégica para sociedades contemporâneas. De forma resumida, pode-se destacar os

seguintes benefícios: a) econômicos – migrantes preenchem lacunas no mercado de trabalho, muitas vezes em setores essenciais (saúde, agricultura, construção civil, serviços domésticos), e contribuem para inovação e produtividade (Castles; Miller, 2009) –; b) culturais – ao introduzirem novas tradições, práticas religiosas, línguas e expressões artísticas, os imigrantes enriquecem a vida cultural das sociedades de destino e favorecem o diálogo intercultural –; c) demográficos – em países com envelhecimento populacional, como Japão, Alemanha e Coreia do Sul, os imigrantes garantem o equilíbrio demográfico, a sustentabilidade previdenciária e a manutenção de serviços essenciais.

O Canadá, desde a década de 1970, adotou um modelo de multiculturalismo que valoriza identidades culturais diversas, sem exigir assimilação completa. A política migratória canadense baseia-se em sistema de pontos, priorizando trabalhadores qualificados. Além disso, investe em cursos de idiomas, capacitação profissional e programas de acolhimento, que favorecem a integração plena (Kymlicka, 1995).

A Suécia, por sua vez, desenvolveu um modelo holístico de integração, pautado na igualdade de direitos e no acesso universal a serviços como saúde, educação e assistência social (Benhabib, 2004; Vertovec, 2015). Desde a década de 1970, o país recebe refugiados e imigrantes em larga escala, oferecendo suporte linguístico, psicológico e profissional. Além disso, investe em políticas contra a discriminação, fomentando comunidades coesas e interculturais.

A imigração, longe de se reduzir a uma questão de fronteiras, é expressão das desigualdades globais e das interdependências contemporâneas. A gestão implica dilemas éticos entre soberania nacional e justiça global e requer políticas capazes de articular acolhimento, reconhecimento e integração. As experiências de países como Canadá e Suécia mostram que a diversidade cultural, quando respeitada e promovida, pode se converter em capital social e motor de desenvolvimento humano. O desafio atual é transformar a migração de fenômeno percebido como ameaça em oportu-

tunidade ética e política para sociedades mais pluralistas, solidárias e democráticas.

A ética como guia para políticas migratórias

A ética, enquanto campo da filosofia prática, busca refletir sobre os princípios que orientam as ações humanas e regulam as relações entre indivíduos e comunidades. Desde Aristóteles, que concebia a virtude como caminho para a *eudaimonia*, a realização plena da vida humana, até Kant, que na modernidade formulou o imperativo categórico como fundamento universal da moralidade, a ética tem ocupado posição central nas discussões sobre justiça e direitos. No contexto da imigração, esse horizonte ético adquire relevância particular ao questionar como as sociedades devem tratar aqueles que chegam em situação de vulnerabilidade, exigindo respostas que conciliem dignidade humana, responsabilidade coletiva e justiça global.

Aristóteles (1992), em sua obra *Ética a Nicômaco*, defende que a virtude é o caminho para a realização humana e para a construção de uma vida boa. A ética, nesse horizonte, consiste na prática contínua de disposições de caráter orientadas por valores como a justiça, a coragem e a generosidade, em vez de se reduzir a regras ou normas fixas. A virtude moral é concebida como equilíbrio, um meio-termo entre excessos e carências que afetam emoções e ações. Segundo a visão do filósofo estagirita, “Trata-se de um estado intermediário, porque nas várias formas de deficiência moral há falta ou excesso do que é conveniente tanto nas emoções quanto nas ações, enquanto a excelência moral encontra e prefere o meio termo” (*EN II*, 6, 1106b 1-5, p. 42).

A virtude da justiça ocupa lugar central na ética aristotélica, sendo considerada a mais completa das virtudes morais. “Com efeito, a justiça é a forma perfeita de excelência moral porque ela é a prática efetiva da excelência moral perfeita. Ela é perfeita porque as pessoas que possuem o sentimento de justiça podem praticá-la não somente em relação a si mesmas como também em relação ao próximo”

(*EN V*, 1, 1130a, 1-4, p. 93). Na visão de Aristóteles, a justiça ultrapassa o cumprimento das leis positivas e implica tratar todos os membros da comunidade. Nesse sentido, “o justo” é aquilo que regula a vida comum de maneira universal, orientando ações em qualquer situação.

A dimensão equitativa aparece como correção necessária das falhas da lei escrita: quando a norma geral não abarca a particularidade de um caso concreto, cabe à equidade ajustar a aplicação da justiça às circunstâncias singulares (*EN V*, 10, 1137b, p. 109). Assim, a justiça, em Aristóteles, conjuga universalidade e sensibilidade às situações específicas, tornando-se fundamento da vida ética e política.

No caso dos imigrantes, isso significa assegurar-lhes acesso às condições e oportunidades necessárias para uma vida digna. A virtude da justiça, em Aristóteles, implica compartilhar recursos e responsabilidades com aqueles que se encontram em situação de necessidade. Em um mundo no qual milhões de pessoas são forçadas a deixar seus países em razão de guerras, perseguições ou pobreza extrema, a ética aristotélica nos desafia a aplicar critérios equitativos e a ajustar as normas gerais às circunstâncias particulares, de modo a reconhecer a humanidade comum em uma perspectiva de comunidade global.

Aplicada ao contexto migratório, essa concepção sugere que as sociedades devem acolher os imigrantes com espírito de solidariedade e amizade cívica, reconhecê-los como membros da mesma comunidade humana, dignos de justiça e respeito, e não os tratar apenas como estrangeiros a serem tolerados.

Kant (1991), na obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, estabelece o imperativo categórico como princípio fundamental da moralidade. Ele defende que devemos agir apenas segundo máximas que possam ser universalizadas, isto é, válidas para todos os seres humanos em quaisquer circunstâncias. Tal princípio exige que cada pessoa seja sempre considerada como um fim em si mesma,

e nunca reduzida a mero instrumento para objetivos particulares. O filósofo o enuncia nestes termos: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio” (BA 67, p. 69).

Kant enfatiza que cada indivíduo possui um valor intrínseco, independentemente de sua nacionalidade, condição social ou origem. Nesse horizonte, os imigrantes não podem ser reduzidos a instrumentos de interesse econômico, como mão de obra barata, nem tratados apenas como possíveis ameaças à segurança. Devem ser reconhecidos, antes de tudo, como pessoas dotadas de dignidade, que exigem respeito incondicional. A aplicação do imperativo categórico ao debate migratório implica que as políticas sejam concebidas a partir de um princípio universal de humanidade, de modo a assegurar que os direitos fundamentais sejam garantidos em qualquer circunstância, e não subordinados a conveniências políticas ou interesses nacionais.

Aplicada ao tema da imigração, a ética kantiana implica reconhecer cada migrante como portador de dignidade incondicional, que não pode ser instrumentalizada por interesses econômicos, securitários ou políticos. Considerar os imigrantes apenas como força de trabalho descartável, ameaça à segurança ou objeto de cálculo eleitoral significa tratá-los como meios, e não como fins em si mesmos. O imperativo categórico, porém, exige que sejam vistos como sujeitos de direitos universais, cuja humanidade deve ser respeitada em qualquer circunstância.

No contexto migratório, isso significa que os países têm a obrigação moral de acolher os imigrantes com respeito e equidade, assegurando-lhes o acesso a direitos básicos como saúde, educação e trabalho. Dessa forma, a ética kantiana desloca o debate das políticas migratórias de um plano meramente pragmático para uma esfera moral e revela que o tratamento digno dos migrantes é uma exigência ética irrenunciável ligada à própria condição humana.

Rawls (2000), na sua obra *Uma teoria da justiça*, propõe um modelo de sociedade justa fundamentado no princípio da equidade. Ele defende que as instituições sociais devem ser estruturadas de modo a garantir iguais oportunidades de desenvolvimento para todos e a beneficiar prioritariamente os mais desfavorecidos, conforme o princípio da diferença. Para justificar essa concepção, introduz o experimento da “posição original”: um cenário hipotético em que os indivíduos escolhem os princípios de justiça sem conhecer seu status social, nacionalidade ou outras características pessoais. Colocados nessa condição de neutralidade, tenderiam a optar por regras que assegurem direitos básicos universais e proteção especial aos grupos mais vulneráveis.

Nessa formulação, os participantes da posição original estariam situados sob a proteção do chamado “véu da ignorância”, concebido como dispositivo que elimina vantagens contingentes e bloqueia inclinações egoístas. Ao ocultar todas as particularidades individuais, como posição social, talentos, planos de vida, condições psicológicas e até mesmo a geração a que pertencem, o véu obriga os indivíduos a raciocinar de modo imparcial e a escolher princípios de justiça que possam ser aceitos por todos em condições de igualdade.

Sem conhecimento de suas próprias circunstâncias, os indivíduos são levados a raciocinar a partir de um ponto de vista desinteressado, em que princípios gerais orientam suas escolhas. Nessa condição de ignorância deliberada, ninguém deve ocupar uma posição privilegiada ou desfavorecida, possuir talentos especiais ou enfrentar limitações, viver em tempos de abundância ou de escassez. Por isso, os princípios escolhidos nesse cenário hipotético tenderiam a ser justos em sentido universal, pois resultariam de um consenso racional guiado por critérios de equidade e imparcialidade.

Rawls pressupõe que, nessa posição original, os indivíduos tenham acesso apenas a conhecimentos gerais sobre a natureza humana, os fundamentos da organização social, os princípios da psicologia e as estruturas políticas e econômi-

cas. Esses elementos são suficientes para orientar a escolha de princípios de justiça capazes de assegurar estabilidade social, sem favorecer qualquer grupo ou indivíduo em particular. A partir dessa situação de igualdade inicial, os participantes adotariam princípios que aceitariam independentemente da posição que viessem a ocupar na sociedade real. A justiça, assim, aparece como um acordo hipotético, racionalmente fundamentado, entre indivíduos livres de preconceitos e interesses particulares, orientados pela busca de um ordenamento social equitativo e universalizável.

Essa construção teórica questiona as bases sobre as quais as sociedades se organizam e convida à reflexão sobre a natureza da justiça, da igualdade e da imparcialidade. Ao imaginar um cenário em que as contingências da vida estão temporariamente suspensas, Rawls nos desafia a conceber como seria possível edificar uma sociedade genuinamente justa em um mundo marcado por desigualdades e diversidades. A posição original e o véu da ignorância funcionam, assim, como dispositivos conceituais que permitem transcender as limitações individuais e vislumbrar um horizonte ético, no qual a justiça se manifesta como expressão da razão e da equidade.

Do contrato hipotético concebido por Rawls, emergem dois princípios fundamentais que estruturam sua concepção de justiça como equidade. O primeiro garante a todos os cidadãos a máxima liberdade básica compatível com a liberdade dos demais e assegura um espaço de autodeterminação individual no interior da ordem social. O segundo, de caráter distributivo, admite desigualdades sociais e econômicas, desde que subordinadas aos critérios que favoreçam prioritariamente a melhoria das condições dos mais desfavorecidos (princípio da diferença) e que assegurem a todos igualdade efetiva de oportunidades no acesso a cargos e posições sociais (princípio da justa igualdade de oportunidades).

Na perspectiva de Rawls, a legitimidade das instituições e da própria organização social depende da observância efetiva desses princípios que devem orientar a estrutura da

sociedade de modo a conciliar a liberdade individual com a exigência de justiça distributiva. Assim, enuncia-se:

Primeiro: cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras.

Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos (Rawls, 2000, p. 64).

Aplicados ao contexto da imigração, esses princípios oferecem diretrizes éticas fundamentais. O primeiro exige que os imigrantes sejam reconhecidos como sujeitos de direitos fundamentais, gozando das mesmas liberdades básicas asseguradas aos cidadãos, como liberdade de consciência, expressão e associação. O segundo impõe que políticas migratórias e sociais sejam desenhadas de forma a reduzir as desigualdades que afetam especialmente os migrantes em situação de vulnerabilidade e a ampliar suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, no sistema educacional e na vida política.

Nessa perspectiva, o pensamento de Rawls sugere que os países têm a obrigação moral de acolher imigrantes de forma justa, com a promoção de sua integração e a garantia de acesso a direitos fundamentais. Isso significa que a justiça ultrapassa a simples distribuição de recursos. Ela requer a criação de condições institucionais capazes de reduzir desigualdades, ao mesmo tempo assegura a todos a oportunidade real de prosperar. No plano global, tal raciocínio aponta para a responsabilidade acrescida dos países mais ricos em auxiliar populações que fogem da pobreza extrema, da violência ou da perseguição, pois uma sociedade justa deve garantir a todos os indivíduos a possibilidade de viver uma vida digna.

Carens (2013), na sua obra *The Ethics of Immigration*, amplia a discussão ao sustentar que as fronteiras nacionais

são moralmente arbitrárias e que os direitos humanos devem prevalecer sobre restrições migratórias. Ele desafia a ideia de que os Estados possuem direito absoluto de controlar seus territórios, argumentando que, em um mundo marcado por desigualdades profundas, as fronteiras funcionam como dispositivos que reproduzem privilégios e exclusões. Para ilustrar, compara-as aos muros de um castelo feudal e questiona por que alguns têm o privilégio de nascer em países ricos e seguros, enquanto outros permanecem condenados à pobreza e à violência.

Seu estudo também mergulha na reflexão sobre a forma como imigrantes se integram às sociedades democráticas, para além da formalidade da cidadania legal. Carens distingue cidadania e pertença social e afirma que a raiz desta se encontra na experiência cotidiana compartilhada no interior de uma comunidade, distante da formalidade de um ato jurídico. Ao viver por longo período em um território, o indivíduo constrói laços de identidade, interesse e afeto que o conectam à sociedade, independentemente de seu status legal (Carens, 2013). Essa perspectiva desafia a visão tradicional segundo a qual apenas a cidadania formal poderia legitimar a inclusão moral e política, ao mostrar que a pertença vivida constitui igualmente um critério ético de reconhecimento.

O autor aplica essa ideia a diversos grupos de imigrantes, residentes permanentes, trabalhadores temporários, imigrantes irregulares e refugiados. Ele sustenta que a própria pertença social gera reivindicações morais que transcendem os direitos humanos básicos, conferindo aos imigrantes direitos “específicos da pertença”, como segurança de residência, acesso à educação pública e benefícios assistenciais limitados. Esses direitos, embora não equiparados aos privilégios da cidadania plena, representam um reconhecimento ético da integração do indivíduo ao tecido social. No entanto, Carens avança ainda mais em sua argumentação e defende que, após um período suficiente de pertença social, os imigrantes não cidadãos deveriam ter acesso à cidadania plena. Essa conclusão assume caráter

político e, ao mesmo tempo, filosófico, ao questionar as bases éticas da exclusão e da hierarquização de direitos em sociedades que se pretendem democráticas e justas.

Carens defende que os países têm a obrigação moral de acolher aqueles que fogem de situações de risco. Essa obrigação implica assegurar proteção e dignidade a cada pessoa em condição de vulnerabilidade. Ele argumenta que, em um mundo ideal, as fronteiras deveriam ser abertas e possibilitar que as pessoas se movam livremente em busca de uma vida melhor. No entanto, reconhece que, no mundo real, as restrições migratórias são necessárias. Contudo, devem ser justificadas com base em princípios éticos, e não em interesses políticos ou econômicos. A perspectiva de Carens desafia as noções tradicionais de soberania e sugere que a imigração deve ser tratada como uma questão de justiça global.

A sua tese central é uma crítica contundente às barreiras que separam os “membros de fato” da sociedade dos “membros de direito”. Carens desafia-nos a repensar os fundamentos morais das nossas instituições e sugere que a justiça exige o reconhecimento da dignidade e dos direitos daqueles que, embora não sejam cidadãos, já se encontram profundamente enraizados na vida comunitária. Sua argumentação, embora variada conforme as categorias de imigrantes, converge para uma ideia fundamental: a exclusão prolongada de direitos e da cidadania não encontra justificativa ética consistente em uma sociedade que se pretende inclusiva e democrática. Assim, *The Ethics of Immigration* apresenta-se como tratado sobre políticas migratórias e, simultaneamente, como reflexão filosófica acerca da natureza da justiça, da pertença e da dignidade humana em um mundo marcado pela mobilidade e pela diversidade.

Carens argumenta que a visão convencional sobre justiça migratória é equivocada, sem, contudo, propor uma teoria ideal de justiça. Segundo ele, “nossos princípios morais mais profundos bloqueiam um compromisso com fronteiras abertas (com qualificações modestas) em um

mundo em que a desigualdade entre os Estados seja significativamente reduzida” (Carens, 2013, p. 288). Para muitos leitores de filosofia e teoria política, essa reformulação do argumento de Carens em favor de fronteiras abertas é um dos pontos centrais do livro. Assim como nas versões anteriores, ele sustenta que a abertura das fronteiras é essencial para garantir o direito à livre circulação, um direito derivado da autonomia e do igual valor moral de todos os indivíduos. Carens observa que a liberdade de movimentação dentro das fronteiras já é totalmente reconhecida como um direito humano fundamental e explica que essa liberdade possui tanto valor intrínseco quanto instrumental; isto é, trata-se de um direito essencial em si mesmo e, ao mesmo tempo, de uma condição necessária para garantir a igualdade de oportunidades e a justiça distributiva.

A teoria da justiça de Rawls fornece um quadro normativo relevante para pensar a equidade dentro das sociedades nacionais. Contudo, permanece, em grande medida, restrita ao âmbito interno dos Estados. Carens, por sua vez, retoma e amplia esse horizonte, ao argumentar que os princípios de justiça não podem ser limitados pelas fronteiras políticas. Se, na posição original rawlsiana, ninguém sabe qual será sua condição social, Carens sugere que esse raciocínio deve ser universalizado: os indivíduos também não saberiam em que país nasceram. Assim, a “loteria moral” do nascimento revela-se tão determinante quanto a posição social dentro de uma nação.

Enquanto Rawls propõe que desigualdades sejam aceitáveis apenas quando beneficiam os menos favorecidos no interior de uma sociedade, Carens leva esse princípio a uma escala global. Em um mundo caracterizado por desigualdades abissais entre países ricos e pobres, as fronteiras nacionais passam a funcionar como barreiras arbitrárias que perpetuam privilégios. Nesse sentido, Carens radicaliza a justiça como equidade, ao sustentar que o dever de solidariedade deve incluir também aqueles que, por acaso do nascimento, ficaram do lado de fora dos muros do “castelo feudal” que são os Estados-nação.

A ética, como mostram as reflexões de Aristóteles, Kant, Rawls e Carens, oferece um quadro teórico decisivo para compreender as complexidades da imigração. Cada um desses pensadores, em sua própria perspectiva, enfatiza a necessidade de reconhecer a dignidade e a equidade no tratamento dos migrantes: Aristóteles ressalta a virtude e a justiça como fundamentos da vida em comum; Kant exige que nossas ações sejam universalizáveis e que cada pessoa seja tratada como fim em si mesma; Rawls propõe princípios de justiça que priorizam os mais desfavorecidos; e Carens questiona a moralidade das fronteiras nacionais, defendendo uma concepção de justiça global.

No contexto contemporâneo, em que a imigração é frequentemente reduzida a um problema de segurança ou a uma variável econômica, a ética nos convoca a redefinir prioridades. Políticas migratórias devem ser pautadas em valores que conciliem a soberania nacional com a responsabilidade humanitária, assegurem o acesso a direitos fundamentais como saúde, educação e trabalho e promovam o acolhimento com solidariedade e respeito. Em um mundo interdependente, a justiça e a dignidade humanas não podem ser contidas por fronteiras arbitrárias.

Em última análise, a ética da imigração vai além de um exercício teórico e constitui um desafio prático que afeta milhões de vidas em escala global. Ao refletir sobre as contribuições desses filósofos, somos chamados a inspirar-nos e a construir sociedades mais justas e inclusivas, em que todos, independentemente de sua origem, possam viver com dignidade e realizar plenamente sua humanidade.

Multiculturalismo e a ética do reconhecimento

O multiculturalismo designa a presença e a interação de diferentes culturas em um mesmo espaço social, político e geográfico, configurando-se ao mesmo tempo como dado demográfico e como desafio ético e político para as sociedades contemporâneas. Em um mundo globalizado, ele suscita questões fundamentais sobre como reconhecer e valorizar a diversidade cultural sem comprometer a coesão

social e a igualdade de direitos. Pensadores como Taylor, Kymlicka, Hall, Huntington e Sen oferecem contribuições decisivas para esse debate, cada qual enfatizando aspectos distintos dos dilemas e das potencialidades inerentes ao multiculturalismo.

Taylor (1994), na sua obra *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*, sustenta que o reconhecimento das identidades culturais é condição essencial para a dignidade humana e para a construção de sociedades democráticas. A negação desse reconhecimento conduz à marginalização e à exclusão social, sobretudo em contextos atravessados por desigualdades históricas. Para o filósofo, o reconhecimento ultrapassa a simples tolerância das diferenças e se afirma como prática de justiça, já que as identidades culturais constituem elementos centrais da autoestima e do bem-estar dos indivíduos.

A identidade, segundo Taylor, é moldada em grande medida pela forma como os outros a reconhecem ou deixam de reconhecê-la. O reconhecimento distorcido, marcado por inferiorização, estigmatização ou desprezo, constitui um dano real, capaz de reduzir pessoas e comunidades a imagens falsas e restritivas, e ultrapassa o mero equívoco simbólico. Como ele observa, “o não reconhecimento ou o reconhecimento incorreto podem afetar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, que a restringe” (Taylor, 1998, p. 45). A ausência ou a distorção do reconhecimento, portanto, configuram formas de injustiça cultural.

Diante disso, Taylor defende que sociedades multiculturais têm o dever de adotar políticas que garantam o reconhecimento e a valorização pública das diversas tradições que as compõem. Isso vai além de permitir que minorias mantenham suas práticas e envolve a afirmação positiva do valor dessas culturas, o que lhes confere legitimidade social e política. O reconhecimento, nesse sentido, torna-se também um ato de reparação histórica, especialmente em relação a grupos sistematicamente marginalizados. A ética do reconhecimento exige, assim, uma postura ativa do Estado e da

sociedade civil na promoção da igualdade cultural, de modo que a diversidade seja celebrada como parte constitutiva da justiça em sociedades democráticas, em vez de ser tratada como exceção.

A ética do reconhecimento proposta por Taylor oferece uma chave interpretativa decisiva para compreender os dilemas da imigração nas sociedades contemporâneas. Se identidades culturais só se desenvolvem plenamente quando reconhecidas de forma justa, negar esse reconhecimento aos imigrantes significa confiná-los à invisibilidade social, reforçando estigmas e exclusões. O não reconhecimento, ou seu equivalente distorcido, quando migrantes são vistos apenas como ameaça, mão de obra barata ou peso para o Estado, constitui uma forma de agressão que compromete sua dignidade e dificulta sua integração.

Nesse horizonte, políticas migratórias não podem se limitar a regular fluxos e assegurar direitos mínimos. Devem também promover espaços institucionais e culturais de valorização, nos quais as tradições e experiências dos imigrantes sejam legitimadas como parte constitutiva da comunidade política. Reconhecer publicamente os imigrantes significa, portanto, integrá-los formalmente à sociedade e possibilitar que contribuam com suas identidades, narrativas e práticas para a vida coletiva. Ao estender a lógica do reconhecimento para além das fronteiras nacionais, Taylor aponta para uma ética que compreende a diversidade cultural como recurso a ser cultivado para o fortalecimento da democracia, em vez de tratá-la como problema a ser administrado.

De outra parte, Kymlicka (1995), em *Multicultural Citizenship*, defende que os direitos das minorias devem ser garantidos por meio de políticas públicas que promovam inclusão e participação, conciliando o liberalismo clássico, centrado na neutralidade do Estado e nos direitos individuais, com as demandas por reconhecimento e proteção de identidades coletivas. Em sua perspectiva, o liberalismo pode e deve ser adaptado para acomodar as necessidades das minorias culturais, sem abdicar de seus princípios fundamentais. Para tanto, distingue entre direitos individuais e

direitos coletivos e sustenta que minorias culturais precisam ter o direito de preservar suas tradições e línguas, desde que isso não implique violação dos direitos básicos de outros grupos.

Uma de suas contribuições mais relevantes é a diferenciação entre minorias nacionais e grupos étnicos imigrantes. As primeiras, como os québécois no Canadá, demandam autonomia política e cultural, podendo incluir formas de autogoverno ou federalismo; já os segundos necessitam de políticas de integração que respeitem suas identidades e favoreçam sua participação social. Isso pode envolver, por exemplo, aulas de idiomas, programas de inserção no mercado de trabalho e acomodações razoáveis em espaços públicos. Assim, o multiculturalismo exige políticas ajustadas à especificidade de cada grupo, pois as necessidades e os contextos que enfrentam são distintos.

Na perspectiva de Kymlicka, o reconhecimento dos direitos das minorias constitui uma exigência de justiça e ultrapassa o simples gesto de tolerância. A pretensão de neutralidade cultural do Estado é ilusória, uma vez que a cultura majoritária já goza de privilégios estruturais, como a língua oficial, os símbolos nacionais e os feriados públicos. Negar esse viés favorece a manutenção das desigualdades e a marginalização das minorias. Por isso, ele argumenta que, no caso das minorias nacionais, deve-se garantir autonomia cultural e política; enquanto, para grupos imigrantes, é necessário criar mecanismos de integração baseados no respeito efetivo às diferenças, sem recorrer à assimilação forçada.

Em sua formulação, a proteção das culturas minoritárias deve obedecer a critérios claros: não pode violar direitos humanos universais nem servir de pretexto para a opressão interna, como restrições contra mulheres ou dissidentes. O fundamento dessa defesa está no conceito de “contexto de escolha”: a cultura fornece às pessoas um horizonte de significados e possibilidades que torna possível a vida autônoma. Sem esse contexto, os indivíduos perdem as condições de exercer plenamente sua liberdade.

Assim, preservar culturas minoritárias significa proteger tradições e, ao mesmo tempo, assegurar que todos tenham acesso a um espaço cultural que permita escolhas autênticas e dignidade de vida.

A proposta de Kymlicka adquire especial relevância no contexto brasileiro contemporâneo, marcado pela chegada de grupos como haitianos e venezuelanos, além da presença crescente de indígenas em áreas urbanas. Esses fluxos expõem tensões entre políticas de acolhimento emergenciais e a necessidade de estratégias duradouras de integração cultural. Ao distinguir entre minorias nacionais e grupos étnicos imigrantes, Kymlicka oferece uma chave para pensar respostas diferenciadas: enquanto povos indígenas e comunidades quilombolas demandam reconhecimento como minorias nacionais com direito a autonomia cultural, migrantes internacionais requerem políticas que favoreçam sua inserção sem exigir assimilação forçada.

Aplicada ao Brasil, essa perspectiva evidencia que a simples garantia de direitos formais é insuficiente. Para que imigrantes haitianos ou venezuelanos possam exercer plenamente sua cidadania, é necessário um conjunto de políticas ativas: ensino de português como segunda língua, programas de formação e inserção no mercado de trabalho, acesso garantido à saúde e à educação, além de mecanismos de combate à xenofobia e ao racismo estrutural. Tais medidas vão além da redução das desigualdades imediatas e reconhecem o valor intrínseco das culturas desses grupos, de modo que suas tradições e práticas se tornam parte do tecido social brasileiro.

Sob a ótica da ética multicultural de Kymlicka, proteger as identidades desses imigrantes significa assegurar-lhes um “contexto de escolha” legítimo, no qual possam reconstruir suas vidas com dignidade. Ao mesmo tempo, significa também ampliar a própria democracia brasileira que se fortalece na medida em que reconhece a diversidade como parte constitutiva de sua identidade coletiva.

O multiculturalismo, embora amplamente valorizado como princípio de reconhecimento da diversidade, não está isento de críticas. Diversos autores alertam que a ênfase excessiva nas diferenças culturais pode conduzir à fragmentação social e ao enfraquecimento dos valores comuns que sustentam a vida coletiva. Nesse horizonte, Stuart Hall (2003), na obra *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, propõe uma concepção dinâmica, segundo a qual as identidades culturais constituem entidades em permanente transformação, marcadas pela interação entre história, cultura e relações de poder.

Tal perspectiva conduz à constatação de que as identidades tradicionais sofrem um processo de desintegração em virtude da homogeneização cultural e do declínio das identidades nacionais, o que abre espaço para formas híbridas de identidade. Hall (2006) descreve a identidade como uma “celebração móvel”, formada e reformulada continuamente conforme os modos pelos quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais. Assim, a identidade adquire sentido pela história, em oposição a qualquer determinação biológica.

A situação da diáspora intensifica essa multiplicidade identitária. Ainda que persista a tendência de conceber a identidade cultural como algo fixado no nascimento, inscrito pelo parentesco ou pelos genes, a experiência diaspórica desloca essa noção ao mobilizar demandas de reconhecimento da condição humana. Como observa Hall (2003), esse processo implica o respeito às tradições, manifestações culturais, religiosas, artísticas e performáticas de comunidades, como a população negra, e afirma sua humanidade plena e sua dignidade de igualdade.

Nesse ponto, torna-se relevante precisar o significado histórico do termo “diáspora”. Em sentido amplo, refere-se à dispersão de qualquer povo ou etnia pelo mundo. Originalmente, foi cunhado para designar a migração e colonização empreendidas pelos gregos entre 800 e 600 a.C., e posteriormente passou a identificar a dispersão dos judeus desde o exílio na Babilônia, no século VI a.C., até as

perseguições na Europa no século XX. Atualmente, o termo conserva a ideia de deslocamento, forçado ou voluntário, com ênfase no processo de dispersão e reconfiguração identitária.

As implicações dessa compreensão articulam-se à análise de Hall (2005) sobre as estruturas de poder no mundo contemporâneo. Para ele, a dominação deixa de estar concentrada em um centro único e passa a se manifestar em uma multiplicidade de centros, o que ecoa a influência de Michel Foucault. A diferença deixa de ocupar posição marginal e passa a ser marca constitutiva das sociedades modernas, manifestando-se nas formas de sujeição, nos jogos de poder e nas contradições internas. Nessa perspectiva, Hall, em diálogo pós-gramsciano, enfatiza a centralidade da linguagem como mediadora das relações de poder, das instituições, das políticas e das economias. Os indivíduos, assim, são compreendidos simultaneamente como produtores e consumidores de cultura, em uma relação dialética e dinâmica.

Sob essa ótica, as culturas não aparecem como unidades isoladas nem permanecem estáticas; ao contrário, encontram-se em constante diálogo, influenciam-se mutuamente e geram novas formas de pertencimento. A diversidade deve ser percebida como terreno fértil para a negociação de solidariedades e para o florescimento de formas criativas de convivência, em lugar de ser tratada como ameaça.

Essa perspectiva conduz a uma compreensão do multiculturalismo como oportunidade de enriquecimento mútuo e inovação social. Para que esse potencial se concretize, entretanto, é indispensável que a diversidade cultural seja acompanhada por políticas capazes de fomentar o diálogo intercultural e a construção de valores compartilhados. A ética do multiculturalismo, nesse sentido, implica reconhecer a fluidez das identidades e assumir o compromisso de promover interações que fortaleçam a coesão social e expandam os horizontes democráticos.

Ao articular diáspora e multiculturalismo, Hall demonstra que a identidade deixa de ser entendida como

essência imutável e se configura como um campo em disputa, moldado por fluxos migratórios, relações de poder e negociações culturais. O multiculturalismo só alcança seu potencial emancipador quando reconhece a historicidade e a plasticidade das identidades, afastando-se de visões essencialistas. A diáspora, longe de se reduzir a um fenômeno de dispersão geográfica, converte-se em metáfora e realidade da condição contemporânea: múltipla, interconectada e atravessada por tensões que exigem respostas políticas e éticas à altura da complexidade do mundo globalizado.

A leitura de Hall adquire especial relevância ética quando aplicada à análise da imigração contemporânea. Os fluxos migratórios de haitianos, venezuelanos, sírios e de tantas outras comunidades revelam que a identidade dos migrantes resulta de processos de hibridização, nos quais tradições, memórias e práticas se reconfiguram em contato com o novo contexto, em vez de se reduzir a uma mera reprodução das culturas de origem. Essa experiência confirma a noção de identidade como “celebração móvel”, continuamente negociada entre pertença e diferença.

Sob essa ótica, a integração dos migrantes se concebe como participação em um espaço intercultural, no qual múltiplas identidades se reconhecem e se transformam mutuamente, em lugar de uma assimilação forçada. A diáspora, nesse sentido, constitui mais do que um deslocamento geográfico: é uma experiência de reconstrução identitária que desafia fronteiras fixas e essencialismos. O multiculturalismo, inspirado em Hall, exige políticas públicas que reconheçam esse dinamismo, criem condições para que migrantes participem plenamente da vida social, política e cultural e contribuam para sociedades mais justas, abertas e criativas.

Huntington (1996), na obra *The Clash of Civilizations*, alerta para os riscos de conflitos culturais em sociedades multiculturais e argumenta que as diferenças civilizacionais podem gerar tensões de difícil superação. Na obra, analisa a reconfiguração da ordem mundial após o fim da Guerra Fria e argumenta que, nesse novo cenário, os conflitos deixam de ocorrer prioritariamente em função de ideologias políticas

ou interesses econômicos e passam a se estruturar em torno de identidades culturais e civilizacionais profundamente distintas. Assim, para Huntington, os principais embates do mundo pós-Guerra Fria ocorreriam entre civilizações portadoras de valores, tradições e cosmovisões divergentes. As sociedades multiculturais, nesse quadro, enfrentariam o desafio de administrar tais diferenças a fim de evitar que se transformem em confrontos violentos.

Essa interpretação, embora influente, também recebeu críticas significativas por sua tendência a essencializar culturas e a reforçar divisões rígidas entre “civilizações”. Ao projetar identidades como blocos estáveis e homogêneos, Huntington minimiza a fluidez e a hibridização próprias das sociedades contemporâneas, tal como enfatizam autores como Stuart Hall. Ainda assim, sua análise chama atenção para um ponto crucial: as sociedades que acolhem fluxos migratórios crescentes precisam criar mecanismos institucionais capazes de lidar com tensões interculturais. Nesse sentido, o multiculturalismo ultrapassa a mera idealização da diversidade e precisa enfrentar os riscos de incompreensão, exclusão e radicalização, de modo a garantir que a pluralidade cultural se traduza em diálogo democrático em vez de conflito.

O impacto das ideias de Huntington pode ser percebido com clareza nos debates sobre imigração no século XXI. A chegada de populações muçulmanas à Europa, por exemplo, tem sido frequentemente interpretada sob a ótica do “choque de civilizações” e alimenta discursos políticos que apresentam o Islã como incompatível com valores ocidentais de democracia e laicidade. Essa narrativa, presente em debates sobre véu islâmico, mesquitas e práticas religiosas, reforça tensões sociais e legítimas políticas de exclusão. Nos Estados Unidos, o crescimento da imigração latino-americana também tem sido tratado de forma semelhante, com a percepção de que a identidade nacional estaria ameaçada por culturas percebidas como “externas” ou “não assimiláveis”.

Essas interpretações revelam tanto a influência como as limitações da tese de Huntington. Por um lado, ele antecipa a centralidade das questões culturais nos conflitos do mundo globalizado; por outro, sua visão tende a simplificar a complexidade das interações culturais, desconsiderando experiências positivas de integração e hibridização identitária. A realidade contemporânea demonstra que, embora possam gerar tensões, diferenças culturais também podem constituir recursos de inovação e enriquecimento social, sobretudo quando mediadas por políticas públicas de reconhecimento e diálogo intercultural.

Essa perspectiva, contudo, foi alvo de críticas significativas. Amartya Sen (2006), no livro *Identity and Violence*, contesta a ideia de que as diferenças culturais conduzam inevitavelmente ao conflito. Para ele, a violência tem origem na manipulação política das diferenças e na redução da identidade humana a uma única pertença religiosa, nacional ou étnica, enquanto a diversidade em si não constitui a causa do conflito. Essa ênfase excessiva em uma identidade exclusiva gera uma simplificação perigosa, que alimenta processos de exclusão e polarização.

Amartya Sen defende que as identidades humanas são múltiplas, sobrepostas e mutáveis, abrangendo dimensões nacionais, religiosas, profissionais, de gênero, entre tantas outras. Reconhecer essa pluralidade é essencial para impedir que diferenças legítimas se transformem em trincheiras políticas. A ética do multiculturalismo, em sua visão, deve valorizar essa complexidade, criando condições para que identidades diversas possam ser expressas sem receio de discriminação. Trata-se de promover políticas e práticas que incentivem o diálogo, a compreensão mútua e a convivência respeitosa, em lugar da simples tolerância da diversidade.

No olhar de Sen, a prevenção de conflitos exige justamente o reforço dessa multiplicidade e a rejeição de reducionismos identitários, que frequentemente servem a interesses de manipulação política. Ao insistir na pluralidade das pertenças, sua reflexão contribui para uma ética cosmopolita capaz de conciliar diversidade e coesão social. Além disso,

enfrenta o desafio de transformar diferenças culturais em oportunidades de reconhecimento e cooperação.

O debate sobre multiculturalismo, visto em conjunto pelas contribuições de Charles Taylor, Will Kymlicka, Stuart Hall, Samuel Huntington e Amartya Sen, revela um quadro teórico plural para compreender os desafios e as potencialidades da diversidade cultural. Taylor destaca o reconhecimento como necessidade fundamental para a constituição da identidade; Kymlicka enfatiza os direitos coletivos das minorias e a adaptação do liberalismo às demandas multiculturais; Hall evidencia a fluidez e a historicidade das identidades em contextos diaspóricos; Huntington, em contraponto, chama a atenção para os riscos de conflitos civilizacionais; e Sen insiste na multiplicidade identitária como antídoto contra reducionismos violentos. Nesse mesmo horizonte, Parekh amplia a discussão ao propor um modelo deliberativo de gestão dos conflitos culturais, pautado no diálogo e na negociação constante entre diferentes tradições e perspectivas.

No cenário contemporâneo, em que a diversidade cultural se apresenta como realidade inescapável, a ética do multiculturalismo exige repensar prioridades políticas e sociais. Isso significa superar abordagens meramente tolerantes ou securitárias e adotar políticas que promovam inclusão, diálogo e justiça. Mais do que um exercício teórico, trata-se de uma exigência prática que incide sobre a vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Ao refletirmos sobre as contribuições desses pensadores, emerge a possibilidade de construir sociedades mais justas e inclusivas, capazes de reconhecer a diversidade cultural como fonte de riqueza, criatividade e expansão democrática, em vez de tratá-la como ameaça.

Aplicadas ao contexto migratório, essas teorias oferecem bases éticas para pensar políticas que conciliem soberania nacional e responsabilidade humanitária. O reconhecimento de Taylor evidencia a necessidade de valorizar as identidades culturais dos migrantes; a defesa de direitos coletivos de Kymlicka aponta para políticas de integração que respeitem línguas, tradições e práticas comunitárias; a

concepção de identidade fluida de Hall ilumina os processos de hibridização e reconstrução cultural vividos em contextos diaspóricos; as advertências de Huntington lembram que a diversidade, se não for acompanhada de diálogo e inclusão, pode gerar tensões e conflitos; e a proposta de Sen reforça a importância de cultivar a multiplicidade de pertencimentos para prevenir exclusões e violências. Em conjunto, essas abordagens oferecem um horizonte normativo para sociedades que, diante dos fluxos migratórios contemporâneos, precisam transformar a diversidade em fonte de coesão, inovação e justiça.

Considerações finais

No início do século XXI, a imigração assumiu posição central entre os grandes dilemas éticos e políticos globais. Longe de constituir um fenômeno periférico ou restrito a determinadas regiões, apresenta-se como uma realidade que atravessa continentes e redefine fronteiras. A mobilidade humana, motivada por guerras, perseguições, colapsos econômicos, desastres ambientais e expectativas de melhores condições de vida, tornou-se parte constitutiva da globalização. O movimento de pessoas, ao mesmo tempo em que alimenta esperanças individuais e familiares, desafia as estruturas tradicionais de soberania, a universalidade dos direitos humanos e a capacidade das sociedades de acolher a diversidade sem perder sua coesão interna.

A imigração é, por natureza, paradoxal: nela convivem o desejo de proteção e segurança com o temor da perda de identidade; a promessa de enriquecimento cultural com a ameaça de tensões sociais; a abertura ao diálogo com a tentação do fechamento. Esses paradoxos exigem reflexão ética profunda. A questão central vai além de administrar fluxos de entrada e saída e consiste em garantir que homens e mulheres em movimento sejam tratados com dignidade. A questão central vai além da administração de fluxos de entrada e saída e envolve a garantia de que homens e mulheres em movimento sejam tratados com dignidade. Ao redor dessa questão orbitam os dilemas mais urgentes: até

que ponto os Estados podem reivindicar o controle absoluto de suas fronteiras? Como conciliar essa soberania com a obrigação moral de proteger os mais vulneráveis? De que modo equilibrar as necessidades dos cidadãos locais com as demandas legítimas dos que chegam?

O desafio ético da imigração ultrapassa o acolhimento formal e se realiza no processo de integração. Receber é apenas o primeiro passo; é necessário criar condições para que os imigrantes participem plenamente da vida social, cultural e econômica. Isso significa garantir acesso à educação, saúde, trabalho e moradia. Também implica reconhecer a diversidade cultural como um valor a ser protegido e cultivado. O multiculturalismo, nesse contexto, deve ser entendido como processo ativo de diálogo, de reconhecimento e de construção de novos sentidos comunitários, no lugar da simples coexistência passiva de diferentes grupos. Trata-se de superar o simples “tolerar” para assumir a tarefa mais exigente de valorizar a diversidade como motor de inovação e de democracia.

Entretanto, os obstáculos são numerosos. As sociedades receptoras frequentemente oscilam entre hospitalidade e exclusão. A xenofobia, alimentada por narrativas de medo, reforça estigmas e reproduz desigualdades. Discursos políticos populistas transformam migrantes em bodes expiatórios de crises econômicas ou insegurança social, enquanto práticas institucionais reforçam barreiras invisíveis ao acesso a direitos fundamentais. Esse cenário mostra que a imigração vai além de uma questão de fluxos demográficos e se configura como arena de disputa de valores: solidariedade contra indiferença, inclusão contra marginalização, humanidade contra indiferença burocrática.

Por outro lado, a imigração pode ser também uma oportunidade única. A presença de diferentes culturas, tradições e modos de vida enriquece a sociedade de acolhimento, amplia horizontes e abre caminhos para novas formas de convivência. Quando acompanhada de políticas públicas consistentes e de uma cultura de respeito mútuo, a diversidade transforma-se em fonte de coesão, de vitalidade

econômica e de criatividade social. Experiências internacionais demonstram que programas de ensino de língua, reconhecimento das qualificações profissionais, promoção da convivência intercultural em escolas e espaços públicos e políticas de combate à discriminação produzem resultados positivos e sustentáveis.

A ética exige, nesse sentido, que se reconheça a imigração como um fenômeno humano inevitável e estrutural. Ela deve ser compreendida como parte constitutiva da condição global contemporânea. A questão, portanto, consiste em como a imigração será gerida e vivida. O futuro das sociedades depende menos da capacidade de erguer muros ou impor restrições do que da habilidade de construir pontes, instituir práticas inclusivas e promover o diálogo. Essa é a medida do verdadeiro desafio ético do nosso tempo.

O multiculturalismo, em seu sentido mais profundo, convida a reconhecer que as identidades humanas estão em permanente transformação. A convivência entre diferentes culturas implica uma reconfiguração contínua de sentidos e práticas, capaz de preservar a autenticidade. Essa plasticidade pode gerar conflitos, mas também abrir caminhos de aprendizado e de crescimento. A conversão da diversidade em riqueza depende de escolhas políticas, compromissos éticos e processos educativos que formem cidadãos preparados para viver em sociedades abertas e plurais.

As considerações finais sobre imigração e multiculturalismo, portanto, apontam tanto para diagnósticos quanto para horizontes de ação. É preciso compreender que: a) a imigração é um fenômeno estrutural, ligado às desigualdades globais e às transformações ambientais, e não um problema passageiro; b) a resposta a esse fenômeno é necessariamente ética, porque envolve escolhas sobre como tratar seres humanos em situação de vulnerabilidade; c) a integração só é possível mediante políticas públicas consistentes, capazes de oferecer oportunidades reais de participação e para além do acolhimento formal; d) o combate à xenofobia e à discriminação é imprescindível, pois sem isso a diversidade cultural se converte em fonte de exclusão; e) a educação

e o diálogo intercultural são instrumentos estratégicos que preparam as sociedades para transformar a diferença em solidariedade e criatividade.

O desafio, em última análise, é transformar a imigração de problema em oportunidade. Sociedades que fecham suas portas, erguem muros e naturalizam exclusões condenam-se ao empobrecimento cultural e ao isolamento político. Já aquelas que assumem a diversidade como parte constitutiva de seu projeto democrático tornam-se mais resilientes, inovadoras e solidárias. A ética do multiculturalismo é, portanto, mais do que uma abstração teórica: constitui uma exigência prática que toca a vida de milhões de pessoas em todo o mundo.

Assim, o tema abordado converge para a ideia de que a imigração é, simultaneamente, um desafio e uma oportunidade. O desafio está em vencer o medo, desconstruir preconceitos e enfrentar as desigualdades. A oportunidade reside em fazer da diversidade cultural um motor de desenvolvimento humano e de justiça social. O futuro das sociedades dependerá da capacidade de unir soberania com hospitalidade, identidade com pluralidade, justiça com solidariedade. A ética, nesse horizonte, vai além da ideia de soluções prontas e indica caminhos para tratar cada migrante como portador de dignidade e direito, reconhecendo, ao mesmo tempo, na imigração um chamado para reinventar a convivência democrática em um mundo interdependente e plural.

Referências

ACNUR. Global Trends: Forced Displacement in 2022. *Genebra: ACNUR, 2022*. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

APPIAH, K. A. *Cosmopolitanism: Ethics in a World of Strangers*. New York: W.W. Norton & Company, 2006.

APPIAH, K. A. *As Mentiras que nos Unem: Repensando a Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar. 2018.

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- BANCO MUNDIAL. *Groundswell: Preparing for Internal Climate Migration*. Washington, DC: Banco Mundial, 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/climatechange>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- BENHABIB, Seyla. *The Rights of Others: Aliens, Residents, and Citizens*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- BRASIL. *Política Nacional de Migração e Refúgio*. Brasília: Ministério da Justiça, 2018.
- BRASIL. *Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017*. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 maio de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 10 fev. 2025.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A Política de Migração no Brasil: Avanços e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.
- CARENS, Joseph H. *The Ethics of Immigration*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. 4. ed. New York: Guilford Press, 2009.
- DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FAVELL, A. *Philosophies of Integration: Immigration and the Idea of Citizenship in France and Britain*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALL, Stuart. *Identidades Culturais na Pós-Modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUNTINGTON, Samuel. P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster, 1996.

IOM (International Organization for Migration). *World Migration Report 2020*. Geneva: IOM, 2020. Disponível em: <https://www.iom.int/wmr>. Acesso em: 10 out. 2023.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1991.

KYMLICKA, Will. *Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

KYMLICKA, Will. *Multicultural Odysseys: Navigating the New International Politics of Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LIMA, José Tadeu de Almeida. *Desafios da Implementação da Política Migratória no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

NUSSBAUM, Martha C. *Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006.

NUSSBAUM, Martha C. *Not for Profit: Why Democracy Needs the Humanities*. Princeton: Princeton University Press, 2010

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *World Migration Report 2022*. Geneva: International Organization for Migration, 2022. Disponível em: <https://publications.iom.int/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

PAREKH, Bhikhu. *Rethinking Multiculturalism: Cultural Diversity and Political Theory*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

PAREKH, Bhikhu. *Repensando o multiculturalismo: diversidade cultural e teoria política*. Tradução: Márcia Cavalcanti. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANDEL, M. J. *What Money Can't Buy: The Moral Limits of Markets*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2012.

SASSEN, Sassen. *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

SEN, Amartya. *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SEN, Amartya. *Identity and Violence: The Illusion of Destiny*. New York: W.W. Norton & Company, 2006.

SOVIK, Liv (Org.). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Stuart Hall.

Belo Horizonte/Brasília: Editora da UFMG/UNESCO, 2003.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

TAYLOR, Charles. A Política de Reconhecimento. In: APPIAH, Anthony; TAYLOR, Charles. (Org.). *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Piaget, 1998.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (UNDESA). *International Migration 2022 Highlights*. New York: United Nations, 2022. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees). *Global Trends: Forced Displacement in 2020*. Geneva: UNHCR, 2021. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends.html>. Acesso em: 20 fev. 2025.

VERTOVEC, Steven. *The Cultural Politics of Competence*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

Traços do divino nas estradas humanas¹⁰⁷

*Everaldo Cescon*¹⁰⁸

*Gelson Leonardo Rech*¹⁰⁹

IL CAPITEL

*Quando tanti ani fa, seremo buteleti e faseemo tanto bordel,
en ogni angolo e strada soto ogni porton, ghera en capitel.*

*Se ghe pasàa denanzi con rispetto e tanta devosion,
e i omini i se cavaa el capel e le done le disea n'orasion.*

Ste done che le portàa i fiori da campo con el fassol nero 'en testa,

e le pregaa così de gusto chel pareo el fusse festa.

I omini 'nvesse i ghea massa da laorar;

al massimo i sbassàa la testa no i ghea tempo par pregar:

Adesso de capitei no ghe ne restà mia tanti,

e la oia de fabricar dapartuto la ià porté ia tuti quanti.

Lé la frenesia de sta vita moderna che no la ne lassa

Gnanca n'atimo de tempo par pensar;

e forse lé par quela che no ne fermen pì denanzi

an capitel en pochetin a pregar:

Ma bisogna ricordarse che tuto finisce e che la nostra

Vita lé destinà al cel,

e alora forse lé meo fermarse ancora a pregar denanzi

¹⁰⁷ Este texto é uma singela homenagem à Profa. Dra. Vania Herédia, grande pesquisadora no tema da imigração italiana. É o resultado parcial da pesquisa em curso na Universidade de Caxias do Sul sobre Patrimônio Histórico Imaterial da Serra Gaúcha. Para contribuir com a pesquisa, compile a ficha disponibilizada como anexo e envie-a para ecescon@ucs.br.

¹⁰⁸ Professor e pesquisador de Filosofia, História e Religião na Universidade de Caxias do Sul, Brasil.

¹⁰⁹ Professor e pesquisador de Filosofia e História da Educação e reitor da Universidade de Caxias do Sul, Brasil.

an capitel.

O CAPITEL

Quando, há muitos anos, éramos crianças e fazíamos muita bagunça,
em cada canto e estrada, sob qualquer pórtico, havia um capitel.
Passava-se em frente deles com respeito e muita devoção,
e os homens tiravam o chapéu e as mulheres diziam uma oração.
Essa mulheres levavam flores do campo com o lenço preto na cabeça,
e rezavam com tanto gosto que parecia ser um dia festivo.
Os homens, ao invés, que tinham que trabalhar muito, no máximo baixavam a cabeça; não tinham tempo para rezar.
Agora, de capitéis já não restam muitos
e a vontade de fabricar por toda parte tomou conta de todos.
É o frenesi dessa vida moderna que não nos deixa sequer um instante para pensar,
e talvez seja por isso que não paramos mais diante de um capitel um pouco para rezar.
Mas é preciso lembrar que tudo acaba e que a nossa Vida é destinada ao Céu,
e então talvez seja melhor parar para rezar diante de um capitel.
Benvenuto Bellesini (Grigolato, 2004, p. 14).



Desde sempre o homem sentiu a necessidade de realizar arquiteturas destinadas ao recolhimento e à oração, onde pudesse se distanciar do profano para abrir espaço ao seu desejo de espiritualidade, onde pudesse parar alguns instantes para olhar para o Alto, para além dos confins do céu. Sob os impulsos dessa espiritualidade ínsita na natureza humana surgiram construções imponentes, adornadas com obras artísticas de grande valor que, com a difusão do cristianismo, se tornaram catedrais

e basílicas majestosas, onde ocorrem solenes celebrações religiosas marcadas pelo rito litúrgico.

Nem todas as comunidades cristãs, no entanto, estavam em condições de realizar obras tão importantes. Surgiram, então, os pequenos oratórios e, na região de imigração italiana onde não era possível sequer erguer um pequeno edifício, os chamados capitéis. Estes, no fundo, são pequenas igrejas a céu aberto, que têm como teto as estrelas e como paredes o verde das plantações. O homem piedoso que vive no interior, nas cidades ou nos vilarejos longínquos, e é sensível ao sentido religioso da vida, sente a necessidade de erguer essas pequenas igrejas. Nelas, pode recolher-se em oração, às vezes deposita uma flor, ou se dirige para rezar o terço. São expressões de uma fé simples, genuína, que nasce da alma do povo e do coração do povo cristão.

Na região de imigração italiana da Serra Gaúcha, abundam em número e variedade, são conhecidas como “capitéis” e remontam a uma tradição trazida pelos imigrantes do norte da Itália. A mão que os erigiu é, na maioria das vezes, incerta sob a perspectiva artística, mas nem por isso menos firme na fé que sabe exprimir. Prevalecem as

orações especiais pedindo a Deus a fertilidade da terra e as colheitas abundantes, a proteção contra as calamidades e a gratidão por graças alcançadas.

O termo “capitel” é uma palavra vêneta, que deriva do latim *capite viarum*. O termo pode ser encontrado no dicionário veronês-italiano de Gino Beltrami e Elisabetta Donati: “*Cappelletta situata per lo più sui crocicchi delle strade di campagna a custodia di immagini sacre*”, ou seja, “pequena capela situada na maioria das vezes no cruzamento das estradas do interior para proteger imagens sacras”. Faz referência às construções usadas pelos antigos romanos dedicadas às divindades pagãs. Tais obras representativas do sagrado eram construídas em alvenaria com materiais facilmente encontrados no lugar. Eram compostos, no esquema clássico, por uma base que sustentava um ou vários nichos decorados no seu interior com afrescos, pinturas de imagens sagradas ou crucifixos em madeira com inscrições votivas. Normalmente, a fé popular atribui aos capitéis as evidências de uma piedade individual como os *ex voto* por ter escapado de um perigo, como uma carestia ou uma peste.



O “capitel”, entendido como ato devocional, aparece documentado em meados do século XV. Muito provavelmente tal denominação deriva do fato de que a imagem sacra era inicialmente posta ao alto, justamente como os capitéis postos sobre as colunas. O termo capitel, entretanto, compreende uma vasta gama de manufaturados que reúnem, como dentro de uma pequena igreja, afrescos, baixos-relevos, oratórios, cruzes ou outras

expressões sacras. Por isso, a forma do capitel não segue um esquema fixo, sendo confiada à mais ampla liberdade de quem o constrói. Falando dos capitéis de Pádua, o jornalista Sandro Zanotto define-os como “todas as manifestações públicas da religiosidade popular” expressas por meio de “oratórios ou tabernáculos erigidos pela piedade de um vilarejo ou por alguém privadamente”. Segundo Boerio, “capitel” significa “pequena igrejinha na qual se pintam ou se conservam imagens de Deus ou dos Santos” (Zanotto, 1993, p. 25). O pesquisador indica que o vocábulo é documentado unicamente no Vêneto, onde essa forma particular de piedade popular assumiu diferentes variações dialetais, de acordo com a área geográfica na qual está inserido: em Veneza “*capitèlo*”, em Treviso “*capitèl*”, em Pádua, Vicenza e Verona “*capitèo*”, no Alto Vêneto e Belluno “*altariol*”, “*tariol*” ou “*tariolèt*”, em Cadore “*kapitel*” ou “*ankone*”, em Carnia e Friuli “*mainis*” ou “*anconis*”. Esses últimos (*ankone*, *anconis*) se vinculam diretamente aos textos italianos mais antigos, nos quais se fala de “*icona*” ou “*ancona*”, com eventual ligação aos ícones.

O padre Fiorenzo Silvano Cuman, pesquisador incansável dos capitéis, fornece-nos uma versão própria, partindo do pressuposto das origens venezianas. Para o capuchinho de Maróstica, a origem está no que relata um cronista anônimo do século XII. Era um período no qual, especialmente em Veneza, com frequência aconteciam eventos sanguinolentos provocados pelos marginais que infestavam a cidade lagunar (Cuman, 2002, p. 10). Esses eventos criminosos estavam especialmente concentrados em alguns lugares – Calle de la Bissa, Calle delle Rasse e, sobretudo, nos arredores da ponte de San Fantin, não mais existente, chamada também “ponte dos assassinos”, pela fama que ganhou (era frequente encontrar próximo daquela ponte homens assassinados e, às vezes, moribundos e inconscientes). As crônicas venezianas relatam que, naquela época, a cidade não tinha iluminação noturna nas vias públicas e nas praças. Por isso, em 1128, para evitar que a marginalidade se espalhasse pelas milhares de ruas e corredores

de Veneza, o Doge Domenico Michiel quis pessoalmente introduzir a iluminação nas ruas, riachos, subpórticos, arredores das pontes e ao longo das vias. Os meios à disposição naquela época para essa função eram bastante modestos e consistiam na instalação de pequenas lâmpadas a óleo chamadas “*Cesendéli*”. A decisão do Doge, logo copiada por outras cidades e lugares não somente vênets, motivou os devotos a colocarem ao lado daquelas pequenas luzes (“*cesendéli impizadi*”) alguma imagem sacra. Segundo a versão histórica fornecida pelo padre Cuman, então, daqueles *cesendéli impizadi* tiveram origem os capitéis que todos conhecemos. Veneza, portanto, goza do privilégio especial de ter dado origem aos capitéis que ainda hoje marcam a piedade popular na Região de Colonização Italiana da Serra Gaúcha. Trata-se de um aspecto singular de sacralização do território, constituindo uma espécie de manto de piedade sobre toda a área.

Tais estruturas, normalmente construídas nos cruzamentos das estradas, são também chamadas “a Bíblia dos pobres”, visto que falam por imagens. Parece, portanto, uma manifestação que induz a sacralizar os lugares. A imagem sagrada, colocada em um cruzamento, uma esquina, projeta na topografia da paisagem natural e arquitetônica o lugar de passagem entre áreas diversas e possui um valor simbólico de proteção, especialmente nas áreas rurais. No entanto, a urbanização crescente levou muitos desses lugares a se tornarem invisíveis aos olhos dos transeuntes, ignorantes do seu significado.

Toda vez que encontramos um capitel com uma imagem sagrada, somos remetidos a uma fronteira. Tal limite não é tanto fático quanto psicológico: uma esquina que requer uma escolha, um lugar deserto que incute medo, uma passagem que induz respeito ou, ainda, a marcação de um espaço, que se media em horas de caminhada. Em síntese, a presença de um capitel indica uma mensagem implícita: diz alguma coisa a alguém que passa. Trata-se de presenças discretas, mas importantes. Têm, sobretudo, o mérito de tornar essa região um lugar privilegiado, onde ainda pode

ser percebida como vital uma religiosidade que une o presente ao passado e torna sempre atual um modo antigo de perceber e manifestar a dimensão do sagrado.

A pobreza dos materiais e dos meios utilizados testemunha a origem popular e espontânea dos capitéis, inicialmente em madeira e latão e, sucessivamente, substituídos por outros em alvenaria e pedra. Mas, qualquer que seja o seu valor artístico, no passado tornavam-se lugares de parada, onde todos os habitantes locais se reuniam para a oração em comum, à noite, antes do “filó”. Era o tempo em que um antigo provérbio afirmava: “*Omeni, preti e dotori, ai capitei caveve el capel e rispeter*”¹¹⁰. Deles transparecia a vontade de quem os havia construído ou patrocinado, às vezes com dificuldades e sacrifícios, mas sempre motivado pelas exigências mais profundas: ora a veneração por Nossa Senhora, pelos santos, ora o desejo de recordar uma graça alcançada por ter sobrevivido, ora a esperança de proteger das intempéries naturais a colheita e os animais.

Outra característica de popularidade está na escolha dos santos. Admira-nos a quase ausência da figura de Cristo. A preferência é pelas figuras que intercedem junto de Deus ou são dotados de um poder autônomo. É fácil perceber que os preferidos são os santos “artesãos”, ou seja, santos “camponeses”, delineados como tal por um traço da sua história. São quase exclusivamente homens, em conformidade com a mentalidade agrícola. Entre os sujeitos mais recorrentes, estão: Santo Antônio Abade, invocado como protetor dos animais; Santo Antônio de Pádua, o santo do pão; São Vicente Ferrer, invocado contra as tempestades e protetor das colheitas; São Francisco de Assis, contestador do consumo burguês e dos desperdícios; São Roque, invocado contra a peste e contra as epidemias; São Sebastião, também invocado contra a peste; São Bartolomeu, invocado contra o medo; São Cristóvão, que carrega nos ombros os viajantes; e São João Batista, invocado como testemunha de verdade e solenizado com ritos ligados a tradições solares e

¹¹⁰ Tradução livre: “Homens, padres e doutores, tiravam o chapéu aos capitéis e os respeitavam”.

cultos agrícolas. Em suma, são santos que, por um motivo ou por outro, deviam ser familiares de quem ligava a própria sobrevivência à imprevisibilidade dos agentes naturais.



Atualmente, porém, com a dilatação dos espaços e a contração do tempo, o centro de interesse dos fiéis não é mais o próprio vilarejo, mas se desenrola, muitas vezes, fora da sua paróquia. Esse processo de desagregação levou a uma individualização da vida religiosa na qual o fiel não percebe mais o vínculo da comunidade, mas vive a própria religiosidade de modo pessoal. A passagem de uma sociedade agrícola e estática a uma moderna e dinâmica levou a mudanças também na forma da participação.

Para valorizar o patrimônio histórico-artístico representado pelos capitéis, estamos realizando um mapa que indique com precisão a sua posição no conjunto das nossas estradas. O trajeto pode ser acompanhado on-line, pelo serviço de Google Maps. A cobertura iniciou pelo município de Monte Belo do Sul e pretende englobar, progressivamente, a região da Serra Gaúcha, esperando, assim, facilitar a sua localização a todos os apaixonados ou simplesmente despertar a curiosidade daqueles que diariamente passam por nossas estradas.

Anexo: Pesquisa sobre capitéis

CAPITEL N° __

LOCALIZAÇÃO: (endereço e posição GPS)

DEDICAÇÃO:

ALTURA DO CHÃO:

DATAÇÃO: _____ () incerta

MEDIDAS: A () L () P ()

MEDIDAS DO NICHOS: A () L () P ()

DATA DE COMPILAÇÃO: _____

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: () mau () medíocre () discreto () bom () restaurado

PROPRIEDADE:

RESTAUROS:

DESCRIÇÃO:

INSCRIÇÃO:

NOTAS: (história)

FONTES: (referências testemunhais e bibliográficas)

Descrição das imagens e dos objetos presentes no capitel

OBJETO: (pintura, estátua, relevo)

SUJEITO: (santo)

DATAÇÃO:

MATERIAL:

AUTOR:

MEDIDAS:

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: () mau () medíocre () discreto () bom () restaurado

RESTAUROS:

DESCRIÇÃO:

INSCRIÇÃO:

NOTAS:

FONTES: (referências testemunhais e bibliográficas)

Referências

CUMAN, Fiorenzo Silvano. *I Capitelli: Piccoli Segni di Fede e di Cultura nella Terra Vicentina*. Maróstica: Tipografia Marosticense, 2002.

GRIGOLATO, Arnaldo. *I “capitelli” di Villafranca di Verona e delle sue frazioni*. Villafranca di Verona: Iniziativa realizzata con il contributo della Regione del Veneto, 2004. (Studi Villafranchesì, n. 15).

NANNIPIERI, Luca. *La bellezza inutile*. I monumenti sconosciuti e il futuro della società. Jaca Book, 2011.

RONDINA, Aldo. *Storia di una devozione e Segni di piet  popolare*. Apogeo Editore, 2008.

ZANOTTO, Sandro. *Capitelli della Diocesi di Padova*. Padova: Edizioni Messaggero, 1993.

Le riduzioni fra i guaraní e il moderno Paraguay

Gianpaolo Romanato¹¹¹

1. Benché si tratti di un tema geograficamente e culturalmente molto lontano dalla cultura europea, le Riduzioni del Paraguay hanno sempre suscitato nel vecchio continente una grande attenzione. Un'attenzione che iniziò già nel XVIII secolo, quando la cultura illuminista (Voltaire, Montesquieu, Reynal) guardò a queste missioni come ad un geniale tentativo di far nascere un cristianesimo diverso, puro, incontaminato, il "cristianesimo felice delle missioni del Paraguay", per usare il titolo di un libro famoso del più illustre studioso italiano settecentesco, Ludovico Antonio Muratori. Allora nessuno andava nel Paraguay, tolti i missionari. Ed è sulla base delle relazioni mandate in Europa da uno di loro, il gesuita Gaetano Cattaneo, che Muratori scrisse il suo studio, che apparve a Venezia verso la metà del '700. Il libro ebbe un'eco immediata in tutta la cultura europea, alimentando l'interesse degli scrittori illuministi, attratti dalla novità e dall'originalità di quanto stava avvenendo nelle lontane e sconosciute boscaglie dell'America meridionale.

Poi, dopo la soppressione della Compagnia di Gesù, l'abbandono delle missioni e la loro deplorabile distruzione, nel corso degli eventi bellici che accompagnarono la nascita delle moderne repubbliche sudamericane, numerosi viaggiatori europei – studiosi, esploratori, appassionati – riscoprirono fra i boschi del Paraguay e dell'Argentina il fascino delle loro rovine, impostandone il mito letterario e culturale. Fra coloro che raggiunsero le Riduzioni, a cavallo fra '800 e primo '900, molti furono italiani: Paolo Mantegazza, Giacomo Bove, Adamo Lucchesi, Adriano

¹¹¹ Professore dell'Università degli Studi di Padova e membro del Pontificio Comitato di Scienze Storiche (Città del Vaticano).

Colocci. Giungendo nell'attuale provincia di *Misiones*, tra Argentina e Paraguay, dopo viaggi sfibranti, a cavallo o in canoa, attraverso territori ancora sconosciuti e pericolosi a causa della presenza di animali, indios bellicosi e una natura incontaminata, tutti rimasero folgorati dalla grandiosità di queste autentiche “città del silenzio e della memoria”, dove rimanevano le tracce di uno dei più geniali esperimenti di incivilimento – oggi preferiamo dire di cooperazione allo sviluppo – mai tentati dall'uomo.

Nel secolo scorso, poi, le Riduzioni sono divenute un po' alla volta uno degli argomenti di studio più visitati dalla storiografia internazionale. Si sono recuperate le fonti, soprattutto gesuite, ed è stata individuata la loro fondamentale importanza politica nella rivalità fra Spagna e Portogallo per il controllo del territorio sudamericano. E' emerso così lo straordinario intreccio di problemi – religiosi, linguistici, economici, antropologici, architettonici, musicali, urbanistici, economici – che permette agli studiosi di approcciarle da molteplici punti di vista e che le rendono l'oggetto di studio forse più complesso, interessante, affascinante di tutto il periodo coloniale. I convegni periodici sulle Riduzioni iniziati nel 1975 in Brasile, nel Rio Grande do Sul, con i *Simpósios nacionais de estudos missioneiros*, si sono allargati ad altri paesi e hanno dato vita, dal 1982, all'iniziativa delle *Jornadas internacionales sobre las Misiones Jesuíticas*. I progetti di studio che ne derivarono hanno coinvolto decine di studiosi nord e sudamericani ed europei, traendo forza dalla nascita del Merco Sur, la zona di libero scambio fra Brasile, Argentina, Paraguay e Uruguay avviata nel 1991 e entrata in vigore nel 1995. Se si guarda una carta geografica si nota immediatamente che lo “Stato guaranítico” creato dalla Compagnia di Gesù è proprio al centro di quest'area e tocca tutte le quattro nazioni coinvolte. Le grandiose rovine delle missioni, oggi finalmente recuperate e adeguatamente tutelate, tagliano trasversalmente le frontiere, i fiumi, le strade, le barriere linguistiche, gli interessi commerciali e disegnano fin dal XVII secolo, in quest'area che costituisce

il cuore del cono sud americano, un progetto unitario: politico, culturale, linguistico ed economico.

E' l'unica vicenda storica che avvicina i quattro paesi e ne prefigura una vocazione comune, prima delle lotte fratricide insorte dopo l'indipendenza. Una vocazione di pace e di concordia, nel pacifico intreccio di elementi europei e americani, di cultura importata e di cultura autoctona, di fede cattolica e di religiosità tradizionale. La sopravvivenza della lingua e della cultura guaraní nel Paraguay odierno ne è la miglior conferma. La nascita del Merco Sur ha conferito insomma alle Riduzioni un'impresvisa importanza politica, una valenza di attualità che va ben oltre la ricerca storica o la passione erudita degli studiosi.

A questo si è aggiunto l'interesse dell'Unesco, che ha inserito le rovine delle Riduzioni fra i patrimoni dell'intera umanità, incrementando gli interventi internazionali volti al restauro di quanto ne è rimasto. Infine vanno ricordati il saluto e l'augurio in lingua guaraní che il Sommo Pontefice Benedetto XVI ha rivolto il giorno di Natale del 2007 alla popolazione del Paraguay al termine della cerimonia natalizia svolta a Roma, in Piazza San Pietro. Fu un saluto al Paraguay di oggi, ma anche un omaggio alle antiche missioni dei padri della Compagnia di Gesù, un prestigioso riconoscimento dell'importanza che esse conservano nella storia dell'espansione del cattolicesimo nel mondo. Molti riferimenti alle Riduzioni si trovano poi nei discorsi che pronunciò Francesco nel corso della sua visita in Paraguay, avvenuta nel 2015.

2. E' noto che le Riduzioni costituiscono un nodo complesso della storia dell'America coloniale e del Paraguay. Non furono soltanto un geniale esperimento culturale, ma furono anche un importante momento politico, nella fase di espansione dell'impero spagnolo e nel suo scontro con quello portoghese del Brasile. Le Riduzioni, infatti, da un lato servivano ai gesuiti per cristianizzare la popolazione guaraní, per penetrare nel mondo indigeno americano, per

allargare il perimetro della cristianizzazione, dall'altro interessavano al governo spagnolo per fermare l'avanzata dei portoghesi in un'area fondamentale e strategica com'era quella del bacino platense. Anche all'origine del loro abbandono, nella seconda metà del '700, non ci fu soltanto la crisi e la soppressione della Compagnia di Gesù, ma ci furono, più ancora, i conflitti di frontiera fra i due imperi, conflitti che si prolungarono tragicamente nell'800, dopo la fine del dominio spagnolo e la nascita delle moderne entità statuali. A testimoniare l'importanza è rimasto l'uso in ambito civile e amministrativo delle parole *Misiones* e *Missões* per indicare il territorio che occupavano in regioni oggi appartenenti a Paraguay, Argentina e Brasile. Da ogni punto di vista sono dunque un aspetto fondamentale, centrale, nella storia dell'America latina, che si può comprendere soltanto studiandone il funzionamento concreto.

3. Nelle Riduzioni si parlava solo il guaraní, lingua sistematizzata dai gesuiti che ne crearono l'alfabeto. Le prime Riduzioni erano molto vaste, costruite in legno e paglia, per lasciare gli indios il più possibile vicini al loro modo di vivere. Poi il modello fu modificato, man mano che crebbero le nuove generazioni nate all'interno delle missioni, fino all'adozione della struttura definitiva, che troviamo consolidata a partire dalla fine del XVII secolo. Col tempo cambiò completamente la struttura e la tecnica di costruzione delle chiese, che inizialmente si richiamavano alle abitazioni indigene collettive e venivano edificate partendo dal tetto, in legno e paglia.

Con l'arrivo degli architetti dall'Europa, in particolare Giuseppe Brasanelli (1658-1732), Giovanni Battista Primoli (1673-1747) e Andrea Bianchi (1677-1740) si passò a costruzioni in muratura, iniziando dalle colonne e dai muri portanti, sui quali veniva poi applicato il tetto, non senza riusciti tentativi di creare le cupole. L'innovazione, che trasformò completamente l'aspetto delle Riduzioni e portò ai risultati grandiosi che si possono ancora vedere a Trinidad e Jesus (Paraguay), S. Ignazio Miní (Argentina)

e São Miguel (Brasile), suscitò infuocate polemiche fra gli stessi gesuiti, alcuni dei quali videro nell'innovazione un grave allontanamento dallo stile indigeno originario e un eccessivo avvicinamento a quello europeo. Tuttavia gli studi più recenti, dovuti soprattutto allo studioso argentino di origine slovena Darko Sustersic, concludono che nell'intreccio tra stile europeo ed elementi indiani sarebbe prevalso quello locale dei guaraní, con il risultato di dar vita a un genere artistico autonomo e originale – il cosiddetto “barocco gesuitico-guaraní” – nel panorama delle manifestazioni d'arte sudamericane del periodo coloniale.

Ciascuna Riduzione si ispirava ad un identico criterio urbanistico, accuratamente pensato in Europa dagli strateghi della Compagnia: una grande piazza centrale, vastissima, con le abitazioni dei guaraní (un'unica stanza, con la porta su un lato affacciata sulla veranda e una finestra sul lato opposto) disposte in file parallele su tre lati. Fu uno dei primi esempi nella storia di edilizia popolare fondata su abitazioni accostate. Sul quarto lato sorgevano la chiesa, l'abitazione dei padri, la casa degli orfani, il cimitero, i locali comuni, i laboratori e i magazzini.

L'edificazione delle chiese, sempre più grandi ed elaborate, comportò infiniti problemi tecnici, data la scarsità in loco di idonei materiali edilizi, a partire dalla calce. La costruzione dei tetti fu un problema nel problema. Non si deve dimenticare che le Riduzioni sorsero in una delle aree più difficilmente raggiungibili dell'America, lontana centinaia di chilometri da tutti i centri abitati. Per incredibile che possa sembrarci, il viaggio dei missionari per raggiungerle, partendo dal loro paese d'origine in Europa, durava mediamente un anno. Essi poi trascorrevano l'intera vita nelle missioni, senza più fare ritorno in Europa, lontani da tutto e da tutti, potendo contare soltanto su se stessi, dato che i tempi delle comunicazioni postali erano ancora più incerti. Le risposte alle lettere che spedivano chiedendo aiuti, consigli, conforto, giungevano loro quando i problemi si erano risolti da soli o, peggio, quando chi aveva scritto era già morto e sepolto. I collegamenti tra l'una e l'altra missione

erano garantiti dalle vie d'acqua e da un sistema di sentieri aperti nelle boscaglie al servizio di questi villaggi.

Le funzioni amministrative, dopo il primo periodo in cui furono ricoperte dai padri, vennero sempre affidate ai guaraní ed erano elettive. Ciascuna Riduzione era amministrata da una sorta di giunta comunale a capo della quale era il *corregidor*, una figura simile al nostro sindaco. Solo il *corregidor* non era eletto dalla popolazione ma nominato dagli spagnoli su una terna indicata dai religiosi. Il sistema fu normalizzato con un Regolamento generale emanato nel 1689, che imponeva di conservare in ogni Riduzione il *Libro de Ordenes*, una sorta di codice civile e penale. La giustizia penale, pure gestita dai guaraní, era estremamente mite, senza la pena di morte. Possiamo dire che le Riduzioni furono il primo luogo al mondo dove fu legalmente abolita la pena di morte. Davvero un lusinghiero primato.

Quale sia stata la vera funzione dei gesuiti nelle Riduzioni rimane problema di non facile soluzione. E' indubbio che all'interno di ciascun villaggio l'autonomia degli indiani fu reale e non fittizia, ma è noto che i rapporti esterni, civili e commerciali, furono largamente gestiti dai gesuiti. Tuttavia la durata nel tempo delle missioni – un secolo e mezzo – non si può giustificare solo con la tutela dei padri, che non furono mai più di due o tre per villaggio. Il consenso e l'attiva collaborazione degli indigeni furono altrettanto indispensabili.

Fu una forma di deculturazione, per quanto morbida, soave e senza violenza, o un geniale cammino di incivilimento? Il quesito rimane aperto e sostanzialmente irrisolto. Il fatto però di discuterne ancora, a tre secoli di distanza, testimonia l'originalità e l'intelligenza di ciò che è avvenuto nelle foreste del Sud America, con il consenso del governo spagnolo e sotto la costante sorveglianza dei vertici romani dell'Ordine, ma anche – bisogna ribadirlo – in piena armonia con i guaraní, dato che la documentazione in nostro possesso ci dice che non vi furono mai episodi di rivolta o di aperta ribellione.

4. Circa l'aspetto economico e produttivo, nelle Riduzioni fiorì col tempo un'organizzazione economica invidiabile, fondata sull'agricoltura, l'allevamento del bestiame e l'artigianato. I campi a ridosso delle Riduzioni producevano mais, mandioca, legumi, canna da zucchero, cotone, erba *mate*. Quest'ultima è un prodotto oggi diffusissimo in Argentina, Rio Grande e Uruguay, come ben sappiamo, la cui coltivazione iniziò allora. I guaraní non avevano nella loro cultura il concetto di proprietà privata, tanto che nelle Riduzioni vigeva più il baratto che l'uso del denaro e non risultano lasciati in eredità. Ciò favorì la crescita di una solida economia comunitaria, che contenne sempre l'insorgere di conflitti di interesse, nonostante si fosse formata una stratificazione sociale che aveva strutturato e differenziato il mondo indigeno, secondo una gerarchia che possiamo in qualche modo avvicinare alle moderne classi sociali. Io credo che della cultura comunitaria avviata allora sia rimasto qualcosa anche nel Paraguay di oggi.

La seconda fonte di sostentamento delle Riduzioni era l'allevamento del bestiame. In sostanza, come risulta da tutte le carte del tempo, lo smisurato territorio del Rio Grande do Sul, allora abitato soltanto da tribù indigene, era un'immensa *estancia*, cioè una riserva di bestiame, a disposizione delle Riduzioni. Periodicamente enormi mandrie di bovini venivano istradate dalle *estancias* verso le Riduzioni. Le attuali denominazioni di alcune località del Rio Grande rimandano direttamente al fatto di essere state allora all'interno di questi enormi allevamenti di bovini (Vacaria), oppure al fatto di essere punto di passaggio delle mandrie durante il loro trasferimento verso le missioni (Passo Fundo).

La terza attività, l'artigianato, è quella che più dà da pensare. Sfruttando lo straordinario talento imitativo dei guaraní, i gesuiti li resero capaci ed esperti tipografi e li addestrarono alla costruzione di molti oggetti sofisticati, come gli strumenti musicali, che servivano per le pubbliche esibizioni nelle chiese e nelle piazze. Li avviarono anche alla produzione artistica nel campo dell'arte sacra – statue

e dipinti – con risultati che raggiunsero livelli di elevata raffinatezza. Ne sono oggi testimonianza i musei sorti attorno alle Riduzioni superstiti e il florido mercato antiquario alimentato in America Latina dalla statuaria prodotta allora. Nelle tipografie delle Riduzioni, le prime sorte in Sud America, si pubblicarono, fra l'altro, il *Martirologio Romano* (Riduzione di Loreto, 1700), il *Flos Sanctorum* del padre Ribadeneira, il *Vocabulario de la lengua guaraní* di Ruiz Montoya (Riduzione di Santa Maria la Mayor, 1722), la *Explicacion de el Catechismo* del guaraní Nicolás Yapeguai (Riduzione di Santa Maria la Mayor, 1724, di cui si conserva copia nel collegio gesuitico di Buenos Aires). Anche culturalmente, dunque, il livello raggiunto nelle Riduzioni fu sorprendente.

Su queste basi le Riduzioni si organizzarono in un sistema economico e produttivo integrato, perfettamente autosufficiente e in grado di produrre reddito anche a beneficio della Compagnia, che manteneva con i proventi del commercio riduzionale la sede provinciale di Asunción. Nacque da ciò la leggenda delle favolose ricchezze che i gesuiti avrebbero accumulato alle spalle degli indios e che fu una delle cause della caduta in disgrazia in Europa della Compagnia di Gesù.

5. Un aspetto ben conosciuto ma che solo di recente si è potuto documentare riguarda la musica. Era noto che i gesuiti avevano coltivato l'innato talento musicale dei guaraní – una popolazione che vivendo nei boschi aveva dovuto raffinare soprattutto l'udito e la vista – promuovendo quasi in ciascuna riduzione la nascita di cori, bande, orchestre che si esibivano con notevole maestria. Ne scrisse addirittura il pontefice Benedetto XIV. Nella sua enciclica *Annus qui* del 1749 leggiamo il passo che segue: “L'uso del canto armonico, o figurato, e degli strumenti musicali nelle funzioni di chiesa, è ora talmente diffuso da essere giunto anche nel Paraguay. Al presente non vi è più quasi nessun divario tra le messe e i vesperi di casa nostra e quelle delle suddette regioni”. Quasi tutta la documentazione in nostro

possesto proveniente dalle Riduzioni parla della musica come di un momento fondamentale della loro vita. L'ipotesi che il grande organo costruito a Yapeyù (Argentina) dal missionario austriaco Anton Sepp (1655-1733) sia stato il primo costruito direttamente e interamente in America Latina è molto fondata.

A Yapeyù e in altre Riduzioni funzionavano veri e propri conservatori, il cui repertorio compì un enorme balzo in avanti quando Domenico Zipoli (1688-1726), uno dei maggiori compositori italiani dell'età barocca, lasciò improvvisamente la funzione di organista della Chiesa del Gesù di Roma e si trasferì in Argentina, dove, nei non molti anni che gli restarono da vivere, compose un'incredibile quantità di musiche destinate ad essere eseguite nelle Riduzioni dagli indios. Queste musiche, che si ritenevano perdute, sono state recentemente e fortunatamente ritrovate nelle superstiti missioni fra i Moxos e i Chiquitos della Bolivia. Missioni tuttora attive, che aspettano ancora chi le illustri e ne descriva la storia come meritano, dopo essere state oggetto di straordinarie opere di recupero architettonico ad opera dell'architetto svizzero Hans Roth, in conseguenza del quale sono state pure inserite dall'Unesco fra i patrimoni mondiali dell'umanità. La rinascita zipoliana che è seguita a questo ritrovamento ha permesso di conoscere molto meglio le musiche originali suonate dagli indios, tuttora eseguite in molte chiese e sale da concerto dell'America Latina e dell'Europa. Aggiungo che il ritrovamento di queste musiche ha dato origine al *Festival internacional de música renacentista y barroca americana* che, a partire dal 1996, si svolge ad anni alterni in Bolivia, nel Dipartimento di Santa Cruz de la Sierra. Ormai un appuntamento artistico di rilievo continentale.

Quanto allo stile di vita dei guaraní, in un secolo e mezzo furono sradicate le abitudini che più contrastavano con l'austera morale cattolica controriformistica – oggi possiamo definirla fondamentalista – dei gesuiti. Le abitazioni individuali, l'uso del vestito, i progressi sanitari (in ogni Riduzione era prevista un'idonea assistenza, con infermieri

stanziali e medici, soprattutto italiani, itineranti), le scuole maschili e femminili dai sei ai dodici anni, l'incivilimento secondo i parametri della vita europea, elevarono le condizioni dei guaraní fino a portarle ad un livello probabilmente non inferiore, e in qualche caso superiore, rispetto al livello dell'America spagnola. Purtroppo le rudimentali nozioni mediche del tempo nulla poterono contro le micidiali epidemie di vaiolo – una malattia prima sconosciuta in America, di fronte alla quale i locali erano totalmente privi di difese immunitarie – che periodicamente falciavano la popolazione delle missioni.

6. Chi scrive ha visitato più volte le Riduzioni, inclusa Juli, in Perù, sulle rive del lago Titicaca, che servì da modello per quelle del Paraguay. Lo studio che ne ho fatto è frutto perciò di due esperienze: sui libri e sul campo. Dai libri e dalla documentazione del tempo ho imparato come nacquero le Riduzioni, in che modo si svilupparono, perché vissero un secolo e mezzo e per quali ragioni finirono, quali fonti sono rimaste. Ma la vista delle loro rovine, dei luoghi e dei paesaggi in cui prosperarono, ha trasformato la conoscenza in passione, una passione che nessun altro oggetto di studio mi ha suscitato con la stessa intensità.

Alle missioni, per fortuna non ancora investite dal turismo di massa, ci si avvicina lentamente, per gradi, con soste e pause che consentono di riflettere, di capire, di calarsi nel passato, di figurarselo, di paragonarlo al presente. Da questi viaggi ho tratto la convinzione che ciò che fecero i gesuiti, indipendentemente dal giudizio di valore che ne possiamo dare, ha il sigillo delle cose rare e geniali. Solo un lampo di creatività poteva progettare grandiose città d'arte per popolazioni semiprimitive in mezzo alle foreste subtropicali o sulla riva di un lago a quel tempo quasi irraggiungibile, in cima alle Ande.

A due secoli dalla loro scomparsa, che cosa rimane delle Riduzioni? Che eredità ci lasciano? Credo che il loro lascito più importante siano i guaraní, l'unica popolazione

autoctona del Sud America la cui lingua è diventata lingua ufficiale; l'unica che visse per tutto il periodo coloniale in un rapporto di collaborazione con gli europei, cioè alla pari con essi; l'unica che allora è stata posta in grado di progredire e svilupparsi all'interno dei propri termini di riferimento, senza subire violenze. Una ventina d'anni fa partecipai in Paraguay ad un importante convegno storico-politico il cui titolo era *Municipios e defensa de los Pueblos*. Un titolo che probabilmente era ispirato proprio alla storia ormai lontana della popolazione guaraní in quella che era allora la sterminata *Provincia paraquaria* della Compagnia di Gesù, ben più estesa del Paraguay odierno. Le Riduzioni erano infatti municipi dove i guaraní – si calcola in un numero vicino o forse superiore alle 150.000 unità – vivevano al riparo da costrizioni e imposizioni, erano villaggi nei quali quelli che oggi chiamiamo i diritti umani, cioè i diritti dei popoli – lingua, cultura, autosviluppo, modi di vita autoctoni – furono difesi e salvaguardati con largo anticipo sui tempi attuali. Nella storia dei *30 pueblos guaraní* – una storia che si prolungò per un secolo e mezzo, cioè per sei o sette generazioni – io credo che i tre paesi moderni che se ne sono divisi il territorio – Paraguay, Argentina e Brasile – possiedano di fronte all'intero continente americano, del nord come del sud, un titolo di vanto che li distingue positivamente e di cui dovrebbero andare fieri. Lo stesso Rio Grande do Sul, la cui storia inizia con le Riduzioni, sette delle quali erano appunto nel Rio Grande attuale, cioè sul lato sinistro del Rio Uruguay, deve a questi villaggi pensati dai gesuiti europei molto più di quanto gli abbia riconosciuto. I *7 povos*, dove la popolazione attuale ancora si autodefinisce *missioneiros*, non sono soltanto un lascito del passato ma credo siano un orientamento e una guida per il futuro.

Nota bibliografica.

Questo mio intervento è una sintesi del libro che ho pubblicato nel 2021 in Italia presso l'editrice Morcelliana di Brescia con il titolo: *Le Riduzioni gesuite del Paraguay*.

Missione, politica, conflitti. Di questo libro si pubblicherà nel 2025 l'edizione in lingua spagnola presso l'editrice BAC di Madrid.

Alessandro Rossi (1819-1898) e la prima industrializzazione italiana

Giovanni Luigi Fontana¹¹²

Il tipo più perfetto dell'industriale italiano

Alessandro Rossi nacque a Schio, storico centro industriale del Veneto, il 21 novembre 1819. Morì nella sua villa di Sant'Orso, amena località alle pendici del Monte Summano, il 28 febbraio 1898. La sua vita coincise con l'avvento e il pieno dispiegamento dell'era industriale. Egli fu il leader degli imprenditori italiani del secondo Ottocento. La sua figura è dunque ben nota a quanti si sono occupati della storia economica e politica dell'Italia post-unitaria. Pochi studiosi, tuttavia, hanno indagato a tutto tondo l'eccezionale personalità e la complessa opera di questo poliedrico imprenditore-politico-poligrafo, protagonista del suo tempo sia nella regione d'origine che in ambito nazionale ed internazionale. Inoltre, spesso e specialmente per le relazioni con le maestranze – come anche a proposito delle vicende che, dopo lo sciopero del 1891, indussero molti operai ad emigrare in Brasile, dove, sulla base dell'esperienza fatta a Schio, diedero vita alla piccola *company town* di Galopolis (Merlotti Herédia 2017; Fontana, Herédia 2018, 2020 e 2021) –, la lettura della singolare e controversa opera di questo grande capitano d'industria è stata fortemente condizionata da schematismi ideologici o semplificazioni interpretative, mentre non si può pienamente comprendere senza mantenere l'intima connessione tra le convinzioni espresse nei suoi innumerevoli scritti e le sue molteplici e diversificate attività.

Tutta l'opera di Alessandro Rossi fu infatti caratterizzata da una straordinaria coerenza ed organicità di pensiero

¹¹² Professore onorario presso l'Università di Padova e presidente dell'Accademia Olimpica di Vicenza.

ed azione. Pur costantemente ispirata ai medesimi principi, essa si può suddividere in due distinti periodi: quello dell'ascesa imprenditoriale e della creazione di una grande impresa, il Lanificio Rossi, considerata un modello da organismi economici, uomini politici, osservatori italiani e stranieri (Fontana 1985-86, 1990, 1993, 1995, 2004; Fontana, Riello 2005); e quello del profondo intreccio tra la non facile guida di un enorme complesso industriale-finanziario – l'Anonima Lanificio Rossi – e l'inesausta attività di promozione dell'industrializzazione “come fattore necessario dello sviluppo economico e civile della società nazionale” (Lanaro 1967). Da questo osservatorio privilegiato, divenuto il centro propulsivo della sua azione di capofila del nascente schieramento industrialista italiano, Rossi condusse una lunga e tenace battaglia per il cambiamento della politica economica e la trasformazione della base produttiva del paese al fine di poter competere nella nuova fase dell'economia mondiale (Cafagna 1962; Are 1965, 1974; Lanaro 1967, 1971, Franzina 1971).

La transizione dal primo al secondo periodo avvenne negli anni dei primi mandati parlamentari dopo l'annessione del Veneto al Regno d'Italia. Assente fino ad allora dalla politica attiva, A. Rossi fu eletto deputato il 25 novembre 1866 e nuovamente il 10 marzo 1867. Il 6 febbraio 1870 venne nominato senatore del Regno su proposta di due statisti di primo piano, Quintino Sella e Luigi Luzzatti, con il quale collaborò tra il 1871 e il '74 alla preparazione e all'elaborazione dei risultati dell'inchiesta industriale. Contemporaneamente svolse un'intensa attività imprenditoriale e pubblicistica, accreditandosi presso la classe dirigente italiana come “il più vigile, consapevole e sistematico assertore delle istanze industriali e dei valori etici, sociali ed economici di cui le riteneva portatrici” (Are 1981). Da lì in avanti, il Rossi condusse una lunga battaglia politica svincolata da logiche strette di schieramento ed ancorata in modo tanto lucido quanto deciso ad un disegno politico originale ed organico, che si sarebbe intelaiato attorno alla “creazione di uno Stato *istituzionalmente* predisposto

all'intervento nella vita economica, non come autonomo produttore ma come finanziatore e protettore dell'industria di interesse nazionale" (Lanaro 1971).

In questa seconda parte della sua vita, Alessandro Rossi si rivelò "capace di assommare una molteplicità di ruoli sociali quasi sempre separati e di essere – oltre che imprenditore, uomo politico, amministratore – il giornalista di se stesso, il promotore e l'interprete di un gruppo di pressione capace di agire sull'opinione, di dettare comportamenti [...], l'intellettuale militante, l'agitatore instancabile, il conferenziere, il pubblicitista, l'inesauribile coniatore di slogan, di scene, di apologhi, di bozzetti, di didascalie e farse morali a vantaggio di una linea e di un blocco" (Isnenghi 1985). Quello *industrialista* e poi protezionista, per il quale, "con estrema nettezza ed autonomia di motivazioni", ma in pari tempo cercando "un aggancio e un collegamento con i diversi ed eterogenei interessi che tengono assieme le maggioranze", *il tipo più perfetto dell'industriale italiano* – così lo definì Luzzatti – interveniva su tutte le grandi questioni al centro dei dibattiti politico-parlamentari e giornalistici, distinguendosi per la "superiorità di diagnosi e proposte sui maggiori problemi dello sviluppo economico italiano" (Are 1981).

Tale capacità si fondava su un "corredo culturale di prim'ordine e quanto mai funzionale al compito che si era assunto di paladino dello sviluppo industriale" e gli derivava "dalla intrinseca superiorità storica del modello economico sociale che egli proponeva al paese" (*Ibidem*). La sua *Lettera su L'industria italiana ne' suoi rapporti coll'Esposizione Internazionale di Parigi 1867* era un vero e proprio "manifesto programmatico", imperniato sull'assunto che *l'industria e il lavoro sono la vita delle nazioni moderne*. Un convincimento radicato nel vissuto giovanile di Alessandro Rossi ben prima di sperimentarne la portata nei viaggi all'estero e di farne il *leitmotiv* delle sue battaglie parlamentari e d'opinione.

I Rossi: origini ed ascesa di una dinastia industriale

Industria e lavoro erano infatti caratteri distintivi della città dei *fabbricanti* e *negozianti* in cui era nato e cresciuto. I Rossi, già dal *bisavolo pastore nei Sette Comuni*, si erano inseriti fin dal Settecento nei complessi meccanismi che regolavano il rapporto tra i produttori della materia prima e i manifattori di Schio, procurando ingenti partite di lana ai maggiori fabbricanti del polo laniero veneto. Il padre di Alessandro, Francesco Rossi (1782-1845) era figlio di Giovanni Maria, *mercante di lane e fittuario*, sceso in pianura dall'Altopiano di Asiago. In una fase di profondi rivolgimenti politico-istituzionali ed economici, Francesco si era trasferito a Schio, dove nel 1807 aveva sposato Teresa Beretta, appartenente ad uno dei più antichi ceppi lanieri scledensi e nipote di Sebastiano Bologna, industriale scledense, uno degli uomini più rappresentativi della nuova classe dirigente napoleonica (Fontana 1985 e 1993).

Dopo i tumulti anti-francesi del 1809, Francesco Rossi assunse la gestione dell'opificio Bologna dove fece il primo apprendistato manifatturiero. La società Bologna e Rossi pose le basi per l'affermazione di una nuova dinastia imprenditoriale. Pur legandosi strettamente alle maggiori famiglie laniere di ascendenza settecentesca e mettendone a profitto la vasta esperienza, F. Rossi se ne distaccò per modernità di strategie e spirito innovativo con l'intento di uscire gradualmente dal sistema dei mercanti-imprenditori per inserirsi in un più vasto regime concorrenziale. Le sue spiccate capacità di cogliere esigenze ed opportunità dello sviluppo manifatturiero si confermarono nel 1817-18, quando fondò la ditta Francesco Rossi in società con il tintore Eleonoro Pasini, padre di Valentino e Lodovico, futuri esponenti di spicco del movimento liberal-moderato risorgimentale, che nel corso della loro attività intellettuale, professionale e scientifica misero in contatto il più giovane amico Alessandro con l'ala più dinamica della borghesia lombardo-veneta ed italiana, impegnata a promuovere il

riaggancio delle regioni italiane agli sviluppi economici, culturali e civili dell'Europa più avanzata (Fontana 1985).

Fino al 1839 – anno di uscita di Eleonoro Pasini dalla società – innovazione tecnologica, scelte di prodotto e di mercato, riorganizzazione produttiva e commerciale, politica d'immagine e cura delle pubbliche relazioni caratterizzarono l'attività di Francesco Rossi saldandosi senza soluzione di continuità con le iniziative del figlio Alessandro, chiamato dal 1836 ad un severo tirocinio di fabbrica e dal '39 alla condirezione tecnica dell'impresa. Francesco Rossi, che per volontà di Alessandro avrebbe continuato a dare il suo nome al lanificio fino alla sua trasformazione in anonima nel 1873, pianificò la riproduzione della proprietà e delle funzioni imprenditoriali mediante strategie di formazione e di socializzazione attraverso le quali – in un singolare impasto di cultura tecnica ed umanistica, di empirismo economico e finanziario, di filosofia politica e dottrine sociali – fece la sua precoce 'scuola' un imprenditore-intellettuale destinato a diventare uno dei massimi industriali italiani ed europei dell'Ottocento.

Parte fondamentale di questa formazione furono il tirocinio in fabbrica e le esperienze internazionali. Nel viaggio del 1841 in Inghilterra, Francia e Belgio, il giovane Alessandro si convinse della dirompente centralità dell'industria nel nuovo assetto economico internazionale e delle responsabilità che competevano a coloro che erano alla guida di questo processo. Iniziò pertanto a collocare la propria attività imprenditoriale nel più generale contesto delle trasformazioni economiche e sociali del mondo contemporaneo, avviando dal 1842 una fase di progressiva accelerazione del rinnovamento tecnologico, produttivo ed organizzativo dell'industria familiare per fare *tabula rasa dei vecchi sistemi* (*Ibidem*).

Nell'anno della morte del padre (1845), sposò Maria Maddalena Maraschin, figlia di Giovanni, amministratore di un cospicuo patrimonio immobiliare, costruito attraverso la rendita terriera, la fabbricazione e il commercio dei panni. La biblioteca dello zio, l'abate Pietro Maraschin

(1774-1825), con le sue opere di economia, legislazione, scienze naturali, politiche e morali raccordava la cultura di tradizione illuministica con le nuove correnti di pensiero impegnate a ridurre la distanza tra la scienza e il mondo della produzione. Anche nell'integrazione delle risorse materiali e intangibili di gruppi familiari omogenei Alessandro ricalcava e aggiornava le esperienze del padre Francesco (Fontana, 1993).

Ad ognuno dei suoi successivi viaggi all'estero corrispose una nuova fase di attivismo operativo e di consolidamento della vasta rete di rapporti internazionali grazie ai quali egli poteva mantenersi costantemente aggiornato sugli sviluppi tecnico-produttivi e sulle iniziative sociali delle più avanzate aree industriali europee. Tutte le sue iniziative si fondavano sulla convinzione che l'industria non doveva essere "soltanto fonte di guadagno e impiego di capitale, ma sorgente comune di cultura e di progresso" (Lanaro 1967). A tal fine, servivano concentrazione finanziaria, coordinamento di intenti, istruzione adeguata, apertura internazionale, partecipazione attiva del ceto industriale alla vita pubblica e sociale.

Nel 1867, quando Rossi venne eletto membro del Giuri internazionale dell'Esposizione di Parigi, Giacomo Zanella gli dedicò un'ode, *L'industria*, ma, rispetto ai versi del poeta, risultava assai più efficace l'inesauribile vena epistolare del cugino industriale che andava costruendo una vastissima rete di relazioni personali attraverso uno sterminato carteggio con amici e corrispondenti, cui rispondeva *con rara prontezza, con vera cortesia, non lasciando mai alcuna domanda in silenzio*. Efficacissimo propagatore delle proprie idee e realizzazioni, il Rossi poteva inoltre contare sulla collaborazione di studiosi e scrittori, cui commissionò persino romanzi, come il *Portafoglio d'un operaio*, di Cesare Cantù, al quale egli stesso offrì un contributo decisivo e una fonte primaria col suo saggio storico-comparativo *Dell'arte della lana in Italia e all'estero giudicata all'Esposizione di Parigi 1867*. Un'opera ricchissima di informazioni e

statistiche, “che rimane oggi ancora uno degli esempi più luminosi di prosa scientifica dell’Ottocento” (Ossola 1984).

La costruzione di una grande impresa: dall’azienda familiare all’Anonima Lanificio Rossi

Nel trentennio 1842-1872, A. Rossi fece il massimo sforzo per colmare la distanza dalle più avanzate imprese tessili europee. Il Lanificio Rossi divenne un’industria di primo piano per l’entità degli investimenti fissi, la politica di prodotto e del personale, le formule organizzative e la rete commerciale. La nuova fabbrica, eretta a Schio in contrada Sarè nel 1849, divenne il corpo principale e l’ingresso dello stabilimento. Nel ‘55 venne collegata, mediante un corridoio aereo, con l’*atelier di tessitori* installato nell’ex opificio Tron-Rubini, sull’altro lato della via. In quell’anno il lanificio era già una poderosa struttura integrata *completa per la totale manipolazione de’ suoi prodotti* (Fontana 1985).

Alla sempre più estesa modernizzazione degli impianti e alla costruzione di nuovi stabilimenti si accompagnarono l’ingaggio di capi-reparto, tecnici e dirigenti stranieri, la riorganizzazione della produzione e la creazione di un sistema di *patronage* industriale per formare, stabilizzare e legare all’impresa la manodopera, aumentandone la produttività e contenendo i costi di produzione (Fontana 1995). Dopo vent’anni di assiduo lavoro imprenditoriale, all’Esposizione universale di Londra del 1862 il Lanificio Rossi rappresentava – per dimensioni, capitali, addetti, organizzazione produttiva – l’avanguardia del capitalismo industriale italiano e poteva guardare al paese appena unificato come ad *un campo di espansione sufficientemente remunerativo*.

Nonostante il Veneto fosse ancora austriaco, per conformarsi al nascente mercato nazionale con un salto dimensionale (e d’immagine), il Rossi fece ricorso alle capacità tecniche e alla rapidità d’esecuzione di un *architetto primario di Verviers*, Auguste Vivroux, progettista di fiducia della più facoltosa borghesia industriale e professio-

nale del Belgio. Il suo grandioso progetto venne realizzato solo per due terzi, con la “Fabbrica Alta” e l’annesso corpo sud (1862-64), mentre sul fronte opposto venne successivamente costruita una grande filatura-tessitura a shed (1866-68) (Fontana 1993 e 2004). Due anni dopo entrarono in funzione, con il determinante apporto di dirigenti e tecnici stranieri, anche i modernissimi impianti della grande filatura pettinata di Piovene, la A. Rossi e C., *unica in Italia e rarissima all’estero*, che, nella sua evoluzione tecnica e societaria, avrebbe permesso al Rossi di diventare il maggiore produttore di pettinato in Italia (Bertoli 1985). Con questo stabilimento il Lanificio Rossi iniziò il processo di espansione territoriale e di specializzazione degli insediamenti per singole fasi o tipologie di prodotto. Nei primi anni Settanta le fabbriche della “costellazione Rossi” risalirono la Val Leogra insediandosi a Pieve e a Torrelbelvicino, mentre nella vicina valle dell’Astico le localizzazioni si sarebbero moltiplicate durante gli anni Ottanta e Novanta con gli stabilimenti “Rocchette 2, 3 e 4” (Fontana, Marchesini 1986).

Con il boom delle società anonime dei primi anni Settanta e con l’urgenza di grandi investimenti, nel 1872 A. Rossi coinvolse industriali, uomini d’affari, banche e capitalisti di provenienza fondiaria nel progetto per il potenziamento degli impianti di Piovene mediante la fusione e la trasformazione in anonima delle due società A. Rossi e C. e A. Vaccari e C. e in quello per la costruzione sulle rive dell’Astico della moderna cartiera di Arsiero. Dopo alcune difficoltà iniziali, dal ‘78 la cartiera avrebbe conosciuto un rilancio produttivo e societario con l’avvento del figlio Francesco. Nato nel 1848, questi era stato chiamato dal padre al suo fianco, ancora diciassettenne, nella fase di maggiore espansione del Lanificio Rossi. Durante i viaggi di formazione e lavoro in Belgio, Austria, Germania e Inghilterra, venne da lui coinvolto in numerose questioni di ordine politico ed economico, a partire dalla trasformazione dell’impresa familiare nella più grande società anonima italiana, avvenuta tra il 1872 e il ’73 (Fontana

1993). L'imponente organismo, con sede a Milano, controllava gli stabilimenti di Schio, Pieve, Torre, Piovene e il lanificio Mazza di Bellano, che utilizzavano un sesto della filatura cardata e un quarto dei telai meccanici operanti in Italia nel pettinato.

Nella complessa struttura amministrativa, tecnica e commerciale, Alessandro Rossi assunse le cariche di presidente e direttore tecnico-generale, mentre Eugenio Cantoni e Francesco Rossi erano vice-presidenti. Avverso alla concentrazione tecnica e territoriale, il Rossi era un tenace propugnatore della concentrazione finanziaria nell'Anonima, la quale doveva fondarsi soprattutto sulle capacità direzionali e sulle qualità morali del gerente. Finanziariamente in minoranza di fronte al gruppo di Eugenio Cantoni e con una quota minore di capitale in mano straniera, il Rossi "continuò a rivendicare l'indipendenza del direttore generale e gerente di fronte ad un capitale instabile e teso alla piccola speculazione". In un suo memorabile discorso agli azionisti nel 1874 egli delineò la figura del capitano d'industria capace di subordinare all'imperativo dello sviluppo industriale "interessi di piccolo cabotaggio, pavidità e di poca prospettiva" (Cafagna 1962). Protagonista della svolta nella storia industriale italiana degli anni '70, A. Rossi giunse a difendere la figura e le funzioni del moderno *manager* anticipando anche il tema della distinzione tra proprietà e controllo.

Per la grande Anonima il Rossi dettò le linee di un articolato programma industriale, economico, commerciale e morale, che comprendeva lo sviluppo della già vasta rete di istituzioni e provvidenze per le maestranze da lui istituite e propagandate da imprenditori, politici e giornalisti come un modello da imitare. Un prospetto per il *Giubileo Operaio di Alessandro Rossi* del 1889 avrebbe elencato 21 *Istituzioni operaie* a Schio, 13 a Piovene, 8 a Pieve e 6 a Torre, oltre alle 12 create dal figlio Francesco intorno alla cartiera di Arsiero (Fontana, Marchesini 1986). Gli occupati in quell'anno raggiunsero le 5.000 unità. Il "paternalismo industriale" rossiano si collocava all'interno di un fenomeno di portata

internazionale, che riguardava le imprese più avanzate e che Rossi conosceva molto bene, ma che assumeva connotazioni specifiche a seconda delle regioni, delle aziende e della personalità degli industriali che lo realizzavano (Fontana 2020). Nell'imponente complesso di mense, magazzini cooperativi, cucine e forni economici, strutture previdenziali, assistenziali, scolastiche, culturali e ricreative, cui vennero ad aggiungersi i convitti per le operaie e le realizzazioni del Nuovo Quartiere di Schio (Marchesini 1985; Fontana, Mancuso, Marchesini 2018), dei villaggi e delle case per operai, tecnici ed impiegati di Piovene, Cogollo, Pieve e Torre, si rispecchiavano fedelmente le concezioni imprenditoriali, economico-sociali e religiose di Alessandro Rossi (Fontana 2009).

Nella sua visione, il “welfare paternalistico” era un necessario strumento di risposta alle sfide del processo di industrializzazione, un modo per affrontarne i costi economici e sociali, per sviluppare la solidarietà e la coesione in una “comunità aziendale” fondata sui valori comuni dell’etica del lavoro e della costruttiva collaborazione tra le classi produttive. All’iniziativa privata spettava il compito di favorire la pace sociale e alle imprese quello di garantire la partecipazione degli operai agli utili d’impresa, come prescritto dallo Statuto del Lanificio Rossi che destinava il 5% degli utili netti alle Istituzioni operaie (Marchesini 1985). La forte contrarietà del Rossi alla legislazione sul lavoro e all’intervento statale nell’ambito delle relazioni industriali era motivata dall’ostilità ai vincoli sulla libertà d’azione dell’imprenditore e alle interferenze di natura politica nella convergenza di interessi tra imprenditori e operai.

La morale religiosa da lui propugnata era quella all’origine del grande fervore pratico che pervadeva la società americana. Nella prefazione al volumetto *Della educazione personale o della coltura di sè stesso* (1870) dello scrittore ed uomo politico americano W. Channing, il Rossi approfondì il tema del rapporto etica-economia in termini funzionali alla riprogettazione sociale richiesta

dalle trasformazioni capitalistiche. La morale cristiana doveva esprimere una nuova etica economica quale fattore essenziale “per la promozione di una classe dirigente di tipo borghese-imprenditoriale che non fosse separata per alcun diaframma dalle classi lavoratrici, ma fosse aperta ad esse mediante un intenso ricambio” e dunque, anche per questo, “l’unico vero antidoto alle rivoluzioni sociali” (Lanaro 1967). In *Questione operaia e questione sociale* (1879) egli ripropose la validità del suo modello di armoniose relazioni sociali e, negli anni Ottanta, tentò anche forme nuove di avvicinamento al movimento operaio su una linea di difesa del *lavoro nazionale* e della vagheggiata unione produttori-operai, cercando “di fare del movimento operaio la base per il suo programma di espansione nazionale” contro coloro che “non si rendevano conto della necessità del protezionismo” per lo sviluppo industriale (*Ibidem*).

Il politico e la battaglia per il protezionismo

Secondo il Rossi, alla contestazione socialista si doveva rispondere con un nuovo ordine capitalistico di tipo *nazionale, popolare e cristiano*, dove al conflitto tra capitalisti e produttori si sostituiva quello tra ceti produttivi ed improduttivi. L’obiettivo era una *nazione di produttori* da plasmare attraverso un’adeguata “educazione industriale” (Lanaro 1967). Di qui anche il costante interesse per il sistema scolastico e, in particolare, per l’istruzione tecnico-professionale, collegata strettamente ai temi dell’etica attivistica e della produzione nazionale. “La insufficienza della istruzione di base, l’esuberanza della istruzione classica, lo slegamento della neglettissima istruzione tecnica, la sovrapproduzione di un personale umanistico-avvocatesco nelle università, l’insufficienza delle dotazioni scientifiche” (Are 1981) richiedevano per il Rossi un largo e coerente disegno di riforma. Anche in questo caso agli interventi pubblici egli accompagnava le iniziative concrete. Così nel mentre sollecitava una riforma in senso pratico-professionale dell’istruzione, nel 1878 provvide ad istituire l’Istituto tecnico di Vicenza e, coerentemente con la sua

visione dell'economia come "connubio naturale" di agricoltura e industria e del problema agricolo come problema di modernizzazione tecnico-produttiva, realizzò la scuola-convitto di *orticoltura e pomologia* di Schio collegata al podere-modello di Santorso (Fontana, Marchesini 1986).

Erano gli anni cruciali della battaglia per la protezione dell'*industria nazionale*, per l'eliminazione delle incongruenze nei trattati di commercio e la ricerca di alleanze per un mutamento di indirizzo nella politica economica. Un primo passo in questa direzione si verificò nel 1878, con il governo della sinistra storica di Agostino Depretis, sostenuto da un'attiva opera di promozione dell'associazionismo industriale, di assemblee, comitati e *meetings* da parte di A. Rossi (Avagliano 1970). Nei primi anni Ottanta, l'esigenza di convogliare il risparmio verso l'industria gli fece prendere posizione con alcuni scritti sul credito e il risparmio popolare, sostenendo, contro il modello delle banche popolari di Luzzatti, quello cooperativo tedesco delle *Darlehenskassen* del Raiffeisen, ispirato al criterio della *responsabilità solidale illimitata*, l'unico che, a suo giudizio, poteva garantire credito al lavoro. Appoggiò inoltre le casse rurali cattoliche che favorivano la proprietà contadina in linea con la sua visione del popolo come "soggetto attivo di accumulazione e di progresso della produzione" (Lanaro 1967).

Rossi riconsiderò più organicamente i problemi dell'agricoltura e dell'industria con l'esplosione della concorrenza agricola americana e con la costruzione del "blocco" protezionista. *L'americanismo* – scrisse nelle sue analisi del fenomeno americano – *avrà presto il primato economico su tutto il globo, e costringerà le nazioni a subire le conseguenze nel campo politico e sociale, poiché presso ciascun popolo oggimai tanto vale la sua politica, quanto gliela fa valere l'economia, di cui la prima non è che l'ancella devota*. Per dare ai ceti dirigenti un'esauriente informazione in materia, inviò il suo segretario Egisto Rossi negli Stati Uniti per un lungo soggiorno di studio e pubblicò un ponderoso volume – *Gli Stati Uniti e la concorrenza americana* (1884) – che rappresenta un documento e un

momento fondamentale della battaglia da lui condotta, “una vera controrelazione rispetto a tutti i documenti e le inchieste ufficiali, per quegli aspetti, fondamentali, su cui maggiore era la loro incomprendenza” (Are 1981). Sullo sfondo del vasto affresco economico, sociale, culturale tracciato da E. Rossi, emergeva la ricorrente ammirazione russiana per lo spirito e l’etica attivistica dell’*uomo americano*.

Le trasformazioni dell’economia mondiale rendevano sempre più indispensabile un’industrializzazione a tappe forzate. Di fronte ad un Parlamento riluttante, il Rossi si impegnò in un’intensa attività pubblicistica e politica volta a costruire un blocco di forze a sostegno del protezionismo integrale industriale-agrario, basato sulla *perfetta solidarietà di tutti gli interessi combinati nella produzione*. Il protezionismo russo si proponeva come “linea globale per l’economia italiana”, come ricerca di un organico collegamento tra gli interessi industriali e il più largo contesto socio-economico della nazione.

Gli interventi dell’industriale scledense facevano emergere i nessi tra la sottovalutazione del ritardo accumulato dall’industria e alcune fra le debolezze più gravi dell’economia italiana: “il disavanzo cronico della bilancia commerciale, la debolezza della lira nei cambi esteri, il dissesto delle finanze statali e la forte dipendenza del paese dall’arbitrio della grande finanza straniera. L’analisi che il Rossi *compiva* di tutti questi fatti è particolarmente interessante non solo per l’aggiustatezza e modernità dei singoli giudizi, ma per una superiore consapevolezza della interdipendenza dei problemi da essi suscitati, che non accade di trovare in altri nel dibattito economico di quegli anni” (Ibidem). Egli chiedeva con forza una drastica revisione dell’atteggiamento dello Stato verso i problemi dell’industria e un programma di risoluta difesa della produzione nazionale.

Da qualsiasi angolatura affrontassero i problemi dell’economia e della finanza, tutti i contributi di Rossi si rannodavano al filo del protezionismo e ne motivavano l’imprescindibilità, in una progressiva intensificazione dei toni che toccò il culmine nel 1885 con iniziative come la

Lega di difesa agraria, fondata e presieduta dallo stesso Rossi, e con i celebri discorsi al Senato sulla crisi agraria. Alessandro Rossi seguiva una collaudata tecnica di diffusione delle proprie idee: collaborava costantemente a vari giornali e riviste, e spesso li finanziava; distribuiva capillarmente estratti delle sue conferenze e discorsi parlamentari ad organi di stampa, colleghi, biblioteche, camere di commercio, comizi agrari ed altre istituzioni. Il libro sugli Stati Uniti venne distribuito gratuitamente in tutta Italia.

Nel 1887 Parlamento e Governo fecero propri i principi protezionistici per i quali il Rossi si era battuto da più di tre lustri. Per quanto potessero essere errate le sue valutazioni sulle possibilità di cambiamento dell'agricoltura italiana, egli aveva capito "che il protezionismo e lo sforzo per il dominio del mercato nazionale *si inquadravano* in trasformazioni economiche di portata intercontinentale che *tendevano* a rendere sempre più irrilevante la linea alternativa di un paese singolo" e che il protezionismo, in un paese di produttori agricoli, poteva avere ormai "una base di massa" (*Ibidem*). La produzione interna del paese era la sua unica, vera ricchezza. Negli anni Novanta, gli interventi e le argomentazioni del Rossi si svilupparono sempre più in direzione di un nazionalismo economico che informava la sua tenace difesa della svolta protezionistica del 1887 e degli interessi italiani nei conflitti doganali con la Francia, nonché la sua lotta contro quel "complesso di contropinte che, nei cupi anni dall'88 al '95, trovano un punto di raccordo nell'individuare in quella svolta [...] la causa unica e suprema del disagio del paese, delle crisi che lo sconvolgono, della crescente inquietudine delle plebi, della corruzione che dilaga, delle inclinazioni reazionarie che si accentuano" (*Ibidem*).

L'avvento della terza generazione e i progetti di sviluppo territoriale

All'indomani dell'87, nell'opera *Socialismo e fraterno* il Rossi approfondì ed aggiornò le questioni legate allo sviluppo del movimento operaio e sindacale attribuendo al

capitalismo anglosassone la genesi dei disagi sociali e degli scioperi all'origine della diffusione dei movimenti socialisti, mentre – sottolineava – *non è nemmeno della nostra natura l'avidità capitalistica degli Anglo-Sassoni, non è della nostra natura e del tempo l'exploitation de l'ouvrier*. L'imprenditore scledense ribadiva l'efficacia del suo modello di relazioni sociali fondato sul principio dell'*homo homini frater* e sul dovere dei ceti dirigenti di *diminuire più e meglio che si può il numero di coloro che mancano del necessario*. Di qui i richiami all'etica del lavoro, alla carità cristiana, alle iniziative che promuovevano lo spirito di collaborazione tra le parti sociali.

L'enfaticizzazione dei benefici del sistema paternalistico non valse tuttavia a riassorbire il disagio e la protesta degli scioperanti di Pieve nel 1890. E nel '91, quando lo sciopero, causato da ragioni salariali ed alimentato da attivisti anarchici e socialisti, scoppiò negli stabilimenti di Schio, Rossi si rese conto che i rapporti con le maestranze stavano cambiando e ne restò profondamente colpito. Ne seguì un'ondata di "autolicensing" e di partenze per l'America. Poco dopo la conclusione dello sciopero, nel marzo 1891 il Rossi rassegnò le dimissioni da presidente e consigliere del Lanificio motivandole con l'impegno eccessivo per l'età, la necessità di "spersonalizzare" la gestione aziendale e ragioni familiari.

Il predominio dei Rossi nella gestione dell'Anonima volgeva ormai al tramonto. I figli Francesco, Giovanni, Giuseppe e Gaetano occupavano già da molto tempo posizioni di primaria responsabilità nella vita aziendale, assunte dopo un analogo itinerario di formazione internazionale nei paesi leader del tessile, della meccanica e della chimica, che il padre pianificò e guidò in tutte le fasi di svolgimento. Francesco era diventato vice-presidente dell'Anonima Lanificio Rossi poco più che trentenne. Nel '78 era passato ad occuparsi della cartiera di Arsiero guidando nel contempo la Banca mutua popolare di Schio (Fontana 1995).

Nel 1880, l'Anonima venne riorganizzata col sistema delle *gerenze autonome*, che assicurò un decennio di con-

trollo direzionale ad Alessandro Rossi e ai figli Giovanni e Gaetano. Il primo diventò gerente della sezione di Schio, il secondo di quella di Piovene, mentre Giuseppe seguiva la rete commerciale a Milano. Questo sistema, con la maggiore autonomia e snellezza operativa, consentiva ai gerenti di decidere in prima persona. Il ritorno del baricentro societario a Schio favoriva la concentrazione della gestione nell'ambito della famiglia Rossi. Nell'88 le gerenze si ridussero a due, rispettivamente nelle mani di Giovanni (il cardato con la sezione Centrale, la sezione Principe Umberto e la ex Garbin a Schio, insieme agli stabilimenti di Pieve e Torre prima affidati ad altri) e di Gaetano (il pettinato a Piovene Rocchette) (Fontana 1993).

Gaetano e Francesco Rossi furono anche gli artefici della nascita del Cotonificio Rossi di Vicenza alla metà degli anni Ottanta. Pochi anni dopo, problemi energetici e di manodopera indussero Gaetano a progettare il Cotonificio di Chiuppano, inaugurato nel 1893. Dal 1889 in avanti una rete di centrali idroelettriche permise di ridimensionare l'annoso problema energetico e di alimentare gli stabilimenti delle valli del Leogra e dell'Astico. Il trasporto a distanza dell'energia avrebbe consentito di farne sorgere altre fabbriche a Dueville (1904) e a Marano (1910), più vicino alle maggiori vie di comunicazione.

Proseguendo l'iniziativa di A. Rossi per la ferrovia Vicenza-Schio (1876), al fine di migliorare i collegamenti degli stabilimenti più decentrati con gli snodi del sistema delle comunicazioni, Francesco e Gaetano Rossi si impegnarono in prima persona anche nella realizzazione della rete delle *ferrovie alpine* da Schio a Piovene (1884) e poi fino a Torre ed Arsiero (1885), preludio della Thiene-Rocchette (1907) e della ferrovia a cremagliera Rocchette-Asiago (1910), la prima realizzata in Italia. La vasta opera di infrastrutturazione territoriale, portata avanti per un trentennio dai Rossi col concorso di molti attori politici, tecnici ed economici non solo locali, rientrava in un disegno fino ad allora mai concepito di modernizzazione e sviluppo integrato di tutto il territorio alto-vicentino (*Ibidem*; Fontana 1997,

2004a e b). In questo contesto, Schio veniva ad assumere un ruolo di vertice territoriale rafforzato dalle molte opere di trasformazione urbana promosse o realizzate dai Rossi (Fontana 2009).

Nell'Anonima, gli anni Novanta segnarono l'inizio della tendenza a ricondurre le gerenze, che avevano ormai raggiunto i più importanti obiettivi finanziari e commerciali, nell'ambito del controllo del Consiglio di amministrazione. Le dimissioni di A. Rossi dalla Presidenza e dal Consiglio dell'Anonima, in coincidenza con gli scioperi del 1891, aprirono una nuova fase di riorganizzazione societaria e di cambiamenti statutari, nella quale il ruolo dei Rossi, a cominciare da Giovanni, cui venne tolta la gestione di Pieve, era destinato ad indebolirsi sempre più.

Il poligrafo e l'economista militante

Nell'ultimo decennio di vita, A. Rossi si dedicò principalmente alla difesa delle sue posizioni in materia economica e politica, con aspre polemiche contro i *dottrinari* e i liberisti. In questo periodo maturò la convinzione che uno "scatto politico" e una scelta coloniale di tipo espansionistico potessero favorire lo sviluppo capitalistico dell'Italia. Sostenne pertanto con determinazione la linea di Francesco Crispi, la cui forte capacità d'iniziativa politica era da lui considerata un potente fattore di dinamizzazione economica (Avagliano 1970). Suggestioni bismarckiane, nazionalismo, colonialismo, identificazione tra borghesia e Stato – tratti distintivi del modello statale crispino – costituivano altrettanti elementi funzionali al disegno politico-economico del Rossi. Egli mantenne dunque costanti rapporti col Crispi, il quale, da presidente del Consiglio, nel 1889 inviò la missione etiopica di Ras Makonnen in visita al Lanificio Rossi per vedere *quanto possa una volontà di ferro congiunta alla potenza dell'industria moderna*. Nel '95 l'imprenditore scledense avrebbe dichiarato: *Io sono crispino più che mai perché nulla desidero all'infuori del bene della patria. Conviene che una Destra nuova si formi, quella cui da deputato ho sempre aspirato*.

Negli scritti del periodo, in particolare in *La sincerità nel regime democratico nella educazione popolare* (1890), Rossi affrontò i temi dell'organizzazione sociale e politica della nazione in senso popolare e democratico, riprendendo e aggiornando al nuovo contesto politico e sociale molte questioni trattate nelle opere precedenti. Egli sosteneva l'estensione del voto ai ceti popolari che a suo giudizio non poteva nuocere alla borghesia se essa sapeva farsi *educatrice*, se – superando il parassitismo e l'economicismo tipici di quanti si interessavano solo del denaro e delle speculazioni – non si chiudeva in sé stessa, ma era capace di allargarsi e di assimilare le classi inferiori. Per quanto concerne l'assetto politico ed istituzionale, il Rossi riteneva indispensabile il decentramento amministrativo e lo sviluppo delle autonomie locali, che, nella sua visione, assumevano anche la funzione di antidoto alle degenerazioni del potere centrale e della burocrazia, la quale, grazie alla propria forza di “corporazione chiusa”, condizionava sempre più pesantemente la volontà politica.

Negli scritti, nelle conferenze e nei discorsi al Senato degli anni Novanta, Rossi ribadì insistentemente la convinzione che le trasformazioni indotte dal progresso tecnologico e dallo sviluppo industriale avrebbero cambiato il mondo. Progresso tecnologico e concentrazione economica erano però fenomeni ambigui, che andavano orientati secondo valori di civiltà e giustizia, sostituendo all'economia politica della scuola classica *un'economia sociale dei popoli e degli stati*. Rossi postulava l'indissolubilità del *concetto morale* dal *concetto economico entrambi fusi nel sentimento della patria* e rivendicava all'Italia “un destino di incivilimento cristiano della tecnica” (Lanaro 1971).

Le prospettive aperte dalla crescente articolazione della società industriale lo rafforzavano nell'idea – ribadita nell'opera *L'etica del successo* (1895), richiamandosi agli scritti di Guglielmo Thayer – che ogni uomo *di forti principi morali* potesse avanzare nella scala sociale e professionale grazie alla mobilità sociale incoraggiata “con l'imperativo cristiano dell'ascesa tramite il lavoro” (Lanaro 1971). Su

questa base riproponeva la sua visione smilesiana-frankliniana della società “composta non di classi l’una distante dall’altra, ma fondata sul predominio di cittadini-produttori, di tutti coloro che realizzano buone posizioni sociali e prestigio con l’impegno costante ed attivo nella produzione e nel lavoro” (Baglioni 1974). Sansimonismo e *americanismo* si alleavano in Rossi nel confutare le motivazioni alla lotta tra capitalisti e lavoratori e negli attacchi alla borghesia dei lucri commerciali e delle speculazioni finanziarie, di fronte alla quale l’imprenditore di Schio vantava i meriti della borghesia industriale e produttiva.

La consapevolezza che i conflitti economici tra le nazioni erano diventati veri e propri contrasti imperiali lo indusse a sostenere l’espansionismo coloniale italiano anche come risposta all’avarizia del suolo nazionale e alla crescente pressione demografica. Tra il 1870 e l’80, in un contesto politico internazionale non ancora favorevole, il Rossi aveva guardato alla Tripolitania: *sul Mediterraneo – scrisse –, io sento rinnovellarsi la nostra influenza e le nostre responsabilità fra i popoli, europei ed africani, che vi convergono*. Dopo l’80, le propensioni emigrazionistiche e colonialistiche rossiane si tradussero nel collegamento degli interessi marittimi, militari e coloniali italiani al potenziamento economico della nazione (Franzina 1985).

Egli si impegnò attivamente nella propaganda mediante importanti mezzi di pressione e nel finanziamento di gran parte della stampa africanista, nonché nell’impegno diretto per la fondazione di una colonia agricola sugli altipiani dell’Africa italiana tra l’autunno del 1895 e la primavera del ’96. Era la conferma, nel pieno delle polemiche e dell’anticrispismo montante, di una scelta coloniale espansionista, peraltro molto attenta ai problemi umani e pratici dell’esodo di massa analizzati e dibattuti col solito ampio corredo di informazioni di “prima mano”. Dal ‘95, con la maturazione del suo disegno su marina, emigrazione e colonie, oltre che verso l’Africa – dove operava l’Associazione nazionale per soccorrere i missionari cattolici italiani (ANM) da lui voluta e finanziata – propugnò l’incremento delle partenze

verso gli Stati Uniti, dove il fido Egisto Rossi segue per lui e per il governo l'andamento dei flussi migratori.

Il Rossi continuò fino all'ultimo ad interpretare il suo ruolo di economista *militante* nel Senato del Regno come nelle assemblee di categoria, con le conferenze come con gli articoli su giornali e riviste nei quali continuava ad esercitare una grande influenza. Per la "Rassegna Nazionale" curò fino al gennaio 1898 il *Notiziario Economico*. In moltissimi articoli, pubblicati prevalentemente su "Il Sole", seguì passo passo la conquista dell'Africa da parte delle maggiori potenze europee. Sulle colonne di questo giornale, a tre settimane dalla morte, tornò a trattare uno dei suoi temi prediletti con l'articolo *Il pareggio dell'Italia e il deficit della Francia*. Pochi giorni appresso, intervenne per l'ultima volta in Senato.

Tutti i giornali pubblicarono *in memoriam* profili biografici di quest'uomo singolare che colla virtù del lavoro si levò tant'alto nella ricchezza e negli onori. "Il Sole" concluse con queste parole il suo necrologio del 1° marzo 1898: "Chi scriverà la storia dell'industria italiana del secolo XIX dovrà dedicarne pagine superbe ad Alessandro Rossi. Egli conobbe l'infanzia dell'industria manifatturiera italiana e fu ad essa che dedicò gli anni della giovinezza, quelli dell'età matura, quelli ancora della sua vecchiezza verde, come noi sollevamo dirgli in affettuosa confidenza".

Bibliografia essenziale:

Questo scritto costituisce una sintetica rielaborazione di nostri precedenti lavori sulla figura e l'opera di Alessandro Rossi. La bibliografia si limita ai testi da cui sono tratte le citazioni o le maggiori informazioni. I termini e i passi in corsivo provengono dagli scritti di Alessandro Rossi e dalle altre fonti utilizzate.

G. Are, *Il problema dello sviluppo industriale nell'età della Destra*, Pisa, 1965.

G. Are, *Alle origini dell'Italia industriale*, Napoli, Libreria Scientifica Editrice, 1974.

G. Are, *Alla ricerca di una filosofia dell'industrializzazione nella cultura economica e nei programmi politici in Italia dopo l'unità*, in G. Mori (ed.), *L'industrializzazione in Italia (1861-1900)*, Bologna, Il Mulino, 1981.

L. Avagliano, *Alessandro Rossi e le origini dell'Italia industriale*, Napoli, 1970.

P. Bertoli, *Meccanizzazione e prodotti: scelte di A. Rossi*, in G.L. Fontana (ed.) *Schio e Alessandro Rossi. Imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento*, vol. I, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985, pp. 359-403.

L. Cafagna, *Il Nord nella storia d'Italia. Antologia politica dell'Italia industriale*, Bari, Laterza, 1962.

G.L. Fontana, *L'industria laniera scledense da Niccolò Tron ad Alessandro Rossi*, in G.L. Fontana (ed.), *Schio e Alessandro Rossi*, cit., pp. 71-256.

G.L. Fontana, *Macchine, fabbriche e paternalismo industriale: due modelli a confronto*, in F. Mancuso (ed.), *Archeologia industriale nel Veneto*, Milano, 1990, pp. 207-223.

G.L. Fontana, *Mercanti, pionieri e capitani d'industria. Imprenditori e imprese nel Vicentino tra '700 e '900*, Vicenza, Neri Pozza, 1993.

G.L. Fontana, *Formazione imprenditoriale all'estero e quadri stranieri nell'innovazione tecnico-produttiva: il caso del Lanificio Rossi*. In: G.L. Fontana, E. Decleva, C.G. Lacaïta, A. Ventura (eds.), *Innovazione e modernizzazione in Italia fra Otto e Novecent*, Milano, Franco Angeli, 1995, pp. 297-375.

G.L. Fontana, *Distretti specializzati e grandi imprese nella formazione del sistema industriale vicentino*, in G.L. Fontana (Ed.), *Le vie dell'industrializzazione europea. Sistemi a confronto*, Bologna, 1997, pp. 495-538.

G.L. Fontana, *Schio, "Nuova Schio" e il Lanificio Rossi: costruzione e riuso di un caso esemplare*, in "Annali di Storia dell'impresa", 13, 2002, pp. 153-188.

G.L. Fontana, *L'Europe de la laine : transfert de techniques, savoir-faire et cultures d'entreprise entre Verviers, Biella et Schio*, in G.L. Fontana, G. Gayot (eds.), *Wool: products*

and markets (13th – 20th Century), Padova, Cleup, 2004, pp. 687-746.

G.L. Fontana, *Imprenditori, imprese e territorio dalla prima alla seconda rivoluzione industriale*, in G.L. Fontana (ed.), *L'industria vicentina dal Medioevo a oggi*, Padova, 2004, pp. 347-454.

G.L. Fontana, *Formazione ed evoluzione di una città del lavoro: Schio, "Nuova Schio" e l'industria laniera*, "Ricerche Storiche", 47, 2009, pp. 88, 39.

G.L. Fontana, R. Marchesini, *La città della lana. Storia per immagini*, in G.L. Fontana (ed.) *Schio e Alessandro Rossi*, cit., I, pp. 821-1424.

G.L. Fontana, G. Riello, *Seamless Industrialization: The Lanificio Rossi and the Modernization of the Wool Textile Industry in Nineteenth-Century Italy*, "Textile History", 36, 2005, pp. 168-195.

E. Franzina, *Alle origini dell'Italia industriale. Ideologia e impresa in A. Rossi*, "Classe", IV, 1971, pp. 179-231.

E. Franzina, *Emigrazione, navalismo e politica coloniale in Alessandro Rossi (1868-1898)*, in G.L. Fontana (Ed.) *Schio e Alessandro Rossi*, cit., I, pp. 569-622.

M. Isnenghi, *Rossi giornalista: come si costruisce e si amministra una "pubblica opinione"*, in G.L. Fontana (Ed.) *Schio e Alessandro Rossi*, cit., I, pp. 623-638.

S. Lanaro, *Nazionalismo e ideologie del blocco corporativo-protezionista in Italia*, "Ideologie", II, 1967, pp. 36-93.

S. Lanaro, *Mercantilismo agrario e formazione del capitalismo nel pensiero di Alessandro Rossi*, "Quaderni storici", V, 1971, pp. 48-156.

S. Lanaro, *Società e ideologie nel Veneto rurale (1866-1888)*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1976.

R. Marchesini, *Le società di Alessandro Rossi e il "Nuovo Quartiere" in Schio*, in G.L. Fontana (Ed.) *Schio e Alessandro Rossi*, cit., I, pp. 319-358.

V. B. Merlotti Herédia, *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*, 2a ed. ampl., Caxias do Sul, 2017.

V. B. Merlotti Herédia, G.L. Fontana, *Emigração, industrialização e cultura do trabalho: o caso de Galópolis, primeira indústria têxtil na zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul*, “Ricerche Storiche”, 48 (2018), n. 3, *Patrimoni dell’Industria Tra Europa e America Latina*, a cura di G.L. Fontana, pp. 90-112.

V. B. Merlotti Herédia, G.L. Fontana, *Industrial patrimony and italian immigration in the South of Brazil: the case of Galópolis/RS*, in G.L. Fontana (Ed.), *Stati Generali del Patrimonio Industriale 2018*, Atti di convegno (Padova, Venezia, dal 23 al 25 ottobre 2018), Venezia, Marsilio, 2020, n. 4.2.

V. B. Merlotti Herédia, G.L. Fontana, *Industrial Heritage and Italian Immigration in the South of Brazil*, in A. Karadag, F. Baikal (Eds.), *Industrial Heritage in the Urban Identity and Memory Axis*, IZMIR, 2021, pp. 225-238.

G. L. Fontana, *Villaggi operai, company town, città dell’industria. Origini e sviluppi di un fenomeno globale*, in G.L. Fontana, A. Gritti, *Architetture del lavoro. Città e paesaggi del patrimonio industriale/Architecture at Work. Towns and Landscapes of Industrial heritage*, Firenze, Forma Editore, 2020.

G. L. Fontana, F. Mancuso, R. Marchesini, *Il «Nuovo Quartiere Alessandro Rossi» di Schio: storia e recupero*, in G.L. Fontana (Ed.), *Stati Generali del Patrimonio Industriale 2018*, Atti di convegno (Padova, Venezia, dal 23 al 25 ottobre 2018), Venezia, 2020, n. 4.1.

C. Ossola, *Introduzione a C. Cantù, Il portafoglio di un operaio*, a cura di C. Ossola, Milano, Bompiani, 1984, pp. 7-68.

A questão da vida boa e bem vivida

Idalgo José Sangalli¹¹³

Escrever sobre modelos de vida e de vida bem vivida ou bem-sucedida parece algo trivial, pois não falta literatura com as mais variadas abordagens, com predominância de livros ou textos (impressos ou virtuais) de divulgação popular na linha editorial de autoajuda. Muita repetição de ideias, receitas de sucesso sem base científica, conselhos para todos os gostos e tipos de leitores são características dessas abordagens exageradamente subjetivistas e mercadológicas que invadem nossas livrarias e meios digitais em uma sociedade cada vez mais injusta e desigual. Evidentemente, não é sobre essa literatura de autoajuda e muito menos sobre cursos motivacionais e seus conteúdos produzidos atualmente pelos milhares ou milhões de influenciadores, blogueiros e youtubers, coach, etc., que se pretende tratar aqui.

Iniciadas pela tradição filosófica antiga e, em seguida, pela teologia, depois, na modernidade, com a laicização e a separação dos saberes, surgem também as vias sociológica e psicológica, e no século XX o viés econômico também se apresenta, e assim os temas da vida boa e vida bem-sucedida foram tratados com interesses e preocupações cada vez mais científicas. Cada área com suas abordagens e seus critérios metodológicos de investigação, todas visando compreender e explicar da melhor forma possível esses “assuntos das coisas humanas”, como cunhou Aristóteles, e no início da contemporaneidade com os assuntos de seres “humanos, demasiadamente humanos”, na sutil observação de Nietzsche.

A história da filosofia e a própria história das ciências fornecem muitas fontes e conteúdo que merecem considera-

¹¹³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul, Brasil.

ção e que podem contribuir para compreender o significado de vida boa (que intencionalmente restringimos aqui no sentido de um padrão de vida com acesso a recursos materiais e conforto e não no sentido “eudaimônico” da filosofia clássica) e vida bem-sucedida (mais próxima do sentido de *eudaimonia* da filosofia clássica), que muitos preferem utilizar para expressar o termo “felicidade”, mas que, além de distinções, deve vir acompanhada de outros conceitos fundamentais, como virtude, justiça, igualdade e liberdade. O foco aqui será destacar alguns pontos importantes e comuns de duas áreas de conhecimento que, contemporaneamente e sob certos aspectos e momentos, se entrelaçam: filosofia e sociologia. Mas, antes disso, pretende-se traçar um breve panorama de como a questão da vida boa e bem-sucedida foi caracterizada ao longo da história desses conhecimentos mencionados acima e, em seguida, será tratado sob a perspectiva da filosofia e da sociologia.

1 Aspectos gerais de respostas diferentes à mesma pergunta

A origem do termo “teologia” nos remete à Hélade – a Grécia Antiga. O termo aparece em Platão, mas o conceito já existia nos pensadores pré-socráticos. Platão o aplica aos mitos, interpretando-os à luz crítica da filosofia, considerando seu valor para a educação política. Mas o conceito vai ganhando novos desdobramentos com Aristóteles e, sobretudo, na dimensão das religiões monoteístas, de modo particular no pensamento cristão.

Inicialmente a psicologia não era uma disciplina autônoma, mas, com seu surgimento como ciência humana, o conceito de uma vida boa e bem-sucedida foi se transformando conforme os paradigmas culturais de cada época. Enquanto a filosofia e a teologia focavam nos aspectos éticos e espirituais, a psicologia moderna passou a se concentrar na experiência subjetiva, no comportamento e na saúde mental do ser humano.

A gestão adequada do lar e da família marcou o início da história da economia, que, juntamente com a boa gestão pessoal e da comunidade, vai procurar organizar a existência humana desde o Mundo Antigo no âmbito da cidade-Estado (*Polis*). Ao longo do tempo, essa área de conhecimento associou o conceito de uma vida boa e bem-sucedida à forma como indivíduos, comunidades e sociedades organizam recursos, trabalho e capital para alcançar bem-estar e prosperidade.

A seguir, apresentam-se alguns traços gerais dessas três formas de conhecimento humano.

1.1 O conhecimento teológico

O termo “teologia”, que surgiu ainda no período pré-socrático, foi utilizado por Platão (*A República*, II, 379a) e por Aristóteles, que dedicou um dos livros de sua importante obra *Metafísica* ao tema da *theologique*, o estudo sobre o primeiro motor não movido, isto é, Deus, no Livro XII, evidentemente não o Deus cristão (*Metafísica*, Livro XII, 1069a-1076a). Embora estivesse presente na origem da filosofia, o paganismo não foi seu concorrente. Com o surgimento das três grandes religiões monoteístas, no Ocidente Europeu e em parte do Oriente (judaísmo, cristianismo e islamismo), começaram a concorrer com as respostas que a filosofia apresentava para as duas grandes questões humanas: os problemas da finitude e da salvação, como abordou de modo preciso Luc Ferry em sua obra *Aprender a viver* (2007). Para além da reflexão filosófica da teologia natural de Aristóteles, com o surgimento do relato e do testemunho apresentado pela via da revelação divina, na Sagrada Escritura (Bíblia), uma nova crença foi sendo estruturada, resultando em um tipo de conhecimento chamado teológico, ao menos para a religião cristã que se impõe diante das escolas filosóficas do período tardo-antigo ou Patrística. Formalmente e enquanto disciplina metodologicamente estruturada, os estudos sobre Deus e os textos sagrados (teologia da Doutrina Sagrada) ocorreram bem

mais tarde, a partir do século XII, com o surgimento das universidades medievais.

No entanto, sem demérito das inúmeras crenças religiosas existentes, mas tomando o que é comumente apresentado na história da teologia dessas três grandes religiões (judaísmo, cristianismo e islamismo), os significados de uma vida boa e uma vida bem-sucedida estão profundamente enraizados nas crenças sobre um único Deus, na natureza humana criada a partir do nada, assim como na concepção de mundo, no propósito da vida terrena e da vida celeste e na salvação possível somente junto a Deus. As perspectivas variam entre tradições religiosas e períodos históricos. Algumas das ideias centrais desse tipo de conhecimento que também tem valor, embora não seja considerado conhecimento científico, mencionaremos brevemente a seguir.

A mais antiga é a teologia judaica, que tem a definição de vida boa e vida bem-sucedida baseada na sabedoria e virtude escrita na Torá. Tal modelo de vida está associado à obediência às leis de Deus e à aliança entre Deus e o povo de Israel, como aparece no Antigo Testamento, presente também na Bíblia. No calvário da peregrinação do povo escolhido por Deus rumo à terra prometida, a prosperidade material e a harmonia social eram frequentemente vistas como bênçãos divinas para aqueles que viviam em fidelidade à Torá. Entre os textos sagrados, o destaque são os *Salmos* e *Provérbios*, que revelam a sabedoria, o temor a Deus e a justiça como aspectos essenciais de uma vida humana virtuosa e bem-sucedida.

No âmbito da teologia cristã, temos disponível várias divisões em que o primeiro período, chamado Patrística, tem em Santo Agostinho ou Agostinho de Hipona (354-430) o seu maior representante. Este argumentava que a vida boa e, especialmente a vida bem-sucedida são vividas em comunhão com Deus, e que o verdadeiro sucesso não está nas realizações terrenas, mas na busca pela beatitude (bem-aventurança) por uma via dupla, primeiro pela interioridade da alma no amor em Cristo e, em seguida, pelo

voltar-se à transcendência divina e sempre com a necessária graça divina, como apresentado por Agostinho, em sua obra *Diálogo sobre a felicidade*. A virtude, a humildade e o amor são fundamentais nesse caminho de retorno à casa do Pai. No período da Escolástica medieval, o maior nome é São Tomás ou Tomás de Aquino (1225-1274), que somente depois de sua morte teve o seu pensamento plenamente aceito pelos teólogos cristãos e, posteriormente, virou o Doutor da Igreja; o seu pensamento fundamentou a doutrina social da Igreja Católica, que no final do século XIX influenciou fortemente a sociedade cristã com a contundente encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII.

Seguindo de perto as reflexões de Aristóteles, sem abandonar o arcabouço geral do modelo platônico-agostiniano, Tomás, em sua monumental *Suma Teológica* (*STh.* I-II, q. 1-5), descreveu a vida boa na caridade e a vida bem vivida como caminhos para alcançar o bem supremo, que em última análise é a visão beatífica (contemplação de Deus na condição de substância separada, isto é, ser angélico). Para ele, a felicidade temporal defendida por Aristóteles é possível e legítima, mas imperfeita e subordinada à felicidade perfeita, isto é, a vida eterna é a única que nos coloca na condição de vida verdadeiramente feliz, na *visio Dei*.

O domínio católico sofreu um forte golpe com o advento da Reforma Protestante. No século XVI, o reformador Martinho Lutero (1483–1546) enfatizou que a vida boa e bem-sucedida está na fé em Cristo e na justificação pela graça divina, não em obras humanas. O sucesso terreno nesta vida não é um indicador da bênção divina. Em outra frente, com João Calvino (1509-1564) surge o calvinismo, que relacionou a ideia de predestinação ao trabalho diligente e ao sucesso material como possíveis sinais da eleição divina, mas sem garantir salvação. Delas derivam as variantes evangélicas com a pregação da teologia da prosperidade.

No âmbito do cristianismo, duas teologias orientais podem ser destacadas: a) teologia ortodoxa, que sustenta que vida boa e bem vivida é marcada pela *theosis* (divinização), o processo de união com Deus – isso envolve oração,

ascetismo e participação nos sacramentos da Igreja –; b) teologias de tradições asiáticas que, seguindo os ensinamentos cristãos, enfatizam a harmonia comunitária entre as famílias e pessoas, buscando o equilíbrio entre a espiritualidade e a vida prática enquanto reflexos de uma vida boa e bem vivida em comunhão com Deus.

Com suas múltiplas culturas e diferenças, o mundo oriental foi e é o berço milenar de grandes sistemas de crenças espirituais. O interesse do pensamento ocidental europeu decorreu especialmente sobre as culturas judaicas e árabes e, desta, sua influente teologia islâmica que coloca a vida boa e bem vivida no Corão, assim concorrendo diretamente com a proposta salvacionista cristã. Guerras foram travadas por motivações religiosas entre cristãos e islâmicos, como as Cruzadas. Apesar das diferenças interpretativas do texto sagrado entre os povos islâmicos, a vida boa e bem-sucedida no Corão está vinculada à submissão à vontade de Deus, à prática de boas ações e à lembrança constante de Deus. A verdadeira vida bem-sucedida está na eternidade, isto é, na recompensa no Paraíso, quando o crente vive por meio da fé e da observância dos preceitos divinos e, assim, conquista a vida eterna.

No contexto contemporâneo ocidental, ao menos três abordagens teológicas cristãs derivadas do protestantismo e do catolicismo tiveram grande projeção: a) teologia da prosperidade, que ganhou em alguns contextos evangélicos oriundos da América do Norte e se espalhou para diversas regiões do planeta, especialmente na América do Sul e África, a partir da ideia de que a vida boa e bem vivida é interpretada como uma bênção divina que inclui saúde, riqueza e realização pessoal, mas é frequentemente criticada por seu foco materialista; b) teologia da libertação, originária da América Latina, que foi por várias décadas reprovada pelo conservadorismo do Vaticano, associa a vida boa e bem vivida à justiça social e à luta pela dignidade dos marginalizados – vida boa não é apenas individual, mas comunitária e comprometida com a transformação social e uma sociedade mais justa e igualitária –; c) teologia eco-

lógica, que, incentivada pelo Papa Francisco (2013-2025), propõe que a vida boa e bem-sucedida inclui uma relação saudável e sustentável com a criação, refletindo o cuidado de Deus pelo mundo, como expressado claramente em sua encíclica *Laudato si* (2015).

1.2 O conhecimento psicológico

Os primeiros traços da história da psicologia começam antes de se tornar uma ciência independente da filosofia. A partir do surgimento da psicologia como área científica, o significado de vida boa e bem-sucedida evoluiu segundo os paradigmas dominantes em cada período da cultura humana. Enquanto a filosofia e a teologia abordam frequente e especialmente os aspectos éticos e os espirituais, é com a descoberta moderna da subjetividade que a psicologia se concentra na experiência subjetiva, no comportamento e na saúde mental do ser humano. A seguir, uma breve caracterização de algumas das principais perspectivas do conhecimento psicológico.

Foi com Wilhelm Wundt (1832-1920), considerado o pai da psicologia experimental ou científica e precursor do Estruturalismo, que a psicologia clássica e moderna (ou melhor, já no contexto contemporâneo) se tornou independente da filosofia e ganhou corpo como ciência, mas a questão da vida boa e bem vivida foi pouco explorada, pois os estudos da consciência focavam na experiência individual e no funcionamento mental saudável. Wundt buscava entender os elementos da mente que contribuem para uma experiência de vida equilibrada (Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2013).

Por sua vez, foi William James (1842-1910), considerado o pai da psicologia funcional, isto é, o iniciador da abordagem conhecida como Funcionalismo, associou a vida boa e bem-sucedida à adaptação funcional ao ambiente em que o ser humano vive, destacando a importância da crença religiosa, da emoção e da liberdade na busca do bem-estar pessoal. Um aspecto importante foi a prática do hábito e da capacidade de lidar com desafios do cotidiano

como elementos cruciais para uma vida boa e bem-sucedida (Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2013).

O grande salto qualitativo, que serviu para popularizar os estudos da mente, foi empreendido com Sigmund Freud (1856-1939), criador da Psicanálise. Na abordagem psicanalítica, a vida boa e bem-sucedida implica a capacidade de lidar com os impulsos inconscientes (*id*), equilibrando-os com o *ego* e o *superego*. Outro aspecto inovativo de sua teoria é que a felicidade total é um ideal inatingível devido à própria estrutura psíquica humana e das exigências da vida em sociedade, em que o ser humano está inevitavelmente destinado ao conflito interno e à frustração parcial dos seus desejos, como apresentou em sua obra *O mal-estar na civilização* (*Das Unbehagen in der Kultur*, 1930). No entanto, vida boa e bem-sucedida envolve a busca de prazer e a redução do sofrimento por meio do trabalho, do amor e da sublimação (Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2013).

Por sua vez, Carl Jung (1875-1961), fundador da psicologia analítica, defendeu que a vida boa e bem-sucedida está associada à individuação, ou seja, à integração dos diferentes aspectos da psique do indivíduo. Assim, uma vida bem-sucedida seria possível enquanto envolve o autoconhecimento e o alinhamento com o inconsciente coletivo, incluindo os arquétipos que influenciam o comportamento humano do indivíduo.

Por mais que a psicanálise tenha se tornado uma referência e provocado debates e muitos seguidores, foi com B. F. Skinner (1904-1990), um dos pioneiros do behaviorismo, que se desenvolveu a psicologia comportamental. Skinner explicava a vida boa e bem vivida como estado de bem-estar alcançado por meio do reforço positivo do indivíduo e do condicionamento deste; dessa forma, o sucesso está ligado à criação de ambientes sociais que promovam comportamentos desejáveis e redução de contingências negativas (Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2013).

Outra abordagem que merece destaque é a Psicologia Humanista, de Abraham Maslow (1908-1970). Ele propôs

a teoria da hierarquia de necessidades, culminando na autorrealização como o ponto mais alto de uma vida boa e bem-sucedida. Na base da pirâmide de necessidades estão as condições que são consideradas primordiais para a sobrevivência de uma pessoa, como a fome, a sede, o sexo e a respiração. A necessidade de autorrealização envolve a realização do potencial pleno, alinhando objetivos pessoais com o bem-estar.

A contribuição de Carl Rogers (1902-1987) também está na abordagem humanista centrada na pessoa, e o conceito central é o autoconhecimento. Ele defendeu que a vida boa e bem-sucedida é um processo contínuo, caracterizado pela abertura à experiência, autenticidade e crescimento pessoal. Nesse sentido, o sucesso pessoal está relacionado à congruência entre o *self* real e o *self* ideal, promovida em ambientes de aceitação incondicional (Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2013).

Martin Seligman (1942) criou o conceito de psicologia positiva, desenvolvendo o modelo PERMA (composto de cinco conceitos) para descrever uma vida boa e bem-sucedida: emoções positivas (*positive emotions*), engajamento (*engagement*), relacionamentos positivos (*relationships*), significado (*meaning*) e realizações (*accomplishments*). Considerando esses conceitos, a psicologia positiva enfatiza o desenvolvimento de forças pessoais, virtudes e resiliência como base para uma vida boa e bem-sucedida (Seligman, 2011).

Pioneiro do estudo da felicidade e da criatividade, e também participando da fundação da Psicologia Positiva, Mihaly Csikszentmihalyi (1934-2021), com sua obra *Flow: a psicologia do alto desempenho e da felicidade* (2020), introduziu o conceito de fluxo (*flow*), que descreve estados de imersão total e de prazer em atividades desafiadoras e significativas. Nessa abordagem, a vida boa e bem-sucedida é vivida em estados de *flow*, nos quais há um equilíbrio entre habilidade e desafio.

A partir dos avanços das pesquisas científicas com novos métodos, técnicas e instrumentos para compreender as funções do cérebro humano, abriu-se novo campo de investigação cognitiva e de neurociência. Para a Psicologia Cognitiva e a Neurociência, o bem-estar psicológico está relacionado à capacidade de cada indivíduo de regular pensamentos e emoções. Com o avanço nas pesquisas sobre plasticidade cerebral, fica cada vez mais claro que hábitos saudáveis, como meditação e exercícios físicos, contribuem para a qualidade de vida tanto do ponto de vista material como do propósito de uma vida inteira bem vivida. Além desse cuidado mental, a abordagem voltada ao social também contribui, na medida em que envolve relacionamentos positivos e integração em redes sociais. Por isso, na perspectiva da Psicologia Social, fenômenos como apoio social, empatia e sentimentos de pertencimento são fundamentais para o sucesso emocional e social.

No contexto da Psicologia Contemporânea, diferentes abordagens podem ser encontradas com a preocupação sobre o bem-estar, como estudos sobre o prazer e conforto e/ou sobre a felicidade como autorrealização. A definição de vida boa e vida bem-sucedida passaria pelo equilíbrio entre prazer e felicidade. Mas quando sucesso e bem-estar são examinados a partir das diferentes culturas, a tese de uma definição universal para a vida boa e a vida bem-sucedida fica muito enfraquecida. Um dos exemplos apresentados pela psicologia cultural é a constatação de que sociedades individualistas valorizam a autorrealização, enquanto sociedades coletivistas enfatizam harmonia e interdependência.

Com as consequências cada vez mais trágicas das intervenções humanas na natureza, tem ganhado espaço um ramo da psicologia que investiga como uma vida boa pode ser bem vivida em equilíbrio com o meio ambiente, enfatizando práticas sustentáveis e valores que transcendem o materialismo inconsequente.

1.3 O conhecimento econômico

A preocupação com a boa organização e a adequada gestão da vida individual (ética), da vida no lar ou casa (economia) e da vida na comunidade ou cidade (política) fez parte das reflexões filosóficas na antiga Atenas, especialmente com Aristóteles. Justamente a boa administração da casa ou lar da família foi o começo da história da economia. Em linhas gerais e no decorrer da história, essa área de conhecimento relacionou o significado de uma vida boa e bem-sucedida aos modos como as pessoas, as comunidades e as sociedades organizavam seus recursos e atividades de trabalho e de capital para alcançar bem-estar e prosperidade a partir de uma adequada e justa organização familiar. Enquanto disciplina, a economia conecta a ideia de “vida boa” à criação de riqueza, à eficiência e à satisfação das necessidades humanas, mas também é influenciada e reflete as mudanças culturais e históricas em suas interpretações dos fenômenos econômico-sociais.

Na Grécia Antiga, filósofos como Platão e Aristóteles viam a vida boa como aquela que equilibra o uso dos recursos com a virtude, a justiça e a busca do bem comum para toda a família e, conseqüentemente, para toda a cidade-Estado (*Polis*), isto é, conjuntamente vida boa e vida bem-sucedida. Aristóteles, por exemplo, não só distinguia a economia (*oikonomia*), enquanto a boa administração do lar, do saber técnico de adquirir riqueza, a chamada crematística (*chromatistiki*), mas também criticava a atitude de muitos cidadãos que buscavam a acumulação ilimitada de riquezas por ser uma ação injusta e contrária à vida boa no sentido de vida bem-sucedida e feliz (*eudaimonia*) (Kishtainy, 2018).

No período do cristianismo medieval, a vida boa era associada à vida moralmente virtuosa segundo os preceitos cristãos. Assim como a maioria dos intelectuais medievais, também Tomás de Aquino, ainda que seguisse de perto o pensamento de Aristóteles, via a economia como subordinada à ética cristã. O sucesso econômico somente

era aceitável do ponto de vista cristão se servisse ao bem comum e, evidentemente, respeitasse os princípios da justiça e da caridade evangélica, condição para uma vida cristã bem vivida.

Do final da Idade Média até o século XVIII, predominaram as atividades ligadas ao mercantilismo, e, precisamente por meio do comércio e da expansão colonial, a vida boa e bem-sucedida foi vinculada ao acúmulo de riqueza, especialmente na exploração de ouro e prata e do trabalho escravo, isto é, mais no sentido de recursos materiais. Dessa forma, o sucesso individual era frequentemente associado à contribuição para a riqueza do Estado e ao acesso a bens de consumo luxuosos, sinal de *status* social e de poder político (Kishtainy, 2018).

Foi com a importante obra *A riqueza das nações* que Adam Smith (1723-1790) apresentou os argumentos de que uma vida boa seria possibilitada a partir de uma economia de mercado eficiente. Nesse mercado, a busca pelo interesse próprio levaria, indiretamente, ao bem-estar coletivo por meio da “mão invisível” do próprio mercado e suas regras. Para ele, o sucesso econômico deveria promover não apenas riqueza material, mas também liberdade e dignidade humana.

Na mesma direção de Smith, ao menos outros dois grandes pensadores iluministas ajudaram a formatar a economia clássica: David Ricardo (1772-1823) e John Stuart Mill (1806-1873). Ricardo focou na estratégia de distribuição da renda entre classes (trabalhadores, capitalistas e proprietários de terras), enquanto Mill, que contribuiu fortemente para uma versão mais humanizada da teoria ética utilitarista, destacou que, além da produção econômica, era muito importante a qualidade de vida, isto é, uma vida boa e bem-sucedida é influenciada por fatores como educação e tempo livre. Em outras palavras, o critério não pode ser somente o cálculo quantitativo de “maior bem-estar e felicidade para o maior número de envolvidos”, mas também, e principalmente, a inclusão do critério qualitativo de prazeres e de bem-estar para o maior número possível

de pessoas, independentemente de quem sejam elas, pois o critério da imparcialidade também deveria ser adotado, contribuindo para o bem comum e a justiça social, além de atender aos interesses individuais (Kishtainy, 2018).

Nessa mesma época, outro grande pensador apresenta suas teorias econômicas: Karl Marx (1818-1883). Ele defende que uma vida boa e bem-sucedida é aquela vinculada à superação das desigualdades de classes e à eliminação da exploração no capitalismo. Pois o sucesso realmente ocorre quando os indivíduos são livres para desenvolver plenamente suas capacidades, o que só seria possível em uma sociedade do tipo comunista. Em sua teoria política, Marx criticou fortemente o capitalismo por alienar os trabalhadores, os proletários, e por definir o sucesso pessoal e social em termos de acumulação de capital em vez do bem-estar humano e da justiça social (Kishtainy, 2018).

Os debates e as contraposições entre os teóricos do capitalismo e do comunismo foram intensos, com desdobramentos práticos nem sempre racionais e elogiáveis. As análises e perspectivas da economia neoclássica capitalista (século XIX e XX) relacionam a vida boa à maximização da utilidade (satisfação individual) e à eficiência na alocação de recursos. A prosperidade é medida por indicadores do crescimento econômico, representado pelo PIB, e pela capacidade de consumir bens e serviços. Principalmente para o modelo capitalista, a teoria de oferta e demanda é central para explicar como as escolhas individuais conduzem ao bem-estar coletivo.

Um dos desdobramentos da versão capitalista de economia surgiu com a teoria keynesiana de bem-estar social, de John Maynard Keynes (1883-1946). Para este, a possibilidade da vida boa e bem-sucedida exige a intervenção do Estado para garantir emprego pleno e estabilidade econômica, na medida em que o crescimento econômico e a redistribuição de renda são essenciais para melhorar o padrão de vida das pessoas. Nessa perspectiva, o sucesso econômico inclui não apenas produção e consumo, mas também segurança e estabilidade social (Kishtainy, 2018).

Outra teoria econômica surgida nas últimas décadas inova no ideal de desenvolvimento como liberdade. Amartya Sen (1933) redefine a vida boa e bem-sucedida como a ampliação das capacidades humanas, ou seja, a liberdade de as pessoas escolherem viver a vida que valorizam. Ele enfatiza que o desenvolvimento econômico deve ser medido pelo impacto na saúde, educação e participação social, e não apenas pelo crescimento do PIB. Também aparece a preocupação com a finitude dos recursos naturais e, assim, o ideal de vida feliz está cada vez mais conectado com a sustentabilidade e não somente o lucro monetário. A concepção de uma economia sustentável surgiu nas últimas décadas, e a ideia de vida boa está cada vez mais ligada ao desenvolvimento sustentável, equilibrando progresso econômico com justiça social e preservação ambiental.

Seguindo uma lógica de superação do modelo de monismo teórico moderno, pensadores como Daniel Kahneman (1934-2024) incluem em suas explicações aspectos comportamentais das pessoas. Estudando a psicologia do julgamento e a tomada de decisão, Kahneman explora a relação entre a busca de dinheiro e riquezas e a conquista da felicidade, isto é, questiona a associação direta entre sucesso financeiro e qualidade de vida. Sua tese defende que o aumento de renda contribui para a vida boa até certo ponto, mas que fatores como relacionamentos, saúde e propósito têm um impacto maior no bem-estar da pessoa.

Outros elementos importantes que atualmente são considerados nas abordagens econômicas sobre a vida boa e de sucesso são o consumo e a globalização. Em economias de países de mercado avançado, a vida boa é frequentemente associada ao acesso a bens e serviços de melhor qualidade, mas isso também levanta sérias questões sobre materialismo e desigualdade social e desrespeito às diferenças culturais. Uma tentativa de superar isso são os modelos econômicos de vieses circulares, colaborativo e de compartilhamento, que procuram redefinir o sucesso de uma vida boa como acesso aos bens e não como propriedade, bem como construir formas de viver, evitando impactos negativos no meio

ambiente e na própria sociedade. No fundo, são um retorno às perspectivas mais holísticas, que equilibram prosperidade material com bem-estar social, equidade e sustentabilidade no sentido de uma vida bem vivida.

Conhecimento e sabedoria: o perscrutar filosófico-sociológico

A questão sobre o significado de uma vida boa e bem-sucedida surgiu desde o início da história da filosofia, e as tentativas de fornecer respostas ocorreram com diferentes tradições e com perspectivas variadas dos filósofos e suas teorias. Isso pode ser percebido pela abordagem em diferentes períodos e escolas de pensamento.

Na filosofia antiga, podemos destacar os três grandes nomes, Sócrates, Platão e Aristóteles. Sócrates foi considerado o “pai” da ética por Aristóteles, e sua concepção de vida boa estava relacionada à busca pela virtude (*areté*) e pelo conhecimento verdadeiro por meio do método maiêutico. Uma famosa frase sintetiza sua concepção: “uma vida não examinada é uma vida que não vale a pena ser vivida”. Coube a Platão registrar por escrito em suas obras, em forma de diálogos, o pensamento de seu mestre Sócrates, e expressar o seu próprio pensamento. Uma vida boa e bem-sucedida, para Platão, é aquela alinhada com a ordem e harmonia do cosmos, na medida em que busca alcançar o conhecimento das formas, especialmente da forma do bem, via dialética, que exige viver uma vida racional, virtuosa e justa. Como Platão, Aristóteles também pode ser considerado o alicerce do pensamento ocidental. Após frequentar por vinte anos a Academia de seu mestre, Aristóteles funda a sua escola e inova significativamente em todos os campos da filosofia. No âmbito da ética, ele propôs o conceito de *eudaimonia*, geralmente traduzido como “felicidade” ou “florescimento humano” ou “vida bem-sucedida”. A ideia central, apresentada na sua destacada obra *Ética a Nicômaco*, é de que o caminho para o *telos* humano, para o bem humano, para o fim último humano determinado por natureza, que equivale à vida de bem-estar e felicidade (*eu-*

daimonia), está na prática e no desenvolvimento da virtude/excelência (*areté*) de caráter de cada cidadão. A excelência do caráter, por sua vez, é alcançada por meio da prática, do cultivo diário e habitual (hábito) de praticar atos bons, justos e belos, chamados de *areté*. O que se deve buscar desde a infância é a formação do caráter, moldando os desejos e as emoções para o bem, focado em ser uma boa pessoa pelo exercício habitual (hábito) de praticar ações corretas e justas, e junto e com a ajuda da razão, na atividade de calcular, de deliberar bem para saber escolher e decidir qual é a alternativa justa e boa de ação a ser realizada.

Com o domínio macedônico, chega ao fim o modelo da *polis* grega, particularmente Atenas, e começa o período helênico com suas várias escolas filosóficas. A escola estoica defende que a vida feliz é vivida em conformidade com a natureza e a razão, sendo marcada pela virtude e pela aceitação das coisas que estão fora do nosso controle. Por sua vez, a escola de Epicuro associava a vida feliz ao prazer (entendido como ausência de dor e perturbação) e à tranquilidade da alma, alcançada pela simplicidade e pelo cultivo da amizade. Como principal representante do neoplatonismo, Plotino reinterpreta Platão sem se esquecer da contribuição de Aristóteles e sustenta que a vida feliz é uma vida de busca espiritual via alma, intelecto, na purificação e contemplação, que leva à união mística com o Uno e à realização da verdadeira natureza da alma. É um tipo de vida voltada à contemplação, na medida em que transcende o mundo material no sentido de vida boa e se volta para o eterno e o divino (Uno), no sentido de vida feliz.

O neoplatonismo influenciou fortemente o maior representante da Patrística, Agostinho de Hipona. Sua concepção de vida feliz está intrinsecamente ligada à relação do ser humano com Deus e à busca da felicidade eterna, possível plenamente somente junto a Deus. É essa abordagem que caracteriza o pensamento do cristianismo que tem Tomás de Aquino como maior expoente filosófico-teológico do período da Escolástica. Também para Tomás a vida boa e bem-sucedida era entendida como uma vida direcionada a

Deus, sendo possível na vida terrena conquistar a felicidade imperfeita e somente na vida eterna alcançar a verdadeira e definitiva bem-aventurança. No mundo judaico e islâmico medieval, a maioria de seus filósofos, a exemplo de Maimônides (1138-1204) e Averróis (1126-1198), também enfatizou a união entre a razão e a fé, sugerindo que a vida feliz envolve conhecer e amar a Deus, enquanto se vive de maneira ética e racional, seguindo a orientação de seus respectivos livros sagrados.

No período do Renascimento, inspirados por autores clássicos, humanistas como Erasmo de Roterdão (1466-1536) e Michel de Montaigne (1533-1592) buscaram em vias distintas dos medievais e enfatizaram a dignidade humana e a realização pessoal como elementos centrais de uma vida bem-sucedida. Mais radicalmente ainda foram os pensadores do racionalismo e iluminismo, como Descartes (1596-1650) e Kant (1724-1804), que destacaram a importância da consciência e da razão humana e da autonomia moral. Kant, por exemplo, argumentava que o fundamento da moralidade não é a felicidade, mas que uma vida boa e bem-sucedida está ligada ao cumprimento do dever e à aderência ao imperativo categórico enquanto seres racionais autônomos e livres. Para Kant, as consequências de uma ação não determinam o valor moral, enquanto para os dois principais pensadores do utilitarismo, Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873), a vida boa e feliz está relacionada ao princípio utilitarista, isto é, a maximização do prazer e a minimização da dor para o maior número de pessoas. Mesmo aplicando o critério qualitativo e não apenas o quantitativo em termos de satisfação e bem-estar, e mesmo aplicando também o critério da imparcialidade, a totalidade das pessoas não fica contemplada, somente a maioria ou o maior número, ficando, assim, alguém excluído. Então, a vida boa e bem-sucedida não seria possível para todos, gerando injustiças e desigualdades.

No contexto contemporâneo, encontramos filósofos existencialistas, como Sartre e Camus, que defendem que

a vida boa e bem-sucedida é uma vida autêntica, na qual o indivíduo assume responsabilidade por criar significado em um mundo desprovido de sentido intrínseco. Somos condenados a exercer nossa liberdade. Uma estratégia da chamada Pós-modernidade é questionar a existência de uma única definição de vida feliz, pois a concepção dela é construída cultural e individualmente. Uma das contribuições atuais da filosofia analítica tem em Martha Nussbaum e Amartya Sen seus estudos focados nas tais capacidades humanas e no bem-estar como bases para uma vida boa, especialmente em contextos de justiça social.

Como vimos, enquanto a filosofia tende a focar no indivíduo e em suas escolhas ético-políticas, a sociologia amplia o escopo para considerar as estruturas sociais e culturais que moldam as possibilidades de uma vida feliz no próprio espaço social. Na história da sociologia, o significado de uma vida boa e bem-sucedida está intrinsecamente ligado às estruturas sociais, culturais, econômicas e históricas. Diferentemente da filosofia e da teologia, a sociologia se constituiu como ciência somente no século XIX com Augusto Comte (1798-1857) e sua famosa obra *Curso de filosofia positiva*, que criou a teoria positivista e é considerado o “pai” da sociologia. Ele foi o primeiro teórico a expor a necessidade de uma ciência dedicada a descobrir as leis da sociedade.

A sociologia analisa e questiona como fatores como classe, gênero, raça e acesso a recursos influenciam a capacidade dos indivíduos e grupos humanos de alcançar o que consideram uma vida boa e bem vivida. Na condição de ciência humana, ela enfatiza como a sociedade molda as noções de vida boa, vida bem-sucedida, felicidade, bem-estar, progresso social e sucesso socioeconômico, variando conforme as condições históricas e os contextos culturais.

Na perspectiva da sociologia clássica, Karl Marx (1818-1883), em sua obra *Manuscritos econômicos e filosóficos* de 1844, deu grande contribuição ao identificar a vida boa associada à superação da alienação que os trabalhadores experimentam no capitalismo. O sucesso social e

econômico verdadeiro seria alcançado em uma sociedade na qual os proletários controlam os meios de produção e podem realizar seu potencial humano sem a exploração dos donos do capital. Assim, a vida boa e feliz é possível desde que inseparável da emancipação social e econômica.

Outro clássico é Émile Durkheim (1858-1917), que em sua importante obra *A divisão do trabalho social*, publicada em 1893, sustenta que a vida boa e bem-sucedida depende da integração social entre os indivíduos e da regulação das aspirações desses indivíduos pela própria sociedade. O sucesso e a qualidade de vida são medidos pelo equilíbrio entre liberdade individual e coesão social, evitando a anomia, isto é, um estado de desorientação moral. Nessa abordagem, instituições tradicionais como a religião, a família e a educação têm papéis fundamentais na promoção e garantia de uma vida boa e equilibrada.

Outro destaque importante para compreender a sociedade atual é a teoria de Max Weber (1864-1920), que em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, publicada em 1904, analisou como a ética protestante moldou a ideia de sucesso no capitalismo europeu e americano. A moral religiosa fornece parâmetros para a vida bem-sucedida, desde que acompanhada pelo trabalho diligente em que a acumulação de riqueza é um sinal da graça divina. Mas também alertou com a metáfora da “jaula de ferro” do capitalismo, no sentido de que a busca material sufoca a liberdade e os valores morais.

A sociologia no século XX apresenta uma variedade de abordagens, como a teoria funcionalista, a teoria do conflito, o interacionismo simbólico, as teorias da modernidade, as teorias feministas, as teorias pós-coloniais, a sociologia do consumo, etc. Por exemplo, Pierre Bourdieu (1930-2002) argumenta que o “capital cultural” e o “*habitus*” desempenham papéis cruciais na determinação das oportunidades e dos estilos de vida disponíveis para diferentes grupos sociais. O consumo é frequentemente usado como um marcador de status e identidade, influenciando o que as pessoas consideram uma vida bem-sucedida. Assim, o que pode

ser uma vida boa para um indivíduo em uma determinada classe social pode ser inatingível para outro em circunstâncias diferentes (Bourdieu, 2011). Também Zygmunt Bauman (1925-2017), com sua concepção de modernidade líquida, alerta, em sua obra *Modernidade líquida* (2000), para os desafios dessa *liquidez*, em que a busca pelo sucesso é muitas vezes superficial e instável, baseada meramente no consumo de produtos e bens descartáveis.

Agora podemos apontar algumas situações de intersecção entre filosofia e sociologia.

- a. A noção de autonomia: filósofos como John Stuart Mill (2000) defendem que a liberdade dos indivíduos e a sua capacidade de fazer escolhas autônomas são essenciais para assegurar uma vida bem vivida. No campo de estudo da sociologia, a autonomia é frequentemente identificada e limitada por estruturas sociais opressivas, colocando em risco a própria liberdade. Por exemplo, as desigualdades econômicas e sociais podem restringir as escolhas de vida das pessoas, enquanto normas culturais podem impor expectativas que limitam a expressão individual e a realização de novos desejos conforme a evolução dos costumes. Nesse sentido, uma vida verdadeiramente boa e feliz pode exigir não apenas a realização pessoal, mas também a transformação das condições sociais que impedem o florescimento, o progresso e a felicidade humana.
- b. A crítica ao consumismo: filósofos como Epicuro defenderam desde a Antiguidade que o prazer verdadeiro não reside na satisfação de desejos ilimitados, mas na moderação e na busca de bens imateriais, como a amizade, o conhecimento e a contemplação intelectual. Portanto, a felicidade não pode ser alcançada por meio da acumulação de bens materiais. A sociologia contemporânea, por sua vez, analisa como o consumismo é perpetuado por sistemas econômicos liberais e neoliberais do capitalismo, que promovem a ideia de que o valor de uma pessoa está ligado ao seu poder

de consumo. Essa dinâmica do mercado capitalista pode levar a um ciclo de insatisfação e alienação das pessoas, em que a busca por uma vida boa se torna uma corrida interminável por mais posses de bens e recursos materiais e financeiros, aumentando a desigualdade.

- c. A importância das relações humanas: desde a Antiguidade a convivência em harmonia foi um ideal na construção de uma vida bem vivida. Para filósofos contemporâneos como Martin Buber (1878-1965), em sua obra *Eu e Tu* (2006), a qualidade das nossas interações com os outros – o “eu-tu” – é fundamental para uma existência significativa que vale a pena ser vivida. Por sua vez, a sociologia contemporânea reforça essa ideia da necessidade de convivência humana ao mostrar como as redes sociais e os laços comunitários podem fornecer suporte emocional e material, contribuindo para o bem-estar mental, individual e coletivo. No entanto, em sociedades cada vez mais individualistas e egocêntricas, esses laços podem se enfraquecer, levando ao isolamento e à solidão. Mas o fenômeno mais recente é o uso inadequado de inteligência artificial (IA) e a manipulação dos fatos e das informações via mídias sociais têm gerado ódio, desconfiança, conflitos e alienação que ameaçam os direitos humanos e o próprio ideal de liberdade, democracia e justiça social.

3 Considerações finais

A questão da “vida boa” e/ou da “vida bem vivida ou bem-sucedida” é um tema central das diferentes formas do conhecimento humano, embora cada disciplina aborde o tema a partir de perspectivas distintas, mas que podem ser sintetizadas em vida humana feliz. Na filosofia, a reflexão sobre o que constitui uma vida boa e bem-sucedida remonta aos antigos gregos, com Aristóteles defendendo que a *eudaimonia*, frequentemente traduzida como “florescimento” ou “felicidade”, é o objetivo último da existência humana. Para ele, a vida feliz é alcançada por meio da prática das virtudes e da realização do potencial racional humano, em

harmonia com a razão e a natureza e com o importante papel das emoções. Essa visão teleológica, que também caracteriza a concepção de felicidade da tradição cristã medieval, embora o fim último da vida humana seja estar com Deus, contrasta com abordagens mais modernas, como a de Kant, que enfatiza a moralidade e o dever como fundamentos racionais de uma vida bem vivida, independentemente das consequências ou do viver virtuoso e do propósito de ser feliz. Assim, inovando ou retomando a sabedoria dos antigos e não tão antigos, as teorias contemporâneas procuram problematizar os assuntos das coisas humanas, sempre buscando uma compreensão melhor e respostas mais completas.

Em última análise, a questão, ou melhor, as questões da vida boa (que na modernidade e especialmente na vida contemporânea ficou restrita ao sucesso econômico) e bem vivida não podem ser respondidas de forma universal e somente por uma única perspectiva, pois estão profundamente enraizadas em contextos históricos, culturais e sociais específicos e de complexidade. A sabedoria filosófica nos oferece ferramentas para refletir sobre os valores e princípios que devem guiar nossas vidas, enquanto a sociologia, como uma das ciências humanas e juntamente com elas, nos ajuda a entender como esses valores são influenciados e limitados pelas estruturas sociais e pelo tempo. Juntas, e com a contribuição da teologia, da psicologia, da economia, essas disciplinas nos convidam a buscar não apenas a realização pessoal, mas também a justiça social, reconhecendo que uma vida verdadeiramente boa só é possível em uma sociedade que promova o florescimento de todos os seus membros e não pode ser reduzida a posse de riquezas e poder.

Mas para que uma vida humana valha a pena ser vivida, parafraseando Sócrates, é preciso ler muito, estudar, refletir, examinar nossa vida interna e externa e nosso contexto histórico e situacional como uma tarefa humana, como um exercício intelectual genuíno sem terceirizar para outros com ou sem os seus modelos de inteligência artificial (IA).

Portanto, é imprescindível procurar não arriscar perder o controle sobre nossa própria condição do constituir-se humano e de ser verdadeiramente humano e feliz. Não faz sentido falar em vida boa e bem vivida se não for enquanto ser humano e para seres humanos integrados com a natureza planetária. E o estudo filosófico, juntamente com os estudos das demais ciências, é tarefa humana, construção humana para seres humanos, sem se esquecer de considerar sempre os demais seres conhecidos e ainda aqueles a serem conhecidos. Penso que nossa homenageada, Vania, é um exemplo de estudiosa que tem dedicado sua vida com sucesso nessa construção humana.

Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 2. ed. Brasília: Edunb, 1992.
- ARISTOTELE. *Metafísica*. (a cura di Giovanni Reale). Milano: Bompiani, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2 ed. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2011.
- BUBER, M. *Eu e Tu*. 10. ed. Trad. Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. *Flow: A psicologia do alto desempenho e da felicidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.
- FERRY, Luc. *Aprender a viver: Filosofia para os novos tempos*. Trad. Véra Lucia dos Reis, Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- FRAILE, G. *Historia de la filosofía: filosofía judía y musulmana, alta escolástica: desarrollo y decadencia*. Madrid: BAC, 1986.
- FRANCISCO (Jorge Mario Bergoglio). *Laudato Si*. São Paulo: Paulus, 2015. (Documentos do Magistério).
- HÄGGLUND, Bengt. *História da teologia*. 6. ed. Trad. Mário L. Rehfeldt e Gládis Knak Rehfeldt. Porto Alegre: Concórdia, 1999.

JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. *História da psicologia: rumos e percursos*. 3. ed. Rio de Janeiro, Editora NAU, 2015.

KISHTAINY, Niall. *Uma breve história da economia*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

MARCONDES, D. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 13. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MILL, John Stuart. *A liberdade; Utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANTO AGOSTINHO. *Diálogo sobre a felicidade*. Ed. bilingue, tradução, introdução e notas de Mário A. Santiago de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 1988.

SELIGMAN, Martin. *Florescer: uma nova compreensão da felicidade e do bem estar*. Trad. Cristina Paixão Lopes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

PLATÃO. *A República*. 9. ed. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009. v. 3.

TORRES, André R. R. *História da Psicologia*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

Trabalho como honra e virtude: a imigração italiana no Sul do Brasil

Maria Catarina Chitolina Zanini¹¹⁴

A migração italiana massiva para o Brasil, ocorrida entre finais do século XIX e início do XX, teve em seus bastidores as transformações do mundo do trabalho na Europa e no Brasil, bem como questões agrárias complexas e que ainda merecem ser estudadas mais detalhadamente. Naquele contexto, na Europa, a Revolução Industrial e suas dinâmicas se consolidavam e se expandiam, em contraste com Estados nacionais ainda nascentes e sem os estatutos formais e burocráticos que os sustentassem. A Itália era um desses países, com imensas diversidades sociais, políticas e culturais em seu território, populações que não se reconheciam, ainda, como “italianas” enquanto identidade nacional bem como imensas desigualdades e características entre Norte e Sul e questões demográficas complexas (Franzina, 2006). Enfim, tratava-se de um lugar tenso e contraditório. Foi isso, também, de certa forma, que motivou muitas famílias a migrarem para o Brasil. Para a América, na verdade. Muitas nem sabiam que viriam para o Brasil nem como este seria.

Naquele contexto, a sobrevivência, o trabalho, a proletarianização, entre tantos outros aspectos, tornavam a vida cotidiana um desafio para muitas comunidades. Com escassez de terras, de alimentos (Grosselli, 1987), de trabalho, de dignidade, muitos procuravam, por meio da migração, trazer melhores oportunidades de vida para si e suas famílias.¹¹⁵ Além disso, vislumbravam nesse processo alguma

¹¹⁴ Professora Titular no Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Antropóloga, Pesquisadora Pq2 CNPq.

¹¹⁵ Isso pode ser observado na escrita de Luigi Toniuzzi (2023, p.32), migrante de Vicenza, que veio para o Brasil (Rio Grande do Sul) em 1893. Diz ele: “Ia depois repousar e, pensando em tantas coisas,

expectativa de ascensão social, que na Itália se tornava impossível para a grande maioria. No Brasil, o mundo do trabalho também estava em transformação, saindo de um regime escravocrata para se alicerçar em medidas mais capitalistas, com trabalhadores assalariados. Há, entre a grande imigração dos italianos e o fim da escravidão, um nexos profundo que faz parte das lógicas arcaicas do Brasil (Kowarick, 1987). Os europeus brancos, assalariados, especialmente nas lavouras cafeeiras, não serão tratados, em muitas situações, como trabalhadores livres. A dinâmica era, ainda, da opressão e da usurpação da força de trabalho alheia, fosse pela escravidão ou pelo assalariamento.

No Rio Grande do Sul, os imigrantes poderão se tornar mais autônomos, proprietários de seus lotes, pagos com o excedente da produção, na lógica do campesinato em que a família produzia como um trabalhador coletivo, orientado por valores e perspectivas tradicionais e hierárquicas. Diferenças que, ao longo dos vários momentos da imigração italiana para o Brasil, merecem ser destacadas, tanto no Brasil Império como no Brasil Republicano. Há mudanças no mundo do trabalho que estão além das formas de governo e que atingirão, em algum momento, os imigrantes italianos no Brasil. Além disso, as lógicas de mercado se introduziram, em formas variadas, nos universos do mundo do trabalho e das relações sociais mais amplas.

Atravessar mundos: a imigração italiana para o Brasil

Aquelas populações que vieram para o Brasil em finais do século XX e início do XXI, cerca de 1.614.988, sendo

sentia-me afogado em pranto e chorei por mais de uma noite, porque encontrava-me alegre e não achava justo, mas sabia que era verdadeira aquela imensa distância, e recordava que, nos últimos meses de minha permanência, fui abandonado por muitos amigos, e não fui nada respeitado, devido à minha falta de recursos. Por isso, parecia-me que, de algum modo, fui expulso daquele vilarejo que tanto amei e a quem não fiz nenhum mal, mas somente o bem, servindo a muitos. Mas não importa”.

29,17% do total de ingressantes (Diegues, 1964)¹¹⁶, buscavam, no fundo, melhora em sua qualidade de vida, ascensão social, e, também, ser proprietários de terras, especialmente entre os camponeses. Falo aqui especialmente da migração que veio para o Rio Grande do Sul, que possibilitou o acesso à propriedade da terra¹¹⁷ bem como a reprodução da condição camponesa. Junto a essa reprodução do universo produtivo, houve, igualmente, a reprodução do universo reprodutivo e das construções hierárquicas do mundo italiano das origens.

Tratava-se de uma migração familiar, pois esta era uma condição dos governos brasileiros, tanto do Imperial como do Republicano (desde 1889). Além disso, tinham que se apresentar como agricultores, pois essa era expectativa brasileira. Pensando-se no contexto feudal europeu, os servos, além de serem agricultores, também cuidavam de suas propriedades, dominando ofícios diversos, como carpintaria, ferraria, entre tantas outras atividades e saberes. Tinham, na lógica daquele mundo do trabalho feudal ainda, a não separação das múltiplas tarefas necessárias para a manutenção da vida cotidiana, da sobrevivência e da produção. Enfrentando as dinâmicas da Revolução Industrial,

¹¹⁶ Os números variam conforme a periodização, bem como as fontes. Contudo, todas as estatísticas se aproximam quantitativamente. Segundo Angelo Trento (1988, p. 18): “Será a partir do fim dos anos 70 que a emigração italiana para o Brasil começará a assumir um aspecto mais preciso e dimensões apreciáveis, e, até, a transformar-se em fenômeno de massa entre 1887 e 1902, contribuindo, de modo decisivo, para o aumento demográfico do país. Entre 1880 e 1924, entraram no Brasil mais de 3.600.000 emigrantes, dos quais 38% eram constituídos por italianos, percentual que sobe para 57,4%, se examinarmos apenas o período 1880-1904. Em segundo lugar, mas longe, os portugueses, depois os espanhóis e, enfim, os alemães. O Brasil colocava-se, assim, em 3 lugar no fluxo incessante da emigração italiana entre os anos 80 e a Primeira Guerra Mundial, depois dos Estados Unidos (5 milhões entre 1875 e 1913) e a Argentina (2.400.000)”.

¹¹⁷ Como ressalta Helena Confortin (2001, p. 511), “A casa representou, assim, a afirmação individual do imigrante como proprietário”. Terra, casa, família e reprodução camponesa em sintonia nas terras do Rio Grande do Sul.

do êxodo rural, das questões religiosas e morais, muitas localidades italianas se viram seduzidas pela migração para o Brasil. Vinham em família extensa, com poucos utensílios, desfazendo-se de seus bens ainda na Itália. Traziam, em suas bagagens, algumas mudas de roupa, sementes, objetos familiares, força de trabalho e instituições que foram muito importantes para o sucesso da empreitada migrante¹¹⁸.

Como ressalta Julio Lorenzoni (1975) em suas memórias, o preparo para a viagem na Itália, a venda dos bens, a saída do vilarejo, a espera em Gênova, tudo era importante de ser lembrado por um menino de 14 anos. Ele vem com sua família, conhecidos e vizinhos. Aliás, as relações de vizinhança sempre foram algo muito importante na vida cotidiana dos camponeses italianos, fosse na Itália ou no processo colonizador já no Brasil. No barco, Lorenzoni já avalia o que seria a travessia e a expectativa para a chegada no Brasil. Conta, com alguns detalhes, a vida cotidiana no barco e sua surpresa ao conhecer as novidades do mundo a descobrir no Brasil: as gentes, os cheiros, a fauna, a flora, a comida, tudo causava um impacto que nos permite ter a dimensão do que aqueles emigrados viveram e sentiram. Ele nos narra desde os preparativos de saída na Itália até a vida, já como colono, no Rio Grande do Sul. Nesse escrito, encontramos a experiência migratória em sua forma pessoalizada, narrada por um homem letrado que teve a possibilidade de traduzir o que estavam vivendo.

Como pensar o trabalho em finais do século XIX

Uma das questões que considero importante pensar em relação àquelas populações de emigrados é que, sendo pobres, em sua grande maioria, tinham somente sua força de trabalho para vender. Embora alguns tenham se tornado empresários, industriais e bem-sucedidos economicamente, a maioria vendia sua força de trabalho ou se organizava na família camponesa enquanto uma unidade produtiva e

¹¹⁸ José Arthur Rios (1958, p. 305), em seu texto “Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil”, ressaltava que “Nessa imigração, a instituição mais importante era a família”.

reprodutiva. Concorde, assim, com Octávio Ianni (1975, p. 14), quando ressalta que o imigrante seria “realmente uma mercadoria, isto é, ele produz divisas para o país que o exporta. O imigrante é força de trabalho”. Num acordo entre governos brasileiro e italiano, ambos ganhavam, pois a Itália se liberava de uma população empobrecida nos campos, sem terras ou perspectiva de ascensão (Grosselli, 1987; Franzina, 2006). Ainda, de acordo com o autor, os italianos, ao chegarem ao Brasil, mudaram a concepção que aqui havia sobre o trabalho, “não como algo degradante, mas como algo dignificante” (Ianni, 1975, p. 17).

Como ressaltam Luis Alberto de Boni e Rovílio Costa (1982, p. 85), em sua obra *Os italianos do RS*, para os imigrantes italianos, “o trabalho tornou-se, para o colono, o segredo da fortuna, causa do progresso e prova de honorabilidade, havendo poucos defeitos mais detestáveis do que a indolência...”. Travava-se, com certeza, de uma perspectiva baseada, igualmente, no catolicismo que traziam consigo, atrelado à rotina do mundo camponês em que, sem o trabalho sobre a terra, não há colheita, nem alimento, nem possibilidade de sobrevivência ou ascensão social. Numa relação entre sacrifício e bençãos, coloca-se o mundo do trabalho daquele campesinato empobrecido.

Para Caio Prado Júnior (1987, p. 183), em sua obra *História econômica do Brasil*, a imigração europeia do final do século XIX está “intimamente ligada à da escravidão”. Segundo ele, ambas fazem parte da grande transformação do “regime de trabalho no país”. Ressalta, ainda, que a escolha pelos italianos se deve ao fato de que,

Além disto, o italiano é um trabalhador mais rústico e menos exigente; aceitará de boa vontade as duras tarefas da lavoura brasileira. A imigração italiana para o Brasil, muito escassa até 1875, subirá em 1876 para quase 7.000 indivíduos; e no ano seguinte, com mais 13.000, superará largamente todas as demais correntes, inclusive a portuguesa, até então na vanguarda e que mal atingirá 8.000. Daí por diante e até o século atual, a imigração italiana conservará

sempre, e com grande vantagem, este primeiro lugar (Prado Júnior, 1987, p. 188).

Pensando-se em nível nacional, para Mário Carelli (1985, p. 19), em São Paulo, o apego ao trabalho também será uma “mística” envolta na vida dos emigrados. Para ele, ali também o trabalho era elegido como meio para “fazer fortuna e subir na escala social”. Na obra *História do trabalho e história da imigração* (Carneiro, 2010), vários autores apresentam elementos para se pensar o quanto os imigrantes italianos trouxeram uma nova perspectiva sobre as relações de trabalho, movimento sindical, anarquismo e outras formas de pensar a relação entre dominantes e dominados, entre patrões e empregados. Se o trabalho será um tema central, também será por meio dele e das lutas por ele e em torno dele que a vida dos imigrantes nas zonas urbanas e rurais encaminhar-se-á. O estudo de Vania Beatriz Merlotti Herédia (2017) sobre os operários dos lanifícios nos dá uma dimensão dessas dinâmicas. Além disso, a poupança como estilo de vida e forma de conceber o dinheiro permitiu que muitas famílias ascendessem socialmente e pudessem investir seus ganhos em novos meios de produção, fosse no mundo rural ou no urbano.

Severino Bellinaso (1995, p. 55), migrante na Região Central do Rio Grande do Sul, em suas memórias, ressalta que “aqui nesta casa nós construímos e concretizamos o sonho de edificar uma família alicerçada no tripé: Deus, família e trabalho”. O trabalho, especialmente no mundo camponês, era compreendido como aquele que exauria as forças, numa disciplina que extenuava o corpo e dele tirava o máximo. Corpo esse que, aliás, era exigido em seus limites de forças e de sustentação. Em minha pesquisa de campo com camponeses da Região Central do Rio Grande do Sul, eram comuns os relatos acerca das exigências que se faziam para manter a rotina produtiva das propriedades rurais. Com menos força de trabalho e mais demandas, exigiam de si mesmos ao limite. Nem mesmo a mecanização em algumas propriedades diminuía as exigências que se faziam. Tais cobranças, que eram apreendidas desde a in-

fância, de pais para filhos, no processo de socialização para o trabalho, orientavam e permitiam tais atitudes. A preguiça ou a indolência deveriam ser enfrentadas sempre – por vezes, com violência e punição. Eram uma desonra, uma vergonha, tanto para os homens como para as mulheres.

A condição camponesa e sua reprodução no Brasil: a socialização para o trabalho

Na família camponesa, compreendida como uma unidade produtiva, desde a mais tenra idade, as crianças eram ensinadas acerca das funções que poderiam ou deveriam desempenhar na família. Desde pequenos, tinham responsabilidades. As meninas e os meninos, um tipo; os homens e as mulheres, outros. Considerando-se as classificações de gênero, geração e autoridades hierárquicas familiares, cada um desempenhava suas atividades. O não trabalho era algo compreendido como enfraquecedor do caráter e perigoso para o mundo camponês, no qual a acumulação e a venda de excedentes foram se colocando aos poucos como exigência para a compra de terras e para a própria reprodução da condição camponesa. O trabalho, igualmente baseado na religiosidade, era compreendido como um sacrifício no mundo terrestre para ganhos em outras dimensões. Como ressalta Cleci Eulália Favaro (1996, p. 213), a Igreja também trabalhava para a manutenção da submissão feminina; os jornais católicos, que tinham longo alcance nas colônias italianas, “eram porta-vozes eficientes na definição e manutenção dos papéis familiares tradicionais”. Havia, no interior da família, tensão e competição. Contudo, observo que a família, por outro lado, é coesão, solidariedade e possibilidade de acúmulo de capital gerenciado pelo pai.

A família, esse simbólico trabalhador coletivo, na divisão sexual das atividades e das hierarquias, gerará capital. Primeiro para pagar o lote concedido no processo colonizador, depois para comprar mais terra para os filhos homens que formam novos núcleos familiares. A terra, assim, repassada para alguns dos homens, sendo as mulheres deserdadas, possibilita a reprodução da condição

camponesa e o aprendizado do trabalho com a terra para as novas gerações. Como ressalta José Vicente Tavares dos Santos (1978), em seu estudo sobre o campesinato da Serra Gaúcha, produtora de vinho e de matérias-primas para as indústrias e de gêneros alimentícios para Porto Alegre, ter-se-á a família como uma unidade produtiva, o alicerce de sua ascensão econômica. Será por meio dela que a empreitada migrantista alcançará seus objetivos.

A terra, nesse mundo camponês, era, além de um meio de produção, um patrimônio, um valor no qual a família se assentava e, como ressalta Woortmann (1995) em seus estudos sobre o campesinato, um modo de vida, um *ethos*, uma forma de ser e estar no mundo. Zuleika Alvim (1986, p. 47) também ressalta que, para as sociedades pré-industriais, o trabalho era um valor a ser preservado “a qualquer custo, e os cafeicultores paulistas souberam aproveitá-lo muito bem”. Numa lógica de trabalho coletivo, ao contratar o patriarca, o patrão subjugava a família como trabalhador coletivo.¹¹⁹ O mundo camponês italiano, cristão, era baseado na autoridade paterna, no trabalho coletivo, orientado pelo pai-patrão, que administrava tanto a força de trabalho como a produtividade desta. Quando havia excedente e este era capitalizado, também era ele quem administrava e decidia no que reinvestiriam, se na compra de mais terras ou outra possibilidade. As mulheres, na tradição italiana camponesa, eram deserdadas da terra. Somente os homens tinham acesso legal e formal a esse valioso meio de produção.

Nas colônias, entre os imigrantes e seus descendentes, o trabalho se converterá numa “virtude étnica” (Zanini; Santos, 2009). Rovílio Costa (1986), na obra *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*, ressalta que o trabalho árduo foi um modelo a ser seguido entre as gerações. Diz ele que “a situação do trabalho e de superação de dificulda-

¹¹⁹ Diz ela, quanto ao trabalho familiar que, “Sob o aspecto econômico, o trabalho familiar representa, para os fazendeiros, o limite da exploração e, para o camponês, o limite de sua sobrevivência” (Alvim, 1986, p. 90). Se o processo migratório tardou a proletarização, esta logo chegaria às famílias italianas.

des solidificou uma mentalidade de luta e de empenho para vencer na vida. Nisto os imigrantes foram modelos para seus filhos” (Costa, 1986, p. 79). Essa perspectiva pedagógica do trabalho era também fortalecida pelos religiosos, como ressalta o Padre Pio José Busanello (1999, p. 113), em sua obra *A história de nossa gente*, na qual diz que uma grande máxima era “mãos calejadas, mãos honradas”. De novo se observa, como já relatado anteriormente, o quanto o trabalho está vinculado à honra. Tanto dos homens como das mulheres.

Nesse sentido, a autora Elizara Carolina Marin (1999, p. 26), em seu artigo “Descendentes italianos: oração, festa e trabalho”, falando dos descendentes de imigrantes italianos da Região Central do Rio Grande do Sul, ressalta que “O trabalho e a religiosidade são a herança de seus pais e avós católicos fervorosos, originários do país-sede da Igreja Católica, onde viviam agrupados no meio rural em torno das capelas. Trouxeram consigo convicções religiosas cristãs e a fé absoluta no trabalho”. Assim, numa mescla entre religiosidade e vida cotidiana, o trabalho se torna um sentido de vida. Diz a autora ainda que, pelas manhãs, ao acordar, “No princípio, a oração, o agradecimento por mais um dia, pela possibilidade de trabalhar” (Marin, 1999, p. 27).

Até o lazer obedecia ao mundo da produção, dos deveres e da produtividade. Primeiro, o trabalho, o dever. Em segundo plano, o divertimento, a festa e o descanso. Helena Confortin (2001, p. 517), em seus estudos sobre as simbologias do mundo doméstico do imigrante italiano, ressalta que

Os encontros aconteciam sempre à noite a fim de não perderem tempo destinado ao trabalho. Para se deslocarem, a pé, das casas, quando não havia luar e o trajeto era longo ou por estradas íngremes, os caminhos eram clareados com lampiões a querosene, o *feral com ciareto* – uma caixinha com laterais de vidro... Quem carregava geralmente eram as mulhe-

res, que iam à frente iluminando o caminho para o grupo: o homem não deveria temer o escuro.

Ou seja, até nos momentos de lazer, dos filós, pensava-se no trabalho. Era ele que ordenava as rotinas, as expectativas e a vida cotidiana. Numa mescla entre racionalização e expectativas religiosas que dialogavam, também, com a natureza, os camponeses italianos foram se expandindo pelo território brasileiro, levando a lógica da produção organizada pela família como ordem de mundo. Nesse sentido, observando a terra como um meio de produção privilegiado, expandiram lavouras e plantios em territórios diversos.

Luis Alberto de Boni (1994, p. 99), observando a industrialização trazida pelos imigrantes italianos, observa o quanto esta deve ser compreendida relacionalmente, apontando que “dentro do atraso tecnológico brasileiro, estes pobres estrangeiros significaram inovação e progresso.¹²⁰ O trabalho, seja no mundo camponês ou em atividades urbanas, de serviços, industriais ou outras, passa a ser a tônica do mundo migrante, que não tem tempo a perder. Necessita acumular capital e ascender socialmente, pois essa foi a motivação da travessia transoceânica dos antepassados, no final do século XIX.¹²¹ Além disso, como ressalta Herédia (2017), o comércio também teve um papel muito impor-

¹²⁰ Para De Boni (1994, p. 99), “Talvez nenhum outro grupo tenha contribuído para a industrialização do Brasil, dentro de um sistema capitalista periférico, como os italianos”.

¹²¹ Para Zanini e Santos (2009, p. 191), “Como já assinalamos, a valorização do trabalho é apontada como uma diferença entre os descendentes de italianos e os brasileiros. O trabalho é visto como uma vocação e contribui para que encontremos na região o mesmo comportamento que Weber apontava entre os puritanos no início do capitalismo: ‘trabalhadores sóbrios, conscientes e incomparavelmente industriais, que se aferram ao trabalho como uma finalidade desejada por Deus’. Tais características, contudo, devem ser entendidas, em nossa compreensão, no domínio das representações dos grupos sobre si mesmos e a forma como avaliam sua forma de vida e negociam suas interações sociais não necessariamente algo que seja, de fato, universal a todos os descendentes de italianos do Rio Grande do Sul”.

tante naquela economia migratória que se transformava conforme as necessidades, as conexões e os aprendizados que a convivência com os nacionais trazia. Especialmente na região da Serra Gaúcha, essas interações foram muito proveitosas, favorecendo trocas econômicas e políticas. Houve ali a junção de capitais que possibilitaram um crescimento econômico pujante, distinto de outras localidades de colonização italiana.

Considerações finais

Este artigo pretendeu salientar o quanto a categoria trabalho foi importante no processo de imigração italiana no Brasil. Seja em zonas rurais ou urbanas, foi ele quem pautou trajetórias individuais e coletivas. Seja o trabalho assalariado, o trabalho como valor, o trabalho na lógica camponesa, todas essas perspectivas tinham como viés uma concepção ocidental e cristã da condição humana. Sem trabalho não haveria acúmulo de capital, sem o qual não haveria mais terra nem a possibilidade de ascensão social. Observar no trabalho uma forma de ascensão foi algo que os grupos imigrantes trouxeram para o Brasil no final do século XIX e início do XX. Estando o Brasil ainda no regime escravocrata, o trabalho era compreendido como algo menor, destinado a escravos e populações menos importantes. Os imigrantes, noutra perspectiva, elevaram o trabalho a uma ferramenta para a ascensão social. Que alguns conseguem, outros não.

Olhando para o Rio Grande do Sul, num contexto de reprodução da condição camponesa, o que se observa é que o acúmulo de capital possibilitou a continuidade do *ethos* camponês e da lógica produtiva e valorativa deste, perpassada entre gerações. Desde o início estavam inseridos no mercado, produzindo, distribuindo e consumindo, pois necessitavam gerar excedente para pagar os lotes de terras. Assim, foi um campesinato pragmático naquelas condições históricas. Compreendendo o trabalho como uma questão de honra, socializaram seus filhos, seja no mundo rural ou urbano, tendo este como sentido de vida, o que nem sempre

é assimilado sem questionamentos entre as gerações mais novas (Zanini, 2006). Nesse sentido, a religiosidade desempenhou um papel muito importante, dialogando com questões de culpa, punição e outras, relacionadas à autoridade no interior das famílias e da prestação de serviços que ali se instituía.

Em suma, analisando o processo histórico da imigração italiana para o Brasil e, especialmente, para o Rio Grande do Sul, observamos que muitas coisas migraram junto com aquelas famílias: instituições, valores, práticas, conhecimentos, memórias, buscas, sentimentos, gostos, técnicas, cantos, rezas, objetos e, como aqui salientado, a percepção do trabalho como honra. Analisar como esta enquanto representação e prática foi experienciada no cotidiano dos imigrantes pode ser um tema de pesquisa interessante para as gerações futuras de pesquisadores. Observar, igualmente, como tal perspectiva se manteve ou não, e de que forma, entre os descendentes nos levaria a uma maior compreensão acerca das italianidades e dos pertencimentos étnicos, culturais ou outros.

Referências

ALBUM do Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud 1875-1925. Roma, 1925.

BELLINASSO, Severino T. *As memórias de um imigrante italiano: 1913 a 1995*. Ivorá, 1995.

BUSANELLO, Pe. Pio José. *A história da nossa gente*. (A primeira história escrita de famílias de imigrantes italianos da Quarta Colônia Imperial – RS). Santa Maria: Pallotti, 1999.

CARELLI, Mário. *Carcamanos e comendadores*. Os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919-1930). São Paulo: Ática, 1985.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci et al (org.). *História do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo. EDUSP: Fapesp, 2010.

- CONFORTIN, Helene. A simbologia do mundo doméstico do imigrante italiano. In: SULIANI, Antonio (org.). *Etnias & Carisma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. pp. 504-518.
- COSTA, Rovílio *et al.* *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1986.
- DE BONI, Luis A. E COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Caxias do SUL; Porto Alegre: EST, 1982.
- DE BONI, Luis A (org.). *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. 2. ed. Porto Alegre: EST Edições, 2023.
- DE BONI, Luis A. O catolicismo da imigração italiana. In: BAQUERO, Marcello *et al.* *Diversidade étnica e identidade gaúcha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1994.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro: MEC, 1964.
- FAVARO, Cleci Eulália. Mulher, sinônimo de trabalho. Papéis sociais, imaginário e identidade feminina na região colonial Italiana do Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-americanos*, v. XXII, n. 2, p. 211-229, 1996.
- FRANZINA, Emilio. *A grande emigração*. Campinas: EDUNICAMP, 2006.
- GROSSELLI, Renzo Maria. Vencer ou morrer. *Camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: EDUSC, 1987.
- HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de industrialização da Zona Colonial Italiana*. 2. ed. ampliada. Caxias do Sul: Educs, 2017.
- HEREDIA, Vania Beatriz Merlotti. Trajetórias cruzadas: a experiência dos emigrantes italianos no Sul do Brasil. *História Unisinos*, v. 21, n. 2, 270-277. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579862152012>. Acesso em: set. 2024.
- IANNI, Octávio. Aspectos Políticos e Econômicos da Imigração Italiana. In: FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS, 1., Caxias do Sul, 01 a 05 de julho de 1975, pp.11-28. *Anais [...]*. Caxias do Sul, 1975.

- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARIN, Elizara Carolina. Descendentes italianos: oração, festa e trabalho. In: MARIN, Jérri Roberto (org.). *Quarta Colônia. Novos olhares*. Porto Alegre: EST, 1999. pp. 25-55.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RIOS, José Arthur. Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil. *Sociologia*, São Paulo, v. XX, n. 3, p. 295-339, ago. 1958.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo; Instituto Cultural ítalo-brasileiro, 1988.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo; Brasília: Hucitec/UNB, 1995.
- ZANINI, Maria Catarina. C.; SANTOS, Miriam de Oliveira. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, [S. l.], v. 17, n. 33, 2010. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/178>. Acesso em: 5 set. 2024.
- ZANINI, Maria Catarina. *Italianidade no Brasil meridional. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.

Deslocamentos, comércio de rua, conflitos e configurações familiares entre imigrantes senegaleses no Sul do Brasil¹²²

Maria Clara Mocellin¹²³

O continente africano é caracterizado por uma constante mobilidade de sua população (Kabunda, 2008). No caso específico do Senegal, os deslocamentos internos e externos fazem parte das experiências de vida dos senegaleses. Devido às medidas restritivas impostas pela França, os africanos começaram a migrar nos anos de 1980 e 1990 para a Espanha e, posteriormente, para a Itália e os Estados Unidos (Maffia, 2010). A partir de 2000, em razão das dificuldades de ingressar na União Europeia, diversificaram-se os destinos, sendo a América do Sul uma alternativa, sobretudo a Argentina e, em seguida, o Brasil. Neste país, a entrada de senegaleses se evidencia a partir de 2012.

Conforme alguns estudos com migrantes senegaleses na Europa e, posteriormente, na América Latina (Kaplan, 2003), trata-se de uma migração envolvida por um projeto familiar em que migram homens jovens. Também se destaca, nesses estudos, a importância da confraria Muride (que explicaremos mais adiante) como uma estrutura de suporte

¹²² Em 2014, fui convidada pela Profa. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia a participar de um projeto de pesquisa, financiado pela FAPERGS e por ela coordenado, intitulado “Migrações externas: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil”. Em tal projeto, fiquei responsável pela pesquisa de campo em Santa Maria. Os primeiros resultados foram publicados no livro *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil*, organizado pela professora Vania. O capítulo de livro é um desdobramento desse projeto inicial sobre a imigração senegalesa no Sul do Brasil. Aqui, deixo meu agradecimento à professora Vania pelas parceiras de pesquisas, pelos encontros e pelas discussões sobre o tema das (i)migrações.

¹²³ Professora do Departamento de Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM. Doutora em Ciências Sociais pelas Unicamp. E-mail: claramocellin@gmail.com.

para a migração e para a atividade comercial no lugar de destino (Zubrzycki; Alvarado, 2015; Schmidt, 1994). Esses jovens migrantes mantêm constantes interconexões entre o país de recepção e o de origem, configurando, assim, o que a perspectiva transnacional definiu como “transmigrantes”. Isso ocorre na medida em que, em suas vidas cotidianas, os jovens tomam decisões dentro de uma rede que envolve, simultaneamente, duas ou mais sociedades. Em suma, dependem de múltiplas e constantes interconexões, que cruzam fronteiras internacionais (Glick-Schiller; Basch; Blanc-Szanton, 1992).

A presença de senegaleses no estado do Rio Grande do Sul se concentrou em Caxias do Sul, Passo Fundo, Porto Alegre e Lajeado, entre outros municípios. São cidades que conseguiram absorver os imigrantes em seus mercados de trabalho, sobretudo nos setores ligados à construção civil, aos frigoríficos, à indústria metalmeccânica e ao mercado ambulante, mas também em diversos outros serviços (Herédia; Pandolfi, 2015; Tedesco; Mello, 2015). Santa Maria atraiu um pequeno fluxo de senegaleses, que se deslocaram por períodos diferentes à cidade.¹²⁴

Os dados da pesquisa aqui descrita são oriundos do trabalho de campo com um grupo de senegaleses em Santa Maria, o qual acompanho desde setembro de 2014. Eu costumava conversar com eles na rua, local em que a maioria trabalhava vendendo correntes, anéis, relógios, entre outras mercadorias. A partir do trabalho extensionista

¹²⁴ Santa Maria é uma cidade de porte médio, situada na região central do Rio Grande do Sul. É um município que possui papel importante nos fluxos internos, atraindo uma população jovem que se desloca temporariamente para cursar o Ensino Superior de graduação e pós-graduação. Destacam-se, em Santa Maria, as atividades econômicas ligadas ao comércio e à prestação de serviços, acentuadas pelo estabelecimento de serviços públicos estaduais e federais. Em síntese, Santa Maria caracteriza-se por ser um município de muitos trânsitos e deslocamentos de pessoas, em geral, devido às atividades ligadas ao estudo e ao trabalho.

do Migraïdh¹²⁵, mais especificamente das rodas de conversa com migrantes, manteve um convívio constante com os senegaleses entre os anos de 2015 e 2019, período em que recém haviam chegado a Santa Maria e em que encontravam maior dificuldade de inserção e adaptação na sociedade local. Para além do ensino-aprendizado das noções básicas da língua portuguesa, tendo como apoio o material didático intitulado “Pode Entrar: português do Brasil para refugiadas e refugiados” (Feitosa *et al.*, 2015), as rodas de conversa se transformaram em um espaço de trocas interculturais. Uma das estratégias de interação do grupo foi a troca de experiências de vida entre os imigrantes e os estudantes/pesquisadores, contemplando os universos da vida familiar, religiosa, escolar e/ou acadêmica, cultural, entre outras. Muitas demandas por parte dos senegaleses foram manifestadas nesses momentos de convívio. As mais frequentes eram as dificuldades com a obtenção da documentação de imigrante, com a inserção no mundo laboral e o trabalho no comércio de rua, devido às constantes apreensões de suas mercadorias pelos órgãos municipais. Tais demandas foram acompanhadas pelo trabalho de assessoria jurídica do Migraïdh no sentido de garantir direitos e combater atos arbitrários durante as ações de repressão ao comércio de rua.

Menciono que os senegaleses que participavam com regularidade das rodas de conversa acabaram se tornando os mediadores do grupo de senegaleses em Santa Maria, atuando como interlocutores junto às ações extensionistas promovidas pelo Migraïdh e a outras atividades demandadas pelo grupo. Cito, como um dos espaços criados de troca intercultural e reconhecimento étnico-religioso, a participação do Migraïdh na organização da festa religio-

¹²⁵ Migraïdh – Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional, coordenado pela Profa. Dra. Giulina Redin. O grupo é constituído, em sua maioria, por professores e acadêmicos dos cursos de Direito, Relações Internacionais, Ciências Sociais, Comunicação Social, Psicologia e Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

sa senegalesa *Grand Magal de Touba*¹²⁶, em Santa Maria, ocorrida nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022. A festa era planejada e organizada durante as rodas de conversa envolvendo os estudantes e pesquisadores do Migraidh e os senegaleses.

Durante esse período das rodas de conversa com os senegaleses, apenas dois migrantes frequentaram as atividades do Migraidh com regularidade. Estes possuíam escolaridade equivalente ao Ensino Médio no Brasil, realizada em escola francesa, no Senegal. Os outros seis senegaleses, que frequentaram as rodas de conversa eventualmente, estudaram em escola corânica¹²⁷, o equivalente ao Ensino Fundamental incompleto, em escola francesa ou árabe.

Os senegaleses em Santa Maria, seus deslocamentos e o comércio de rua

O grupo de senegaleses de Santa Maria caracteriza-se por laços de parentesco e vizinhança entre si. A maior parte deles é composta por irmãos ou primos, ou suas famílias eram vizinhas no Senegal. A maioria é oriunda da cidade de Thiés. São homens jovens, na faixa etária entre 20 e 40 anos, com escolaridade básica, o equivalente ao Ensino Fundamental incompleto no Brasil. Apenas dois deles estudaram o equivalente ao Ensino Médio completo no Brasil, cursado em escola francesa, dominando, assim, o idioma francês. Sendo assim, todos eles falam wolof como

¹²⁶ A festa religiosa senegalesa *Grand Magal* de Tuba é um ritual religioso praticado pelos membros da confraria Mouride, que seguem os ensinamentos do seu líder Cheikh Ahmadou Bamba, fundador dessa confraria. Na diáspora senegalesa, esse ritual cumpre um papel importante de integração na sociedade local e divulgação da cultura religiosa senegalesa.

¹²⁷ Segundo Fany Longa Romero, em *Islã, parentesco e ritual na irmandade religiosa Mouridiyya: percursos da etnografia no contexto da imigração de africanos senegaleses no Brasil*, o termo *daara* (em wolof) faz alusão às escolas corânicas, no Senegal, e atende a um espaço de ensino-aprendizagem do corpus doutrinário do Alcorão, mas também de normas sociais.

primeira língua e dominavam uma segunda língua, que era o francês, entre os que estudaram em escola francesa, ou o árabe, entre os que estudaram em escola corânica ou árabe.

A maioria dos pais dos migrantes trabalhava, no Senegal, no meio rural. Havia dois senegaleses cujas famílias, além de trabalhar na agricultura, possuíam negócios na cidade, como uma loja de cosméticos e um ateliê de costura. A maior parte desses pais tinha duas esposas, com uma média de três a quatro filhos com cada uma. Uma parte do grupo estudado era casada e possuía mulher e filhos no Senegal no momento da pesquisa. Apenas um senegalês trouxe a esposa e, mais recentemente, seus dois filhos para o Brasil.

Entre 2014 e 2022, tive contato com 15 senegaleses que moraram em Santa Maria por períodos distintos. Pelos seus trajetos, que acompanhei durante esses oito anos, observei que, logo que chegavam ao Brasil, tentavam um trabalho com carteira assinada, mesmo que o salário não fosse no valor esperado por eles. Além da parte do salário destinada aos familiares que permaneceram no Senegal, tentavam reservar algum dinheiro para comprar mercadorias e revendê-las no comércio de rua após o trabalho. Essa era uma estratégia desse grupo. À medida que vão se adaptando à nova vida no Brasil e dominando algumas noções básicas de português, começam a viajar a São Paulo para comprar mercadorias para, depois, distribuí-las aos colegas que irão revendê-las no comércio ambulante de Santa Maria e das cidades do entorno.

Pela trajetória do grupo observado, os recém-chegados que usufruíram da estrutura montada por aqueles que chegaram primeiro, como moradia, alimentação e contatos de trabalho, têm como obrigação manter a estrutura de trocas que envolve o comércio de rua. E isso implica, quando possível, ter uma renda mensal advinda do trabalho com carteira assinada, vender no comércio de rua após o trabalho, ir a São Paulo realizar as compras das mercadorias e criar estratégias de vendas na cidade. Assim me dizia um senegalês: *“Quando o senegalês chega no Brasil, ele tra-*

balha com carteira assinada e depois começa a vender na rua”.

Observei que as relações envolvendo moradia, comida e trabalho entre esse grupo de senegaleses parecem se dar de forma horizontal. Eles costumam se revezar nas viagens a São Paulo para comprar tais mercadorias e dividir entre si o custo da passagem. O migrante que viaja compra as mercadorias para os demais. Comunicam-se pelo WhatsApp durante a viagem para tomar as decisões sobre as compras. As relações entre eles se estabelecem na base da cooperação e da reciprocidade. Isso pude confirmar quando um senegalês que já havia morado em Santa Maria com o grupo inicial retornou à cidade no final do ano de 2016. Ele dividia o aluguel de um apartamento com outro senegalês, vendia no mesmo espaço em que os outros senegaleses costumam vender e, com frequência, viajava para São Paulo para comprar mercadorias para si e os demais.

Os deslocamentos assumem uma importância fundamental para esse grupo, pois servem como estratégias de venda no comércio de rua e fazem parte do projeto desses jovens, que migram não somente para melhorar a sua situação de vida econômica, mas também para adquirir experiência e conhecimento de vida.

Os primeiros deslocamentos eram os que ocorriam do Senegal para o Brasil, passando pelo Equador e Peru, até chegar à fronteira do Acre e seguir para São Paulo, para acessar as cidades do Sul do país. São frequentes os deslocamentos dentro do Rio Grande do Sul, para cidades pequenas próximas a Santa Maria, a fim de vender em festas comunitárias e feiras, nos finais de semana. Há também os deslocamentos muito recorrentes a São Paulo, para comprar mercadorias e revendê-las em suas cidades de residência. Além disso, há um outro tipo de deslocamento para São Paulo com o objetivo de vender no comércio de rua de lá, em alguns períodos de intensificação das vendas, como, por exemplo, no mês anterior ao Natal. Outro deslocamento comum se dá ao litoral, para vender no comércio de rua, nos meses de janeiro e fevereiro, durante o período de tem-

porada de praia. Foi verificado o caso de dois senegaleses que moraram em várias cidades do Rio Grande do Sul, entre elas Santa Maria, e se deslocaram para a Argentina, para atuar no comércio de rua de lá. Um deles retornou a Santa Maria para vender no comércio de rua da cidade, mas pretendia voltar à Argentina, país em que seu irmão, que já morou em Santa Maria, residia.

Outro tipo de deslocamento é aquele que acontece diariamente nas cidades de residência, em razão do trabalho no comércio de rua. Os senegaleses se deslocavam pelo centro da cidade, trocando com frequência os locais de venda durante o dia, como uma estratégia para dificultar o trabalho dos fiscais na apreensão de suas mercadorias. Além do centro da cidade, deslocavam-se por bairros próximos e distantes do centro, abrindo pontos de venda na rua.

Uma estratégia de venda tem sido a de diversificar as suas mercadorias. Além de vender bijuterias, relógios e óculos, comercializam, no inverno, meias, luvas, toucas e abrigos infantis e, no verão, *shorts*, calções, bermudas, entre outros produtos. Adicionalmente, costumam vender componentes de produtos eletrônicos e tênis. É costume se comunicarem, muitas vezes, durante o dia, por telefone, acessando o aplicativo WhatsApp para avisar uns aos outros sobre a circulação dos fiscais pelo centro. O uso do celular é constante e essencial para se comunicar e trocar informações sobre vendas e fiscalização, bem como para manter contato diário com os familiares no Senegal.¹²⁸

Os vários deslocamentos a que esses migrantes se sujeitam estão vinculados às novas alternativas de trabalho, à melhora de vida e à prosperidade com a imigração. Percebemos entre eles um forte disciplinamento ao trabalho. O fato de serem mulçumanos e pertencerem à confraria

¹²⁸ Ver Brignol e Costa (2016).

Muride¹²⁹ colabora para isso. Conforme alguns estudos¹³⁰, nos ensinamentos do líder religioso da confraria Muride Cheikh Ahmadou Bamba, o trabalho é definido como libertador. O trabalho é visto como um ato de fé e uma obrigação moral, que serve para satisfazer as necessidades dos imigrantes e para serem mais úteis à comunidade e à família. Segundo Schmidt (1994), há uma divisão de competências que se traduz na delegação ao *marabut*¹³¹ da oração e da meditação, enquanto os discípulos do Muridismo se ocupam do trabalho e da prosperidade senegalesas. E é nesse sentido que, para Schmidt (1994), a oração é substituída pelo trabalho, como uma forma de redenção.

Os estudos de Goldberg e Sow (2017) demonstraram como o comércio de rua entre senegaleses na Argentina é uma atividade central do seu modo de vida, permitindo-lhes certa flexibilidade, independência e liberdade para as práticas religiosas relacionadas ao muridismo. Sow (2004) percebe esses jovens migrantes como difusores de uma moral religiosa entrelaçada com o econômico. A venda na rua, além de uma atividade que traz sustento e novas experiências de vida, ajuda-os a manterem o vínculo com a confraria Muride.

O comércio ambulante cria, adicionalmente, uma série de interações sociais com a sociedade receptora. Mesmo com as limitações da língua, os senegaleses interagem não somente com o público que consome seus produtos, mas também com pessoas que trabalham no comércio local,

¹²⁹ A confraria Muride, a maior do Senegal, foi fundada por Cheikh Ahmadou Bamba, no final do século XIX, e seu centro religioso está localizado na cidade santa de Touba. Conforme a literatura, os murides se encontram em todos os níveis do comércio. No Rio Grande do Sul, a confraria que tem mais visibilidade é a Muride. As confrarias surgiram no marco da fé mulçumana, como uma resposta político-religiosa de resistência frente às imposições de domínio colonial e às rígidas hierarquias wolof. Atualmente, cumprem um papel importante durante a experiência migratória, promovendo rituais religiosos e encontros culturais.

¹³⁰ Ver Tedesco (2015) e Kleidermacher (2017).

¹³¹ Guia espiritual.

em espaços de alimentação dos quais se tornam clientes, em farmácias, dentre outros estabelecimentos. Em razão das apreensões de mercadorias nas imediações da praça, sobretudo de uma delas, na ocasião em que um senegalês foi algemado e levado à delegacia de polícia, a população local se manifestou a favor do senegalês, questionando o fato de os fiscais terem apreendido as mercadorias e terem acionado a Brigada Militar, afinal, era um imigrante que estava trabalhando para sobreviver. Também em razão das apreensões das mercadorias, os senegaleses passam a interagir regularmente com os fiscais da Prefeitura Municipal e com a Guarda Municipal. E, nesses momentos, percebe-se o protagonismo de alguns deles, ao explicar aos fiscais a sua situação de vida e negociar possíveis locais de venda, em que não há denúncia de lojistas. Igualmente, são exemplos desse protagonismo as relações com autoridades políticas para tentar resolver a situação de irregularidade do comércio ambulante no município. Outro caso que ilustra esse comportamento foi o envolvimento de dois senegaleses na organização de várias edições da Feira de Economia Solidária¹³², realizada todos os anos em Santa Maria, onde obtiveram um espaço significativo para vender suas mercadorias.

A atividade de vender na rua promove sustento, ascensão social, inovação individual e coletiva, experiência de vida, manutenção de vínculos com a sociedade de origem, trocas e sociabilidades com a sociedade de destino. Contudo, ela também provoca uma série de conflitos que esses jovens migrantes enfrentam quando ocupam o espaço público para comercializar. Tais conflitos se estabelecem diretamente com servidores municipais, como são os fiscais e os membros da Guarda Municipal, que verificam e

¹³² A feira emergiu de um momento de crise institucional do Projeto Esperança/Cooesperança da Diocese de Santa Maria/RS, na busca de uma identidade na comercialização direta. Em 1992, surgiu o Feirão Colonial. Em 1994, a Feira do Cooperativismo (FEICOOP) teve sua primeira edição. Desde 2001, a feira segue a metodologia do Fórum Social Mundial, que visa ao fortalecimento de processos organizativos, participativos, autogestionários e transformadores.

apreendem mercadorias comercializadas irregularmente na rua, bem como com a Brigada Militar, quando é acionada para cumprir uma ordem de prisão ou um encaminhamento à Delegacia de Polícia.

Indiretamente, o conflito se estabelece com a sociedade local, quando esta questiona a presença estrangeira, caso dos migrantes senegaleses que ocupam o espaço público com suas atividades. Tal questionamento se utiliza da justificativa de que a prática do comércio de rua irregular produz concorrência com o comércio regularizado, gerando, assim, uma série de denúncias por parte de alguns lojistas.

Cabe lembrar que, no ano de 2010, foi aprovada uma lei municipal em Santa Maria que proibiu o comércio em via pública e transferiu os vendedores ambulantes e artesãos para um shopping popular construído com o propósito de regularizar o comércio na rua.¹³³ Há indígenas das etnias caingangue e guarani que vendem seus artesanatos nas imediações da praça central de Santa Maria, pois o Ministério Público e a Funai intermediaram um acordo entre a prefeitura e os indígenas.¹³⁴ Há também artesãos que vendem artesanato nas imediações da praça, bem como vendedores de frutas, comidas, entre outras mercadorias. Todos eles estão sujeitos à fiscalização e à apreensão das suas mercadorias.

¹³³ O Decreto Executivo nº 065/2010 proibiu o comércio em via pública na cidade de Santa Maria, estando este sujeito à apreensão e multa nos termos da Legislação Municipal. Ao mesmo tempo, o decreto regulamentou as atividades no Shopping Independência, local construído em 2010, para onde foram transferidos os camelôs e artesãos que antes ocupavam algumas esquinas do centro da cidade e tendas no antigo camelódromo da avenida Rio Branco. A transferência dos camelôs e artesãos para o Shopping Independência marcou o final do Camelódromo Municipal, após quase 20 anos de existência. Ver Pinto (2015).

¹³⁴ Mediante o fato de que a venda do artesanato não é suficiente para a sobrevivência dos indígenas, aventou-se a possibilidade de customizarem os industrializados com temas da cultura indígena (ver reportagem do jornal *Diário de Santa Maria* de 15 de julho de 2015 intitulada “Comércio feito por indígenas no centro é irregular e segue sem solução”).

A sociedade local se divide em posições distintas: aqueles que cobram das autoridades locais medidas de contenção e regularização do comércio irregular de rua, alegando que isso implica concorrência com o comércio regular; aqueles que se opõem ao comércio de rua, pois demandam um projeto de recuperação, disciplinamento e higienização do centro; e aqueles que defendem a legitimidade do comércio de rua, como um meio de sobrevivência para si e suas famílias.

Considerando o preconceito e o estigma que envolve o trabalho de vender na rua, pode-se inferir que, no caso dos migrantes senegaleses, esse preconceito se acentua pelo fato de serem negros e estarem sujeitos ao preconceito racial. No Brasil, um país em que prevalece o preconceito racial de marca (Nogueira, 1985) e, ao mesmo tempo, a valorização do mestiço como possibilidade de branqueamento (Seyferth, 1996), o fato de os imigrantes serem africanos e possuírem a cor da pele mais acentuada em relação ao negro brasileiro poderia nos levar a pensar que eles sofreriam mais preconceito que o negro brasileiro. E isso pode acontecer.¹³⁵ Contudo, me parece que o maior preconceito se estabelece quando os imigrantes perdem a sua condição de ser, *de ser imigrante trabalhador*, pois a presença do imigrante é pensada como uma presença provisória, que somente se legitima pelo trabalho, como um objeto a serviço do trabalho e da economia, como bem colocou Sayad (2000).

Essas questões nos levam a pensar que o preconceito racial se acentua entre os imigrantes, sobretudo quando eles perdem aquilo que os legitima, o trabalho. E me parece que o trabalho no comércio de rua é estigmatizado não somente pela sua condição irregular, mas por ser uma atividade rea-

¹³⁵ O estudo de Fernando Diehl, *Estrangeiros em uma terra estranha: racialização e estigmatização dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul*, aponta que os haitianos eram enaltecidos pelo trabalho quando comparados aos negros brasileiros, esses últimos vistos como preguiçosos.

lizada por grupos de baixa renda, sobretudo por negros e (i) migrantes que ocupam um espaço público em disputa.

A regularização do trabalho por meio da abertura de lojas

Do grupo de senegaleses que veio para Santa Maria, apenas quatro imigrantes se encontram atualmente na cidade. O que chegou primeiro trabalhou por três anos vendendo na rua até abrir sua própria loja em 2017, onde vende roupas, calçados e acessórios para um público infantil e adulto, masculino e feminino. Sua esposa, que veio para o Brasil em 2017, também trabalha na loja. Ambos contam com uma funcionária que lhes auxilia nas vendas.

Seu irmão, que chegou em dezembro de 2015, também abriu uma loja no centro da cidade, em 2019, na qual vendia roupas e calçados. Porém, fechou a loja em 2021, quando voltou ao Senegal e, depois, migrou para os Estados Unidos.

Em 2020, o primo desses dois senegaleses também abriu a sua própria loja, na qual vende roupas e calçados para um público adulto e infantil. Até então, três senegaleses abriram suas próprias lojas em Santa Maria. Atualmente, restam duas.

Outro senegalês, que chegou 2015 e vendeu no comércio de rua em Santa Maria por mais de cinco anos, passou a vender na rua em uma pequena cidade próxima a Santa Maria, onde não havia fiscalização. Em 2022, ele também abriu sua própria loja lá. São todas lojas de roupas, calçados e acessórios, que atendem a um público de baixa renda e estão instaladas em pequenas salas no centro da cidade, geralmente próximas a paradas de ônibus que dão acesso a bairros periféricos da cidade.

Abrir a própria loja significa muito para esses jovens senegaleses, sujeitos diariamente à apreensão das suas mercadorias e ao preconceito social e racial da sociedade local. Além das apreensões, estão sujeitos às adversidades da rua, como períodos de muito frio, de muita chuva ou de muito calor. Todos os quatro senegaleses que abriram sua

própria loja já haviam trabalhado por mais de quatro anos no comércio de rua e pertencem a uma rede de imigrantes senegaleses que possui relações de parentesco e amizade entre si. Abrir a própria loja é uma forma de regularizar a sua situação de trabalho, uma tentativa de se estabelecer na cidade e de, posteriormente, trazer algum membro da família.

Reconfigurações familiares

O primeiro senegalês que chegou a Santa Maria, em 2014, tem 41 anos e ensino equivalente ao primeiro grau incompleto. Abriu sua loja em 2017 e, recentemente, se naturalizou brasileiro. No mesmo ano em que abriu a sua loja, trouxe sua esposa do Senegal, por meio do direito de reunião familiar. Entre 2019 e 2023, eles tiveram dois filhos no Brasil, e, no ano de 2022, ele trouxe seus outros dois filhos que haviam ficado sob a responsabilidade de seus pais, no Senegal. Esses filhos têm 9 e 13 anos. Em algumas ocasiões em que conversei com ele sobre a possibilidade de trazer seus filhos, ele demonstrava certo receio de trazê-los antes de começarem os estudos na escola corânica. Era importante que eles viessem já iniciados nos ensinamentos do Corão e do Muridismo.

Seu irmão mais novo tem 30 anos e Ensino Médio completo em escola francesa. Abriu uma loja em 2019 e casou-se nesse período, em uma das viagens que fez ao Senegal. Contava-me que não tinha intenção de trazer sua mulher. Preferia que ela ficasse no Senegal, pois tinha receio de sua adaptação à vida no Brasil. Esse senegalês fechou sua loja em 2021, voltou para o Senegal, teve um casal de gêmeos lá e, agora, está nos Estados Unidos. Em uma roda de conversa, me contou que, depois de um tempo casado, tinha intenção de ter uma outra esposa. Seu primo senegalês, que participava também da roda de conversa, não concordou com a possibilidade de ter uma segunda esposa. Indaguei a ele se não seria muita responsabilidade casar-se com duas mulheres já que seria necessário sustentar duas famílias. Ele me respondeu que os filhos, ao crescerem,

ajudariam o pai, tendo, enfim, um retorno quando estivesse mais velho e com dificuldade de trabalhar.

O primo deles tem 34 anos, Ensino Médio completo em escola francesa e, atualmente, mora em uma pequena cidade próxima a Santa Maria, onde abriu uma loja no final de 2022. Ele havia viajado para o Senegal em dezembro de 2021, onde permaneceu por um ano e quatro meses. Nesse período, trabalhou com seu pai na agricultura. Depois de sete anos, conheceu sua filha, que havia nascido um mês após a chegada dele ao Brasil, em 2015. Hoje, ela tem 9 anos. Durante sua estadia no Senegal, teve mais um filho. A intenção desse senegalês é retornar ao Senegal, pois gosta mais da vida lá. Ele pensa na possibilidade de trazer a sua esposa para o Brasil, mas ainda não decidiu sobre isso. Contudo, não pretende trazer a filha de 9 anos para o país e prefere que ela seja educada nos “costumes senegaleses”, estudando em escola francesa. Contou-me que o dinheiro que conseguiu guardar durante os primeiros anos no Brasil foi destinado à compra de um terreno e de material para construir uma casa no Senegal. Contou-me também que, daqui uns dois anos, a casa ficará pronta e, então, gostaria de voltar a morar no Senegal e trazer seu irmão mais novo para cuidar da sua loja.

A estrutura familiar desses jovens senegaleses permite uma coletivização dos cuidados e responsabilidades com os filhos na família extensa, que envolve pais, avós, irmãos, parentes consanguíneos e afins. E isso colabora com o seu projeto migratório para melhorarem de vida, prosperarem com a imigração e se tornarem homens de responsabilidade e de prestígio na sua rede familiar. Eles podem contar com a rede familiar para deixar filhos e esposas no Senegal, durante o período da migração.

As configurações familiares na migração envolvem diferentes arranjos a partir desses trânsitos dentro do Brasil, entre Brasil e Senegal e entre Brasil e outros países: reunião familiar com a vinda das esposas e o nascimento de novos filhos no Brasil e casamentos transnacionais em que as esposas permanecem no Senegal com os filhos. Essas

diferentes modalidades podem estar marcadas pela diferenciação de idade, escolaridade, origem social e expectativas com o projeto migratório. Dos casos aqui descritos, somente o senegalês mais velho e com menos escolaridade trouxe esposa e filhos para o Brasil e pretende se estabelecer por aqui. Os outros três pretendem migrar, retornando ao Senegal ou indo para os Estados Unidos

Quando esses senegaleses casam, a regra é a esposa se deslocar para morar com a família do marido no Senegal. As casas desses imigrantes no Senegal abrigam sua família extensa, que envolve pais, filhos, esposas dos seus filhos e netos e, eventualmente, primos. Um desses jovens me relatou que o dinheiro que os membros da família ganham é “dinheiro da casa”. Os filhos costumam ajudar os seus pais e, por consequência, a família extensa. As remessas que os imigrantes senegaleses enviam aos seus familiares no Senegal podem ser tanto para ajudar no sustento de seus familiares quanto para adquirirem algum bem material lá, como é o exemplo do senegalês que comprou um terreno e está construindo sua própria casa.

Sobre a importância da casa nos projetos migratórios, há vários estudos que se dedicaram a isso. Lembro aqui de Machado¹³⁶, quando descreve a *Casa* como um valor moral, mais do que um desejo material. A casa aqui está associada ao projeto migratório e envolve, entre outros significados, a responsabilidade de manter e cuidar da sua família, mesmo estando longe, e o prestígio nas suas redes de sociabilidade.

Considerações finais

Pelos dados de campo e pelos resultados de outras pesquisas com senegaleses (Kleidermacher, 2013; Kaplan, 2003), as migrações estão vinculadas ao desejo de melhorar

¹³⁶ Machado (2014, p. 40), ao estudar a migração valadarense para os Estados Unidos (EUA), aponta a *Casa* como elemento central na constituição das relações de parentesco: “As pessoas imigram para construir suas casas e constituir novas centralidades nas suas relações; estando longe, o que produz a cossustancialidade não é mais a convivência e o sangue, mas o envio de remessas”.

de vida e de ascender socialmente. O membro da família que emigra adquire prestígio social e se torna uma referência para outros jovens do seu grupo. Afinal, esses jovens se convertem em homens de responsabilidade, envolvidos por um projeto familiar, em que distribuem parte de seus salários para manter suas famílias extensas.

Conforme a literatura sobre a imigração senegalesa na Europa, Schmidt (1994) e Lacombe (1996) explicam que a força e a originalidade da imigração senegalesa estão associadas à sua organização em relação à solidariedade, que considera de forma negativa o individualismo. Nesse sentido, a solidariedade senegalesa faz parte de um estilo de vida com raízes culturais profundas e propõe valores e modos para realizá-lo, como é o Muridismo. Apesar do seu caráter comunitário, o Muridismo também valoriza as iniciativas individuais, mesclando, assim, estratégias individuais àquelas baseadas no seu pertencimento à confraria Muride. Em alguns casos, por intermédio do grupo, há possibilidade de estratégias de diferenciação individual, como os casos de migrantes senegaleses que abriram o seu próprio negócio, tal qual descrevemos.

A atividade de vender na rua promove sustento, ascensão social, inovação individual e coletiva, experiência de vida, trocas e sociabilidades. Contudo, ela também provoca uma série de conflitos que esses jovens migrantes enfrentam quando ocupam o espaço público para desenvolver suas atividades. Tais conflitos se estabelecem pelo tipo de atividade irregular que desenvolvem na rua e se acentuam quando o trabalho que os legitima é questionado e o preconceito racial entra em jogo. Abrir a própria loja é uma forma de regularizar a sua situação de trabalho, uma tentativa de se estabelecer na cidade e, posteriormente, trazer algum membro da família.

As configurações familiares na migração senegalesa envolvem diferentes arranjos a partir desses trânsitos dentro do Brasil, entre Brasil e Senegal e entre Brasil e outros países: reunião familiar com a vinda das esposas e do nascimento de novos filhos no Brasil e casamentos transnacionais

em que as esposas permanecem no Senegal com os filhos. A estrutura familiar desses jovens senegaleses permite uma coletivização dos cuidados e responsabilidade dos filhos na família extensa, e isso colabora para o seu projeto migratório de melhorarem de vida.

Referências

BRIGNOL, Liliane Dutra; COSTA, Nathália Drey. Migrações e uso sociais do Facebook: uma aproximação à webdiáspora senegalesa no Rio Grande do Sul. *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, Ano XXIV, n. 46, p. 91-108, jan./abr. 2016.

DIEHL, Fernando. *Estrangeiros em uma terra estranha: racialização e estigmatização dos imigrantes haitianos em Lajeado*, Rio Grande do Sul. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FEITOSA, Jaqueline *et al.* *Pode Entrar: Português do Brasil para Refugiadas e Refugiados*. São Paulo: Caritas/UNHCR-ACNUR/Centro Popular Mafalda, 2015.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. Transnationalism: A new analytic framework for understanding migration. In: GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina (org.). *Towards a transnationalism perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*. New York: New York Academy of Sciences, *Annals of the New York Academy of Sciences*. v. 645, July 6, 1992.

GOLDBBERG, Alejandro; SOW, Papa. Migrantes Senegaleses en Argentina: contexto sociopolítico-laboral y vulneración de derechos. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMARCHER, Gisele. *A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PANDOLFI, Bruna. Migrações internacionais: o caso dos senegaleses em Caxias do Sul. In: HERÉDIA, Vania B. M. (org.). *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Belas & Letras, 2015. p. 95-113.

KABUNDA, Mbuyi. Inmigración y desarrollo: el caso africano. *Nova África*, v. 1, n. 23, p. 7-24, 2008.

KAPLAN, Adriana. *Los procesos migratorios: Senegambinos en Cataluña*. Barcelona: Museu Etnologic, 2003.

KLEIDERMACHER, Gisele. Entre cofradías y venta ambulante: una caracterización de la inmigración senegalesa en Buenos Aires. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 38, p. 109-130, 2013.

LACOMBA, Joan. Identidad y religión en inmigración. A propósito de las estrategias de inserción de los musulmanes senegaleses. *Cuadernos de Trabajo Social*, Valencia, n. 4, p. 59-76, Oct. 1996.

MAFFIA, Marta. Una contribución al estudio de la nueva inmigración africana subsahariana en la Argentina. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 31, p.7-32, 2010.

MOCELLIN, Maria Clara. Senegaleses na região central do Rio Grande do Sul: deslocamentos, trabalho, redes familiares e religiosas. In: HERÉDIA, Vania B. M. (org.). *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Belas & Letras, 2015. p. 115-134.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. *Tanto Preto Quanto Branco*. São Paulo: TA Queiroz, 1985.

PINTO, Matheus Rosa. *As metamorfoses do trabalho urbano: o caso dos comerciantes informais de Santa Maria (1980-2011)*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

ROMERO, Fany Longa. Islã, parentesco e ritual na irmandade religiosa Mouridiyya: percursos da etnografia no contexto da imigração de africanos senegaleses no Brasil. In: TEDESCO, João Carlos.; KLEIDERMARCHER, Gisele. *A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre, EST Edições, 2017.

SCHMIDT, Ottavia. *Islam, Solidarietà e Lavoro: I Muridi senegalesi in Italia*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1994.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno constitutivo da condição do imigrante. *Travessia*, Ano XII, jan. 2000.

SCHWARCZ, Lilia M. Gilberto Freire: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos Trópicos. *Mal-estar na Cultura*, Porto Alegre, abr./nov. 2010.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura dos (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fio Cruz/CCBB, 1996.

SOW, Papa. “Práticas transnacionais y espacios de acción (wáar) de los senegaleses en España”. In: ESRIVÁ, Á; RIBAS, N. (ed.). *Migración y desarrollo*. Madrid: CSIC-Politeya, 2004. p. 235-254.

TEDESCO, João Carlos. *Senegaleses no centro-norte do Rio Grande do Sul: imigração laboral e dinâmica social*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

TEDESCO, João Carlos; MELLO, Pedro Alcides Trindade. Deslocamentos populacionais e suas dinâmicas socioeconômicas nas sociedades em desenvolvimento: O caso dos senegaleses na região de Passo Fundo-RS. In: HERÉDIA, Vania B. M. (org.) *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Belas & Letras, 2015. p. 171-196.

ZUBRZYCKI, Bernarda; ALVARADO, Lina Fernanda Sanchez. “Redes y proyectos migratórios de los senegaleses en Argentina”. *Cadernos CERU*, v. 26, n. 1, p. 69-84, 2015.

Dinâmicas migratórias internacionais contemporâneas em Caxias do Sul

Maria do Carmo dos Santos Gonçalves¹³⁷

Introdução

O presente capítulo aborda as dinâmicas migratórias internacionais contemporâneas para Caxias do Sul a partir das contribuições dos estudos desenvolvidos pela Profa. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia a esse campo de estudos. Para tanto, realizamos um recorte temporal do trabalho de Herédia que compreende os estudos sobre as migrações internas para Caxias do Sul na primeira década do século XXI até os fluxos mais recentes, fortemente influenciados pelas migrações internacionais para o Brasil. Como metodologia, utilizamos análise de conteúdo (Barth, 2011) aplicada aos trabalhos publicados sobre migrações contemporâneas produzidos pela autora no período de 2010 a 2021. Para uma aproximação ao tema das migrações atuais, nos valem de análise quantitativa de dados públicos sobre migrações internacionais para o Brasil, disponibilizados pelo Ministério de Emprego e Trabalho (MTE) por intermédio do Observatório das Migrações (OBMIGRA).

O texto está dividido em três partes. Inicialmente, em “aproximações teóricas”, apresentamos, de modo breve, o quadro teórico a partir do qual Herédia localiza as pesquisas empíricas desenvolvidas por ela sobre as migrações contemporâneas em Caxias do Sul. Na sequência, em “Dinâmicas econômico-produtivas e migrações para Caxias do Sul”, abordamos a participação de migrantes internacionais no mundo trabalho local, partindo da perspectiva

¹³⁷ Bacharel em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), mestre e doutora em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

do desenvolvimento das cidades médias. Na terceira parte apresentamos algumas noções sobre a hospitalidade e as políticas de acolhimento.

Aproximações teóricas

Uma aproximação às pesquisas realizadas por Herédia coloca em relevo uma linha coerente e progressiva de análise das migrações para Caxias do Sul que conecta o legado das migrações italianas de povoamento da região do século XIX às migrações mais recentes, dentro de um quadro teórico posicionado ética e politicamente. Herédia dialoga diretamente com as perspectivas teóricas de Sayad (1998), que, ao tematizar o estrangeiro, enfatiza sua condição provisória e subjetiva, ao mesmo tempo em que o localiza como figura central no processo de desenvolvimento do capital. Nesse sentido, o estrangeiro passa a ter sua existência definida pelo seu papel como trabalhador (Herédia *et al.*, 2016). Nessa mesma linha, Herédia indica o potencial das contribuições de Sassen (1991) para uma leitura sobre as dinâmicas produtivas verificadas ao longo do tempo em Caxias do Sul. As fases mais recentes das transformações globais do capital inscrevem novas características para os fluxos migratórios contemporâneos. Esses, por sua vez, refletem em parte o resultado das reestruturações do sistema capitalista (Herédia, 20016). De Becker (2010), Herédia aplica aos seus estudos a noção de mobilidade como deslocamento físico que está sujeito à qualidade das relações sociais que os grupos migrantes conseguem, ou não, estabelecer nas sociedades de acolhida. Outro ponto importante trazido por Herédia (2010) é a descrição de como a cidade de Caxias do Sul se inseriu no contexto nacional como uma cidade média. Estudos pioneiros sobre o desempenho das cidades médias no Brasil em seu processo de desenvolvimento colocam essa perspectiva como o quadro a partir do qual se pode analisar os movimentos migratórios para a cidade de Caxias do Sul, consolidando a perspectiva das migrações para o município como um fenômeno que tende a se tornar

permanente a partir das primeiras décadas do século XXI (Oliveira *et al.*, 2005).

Com o olhar atento às transformações econômicas e produtivas à nível internacional, a autora toma como caso empírico o fenômeno das migrações para Caxias do Sul. Dessas análises, que articulam desenvolvimento econômico e produtivo e migrações laborais, Herédia chega ao tema da hospitalidade como um desdobramento ético e posicionamento político. A hospitalidade, como princípio ético-político de acolhimento, confronta aspectos da cultura local e as perspectivas dos grupos migrantes estabelecidos na cidade. Nesse contexto, Herédia se vale da noção de Elias (2000) sobre os grupos “estabelecidos” e os “*outsiders*”, descrevendo como os grupos formados por descendentes das migrações italianas na cidade assumem aspectos descritos por Elias (2000) como “estabelecidos” e aplicam formas de resistência aos novos grupos de imigrantes que poderiam, dentro desse marco teórico, ser localizados como *outsiders* (Herédia, 2019). A hospitalidade é tomada pela autora como um projeto político que vincula uma análise sobre as políticas públicas de acolhimento em Caxias do Sul, considerando os tensionamentos que emergem como ações de hostilidade (Herédia, 2016).

Pode-se dizer que Herédia estabelece um fio condutor composto pelos aspectos que ela conecta ao analisar os fluxos migratórios para Caxias do Sul. Esse fio foi sendo cuidadosamente tecido por meio de pesquisas empíricas nas quais a autora adota uma abordagem crítica no processo de análise (Herédia). A abordagem crítica como metodologia, utilizada pela autora nos estudos sobre as migrações contemporâneas, lança luz sobre as dificuldades de acolhimento desses grupos no contexto caxiense, traduzidas pelo reforço das desigualdades sociais pré-existentes na sociedade e pelos padrões enviesados de integração condicionada à esfera do mundo do trabalho. Argumentamos, aqui, que na abordagem adotada por Herédia o próprio fenômeno migratório torna-se muito mais do que o objeto de estudo, mas ele mesmo é tomado como uma categoria crítica de análise

das dinâmicas econômicas, políticas e sociais locais. Nesse sentido, não se busca apenas compreender o fenômeno migratório e seus impactos nas realidades locais, mas também a realidade social local a partir das migrações, assumindo, assim, as migrações como um fator estrutural de constituição da própria sociedade caxiense. Essa conexão, trazida pelos estudos de Herédia, situa as migrações no contexto caxiense, como um tipo de chave de leitura indispensável da sociedade e que encontra no fenômeno migratório sua principal forma de constituição e organização social desde suas origens. As migrações, como uma categoria de análise, são aplicadas pela autora como uma forma de compreender as fases de estruturação econômica local, os aspectos culturais trazidos pelos novos grupos de migrantes e as disputas narrativas sobre as identidades que se constroem entre esses diferentes grupos. Nesse sentido, observa-se o empenho da autora em compreender os impactos das migrações contemporâneas no contexto caxiense de modo longitudinal, ou seja, identificando como a sociedade caxiense ao longo de sua história se estruturou e organizou a partir das migrações.

Percorrendo as perspectivas acima descritas traçadas pelos estudos de Herédia, e sem nenhuma pretensão de esgotar ou limitar as contribuições da autora para os estudos das migrações contemporâneas no contexto caxiense, colocaremos em relevo os aspectos contidos em seus estudos que, desde nosso ponto de vista, aportam contribuições importantes para o contínuo esforço de compreensão do fenômeno migratório atual. Assim sendo, a seguir, nos deteremos, em diálogo com os trabalhos de Herédia, as dinâmicas migratórias laborais, as políticas de acolhimento e as migrações como vetores de formação das identidades locais.

Dinâmicas econômico-produtivas e migrações para Caxias do Sul

Os estudos protagonizados pelo Núcleo de Pesquisa de Estudos Migratórios¹³⁸, vinculado à Universidade de Caxias do Sul, voltaram-se, desde 1993, às pesquisas acerca do mundo do trabalho, buscando uma melhor compreensão sobre as dinâmicas migratórias internas para o município de Caxias do Sul. Herédia (2011, 2015) descreve a relação direta entre as fases de desenvolvimento econômico, experienciadas pelo município, e os fluxos migratórios que se articularam em torno dessas fases.

Segundo a autora, a primeira fase se desenvolveu a partir de 1875, promovida pelo Governo Imperial por intermédio da política de povoamento. Nessa fase, imigrantes italianos se estabelecem na região em colônias. “A pequena propriedade foi o estímulo da fase migratória desse período, marcada por atividades primárias, fossem elas agrícolas ou extrativistas” (Herédia, 2011, p. 69).

Uma segunda fase, a partir dos anos de 1930, caracterizou-se economicamente pelo surgimento de indústrias tradicionais. Nesse contexto, Caxias do Sul tornou-se um polo comercial, o que passou a atrair fluxos migratórios internos. A modernização e valorização da indústria têxtil e metalúrgica, no período da Segunda Guerra Mundial, consideradas indústrias de interesse nacional, foram fatores propulsores da economia local. Assim, “fica evidente a saída da população dos distritos rurais do município em

¹³⁸ O núcleo data de 1993 e desenvolveu pesquisas sobre o mundo do trabalho. A primeira pesquisa, que lhe deu origem, versou sobre as implicações tecnológicas nos processos de trabalho na indústria de transformação e as relações de trabalho com fins de subsidiar ações de qualificação de recursos humanos. Desse estudo resultaram uma série de novas pesquisas, dissertações de mestrado e propostas para teses de doutoramento. Os temas versam sobre questões referentes ao mundo do trabalho. O estudo sobre o tema migrações nasceu das pesquisas vinculadas ao mercado de trabalho. Dessas investigações, as pesquisas direcionaram-se para migrações internas e dinâmicas migratórias. O núcleo também acolhe pesquisas sobre migrações internacionais.

busca de trabalho na zona urbana, onde se localizavam as indústrias” (Herédia, 2015).

Já a terceira etapa, localizada temporalmente a partir dos anos 1950, foi marcada pelo crescimento da indústria, fortalecido pela política nacional “desenvolvimentista”. “Nesse período, a economia regional cresceu e, com ela, seu carro-chefe, a indústria de transformação, que necessitava, cada vez mais, de mão de obra” (Herédia, 2015, p. 55). O principal fluxo migratório que acompanha essa fase é formado por populações migrantes internas, principalmente de localidades dos municípios dos Campos de Cima da Serra. A partir dos anos 1970 ocorrem transformações na estrutura produtiva do município que, além de polo industrial regional, passa a figurar também como um polo de serviços, inaugurando uma nova fase. “Essa etapa engloba as consequências da reestruturação produtiva que ocorreu no parque industrial brasileiro, principalmente na última década do século XX” (Herédia, 2015, p. 72). A participação em dinâmicas globalizadas de produção “gerou mudanças no setor produtivo, em que a estrutura industrial fordista foi substituída pelo modelo toyotista ou, mesmo, pelo *neofordismo*, exigindo um novo perfil de trabalhador” (Mocellin, 2018, p. 148). Nessa fase, observa-se um intenso fluxo de migrações internas provenientes de diversificados municípios gaúchos, sobretudo de localidades onde houve perda de população, “associada às mudanças no sistema de produção, uma vez que algumas dessas localidades não se modernizaram” (Herédia, 2011, p. 149), ocasionando dificuldades em criar oportunidades de emprego, sobretudo, para populações jovens e economicamente ativas.

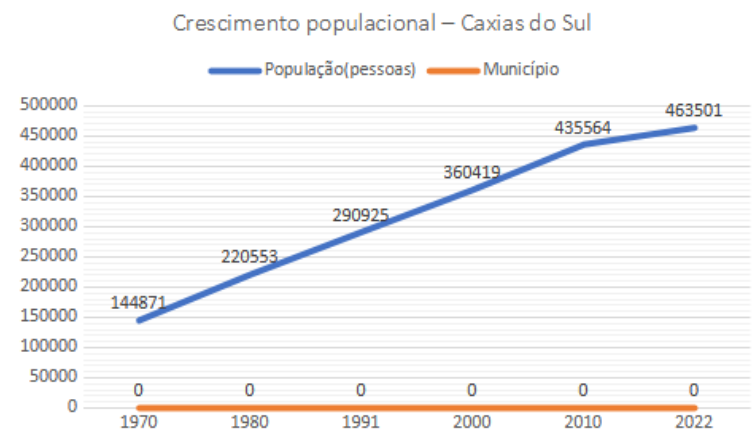
A quinta fase, observada a partir da primeira dos anos 2000, sob a perspectiva econômica, integrou o desenvolvimento do setor terciário. “Essa fase é reconhecida pelo processo econômico diversificado a partir de empreendimentos sustentados por capital, vindos de fora, em setores que até então eram mantidos por capital local, como foi o caso da instalação dos shoppings centers e das grandes cadeias de supermercados” (Herédia, 2011, p. 69). Também

é acompanhada pela absorção de mão de obra de outras regiões do estado, do Brasil e de outros países. A partir dos anos 2010, observam-se mudanças importantes no perfil migratório que dialogam com as transformações econômicas observadas nas cidades médias brasileiras.

Migrações e cidades médias

Dados recentes do Censo Demográfico de 2022 indicam que as cidades médias no Brasil continuam liderando o crescimento populacional, com 67,5% do aumento total entre 2010 e 2022 (IBGE, 2022). Ao verificarmos o padrão de crescimento de Caxias do Sul nos últimos 50 anos, percebemos que o município manteve um ritmo acelerado de crescimento populacional até a primeira década dos anos 2000.

Gráfico 01 – Crescimento populacional de Caxias do Sul entre 1970 e 2022



Fonte: IBGE, 2022.

De acordo com o Censo de 2022, o município apresentou um número absoluto de população em 2022 que o colocou na 2ª posição em população no *ranking* estadual e na 22ª em termos de densidade demográfica, superando Canoas. Na comparação com municípios de todo o país,

Caxias do Sul ocupa as posições 48 e 281, respectivamente. O crescimento de Caxias do Sul acompanha as tendências à nível nacional, apontada pelo Censo 2022, que indica um maior crescimento das cidades médias em comparação com os grandes centros urbanos e os pequenos municípios. Fernandes e Catelan (2023) sugerem, na análise sobre o desempenho das cidades médias, o uso da noção hierarquia de modo complementar às análises que levam em conta as hierarquias estabelecidas entre os meios urbanos. Os autores partem do reconhecimento de que

[...] a estrutura hierárquica ainda é uma forte característica do sistema urbano, uma vez que a metrópole é concentradora de capitais, fluxos, pessoas e informações. Todavia, com a unicidade técnica e a difusão do meio técnico-científico-informacional no território (SANTOS, 1996), as cidades médias e as cidades locais vêm participando, em níveis e intensidades diferentes, das interações espaciais que se dão no sistema capitalista à luz das lógicas globais (Fernandes; Catelan, 2023, p. 2).

Sendo assim, os autores indicam a importância de considerar as formas de interação das cidades também de modo escalar, vertical e horizontal. Esse é um aspecto importante quando incluímos nessa perspectiva o tema das migrações internacionais contemporâneas para cidades médias, observável no caso de Caxias do Sul desde 2010, quando o município passou a experimentar uma maior diversificação e amplitude desses fluxos.

Fernandes e Catelan (2023, grifo nosso) apontam cinco características de transformações econômicas e espaciais vivenciadas pelas cidades médias nas últimas décadas:

a) desconcentração da produção industrial acompanhada da centralização econômica e espacial nas metrópoles; b) ampliação do acesso ao consumo por parte da população de menor poder aquisitivo e o surgimento de uma nova classe média e alta, o que justifica a implantação e/ou modernização de equipamentos urbanos como shopping centers,

agências bancárias exclusivas, aeroportos, redes de franquias, condomínios residenciais fechados etc.; c) extensão dos tecidos urbanos (contínuos e descontínuos), compondo, em muitos casos, arranjos urbano-regionais com cidades vizinhas; d) *ampliação dos papéis e funções na divisão interurbana no trabalho, fato que possibilita o fortalecimento da sua influência regional e o estabelecimento de interações espaciais cada vez mais distantes, rompendo, assim, com a estrutura hierárquica da rede urbana;* e) aprofundamento das formas de diferenciação e desigualdade que, em determinadas cidades, pode levar à fragmentação socioespacial.

Das características elencadas pelos autores, destacamos as novas divisões do trabalho que acompanharam a diversificação dos setores produtivos, com um maior alcance da indústria a mercados internacionais. Essa aproximação pode ser útil para localizarmos a participação da força de trabalho migrante no contexto caxiense e seu papel no processo de sustentação do desenvolvimento econômica e social do município.

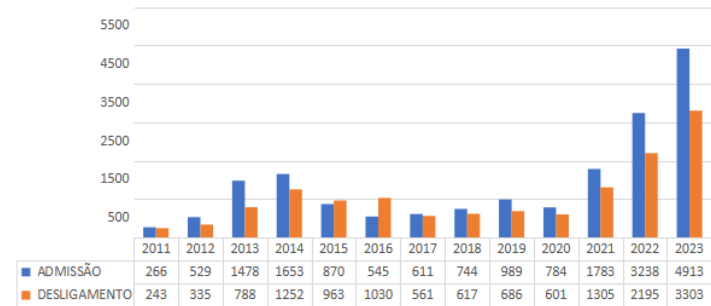
Dialogando com os estudos de Amorim Filho e Serra (2001), Herédia (2011) analisou as dinâmicas econômicas e laborais no município de Caxias do Sul, considerando seu perfil de cidade média. De acordo com esses autores, as cidades médias, quando comparadas aos grandes centros urbanos, apresentavam desempenhos positivos nas suas atividades produtivas. Nesse sentido, cidades médias “possuem condições de acolher migrantes à medida que se transformam em centros regionais, marcados pelas atividades produtivas, com a integração de atividades do setor secundário e terciário integradas” (Tolosa, 2001, p. I *apud* Herédia, 2016, p. 2). Indica-se, ainda, que essas cidades podem experimentar processos migratórios ao expandir-se, absorvendo especialmente a força de trabalho de grupos migrantes. De acordo com Herédia (2021, p. 3), os estudos capitaneados pelo Núcleo de Estudos Migratórios da UCS nos períodos de 2011 e 2015, “mostram que as cidades médias têm recebido mão de obra de fora muito mais que as

regiões metropolitanas e tem absorvido a força de trabalho migrante”.

Dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), disponíveis na plataforma DATAMIGRA¹³⁹, referentes ao município de Caxias do Sul no período de período de 2011 a 2023, indicam que a inserção no mercado de trabalho formal de migrantes internacionais vem crescendo com algumas variações na última década.

¹³⁹ De acordo com o Observatório das Migrações (OBMIGRA), “A plataforma DataMigra foi concebida para proporcionar acesso ágil e simples aos registros administrativos sobre migrações internacionais e solicitações de refúgio das seguintes bases de dados: Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL), do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério da Economia; Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra), Sistema de Tráfego Internacional (STI), Sistema de Tráfego Internacional – Módulo de Medidas de Alertas e Restrições Ativas (SOLICITANTES DE REFÚGIO) que é um módulo do STI, da Polícia Federal. [...] A plataforma foi desenvolvida pelos pesquisadores do OBMigra/UnB, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Polícia Federal, o Instituto de Geografia e Estatística – IBGE e a Universidade de Brasília – UnB” (Disponível em: <https://www.datamigraweb.unb.br/#/public/bases/sobre>. Acesso em: 09 set. 2024).

Gráfico 02 – Movimentação de trabalhadores imigrantes internacionais no período de 2011 a 2023.



Fonte: DATAMIGRA/CAGED.

O aumento da mão de obra imigrante internacional nesse período guarda uma estreita relação com as tendências, que já vinham sendo observadas nas últimas décadas, de crescimento das cidades médias e suas dinâmicas populacionais, econômicas e produtivas onde se inserem as migrações. No caso de Caxias do Sul, também consideramos as características mistas desses fluxos migratórios. Além de migrantes internacionais, provenientes de países sul-americanos vizinhos, como Uruguai, Paraguai e Argentina, observamos que o município passou a receber também um novo contingente de migrantes forçados, notadamente, refugiados de países africanos e, mais recentemente, migrantes e refugiados venezuelanos. Esses grupos têm em sua motivação inicial de migração para o Brasil a fuga de condições precárias de vida e/ou de graves violações aos direitos humanos.

No Brasil, esses grupos tendem a migrar internamente para locais onde há uma maior absorção de mão de obra. Dados da base SISMIGRA/CAGED sobre nacionalidade dos imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal, referentes ao período de 2022 a 2023, indicam a pluralidade de procedências por continentes desses grupos de migrantes.

Tabela 01 – Movimentação de Migrantes internacionais em Caxias do Sul – 2011 a 2023

Continente	% trabalhadores migrantes
África	16,89%
América Central e Caribe	27,23%
América do Norte	0,09%
América do Sul	52,97%
América não Especificado	0,10%
Ásia	0,53%
Europa	1,27%
Não especificado	0,73%
Oceania	0,19%
Total geral	100,00%

Fonte: SISMIGRA/CAGED.

Do total das 32.282 movimentações, trabalhadores migrantes provenientes de países sul-americanos representam mais de 50% dos registros. Na tabela a seguir, é possível acompanhar a progressão da participação dos trabalhadores migrantes sul-americanos no período.

Tabela 2 – Progressão da participação dos trabalhadores migrantes sul-americanos

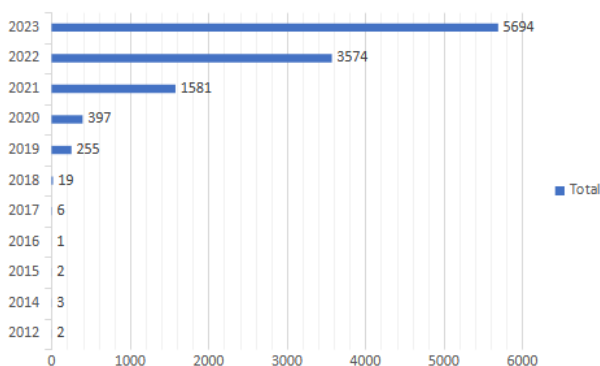
País	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total Geral
Argentina	55	68	81	73	49	43	68	66	87	33	50	323	1.093	2.089
Bolívia	12	7	6	8	7	4	4	1	4	1	3	4	8	69
Chile	23	31	22	23	19	19	15	15	10	7	13	21	9	227
Colômbia	16	16	22	51	38	29	21	25	25	19	43	32	62	399
Equador	2	1			1			2	1			2		9
Paraguai	62	58	54	48	58	47	54	43	42	28	25	59	69	647
Peru	12	19	10	23	24	16	5	12	18	10	13	18	19	199
Uruguai	187	224	225	187	153	117	98	128	115	89	133	126	145	1927
Venezuela	2			3	2	1	6	19	255	397	1.581	3.574	5.694	11.534
Total geral	369	426	420	416	351	276	271	311	557	584	1.861	4.159	7.099	17.100

Fonte: SISMIGRA/CAGED.

Observamos que, ao passo que a inserção de migrantes paraguaios e uruguaios se manteve relativamente constante no período, a participação dos migrantes argentinos no mercado de trabalho experienciou um salto quantitativo importante em 2022, vindo a quase quadruplicar em 2023. Outro aspecto interessante é que em 2011 os trabalhadores argentinos estavam majoritariamente inseridos no setor de serviços e na indústria. Em 2016, a inserção no setor de agropecuária já representava a quase totalidade e se manteve até o presente como a principal área de inserção laboral desses migrantes. Esse dado, além de refletir a crise econômica que atravessa a Argentina, também indica uma mudança de perfil das pessoas que migraram daquele país em busca de oportunidades de trabalho no município.

No caso dos trabalhadores uruguaios, a sua inserção, majoritariamente no setor da indústria, serviços, comércio e construção, se manteve contínua no período. Em relação aos paraguaios, embora não se observem grandes variações quantitativas ao longo período, houve também uma migração de inserção do setor de indústrias para o setor da agropecuária. Entre os trabalhadores provenientes de países sul-americanos, o fluxo mais destacado é o de venezuelanos.

Gráfico 03 – Movimentação de migrantes venezuelanos (2012 a 2023)



Fonte: DATAMIGRA/OBMIGRA.

A participação desse grupo de migrantes no mercado de trabalho no município se manteve significativamente

crescente nesse período. A migração venezuelana para Caxias foi fortemente influenciada pelo processo de interiorização, protagonizado pelo governo brasileiro por meio da Operação Acolhida. Em agosto de 2019, uma notícia publicada na *webpage* da Câmara de Indústria e Comércio do município (CIC)¹⁴⁰ informava que representantes da Operação Acolhida estiveram reunidos com empresários da área para apresentar a operação e divulgar a possibilidade de contratação de mão de obra de migrante, participante do processo de interiorização. O principal setor de inserção laboral desses migrantes tem sido, de fato, o industrial.

Depois da América do Sul, os migrantes provenientes da América Central e Caribe são o segundo maior grupo inserido no mercado de trabalho no município. O grande destaque é a presença haitiana, que representa o grupo majoritário no conjunto de países dessa região.

¹⁴⁰ Disponível em: <https://ciccaxias.org.br/noticias/2019/08/20/operacao-acolhida-e-apresentada-para-liderancas-empresariais/>. Acesso em: 10 set. 2024.

Tabela 3 – Migrantes provenientes da América Central e Caribe

Rótulos de linha	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total geral
Costa Rica	2												1	3
Cuba	4	6			2	3	7	26	4	4	11	33	173	269
El salvador							1							1
Guatemala						1	2					1	3	7
Haiti	1	207	800	1.122	824	801	428	541	698	612	968	792	651	8.445
Honduras											1		1	2
Panamá												1	1	2
República dominicana				8	2	5	2	3	4	3	5	8	22	62
São Cristóvão e Nevis													1	1
Total geral	7	213	800	1.130	826	808	434	554	728	619	985	835	853	8.792

Fonte: SISMIGRA/CAGED.

A movimentação de trabalhadores migrantes haitianos no contexto do município se manteve com variações no período, sendo o campo de inserção predominante o de indústria. A migração haitiana para Caxias ocorre em um contexto de profunda crise econômica e política no Haiti. De acordo com Herédia (2019), as migrações de haitianos para a região encontraram, assim como em outras regiões do RS e do Brasil, uma resposta por parte da sociedade brasileira, via Estado-Empresa, com soluções que amortizaram os impactos desse fluxo, por meio de ações regulatórias.

Quando nos voltamos à participação de trabalhadores cubanos no município, esta surge como um novo fenômeno a partir de 2023. Apesar de a presença cubana no município ter ganhado visibilidade a partir da presença de médicos cubanos, que atuaram no município no contexto do Programa Mais Médicos, instituído em 2013 pelo governo brasileiro, é a partir de 2022 que se observa um quantitativo maior de migrantes cubanos, e com um perfil laboral distinto daquele vinculado ao Programa Mais Médicos. Além de integrarem-se ao setor de indústria, esses trabalhadores se inserem fortemente no setor de comércio e serviços. Os Estados de Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul são os principais locais de inserção laboral dos migrantes cubanos no Brasil, onde houve 6.168 movimentações de migrantes cubanos no mercado de trabalho em 2022. Esse número passou para 16.647 em 2023. O tema da imigração cubana para o Brasil, é recente e ainda pouco explorado em estudos acadêmicos. Além das diferenças culturais que esse fluxo guarda com os fluxos de migrantes haitianos, há a complexidade que envolve o processo de regularização migratória desses migrantes. Os cubanos não têm, até o presente, uma regulação específica para o seu caso, sendo que a maioria se encontra na condição de solicitantes de refúgio.

O terceiro grupo com maior representatividade no mercado de trabalho do município é o de trabalhadores migrantes provenientes de países africanos. No período de 2011 a 2023, ocorreu uma movimentação de 5.442 trabalhadores

migrantes no mercado de trabalho formal no município, provenientes de 23 países africanos. Das 37.559 movimentações de trabalhadores migrantes senegaleses ocorridas no período, 65% ocorreram no Rio Grande do Sul. Uma das características da inserção de trabalhadores senegaleses no mercado de trabalho gaúcho foi a grande capilaridade desse grupo. Os dados do SISMIGRA/CAGED indicam que houve registro de movimentação de trabalhadores senegaleses em 177 municípios do estado, sendo que a maior porcentagem, cerca de 20%, se deu no município de Caxias do Sul. As migrações senegalesas para o município foram objeto de variados estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos de Migrações da Universidade de Caxias do Sul (Herédia, 2015a, 2015b, 2017). Esse fluxo surgiu como um fato novo no contexto local e representou um dos principais símbolos das transformações socioeconômicas do município, além de colocar em relevo os desafios culturais que se tornaram visíveis no mundo do trabalho e no cotidiano das relações sociais, religiosas e políticas locais.

Cada fluxo migratório para o município manteve suas especificidades, que refletiram no modo como eles se integraram ao mundo do trabalho ao longo das diferentes fases de desenvolvimento econômico local. De modo particular, observa-se que houve uma significativa mudança no perfil de deslocamento desses migrantes de seus países de origem. De acordo com Sassen (2016), as transformações no sistema econômico e nos modos de acumulação do capital têm gerado fluxos massivos de pessoas expulsas de seus países, dadas as condições de extrema vulnerabilidade, violência e escassez de meios de vida. Sassen (2016, p. 31), ao analisar três casos diferentes de migrações forçadas contemporâneas, afirma que

A extrema violência é uma condição central para explicar essas migrações, assim como o são trinta anos de políticas de desenvolvimento internacional que deixaram muitos habitats mortos (devido à mineração, às apropriações de terras para a expansão latifundiária e à monocultura agrícola) e expulsa-

ram comunidades inteiras de seus territórios. Mudar para as favelas das grandes cidades tem, cada vez mais, se tornado a última opção, e aqueles que podem arcar com os custos recorrem à migração. Essa história de várias décadas de destruição e expulsões atingiu níveis extremos tornados visíveis em vastas extensões de sistemas terrestres e aquáticos que estão mortos hoje em dia. No mínimo, algumas das guerras e dos conflitos locais emergem destas destruições, em uma espécie de luta pelo habitat. E a mudança climática reduz ainda mais o território habitável (Sassen, 2016).

A mudança no perfil dos migrantes inseridos no mercado de trabalho no município, considerado uma cidade média consolidada, indica que a busca por trabalho se integra a um conjunto mais complexo de alcance global que acompanha esses novos padrões massivos de migração, marcados em sua origem por condições de violência e exclusão, degradação ambiental, entre outras. A integração ao mundo do trabalho de pessoas provenientes de contextos como Venezuela, Haiti, Cuba, Afeganistão etc. indica que o município se encontra inserido, em uma perspectiva da hierarquia, em contexto global plural. Isso implica grandes desafios ao processo de integração social desses trabalhadores e suas famílias. Nesse sentido, olhar para as políticas locais de acolhimento, calcadas pelo princípio ético e político da hospitalidade, pode lançar algumas luzes sobre a integração de pessoas migrantes no mundo do trabalho e no contexto das cidades médias. É indagando sobre as formas como a sociedade caxiense se estrutura para integrar as dinâmicas econômicas da reestruturação do capital que Herédia estabelece uma relação importante com o tema do acolhimento e da hospitalidade.

Hospitalidade e políticas de acolhimento

Uma leitura das produções de Herédia sobre o tema da hospitalidade e políticas de acolhimento a pessoas migrantes põe a descoberto a originalidade de sua pesquisa. Aliada à perspectiva de análise das migrações que considera sua

relação com o desenvolvimento das cidades médias e seu movimento de “empuxo” de mão de obra migrante, Herédia, ao longo de seu trabalho, voltou seu olhar para as dinâmicas de acolhimento dessas populações. O tema da hospitalidade foi explorado pela autora a partir de uma percepção particular desse fenômeno, caracterizada pelo esforço empírico de abordar o tema ao vinculá-lo às políticas de acolhimento levadas à cabo pelo Poder Público.

Recorrendo a Boff (2005), para quem a hospitalidade pode ser uma resposta humanitária para questões que envolvem a acolhida do estrangeiro pela sociedade e pelo Estado, assim como uma utopia e uma prática, Herédia (2016, p. 3) afirma que “Na prática, os imigrantes se deparam com a questão da alteridade e precisam manejar a questão da diferença, das imagens que foram deles construídas e enfrentar os preconceitos históricos que carregam consigo”. Tomando o caso empírico dos migrantes senegaleses no município, que foram rapidamente identificados como um grupo simbolicamente não pertencente ao contexto local por parte da sociedade caxiense, Herédia verifica como são construídos os atributos que marcam a distinção entre os locais e os que vêm de fora. Seguindo Elias e Scotson (2000, p. 20), para quem “aqueles que chegam e não se inserem automaticamente na sociedade são considerados ‘os de fora’ e esse julgamento é estabelecido ‘por aqueles que já estão estabelecidos’”, Herédia busca compreender “a mecânica da estigmatização”, adotando a perspectiva de Elias e Scotson (2000, p. 20) de “um exame rigoroso do papel desempenhado pela imagem que cada pessoa faz da posição de seu grupo entre outros”. Por fim, a autora conclui que “fica evidenciado que os senegaleses não são vistos pelos estabelecidos como iguais e que a estigmatização funciona como elemento de distinção entre uns e outros” (Herédia, 2016).

No caso dos senegaleses, a mecânica da estigmatização inclui as diferenças religiosas e culturais, que, aliadas às características demonstrada nos estudos sobre a inserção de mão de obra migrante no município, expõem o tensiona-

mento e criam uma perspectiva de acolhimento restrita ao mundo do trabalho. De acordo com Herédia *et al.* (2016, p. 7),

Na pesquisa, a identidade como muçulmanos para muitos não interfere na vida coletiva. Entretanto, há um desconhecimento das regras dos muçulmanos na cidade quanto à estrutura familiar, a religião e a própria moral. Vários depoimentos registram que os senegaleses são disciplinados, honestos e trabalhadores. Por que então a religião interferiria na permanência na cidade? É importante lembrar que os migrantes são considerados muitas vezes estrangeiros que vieram para trabalhar. Trabalhar é possível, mas conviver tem suas contradições e diferenças. Nesse sentido, implica novamente a capacidade da cidade de hospedar aqueles que vêm de fora para trabalhar, e ao mesmo tempo, aprender a compartilhar aquilo que a cidade oferece para os que nela convivem. A aceitação e acolhida para o trabalho ocorre sem ampliar a essa acolhida a outra, aquela que representa o acesso a uma série de espaços sociais que possam receber o migrante com mais humanidade, generosidade, sem tanta distinção, preconceito e hostilidade.

Nesse ponto, a hospitalidade se insere como um posicionamento ético e político que tem como principal objetivo o estabelecimento de políticas de convívio que não sejam excludentes. De acordo com Benhabib (2004), o migrante é esse Outro que resiste às classificações assentadas sobre ilusões nacionalistas. Pátria, pertencimento, trabalho, desenvolvimento, integração, nação, cultura e migração são, em boa parte, construções sociais – portanto, passíveis de mudanças e, ao mesmo tempo, elementos de transformação social. Nas últimas décadas, milhares de pessoas se moveram em direção ao Brasil em busca de melhores condições de vida e/ou fugindo de situações que colocaram suas vidas em risco. Independentemente da condição migratória na qual se encontrem, da nacionalidade da qual são portadoras ou das formas como tentemos classificá-las ou categorizá-

-las a partir de seu status migratório, todas elas carregam a esperança e o desejo da inserção no mundo do trabalho como parte fundamental de projeto migratório que é construído antes de migrar. Talvez a pergunta indispensável a ser feita aqui é o quanto as sociedades de trânsito ou de acolhida estão dispostas a apostar nesses projetos migratórios e a integrá-los como parte efetiva de um processo mais amplo de desenvolvimento regional. A hospitalidade como projeto político vai além acolhimento inicial, pois trata-se de um processo complexo que exige esforços coordenados da parte dos governos, de modo que os migrantes possam efetivamente passar a participar da vida social do local onde escolheram *viver*. Perspectivas utilitaristas sobre a integração socioeconômica de pessoas migrantes no contexto nacional podem estar fadadas ao fracasso a médio e longo prazo se não considerarem de modo holístico os processos de integração.

Nesse sentido, o acolhimento pressupõe incentivar a cooperação entre todos os atores envolvidos nos processos de acolhimento e integração.

Considerações finais

Boa parte dos desafios que se colocam para a integração socioeconômica das pessoas migrantes ocorrem pela falta de uma abordagem mais integral e articulada dessas iniciativas. Os migrantes deixam seus países de origem a partir de um projeto migratório que inclui o desejo e a busca por regularização migratória no país de acolhida e acesso ao mundo do trabalho como caminho de melhoria das condições de vida, crescimento e desenvolvimento humano e profissional. Nesse sentido, ainda são grandes as barreiras à integração dos migrantes na região: a ausência de políticas afirmativas de inclusão socioeconômica que facilitem e incentivem o acesso ao trabalho formal e ao convívio social; o racismo estrutural, a hostilidade e a xenofobia; e a ideologização do fenômeno migratório que tem crescido com perspectivas extremistas.

As perspectivas trazidas pelos estudos sobre as migrações contemporâneas em Caxias do Sul e região levadas à cabo por mais de duas décadas por Herédia por meio do Núcleo de Estudos Migratórios da UCS inclui um novo olhar sobre as pessoas migrantes, as quais são uma fonte preciosa de desenvolvimento local e regional. A hospitalidade se impõe como uma perspectiva ética e política que pode tornar o crescimento econômico local sustentável a longo prazo.

Por fim, temos vivenciado profundas mudanças que tornam as migrações parte dos processos de transformação sociais e culturais de nosso tempo. As mudanças climáticas e suas consequências, o advento da inteligência artificial, as novas crises sanitárias inauguradas com a pandemia de Covid-19, o enfraquecimento das relações de confiança global e do multilateralismo como estratégia de desenvolvimento. Todos esses são fatores importantes que nos obrigam a pensar como as migrações, tomadas desde seu potencial de transformação social, poderiam apresentar-se como fonte de inovação.

Referências

AMORIM FILHO, O.; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. p. 1-34.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BENHABIB, Seyla. *The Rights of Others. Allons, Residents and Citizens*. Cambridge: Cambridge University, 2004.

CAMARGO, Caroline da Silva; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Preconceito como sinal de hostilidade nas relações entre Imigrantes: o caso de Caxias do Sul-RS, Brasil. *Rosa dos Ventos*, v. 10, n. 2, p. 338-402, 2018.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

FERNANDES, Jefferson Santos; CATELAN, Márcio José Veríssimo. Cidades médias e as expressões da hierarquia-heterarquia no sistema urbano brasileiro. *Mercator*, Fortaleza, v. 22, p. e22013, 2023.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Migrações internas e mercado de trabalho. *Fazendo Gênero*, v. 9, p. 1-6, 2010.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Migrações internas e suas dinâmicas: o caso de Caxias do Sul. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; MOCELLIN, Maria Clara; GONÇALVES, Maria do Carmo dos Santos. *Mobilidade urbana e dinâmicas migratórias*. Porto Alegre: Letra & Vida, p. 65-77, 2011.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PANDOLFI, Bruna. Resistências culturais na inserção comunitária de migrantes senegaleses em Caxias do Sul. *SEMINTUR – 1ª Hospitalidade em Colóquio: Pesquisa e Ensino*, v. 8, 2015a.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; TEDESCO, João Carlos. O lugar do imigrante nos espaços de trabalho em Caxias do Sul: o caso dos senegaleses. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (org.). *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil*. Caxias do Sul: Belas Letras, p. 137-168, 2015b.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; GONÇALVES, Maria do Carmo S.; CAMARGO, Caroline. Migrações internacionais: impactos culturais na hospitalidade numa cidade média brasileira. In: SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, XIII., 2016. *Anais*, São Paulo, 2016.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; GONÇALVES, Maria do Carmo. Experiências migratórias: uma imigração sem mulheres. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 11, 2017.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Migrações em espaços contemporâneos: integração ou pluralismo cultural. *COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 3, p. 1-14, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MOCELLIN, M. C.; HERÉDIA, V. B. M. Dinâmicas migratórias, trabalho e diferenciação social: o caso das migrações em Caxias do Sul. *Século XXI – Revista De Ciências Sociais*, v. 8, n. 1, p. 144-165, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672535670>.

OLIVEIRA, Giovana Mendes *et al.* Reflexões sobre uma cidade média brasileira:(o caso de Caxias do Sul. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS: DINÂMICA ECONOMICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, v. 1, 2005. *Anais*, Presidente Prudente, 2005.

SASSEN, Saskia. *The global city*: New York, London, Tokyo. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1991.

SASSEN, Saskia. *Expulsões*: Brutalidade e complexidade na economia global. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

Envelhecer, um direito!

Marisa Virgínia Formolo Dalla Vecchia¹⁴¹

A cada segundo, a cada minuto, a cada hora, nosso tempo de vida diminui. Envelhecer, efetivamente, faz parte da vida. É um direito envelhecer com autonomia. Nessa etapa, não raras vezes, o corpo resiste a nossos desejos. Temos que aprender a viver numa nova realidade pessoal e social, num novo contexto cotidiano e também de sonhos e futuro. Executar o cuidado coletivo e a alegria de viver nos próprios limites é um privilégio. Embora envelhecer com cuidado seja um direito, este está garantido somente a poucos, e as violências na velhice constituem um novo desafio às políticas públicas mundiais e locais.

Amiga de longos anos, tenho conversado com Vania Beatriz Merlotti Herédia – homenageada nesta obra escrita a várias mãos e que tenho a honra de participar – sobre o envelhecimento e sinto-me como alguém que está aprendendo a ficar velha. Enquanto leio a respeito, reflito e encontro novas e transformadoras lições, a exemplo do que Cícero (2007) expressa em *Saber envelhecer*, no diálogo entre Catão e os mais jovens Cipião e Lélío:

Cipião: Gaio Lélío e eu admiramos tua imensa sabedoria em muitos domínios, Catão! Mas uma coisa nos espanta acima de tudo: jamais pareceste achar a velhice penosa. No entanto, a maior parte dos velhos diz que ela é mais pesada de suportar que o Etna!

Catão: Pareceis vos maravilhar, Cipião e Lélío, de uma coisa em verdade bem normal. Por certo, os que não obtêm dentro de si os recursos necessários para viver na felicidade acharão execráveis todas as idades da vida. Mas todo aquele que sabe tirar de si próprio o essencial não poderia julgar ruins as necessidades da natureza. E a velhice, seguramente, faz parte delas! Todos os homens desejam alcançá-

¹⁴¹ Pedagoga, filósofa e Doutora em Educação (UFRGS).

-la, mas, ao ficarem velhos, se lamentam. Eis aí a inconsequência da estupidez! Queixam-se de que ela chegue mais furtivamente do que a esperavam. Quem então os forçou a se enganar assim? E por qual prodígio a velhice sucederia mais depressa à adolescência do que esta última sucede à infância? Enfim, por que diabos a velhice seria menos penosa para quem vive oitocentos anos do que para quem se contenta com oitenta? Uma vez transcorrido o tempo, por longo que seja, nada mais consolará uma velhice idiota (Cícero, 2007, p. 9-10).

O filósofo e político romano Marco Túlio Cícero mostra que envelhecer ensina muito. Sobre essa temática, a professora, socióloga, mestre em Filosofia, doutora em História das Américas, com pós-doutorado em História Econômica e em Antropologia, Vania Beatriz Merlotti Herédia, foi uma grande responsável por fortalecer o assunto no campo da pesquisa, da sociedade e dos avanços sociais e humanos. Compreender o efeito do envelhecimento e das questões geracionais no cotidiano das famílias tornou-se uma necessidade para, inclusive, vivermos melhor. É o que nos mostra a pesquisadora, a partir de suas investigações científicas e da sua experiência como presidente do Departamento de Gerontologia da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (2018-2020).

Os estudos de Vania Herédia, como é mais conhecida, revelam avanços, mas também muitos obstáculos ainda a superarmos para que a longevidade aconteça com qualidade, saúde, compreensão, amparo e amor. Alguns desses desafios vamos relatar neste artigo, que busca recuperar palavras da própria Vania em torno do assunto, ao mesmo tempo que a reverencia, pelo tanto que ela, como dedicada e competente estudiosa, vem fazendo por nós e pela ciência. Assim, recordo passagens da época em que também fui pesquisadora na Universidade de Caxias do Sul (UCS), e, juntamente com Vania e Felisbela Ramos, fiz uma longa investigação científica a respeito da educação em Caxias do Sul e região, a qual resultou no livro *Retratos de um*

saber: 100 anos de história da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul.

Um amanhã maior

A tendência a termos uma sociedade mais velha é inevitável, conforme revelam levantamentos de órgãos que abordam o tema e pesquisas de Vania Herédia em conjunto com outros profissionais e acadêmicos. O Relatório Social Mundial 2023, divulgado pelo Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (Desa), mostra que o número de pessoas com 65 anos ou mais no mundo deve dobrar, passando de 761 milhões em 2021 para 1,6 bilhão em 2050. Um material de divulgação das Nações Unidas explica que, globalmente, um bebê nascido em 2021 pode esperar viver, em média, quase 25 anos a mais que um recém-nascido de 1950, chegando a 71 anos, com mulheres vivendo cerca de cinco anos a mais que os homens. O Desa informa que a Europa e a América do Norte, juntas, possuem atualmente a maior parcela de idosos.

O relatório avalia que melhorias na saúde e terapias médicas, maior acesso à educação e reduções na fecundidade impulsionaram essa transformação. Também indica que as discussões em torno da longevidade precisam ocupar lugar de destaque no âmbito mundial, pois, como o mundo continua enfrentando múltiplas crises, incluindo o aumento do custo de vida, os direitos e o bem-estar dos idosos precisam estar no centro dos esforços coletivos para alcançar um futuro sustentável. Essa realidade também se insurge em território brasileiro.

De acordo com o Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de pessoas com 65 anos ou mais no país (22.169.101) chegou a 10,9% da população, cujo montante está em 203.080.756 habitantes. A alta na quantia de idosos chega a 57,4% frente a 2010, quando esse contingente era de 14.081.477, ou 7,4% dos habitantes. São dados que evidenciam o envelhecimento da população brasileira. Em relação ao Rio Grande do Sul, o índice que mede o envelhecimento

da população gaúcha apresentou crescimento de 74%, entre 2010 e 2021. Para cada 100 pessoas com até 15 anos de idade, viviam no Estado, em 2010, 43 habitantes com 65 anos ou mais, enquanto, em 2021, a proporção passou a ser de 75. Em 2060, a estimativa é de que, para cada 100 moradores do Rio Grande do Sul com menos de 15 anos, haja 207 habitantes com 65 anos ou mais.

Tais dados constam no levantamento “População Idosa do RS – 2010-2021”, produzido pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE), da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), mostrando que a idade mediana da população gaúcha passou de 32,66 anos em 2010 para 37,10 em 2021 – número que deve alcançar os 47,89 anos em 2060. No Brasil, a idade mediana passou de 29,20 anos em 2010 para 33,81 em 2021 – e deve chegar a 45,62 em 2060.

Esse avanço do envelhecimento por aqui e no mundo vem sendo impactado pelas condições de vida nas diferentes nações. Há sociedades em que esse processo tem sido absorvido com mais naturalidade e suporte assistencial, enquanto em outras, marcadas pela miséria e pela exclusão, despontam dificuldades e fica evidente a não garantia de direitos. A Serra Gaúcha, por exemplo, registra a cidade conhecida como Terra da Longevidade, que é Veranópolis, cujos traços da imigração italiana estão bem manifestos. Na também chamada capital da maçã, os idosos mantêm maior expectativa de vida. Pesquisas mostram que os hábitos cotidianos, como alimentação mais saudável, prática de atividades físicas e bem-estar, interferem na manutenção de um corpo e de uma mente mais longevos.

Estatísticas recentes do próprio DEE/SPGG confirmam a propensão a viver mais de quem reside na região. A expectativa de vida dos gaúchos está em 77,45 anos. No caso do morador da Serra, esse índice sobe para 79,41 anos. A pesquisa do Departamento analisou dados de 2020 no Rio Grande do Sul, levando em conta as principais mortes naquele ano e a longevidade da população do estado. Estamos numa região de longevidade pelas condições socioeconômicas.

micas favoráveis. Vania Herédia percebe esse contexto na profunda pesquisa que fez sobre a industrialização dessa zona colonial italiana em que Caxias desponta, tendo como um dos destaques a fabricação têxtil (Herédia, 1997).

Em relação aos demais núcleos, a Colônia Caxias “apresentou um rápido crescimento econômico, transformando-se em um centro de intensa produção agrícola e de intercâmbio comercial”, constata a autora, acrescentando o cenário que se desenvolveu no século XX: “Com o seu desenvolvimento urbano, foram instaladas, nessa sede, uma série de oficinas e pequenas indústrias que abasteceram praticamente todo o núcleo colonial” (Herédia, 1997, p. 57).

Essa realidade acompanhou a evolução e segue em destaque na Serra Gaúcha, região de imigração italiana, conhecida por seu desenvolvimento, progresso e boa expectativa de vida, assim como a Itália, que é o segundo país do mundo com maior percentagem de idosos (são 14,3 milhões de pessoas de 65 anos ou mais, em meio a uma população total de 60,7 milhões), ficando atrás somente do Japão, de acordo com relatório da Sociedade Italiana de Hospitais Territoriais Geriátricos (Sigot) divulgado neste ano (2024). No entanto, em outras regiões, a humanidade luta contra sérias dificuldades em áreas em situação de conflito e subdesenvolvimento, que enfrentam superlotação nos espaços de saúde, higiene precária, frágil infraestrutura, subnutrição ou obesidade decorrentes de má alimentação, falta de cuidado humano e de recursos.

No caso da Serra Gaúcha, o envelhecimento acompanha todas as famílias, inclusive de nossa pesquisadora homenageada nesta obra. Por muitos anos, Vania Herédia assistiu ao passar do tempo dos seus pais (Darcy Hermano Benetti Merlotti e Ilse Vanir Pisani Merlotti), dos seus familiares e conhecidos mais próximos, assim como ainda hoje continua acompanhando seus amigos, com todo amor e bem querer. Esse zelo pela trajetória das pessoas, da economia e da evolução da região faz parte do perfil humano de Vania. No seu entendimento, não tem sentido cuidar da história

econômica e social sem a história das pessoas. Então, ela testemunha e acompanha a história, cuidando.

Como diz Honneth (2003), o cuidado e o amor são uma forma de reconhecimento que precisamos fortalecer na sociedade. Ao discutir e aprofundar a luta pelo reconhecimento como um direito já instituído, mas que precisa ser conquistado pela organização e pela luta social, o autor apresenta uma visão do reconhecimento que implica respeito, tolerância e interesse para com as particularidades do outro (Honneth, 2003, p. 211).

O filósofo e sociólogo alemão considera a essência do reconhecimento recíproco, tendo como foco as relações amorosas, sejam elas bilaterais ou unilaterais:

[...] visto que essa relação de reconhecimento prepara o caminho para uma espécie de autorrelação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmos, ela precede, tanto lógica quanto geneticamente, toda outra forma de reconhecimento recíproco: aquela camada fundamental e uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos, propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de autorrespeito (Honneth, 2003, p. 177).

Com base em Hegel, Honneth lista amor, direito e solidariedade como padrões de reconhecimento intersubjetivo, considerando a luta social como força estruturante. Sob essa ideia, podemos pensar na luta pelo reconhecimento do envelhecimento também como direito e não um favor. Entretanto, para que se concretize, precisa da participação da sociedade, ou seja, do envolvimento das pessoas, do sujeito, no próprio processo.

Nesse âmbito, a ideia da redistribuição apresentada por Fraser (2007) colabora para avaliarmos os recursos públicos necessários à sustentação da própria sociedade que envelhece, que é diferente do investimento de uma sociedade

jovem que cresce, que se produz e que consome. Segundo a filósofa norte-americana, a justiça “requer tanto redistribuição quanto reconhecimento; nenhum deles, sozinho, é suficiente” (Fraser, 2007, p. 103). Desse modo, vale refletir sobre quais serão os consumos e quais serão as formas de vida daqui para frente, já que estudos mostram que, daqui sete décadas, quase metade da humanidade estará envelhecendo. Como ficarão os idosos menos privilegiados, entre os quais, os negros e as mulheres, diante da desigualdade de tratamento da velhice? E seus sentimentos diante da passagem da vida sem as plenas condições necessárias para o alongar dos anos?

Reconhecer a velhice

Um dos desafios relacionados ao envelhecer talvez seja a aceitação dos impactos do tempo, com uma consequente busca de aprendizados para saber lidar com a nova realidade que surge, sinaliza Vania Herédia.

A negação da velhice é uma constatação. Em nossas pesquisas, temos entrevistas em que pessoas de mais de 80 anos afirmam que não envelheceram. O que isso representa? Não envelheceram ou não perceberam o seu envelhecimento. Para os idosos mais jovens, é difícil reconhecer a velhice. Mas nos faz pensar quanto é recente o envelhecimento de uma população que não teve um modelo de envelhecer. Se fossemos preparados para envelhecer a cada dia da nossa existência, o sentido da vida seria mais precioso, como um reconhecimento da caminhada (Herédia, 2016, p. 4-5).

As leis têm evoluído gradualmente, porém, a consciência – necessária para acompanhar quem passa dos 60, 70, 80, 90, 100 anos – sobre o envelhecimento, tanto por quem o vive quanto por quem assiste à pessoa idosa, como família ou como instituição acolhedora, parece afastada da realidade.

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), a idade que marca a

passagem para essa fase é a de seis décadas de vida em diante, mas sabemos que as condições de saúde, bem-estar, afeto, segurança e proteção ao longo da existência é que influenciarão um envelhecimento saudável e desejado. Os capítulos I e II dessa legislação, respectivamente, “Do Direito à Vida” e “Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade” são emblemáticos nesse sentido.

O primeiro, que corresponde ao artigo 8, diz que o envelhecimento “é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social”. E o segundo, expresso no artigo 10, estabelece que “é obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis”. Sabemos, porém, que, pelos motivos mais diversos, entre os quais, a ausência de cumprimento dos direitos humanos, uma legião de pessoas não consegue chegar à velhice.

Embora envelhecer seja o destino comum de toda a população mundial, “até aqui inescapável” (Feltes, 2004, p. 9), nem sempre estamos conscientes para esse percurso. Talvez porque requer um arcabouço maior de preparo, de orientações, de informações e de políticas públicas a respeito. “A velhice deve ser pensada de forma coletiva para poder ser planejada e para atender às necessidades sociais, que são também individuais” (Herédia; Cortelletti; Casara, 2004, p. 17).

Vania e as colegas pesquisadoras observam que o indivíduo idoso que experimenta a última etapa do ciclo vital sente ainda mais agravado o seu estado de velhice pelo seguinte motivo:

[...] por não saber o que fazer de seus dias, por estar entre o aborrecido e o melancólico. Por essa circunstância e porque o momento por si só já restringe as perspectivas de futuro e de vida, verifica-se um desequilíbrio social, pois as relações interpessoais do indivíduo de mais idade ficam comprometidas, com consequências psíquicas e biológicas, levando-

-o, não raras vezes, à dependência e ao alheamento (Herédia; Cortelletti; Casara, 2004, p. 21).

A passagem do tempo marca a mente e o corpo humano na sua integralidade, pontuam as autoras. Exercícios são recomendados por especialistas aos dois territórios. Entretanto, um pode vir a ficar dessintonizado do outro. Ou seja, muitas vezes, o organismo não consegue mais dar conta dos movimentos que até então fazia, enquanto a cabeça segue ativa, criativa, armazenando memórias e desejos.

Memória e identidade

No que tange à memória, as teóricas a compreendem como a “capacidade de retenção, conservação e lembrança de fatos vivenciados e sempre está relacionada ao indivíduo e à sua circunstância” (Herédia; Cortelletti; Casara, 2004, p. 65). De acordo com as pesquisadoras, é justamente pela memória que o sujeito mantém a própria identidade.

A memória e a lembrança, acrescentam, integram o processo de definição de identidades, que é, também, um processo de “afirmação do sujeito frente às profundas alterações que desafiam a permanência de valores e representações sobre o vivido” (Herédia; Cortelletti; Casara, 2004, p. 65). É um processo que ocorre num contexto de rápida desintegração dos laços que unem os sujeitos ao passado. Só que esses laços podem, aos poucos, ser esquecidos, se não rememorados, alertam as pesquisadoras:

Assim, o papel da memória, aliado à lembrança no processo de envelhecimento, tem um lugar privilegiado na construção da identidade do ser velho, visto que a identidade de indivíduo é um continuum de representações de seu estar sendo no mundo. A memória, refletindo um universo de representações e significados, constituem uma reprodução que os indivíduos fazem de sua própria vida. Nessa dimensão, a identidade sempre faz referência ao contexto e à memória entendidos como a capacidade de evocação; é vista como uma ligação entre o indi-

víduo e seu mundo e é integrada ao universo social (Herédia; Cortelletti; Casara, 2004, p. 66-67).

Pela trajetória, pelo tempo, as pessoas idosas somam décadas de existência e, conseqüentemente, acumulam anos de memórias, estando permanentemente cheias de vontade de compartilhá-las com alguém ou com muitos “alguéns”. Daí a importância da escuta atenciosa e não figurativa. Não raras vezes, o assunto de suas lembranças passa a ser associado a doenças e a incapacidades que o corpo começou a registrar com a passagem temporal. São comuns memórias do que podiam fazer quando eram jovens, como praticar esportes de maior impacto, ir a bailes e estender-se dançando até altas horas, promover aventuras que, agora, por questão de mobilidade reduzida, por exemplo, estão impossibilitados (Herédia; Cortelletti; Casara, 2004, p. 66).

Saúde como preocupação

A saúde é, efetivamente, um valor que desponta entre as preocupações dos idosos, como verificam Herédia e Casara (2000, p. 64) em suas investigações científicas. Além de ser um direito constitucional, ela está prevista no Estatuto da Pessoa Idosa. O artigo 17 dessa legislação destaca que, ao idoso que está no domínio de suas faculdades mentais, “é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável”. Caso o idoso não esteja em condições de definir um tratamento, a lei diz que essa decisão caberá às seguintes pessoas, por hierarquia: I – pelo curador, quando o idoso for interditado; II – pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil; III – pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar; IV – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.

No que se refere ao posicionamento das unidades que tratam da saúde da população em geral, o artigo 18 do Estatuto do Idoso sustenta que essas instituições devem

contemplar os critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de autoajuda. Ou seja, o olhar dos órgãos de saúde não deve apenas amparar a pessoa idosa, mas também quem lhe acompanha em termos de assistência.

Paralelamente às doenças que surgem com a idade e às exigências de saúde mais imediatas curativamente, os idosos assistem a diversas mudanças em sua própria aparência física. O corpo se transforma. Os cabelos ficam esbranquiçados e mais ralos. Os pelos seguem a mesma tonalidade e se proliferam em certos lugares. As rugas passam a compor a pele, e as orelhas se alongam. A espessura dos sulcos da pele é significativamente reduzida no antebraço e dorso das mãos. É a flagrante perda de elasticidade do tecido corporal (Eliopoulos, 2005).

A transformação interligada ao corpo e à saúde acaba sendo também preocupação dos familiares, em decorrência das fragilidades das perdas corpóreas. Entretanto, é preciso compreender que integra o processo natural do avanço da idade, sugerem Menezes, Azevedo e Lopez:

Ao abordar o envelhecimento, apesar desta busca constante pelo corpo esbelto e sem limites, da mídia com frequência nos apresentar o modelo de corpo que se deve ter, não podemos esquecer que este é um processo progressivo e irreversível, aos quais modificações fisiológicas, bioquímicas e psicológicas são consequentes à ação do tempo, e essas mudanças não vão favorecer a manutenção desse corpo ideal. É preciso, pois, trabalhar no decorrer do processo de crescimento e desenvolvimento, para aceitação das inevitáveis transformações, de forma a permitir um envelhecimento ativo e com qualidade de vida (Menezes; Azevedo; Lopez, 2009, p. 604).

Quando existe uma preparação integral para a velhice, a recepção a ela tende a ser menos impactante e mais natural. Esse preparo pode envolver estudo e formação prévios que

poderão contribuir para que, mesmo com idade avançada, a pessoa siga potente na idealização e concretude de sonhos, anseios e projetos.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), ligada à Organização Mundial da Saúde, trabalha com a defesa de um envelhecimento saudável. Entende que pessoas idosas saudáveis e independentes contribuem, inclusive, para o bem-estar de sua família e da comunidade. Além disso, avalia que descrever essas pessoas como destinatárias passivas dos serviços sociais ou de saúde é perpetuar um mito. A OPAS reconhece, porém, que o número de pessoas idosas na atualidade aumenta exponencialmente, e muitas “encontram-se em situações socioeconômicas complexas e incertas”(OPAS, p. 4). Diante disso, a entidade acredita que somente intervenções oportunas permitirão ampliar as contribuições desse grupo para o desenvolvimento social e “evitar que o envelhecimento populacional se transforme em uma crise para a estrutura de saúde e de assistência social das Américas” (OPAS, p. 5).

Conceitualmente, a OPAS/OMS interpreta envelhecimento saudável como um “processo contínuo de otimização da habilidade funcional e de oportunidades para manter e melhorar a saúde física e mental, promovendo independência e qualidade de vida ao longo da vida” (OPAS, p. 7). Nessa ótica, sustenta cinco linhas de ação para estabelecer um envelhecimento saudável. São elas: 1) promover políticas públicas e alianças para o envelhecimento saudável na Região das Américas; 2) apoiar o desenvolvimento de ambientes amigáveis, adaptados a todas as pessoas idosas; 3) alinhar os sistemas de saúde para que atendam às necessidades específicas das pessoas idosas; 4) desenvolver sistemas sustentáveis e equitativos de prestação de cuidados de longo prazo; 5) melhorar a mensuração, o monitoramento e a pesquisa sobre envelhecimento.

De acordo com a organização, esse conceito precisa ser seguido, pois o número de anos vividos com incapacidade pela população com mais de 80 anos aumentou aproximadamente 77% na última década e meia. Apesar de as

projeções do IBGE terem apontado uma redução na população brasileira a partir de 1941 (estimava-se que, nesse ano, a população atingiria 220.425.299 habitantes e, em 1970, diminuiria para 199.228.708 pessoas), a previsão é de que, em 2030, uma em cada seis pessoas tenha 60 anos ou mais; e, em 2100, 36% da população tenha idade superior a 60 anos. São dados que sinalizam o impacto da velhice para a vida no futuro, quando haverá maior tempo de convívio de jovens com idosos e destes com um novo jeito de lidar com os reflexos do acúmulo dos anos.

Sensação de juventude

A companhia e a inquietude da juventude podem permanecer por toda a vida, se assim as pessoas desejarem, se prosseguirem com saúde mental e orgânica, se elevarem o caráter a uma compreensão mais harmoniosa da vida, sinaliza Cícero (2007, p. 11). No diálogo estabelecido com Lélío e Cipião, Catão associa esse entendimento ao caráter e cria uma metáfora em relação à chamada bebida dos deuses para ilustrar melhor tal percepção. Diz ele que, assim como o vinho, “o caráter não azeda necessariamente com a idade” (Cícero, 2007, p. 52). Antes, porém, observa que “os velhos inteligentes, agradáveis, e divertidos suportam facilmente a velhice, ao passo que a acrimônia, o temperamento triste e a rabugice são deploráveis em qualquer idade” (Cícero, 2007, p. 11).

Essa observação do filósofo romano converge com a tradicional expressão de que ser jovem não é uma questão de idade, mas de estado de espírito, e que somos seres inacabados e suscetíveis ao aprendizado a qualquer momento, basta estar aberto a novos desafios e saberes. Cícero afirma ser possível encontrar prazer em todas as idades, pois todas possuem suas virtudes, e que o conhecimento e a prática das virtudes são as melhores armas para a velhice: “Cultivados em qualquer idade, eles dão frutos soberbos no término de uma existência bem vivida” (Cícero, 2007, p. 12). E testemunha: “quanto mais me aproximo da morte, parece que vou me aproximando da terra como quem chega ao porto

após longa travessia” (Cícero, 2007, p. 55), acrescentando mais uma impressão, a de que deixa a vida “não como quem sai de sua casa mas como quem sai de um albergue onde foi recebido” (Cícero, 2007, p. 64).

O olhar do filósofo aparece imbuído de ânimo, sentimento que muitos julgam se reduzir com o avanço da idade. “Confesso não sentir essa falta (do vigor); tampouco quando adolescente eu lamentava não possuir a força de touro ou do elefante. É preciso servir-se daquilo que se tem e, não importa o que se faça, fazê-lo em função de seus meios” (Cícero, 2007, p. 25). Cada fase da existência tem suas especificidades e demanda sabedoria para saber acompanhá-la, orienta o poeta romano que acabou assassinado por seu inimigo político Marco Antônio:

A vida segue um curso muito preciso e a natureza dota cada idade de qualidades próprias. Por isso a fraqueza das crianças, o ímpeto dos jovens, a seriedade dos adultos, a maturidade da velhice são coisas naturais que devemos apreciar cada uma em seu tempo (Cícero, 2007, p. 29).

A disposição para encontrar prazer e vigor em qualquer instante da vida pode vir da consciência do inacabamento do ser na perspectiva transcendental, como se fosse um processo educativo que não termina, enfatiza Freire (1996), ao considerar que a educação e a sociedade só se desenvolvem em termos de transformação na coexistência e na percepção da incompletude das coisas:

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornam educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. “É exatamente na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere num movimento permanente de busca que se alicerça a esperança.” (Freire, 1996, p. 34).

A visão de Freire dialoga com outro apontamento de Cícero, quando este ressalta o peso positivo da bagagem de aprendizados que vão se somando na história dos seres humanos. Na sua perspectiva, “o saber se vale das competências acumuladas e se enriquece à medida que envelhecemos” (Cícero, 2007, p. 42). O filósofo nos indica que a passagem da ou pela vida é um processo natural e evidência tal percurso no diálogo entre Catão, Cipião e Lélío (Cícero, 2007), no qual Catão ressalta:

Vós que costumais admirar minha sabedoria – possa ela ser digna de vossa opinião e de meu nome! –, reparai que somos sábios se seguimos a natureza como um deus, curvando-nos às suas coerções. Ela é o melhor dos guias. Aliás, não seria verossímil que, tendo disposto tão bem os outros períodos da vida, ela se precipitasse no último ato como o faria um poeta sem talento. Simplesmente, era preciso que houvesse um fim; que, à imagem das bagas e dos frutos, a vida, espontaneamente, chegada sua hora, murchasse e caísse por terra. A tudo isso o sábio deve consentir pacificamente. Pretender resistir à natureza não teria mais sentido do que querer – como os gigantes – guerrear contra os deuses (Cícero, 2007, p. 9-10).

Entre os processos educativos, que se tornam imperativos com o passar do tempo e que se acentuam ainda mais quando se discorre a respeito da velhice, aparece a educação para o cuidado, com aprendizagens que ajudam a compreender as fases da existência e as responsabilidades humanas, assunto aprofundado pelo estudioso brasileiro Leonardo Boff (2004). O autor salienta que é na esfera do equilíbrio, no convívio com seres, natureza e objetos, que o saber cuidar se forja e cresce: “o cuidado não convive nem com o excesso nem com a carência. Ele é o ponto ideal de equilíbrio entre um e outro” (Boff, 1999, p. 162).

O exercício do cuidado deveria transformar-se em cultura nos mais distintos lugares, perpassando os ambientes escolares, familiares, comunitários, instituições, fazendo

surgir “um novo estado de consciência e de conexão com a Terra e com tudo o que nela existe e vive” (Boff, 1999, p. 117). Essa transformação requer mudança de hábitos e atitudes, principalmente, na compreensão sobre as demandas de quem vai envelhecendo.

Ser social

Uma dessas demandas, que acaba sendo um aspecto estimulador à vontade de viver, é a socialização. O convívio e a interação contribuem para a permanência da jovialidade no cotidiano das pessoas. E podem envolver desde os grupos familiares mais próximos a grupos em que o encontro é mais esporádico ou por afinidades profissionais, de lazer, de estudos. Herédia, Cortelletti e Casara (2004, p. 78) analisam que, por sua natureza, o homem é um ser social, um ser de relações, que não se basta em si mesmo: “É no espaço da convivência que se constitui o modo de ser de cada um – coexistimos. Por isso, vive-se em constante inter-relações, mais ou menos estreitas e intensas”.

As autoras verificam que as relações sociais podem aproximar ou afastar pessoas e grupos. Segundo elas, seja familiar, social, de amigos ou de trabalho/profissional, o coletivo compõe um lugar onde as relações se estabelecem, possibilitando ao homem e à mulher construir-se, desenvolvendo-se e realizando-se como seres sociais. “É um espaço onde constrói sua identidade, fundamentada na cooperação, na solidariedade e no respeito mútuo” (Herédia; Cortelletti; Casara, 2004, p. 78).

Quando há o fortalecimento do convívio com os outros, ocorre uma ampliação da sensibilidade, da empatia, da capacidade de ver as demais pessoas a partir daquilo que se sente e do que se vive, ainda mais quando se olha para frente e se constata que o horizonte é muito mais abreviado do que aquele que já passou. Ao reforçar, restabelecer ou estabelecer novos vínculos, a pessoa idosa reabastece as forças e os laços de amor, de amizade, de esperança.

Ao potencializar os contatos existentes ou criar novos, amplia-se a relação com o mundo, evitando-se cair num cenário de estresse, abandono e melancolia. Conforme Herédia, Cortelletti e Casara (2004), todo ser humano tem necessidades afetivas. Quando as relações possibilitam uma proximidade mais íntima, uma maior afinidade, nascem os afetos e se estabelecem os vínculos. “O vínculo é a representação da relação que permanece”, conforme Herédia, Cortelletti e Casara (2004, p. 79) sintetizam.

De acordo com as autoras, essas relações de convivência refletem na vida e na felicidade de cada pessoa, pois os afetos possibilitam partilhar alegrias, tristezas, conquistas, fracassos, perdas, realizações, trocas de atenção, de experiência, de preocupação, de carinho e de cuidados. A felicidade e a manutenção do bem-estar, prosseguem as pesquisadoras, vão depender da qualidade do entrelaçamento de relações estabelecidas na vida. Isso porque o ser humano, para se realizar, precisa de vínculos com as outras pessoas, outros ambientes, outras histórias. “Por meio da afetividade, se abre um espaço para o outro, o que propicia uma ação conjunta de interações. A afetividade se concretiza no compartilhar, fundamentando o existencial” (Herédia; Cortelletti; Casara, 2004, p. 79).

Preparação e afeto

A própria pessoa idosa vem notando cada vez mais o impacto do afeto em suas relações e na tomada de decisão, pois o número de sujeitos que avançam para além dos 60 anos está em crescimento, ou seja, a população nessa faixa etária é maior e tem se colocado mais no contexto social, na luta por melhorias para a vida e para o entorno, na reivindicação por respeito e por cuidados, sejam no âmbito doméstico, no que se encontra disponível pela iniciativa privada ou em termos de atendimentos públicos. “É um cidadão que vem se afirmando no sentido de fazer da sua uma presença atuante, lutando por seus direitos, desejando usufruí-los e cumprindo com seus deveres” (Herédia; Casara, 2000, p. 47).

Trata-se de uma nova realidade que exige uma nova postura por parte dos demais atores sociais, principalmente por aqueles a quem cabe a responsabilidade de ser suporte quando essas pessoas já não conseguem dar conta de si, em decorrência das fragilidades e desgastes em termos de saúde que o passar dos anos evoca. Conhecedoras desse universo, em razão dos estudos que aprofundaram e das pesquisas que fizeram e continuam a fazer, Herédia e Casara avaliam não ser mais possível adiar a criação e o desenvolvimento de políticas públicas e privadas eficazes e voltadas às pessoas idosas, o que implica saber com mais profundidade como se encontram no mundo hoje. Discorrem elas: “Conhecer o passado nos possibilita entender o presente e preparar o futuro” (2004, p. 82) para, depois, afirmarem:

[...] conhecer o idoso permite hoje pensar programas adequados para a terceira idade, sejam eles de preparação ao processo de envelhecimento, de reintegração do idoso na sociedade, ou para delinear políticas sociais que digam respeito a esta temática. Quando um país fala de qualidade de vida, é imprescindível ver o homem em seus aspectos multidimensionais e em todas as etapas de vida, propiciando-lhes novos conhecimentos e vivências que o realizem como ser humano (Herédia; Casara, 2000, p. 143).

Ainda há um longo caminho a percorrer, mas muitas conquistas já se encontram demarcadas. Uma delas abrange os programas implantados para esse público no âmbito das faculdades e universidades, a exemplo do que vem desenvolvendo a Universidade de Caxias do Sul (UCS), território que Vania Herédia traçou seu campo de pesquisas. Nessa instituição, hoje, existe o programa UCS Sênior, cujo critério primordial para as pessoas acima de 50 anos se inscreverem “é a vontade de participar e interagir em grupo na realização de atividades que têm como foco principal a Educação e a Longevidade”, diz a página de divulgação da iniciativa, acrescentando que: “A escolha é do aluno, a partir de seus interesses prévios, aptidões e objetivos”

(UCS Sênior, 2025c, n.p.). São ofertadas diversas opções de atividades, e as aulas acontecem no formato presencial e, a distância, no formato on-line síncrono, conforme a atividade, “oportunizando um universo de experiências e possibilidades ao aluno” (UCS Sênior, 2025c, n.p.).

A coordenadora desse programa, professora Verônica Bohm, que é doutora em Educação e especialista em Gerontologia, explica que os desafios são constantes quando se quer fazer frente às demandas advindas com o envelhecimento humano na atualidade. Entretanto, não é um fenômeno restrito a uma única área do saber. “Todas as áreas precisam estar envolvidas na produção de conhecimento sobre o tema em contribuição à construção de uma sociedade melhor”, esclarece. Especificamente a respeito do UCS Sênior, ela valoriza dois aspectos: atualização permanente e respeito às pessoas. “Encontramos aqui um espaço privilegiado, tanto para os alunos, quanto para os professores, para que estejamos constantemente buscando novos conhecimentos para oportunizar espaços agradáveis para todos” (UCS Sênior, 2024, n, p). Todo esse processo educativo se faz também com atenção às necessidades, tendo em vista que os observatórios de direitos humanos ligados aos idosos indicam a criação de políticas públicas e elementos de intervenção social.

Em termos estruturais, a coordenadora explica que o UCS Sênior oportuniza aos professores a possibilidade de produzir conhecimentos, de participar de eventos da área e de intercâmbio com outras instituições. Já, para os acadêmicos, proporciona um rico espaço para enxergarem a aplicação das diferentes teorias estudadas em seus cursos; e, aos participantes, apresenta “um lugar acolhedor, cheio de vida e de desafios possíveis que mostram a todos que temos um belo caminho pela frente” (UCS Sênior, 2024, n, p.).

Caminhar junto

Ao pesquisarem o público idoso, os estudiosos registram que espaços de encontro são necessários não apenas para a socialização, mas para a retomada de recordações

que integram a vida das pessoas idosas e seguem marcantes para cada um, por isso costumam ser repetidas. Herédia, Cortelletti e Casara (2004, p. 82) realçam que “a memória é um exercício em busca de lembranças, que reconstitui o passado” e, para a pessoa idosa, contar passagens da sua vida a quem quiser ouvi-las acaba se tornando frequente por uma questão de necessidade. “O relembrar pode contribuir para fortalecer ou restituir o senso de identidade e a autoestima. A capacidade de manter o passado vivido pode ser um dos mecanismos para manter a integridade psicológica” (Herédia; Cortelletti; Casara, 2004, p. 82). As autoras afirmam que recordar é, de alguma maneira, reviver, dando sentido ao viver presente e mostrando o valor de realizações passadas.

Dar vazão às recordações por meio de pesquisas também é uma forma de reconhecer a importância de quem chega à velhice. Vania Herédia sempre procurou dar luz aos idosos e às causas da sociedade. Seu compromisso amoroso com as pessoas a tornou uma historiadora da economia e da história da própria formação cultural da região. Também a transformou em uma pesquisadora internacional, reconhecida em vários países e organizações do mundo. Ela prova que, desde o lugar em que vivemos, com o rigor da ciência e a sensibilidade do humano que ama, respeita e reconhece o outro como um ser de direitos, podemos ajudar a transformar o mundo. Vania tem contribuído para que a história local seja reconhecida, e este artigo é a expressão de tantos outros gestos de reconhecimento que ela merece como ser profissional humanizante da sociedade em que vive.

Como cientista e ser humano, especialmente na questão do envelhecimento, Vania nos ensina que escutar quem tem muito a nos falar é um exercício de cuidado essencial no tempo presente, no qual a atenção da humanidade está sendo dividida com muitos problemas e uma avalanche de informações e opções que correm pelas plataformas tecnológicas. Se preparar-se para o envelhecimento vem sendo a alternativa para um percurso longo com qualidade, e os idosos necessitam aprender a conviver com limitações e

novos jeitos de se socializar ou de driblar as dores do corpo e da mente, Vania Herédia e os demais autores que nos acompanham neste estudo mostram que também precisamos reaprender a cuidar das pessoas, as quais, de um modo ou outro, sempre nos cuidaram. Quem envelhece – e todos envelhecemos, se seguirmos o ciclo natural da vida – requer cuidado. E quem chegou à velhice merece políticas públicas e privadas coerentes com sua realidade, que deveria ser permeada pela compreensão, pelo respeito e pelo afeto.

No caso de Vania, a homenageada deste livro, está envelhecendo dentro do que Cícero reconhecia como relevante: estudando, produzindo conhecimento, convivendo com grupos de intelectuais do Brasil e do Exterior. Sólon, em Cícero (2007, p. 56), expressou o desejo de não morrer sem ser saudado pela dor e pelas lágrimas dos seus amigos. Vania, talvez, prefira o que disse o poeta romano Ênio: “Que ninguém me homenageie com suas lágrimas, que ninguém chore sobre meu túmulo” (Cícero, 2007, p. 57). Por isso, Vania Herédia, nós te homenageamos com toda alegria e reverência, no vigor de sua vida, por meio desta obra, que testemunha nossa amizade e nossa admiração pela tua luta por justiça, pela superação da desigualdade e pelo reconhecimento da história cultural de uma sociedade local e universal.

Referências

BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. *Estatuto da pessoa idosa: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 20 jun. 2024.

CÍCERO, Marco Túlio. *Saber envelhecer e a amizade*. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2007.

ELIOPOULOS, C. Enfermagem gerontológica. In: ELIOPOULOS, C. *Modificações comuns do envelhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ENVELHECIMENTO saudável. *OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde – Região das Américas*, [20--]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/envelhecimento-saudavel>. Acessível em: 15 jul. 2024.

FELTES, Hans Peter. *Desafios do Cuidado: Envelhecimento e Finitude*. 2. ed. São Leopoldo, RS: Sinodal; Porto Alegre, RS: EST, 2004.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética. *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006. Disponível em: www.revistas.usp.br/cadernosdecampo. Acesso em: 10 jan. 2019.

FREIRE, Madalena. *A paixão de conhecer o mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Vania Herédia: os desafios e as demandas de uma sociedade que envelhece. [Entrevista cedida a] Rodrigo Lopes. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, 11 jul. 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/noticia/2016/07/vania-heredia-os-desafios-e-as-demandas-de-uma-sociedade-que-envelhece-6540163.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul, RS: Educs, 1997.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; CASARA, Miriam Bonho. *Tempos vividos: identidade, memória e cultura do idoso*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2000.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; CORTELLETTI, Ivone A.; CASARA, Miriam Bonho (org.). *Idoso asilado: um estudo gerontológico*. Caxias do Sul, RS: Educs; Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MENEZES, Tânia Maria de Oliva; LOPES, Regina Lúcia Mendonça; AZEVEDO, Rosana Freitas Azevedo. A pessoa idosa e o corpo: uma transformação inevitável. *Rev. Eletr. Enf.*, [S. l.]. v. 11, n. 3, p. 598-604, 2009.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Plano de Ação para a Saúde das Pessoas Idosas 2019-2030*. Washington, D.C.: OPAS, 2019. 31 p. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51741>. Acesso em: 09 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022: População e domicílios - Primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102153_informativo.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

SOCIETÀ ITALIANA GERIATRIA OSPEDALE E TERRITORIO (SIGOT). 4° Rapporto sull'invecchiamento: gli anziani in Italia e nel mondo. Itália, 01 fev. 2024. Disponível em: <https://www.sigot.it/wp-content/uploads/2024/02/COMUNICATO-STAMPA-RAPPORTO-SULLINVECCHIAMENTO-2024.pdf>. Acesso em: 09 out. 2025.

UCS Sênior. *UCS – Universidade de Caxias do Sul*, Caxias do Sul, 2025c. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/extensao/programa-ucs-senior/o-programa/>. Acesso em: 09 out. 2025.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS). *UCS Sênior*. Caxias do Sul, [20--]. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/extension/ucs-senior/>. Acesso em: 09 out. 2025.

Educação: um processo de itinerância e transformação

Paulo César Nodari¹⁴²

Este ensaio é escrito em homenagem (*Festschrift*) à Prof. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia. Trata-se de um texto conciso e preciso. É conciso, por um lado, na perspectiva de um texto sem muitas referências e remotes aos clássicos da filosofia, da educação, da sociologia, do turismo e da hospitalidade, áreas bem conhecidas e muito visitadas pela homenageada ao longo dos anos de seu magistério docente e de seu rebuscado espectro de pesquisadora. Por outro lado, é preciso na consideração de se tratar de uma docente e pessoa sempre muito instigadora e provocadora, tanto como professora como pesquisadora, desde as investigações realizadas acerca de o mito do padre entre os descendentes de imigrantes italianos”, passando, dentre tantos outros campos de pesquisa, pelos “fatores culturais do desenvolvimento do sul do Brasil”, pelos “mercados de trabalho e as transformações na mão-de-obra”, pela “aprendizagem digital em e para idosos”, até “migrações no século XXI: desafios e perspectivas.

Eis uma breve consideração a respeito da relevância e da abrangência do trabalho e do espírito acadêmicos e científicos, e, por assim dizer, da pessoa e da personalidade aqui referenciada. Sem exageros, pode-se afirmar estar a Profa. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia no rol e na plêiade dos grandes conhecedores e pesquisadores da imigração italiana, especialmente, na região nordeste do Rio Grande do Sul e das complexas questões sobre o considerável fluxo de migrações e a mobilidade humana, muito presente e atuante no tempo e no mundo hodierno, sobremaneira, no estado gaúcho nos últimos dois quartéis de século.

¹⁴² Professor na Universidade Católica de Brasília (UCB) e Mestre e Doutor em Filosofia, com Pós-Doutorado em Filosofia.

Busca-se, a seguir, articular algumas ideias gerais a respeito da educação, a partir de uma ótica de leitura do magnífico trabalho de docência e de pesquisa da homenageada, como um itinerário de análise, compreensão, interpretação e influência relevante para a formação de inúmeros profissionais das mais diversas áreas de formação, tanto na região nordeste do Estado, especialmente, na Universidade de Caxias do Sul (UCS) – em seus mais distintos níveis, seja da graduação, seja da pós-graduação –. Além disso, destaca-se a sua importância para a elaboração e realização de distintos projetos de pesquisa dessa mesma Instituição e sua reconhecida produção científica nas áreas de história e turismo e hospitalidade. A seguir, apresentam-se alguns aspectos, dentre tantos, a salientar neste ensaio.

Educação é itinerário processual aberto e inacabado. A educação é processo aberto e inacabado, assim como é o ser humano, ontologicamente, aberto e inacabado. Logo, a educação não pode ser confundida ou definida, simplesmente, como um período cronológico bem delimitado e bem determinado da existência humana, isto é, não se pode restringi-la como um período escolar e acadêmico. Ela também não pode ser vista como um pacote já pronto, embalado, a ser adquirido em um mercado de acordo com os gostos ou com a lei da procura e oferta.

A educação, com efeito, precisa ser compreendida como a arte de conduzir permanentemente o ser humano à efetivação de seu ser como racional e livre, capaz de autodeterminação e compreensão total do horizonte em que ele constitui e autoconstrói sua existência, e, oxalá, capaz de muita realização e convivência com os demais seres, cuidando de forma responsável da Casa Comum, como afirma o Papa Francisco na *Laudato Si'*¹⁴³. A educação deve

¹⁴³ A Carta Encíclica do Papa Francisco, *Laudato Si'*, é uma das heranças importantíssimas do Magistério do Papa Francisco. O texto, entre outros temas relevantes, aborda a questão do cuidado com a *Casa Comum* em uma época marcada, predominantemente, pela ciência e pela tecnologia e pela crise do paradigma antropocêntrico (Papa Francisco, 2015).

ser entendida como um processo contínuo e permanente de formação do indivíduo, que vai além do ambiente formal de ensino. Essa formação se dá tanto pela busca pessoal e pela influência da família e dos amigos, quanto pela ação de diversas instituições sociais, e não apenas da escola.

O objetivo final desse processo é capacitar a pessoa a se perceber como um ser humano livre, autônomo e responsável por sua própria vida, orientando-a na busca de sua realização pessoal e profissional. É importante reconhecer, no entanto, que essa realização não é uma garantia prévia ou um destino certo, uma vez que o ser humano é, por natureza, um projeto inacabado, frágil e exposto a riscos.

O ser humano, por conseguinte, é, além de para consigo mesmo, presença com e para os demais seres vivos. Trata-se de uma presença no mundo com uma tarefa e missão que lhe são específicas e próprias, a saber: a autoconstrução de si, a convivência respeitosa com seus semelhantes e o cuidado responsável com o *habitat* comum a todos os seres vivos, Casa Comum¹⁴⁴.

Educação é formação contínua e abrangente. A educação é muito mais do que mera instrução. Evidentemente, há aspectos que referenciam e auferem legitimidade à dimensão de instrumentalização nos contextos de exigência performativa tecnológica cada vez mais competitiva e rigorosa. Não se nega a exigência do âmbito tecnocientífico, todavia este não pode ser priorizado em detrimento do processo formativo permanente e integral, o qual, não raras vezes, é lento e gradual, pois envolve e integra, tanto o âmbito formal quanto o informal, desde a educação familiar, escolar, universitária até a educação para a vida, com sua busca por compreensão da totalidade do ser.

¹⁴⁴ A educação constitui-se em um desafio complexo. Educar envolve desempenhar um papel fundamental na sensibilização de todos para as questões como a justiça e a paz, contribuindo não só para a percepção, mas principalmente para a formação de uma consciência de paz. Trata-se, pois, da construção de uma cultura de paz, de um exercício generoso de diálogo, de respeito e de responsabilidade (Nodari, 2022a).

O ser humano, segundo Scheler, é o único ser capaz de realização de atos espirituais livres, de promessas e de conscientemente dizer não a algo circunstancial e a situações quando ele, livre e reflexivamente, não se compraz com o que lhe é proposto. Portanto, ele é um ser autoconsciente, o que possibilita que supere a simples adequação ao mecanismo natural e também ao risco constante da mera instrumentalização. O surgimento do ser humano é a condição de poder elevar-se até a abertura do mundo por força do espírito, posicionando-se de modo aberto para o mundo. O animal não consegue transformar o seu mundo em objeto, não problematiza-o. O ser humano, entretanto, tudo pode representar e tomar por objeto. “O *homem é o X que pode se comportar ‘abertamente para o mundo’ em uma medida ilimitada. A gênese do homem é a elevação até a abertura do mundo por força do espírito*” (Scheler, 2003, p. 36, grifos do autor).

A educação precisa levar cada ser humano a pensar por si, pensar de maneira alargada e pensar responsabilmente. A educação precisa ser capaz de auxiliar a pensar e a julgar para além dos fins lucrativos da economia do mercado e do afã e do domínio manipulador do “poder pelo poder”. Tomando, pois, em conta as trilhas de Kant, especialmente, aqui, do § 40 da *Crítica da faculdade do juízo* (Kant, 1995), a educação deveria proporcionar, priorizar e formar em cada ser humano a capacidade de pensar, de acordo, por assim dizer, com as “três regras de ouro” do pensar kantiano:

- a. *pensar por si*, livre de todo e qualquer preconceito, máxima de uma razão jamais passiva e dada ao esclarecimento, e ser, por conseguinte, capaz de pensar sem o auxílio e o amparo de outrem ou sem “bengalas” ou “amuletos” de sustentação, isto é, ser capaz de sair da “menoridade” e alcançar a “maioridade”, uma vez que pensar é uma das características essenciais de identificação do ser humano como tal, porque é um ser habitado pela fragilidade e vulnerabilidade;

- b. *pensar de maneira alargada*, isto é, ser capaz de pensar colocando-se no lugar de qualquer outro e capaz de um juízo de um ponto de vista universal, na medida em que o sujeito pode imaginar-se a partir da perspectiva de outrem, ou seja, ser capaz de pensar, pondo-se no lugar de outrem;
- c. *pensar de maneira consequente*, sempre de acordo consigo próprio, em sintonia com as duas primeiras máximas, dito de outro modo, pensar com coerência e autenticidade, com compromisso com o modo de pensar e de agir no mundo, ou seja, em nossa *Casa Comum*.

Trata-se, pois, de um novo modo, um novo estilo de vida “capaz de unir e solidarizar conhecimentos separados, é capaz de se desdobrar em uma ética da união e da solidariedade entre humanos. Um pensamento capaz de não se fechar no local e no particular, mas de conceber os conjuntos, estaria apto a favorecer o senso da responsabilidade e o da cidadania” (Morin, 2003, p. 97). É preciso trabalhar incansavelmente para rumos e projetos em conjunto. “Nada é mais grave para o futuro da educação do que esse enfraquecimento da capacidade de pensar e agir em conjunto” (Laval; Vergne, 2023, p. 243).

A educação é uma arte para a formação integral. A mudança no cenário econômico educacional brasileiro tem suscitado debates variados entre os que veem a adaptação a essas tendências como uma necessidade para sobrevivência e aqueles que criticam a perspectiva mercadológica e o impacto negativo na qualidade da educação pública. A crescente presença desses grupos econômicos também é vista como uma força política que pode comprometer ainda mais o investimento em educação pública de qualidade, ressaltando a importância de uma gestão educacional inovadora e sustentável que equilibre objetivos econômicos e o compromisso com a excelência educativa.

A educação é uma arte, e, sendo assim, trata-se, de um processo formativo integral. Toma-se o ser humano em sua

totalidade de vida, do nascer ao morrer. Não se tem um momento em que se possa afirmar categoricamente que o ser humano concluiu sua formação e está pronto, justamente, porque ele precisa ser tomado como um ser aberto e inacabado, dado a ser um projeto espiritual no qual as duas categorias mais eminentes são a de realização e a de pessoa como tal.

Nesse processo, a educação não pode ser vista simplesmente como uma proposta espaçotemporal de informações, sejam elas quais forem e sejam elas de melhor ou de pior qualidade. A formação comporta muitas informações importantes e vitais para a formação de ser humano, mas a educação sempre precisa transcendê-las. Embora a informação pela informação consiga ao máximo especializar e dar muitas habilidades e competências a alguém, não necessariamente prioriza a formação integral de alguém e torna-o, por assim dizer, mais humanizado e em condições de realizar a sua condição intersubjetiva de ser e de tornar-se com os outros seres. É, pois, uma transformação democrática da educação.

A tarefa da educação democrática não é, portanto, somente fazer com que cada indivíduo se sinta membro de um grupo para com o qual tem obrigações, mas também ensiná-lo a tornar-se um participante ativo na determinação coletiva das regras da vida em comum, e mais geralmente, um participante ativo da vida social e cultural, da sua renovação e da sua criatividade. E podemos acrescentar: um ser plenamente responsável pelo mundo no qual vai viver. A originalidade de uma educação democrática, por conseguinte, é permitir que alunos e estudantes façam a experiência da autonomia individual e do autogoverno coletivo. Não se trata aqui de uma questão de doutrina, mas de prática pedagógica e de organização institucional (Laval; Vergne, 2023, p. 24-25).

Educação não pode limitar-se à ótica profissionalizante do mercado e à lógica meritocrática. Levando-se

em consideração o desafio da educação em um tempo de acirrada e inegável influência da concepção neoliberal à formação e à educação, faz-se urgente lançar um olhar mais apurado e crítico a respeito de sua missão em uma época predominantemente científica e tecnológica. Ousa-se aventar a ideia de uma época paradoxal, justamente, porque, por um lado, percebe-se e constata-se que a educação acaba sendo tomada em conta como um ambiente e espaço um tanto quanto alucinante, alucinógeno e chamativo, em razão de sua transformação em uma opção de mercado; e, por outro lado, vivencia-se uma época de muitas mudanças, um ambiente complexo e desafiador com muitas dificuldades para se enfrentar no que se refere ao processo formativo integral do ser humano.

Nos últimos dois quartéis de século, último do século XX e primeiro do século XXI, a educação tornou-se um grande processo de “massificação” e um “nicho de mercado” muito procurado e disputado, cujo propósito intencional não é a formação integral do ser humano, mas, outrossim, a distribuição de conteúdo produzido em série para a efervescência e efetivação da lógica de produção e de resultados –constatação que vale para o Ensino Básico e para todo o processo da Educação Superior. O foco acaba sendo quase que exclusivamente a formação técnica e especializada, não importando a formação humanizada e responsável. O que se quer é formatar o estudante para o exercício de sua atividade profissional. De modo geral, não se tem a preocupação, para que o estudante se compreenda como ser no mundo com os outros, na *Casa Comum*, e possa tornar-se um ser realizado, como pessoa e como profissional. A educação não busca e não fomenta mais no estudante os importantes questionamentos e perguntas fulcrais, mas tem o foco centralizado na formação profissional, que, em outras palavras, chama-se e denomina-se de competências e de habilidades.

A influência recebida pela educação de tendência fortemente mercadológica, de acordo com Dardot e Laval, acaba penetrando e determinando uma lógica e um ritmo, no mínimo, perigosos, uma vez que o projeto neoliberal

abocanhou e dominou por completo a educação em suas diferentes esferas, seja ela privada, pública ou confessional. A lógica do neoliberalismo tomou conta da educação não apenas no sentido de investimento de grupos poderosos, mas, também, na perspectiva da ideologia de competição, de exclusão e de meritocracia entre os próprios estudantes e famílias. Trata-se, pois, de uma lógica tirânica e perversa de meritocracia que, “a conta gotas” penetra o coração, a cabeça e as posturas de todas as pessoas. Acaba entrando no *modus vivendi* das pessoas.

No fim de contas considera-se cada um uma espécie de empresa (Dardot; Laval, 2016). Cada qual precisa assumir-se como que uma empresa de prestação de serviços, de modo que se sobressaem e sobrevivem, especialmente, os mais aderentes e dedicados à proposta de concorrência meritocrática avassaladora e discriminatória. Segundo Sandel, em uma sociedade desigual, aqueles que alcançam o topo querem e gostam de acreditar que seu sucesso tem justificativa moral. No entanto, em uma sociedade de meritocracia, isso significa que os vencedores são levados a acreditar que conquistaram o sucesso, exclusivamente, por meio do próprio talento e empenho, e não às custas de sacrifícios de muitos que, eventualmente, tenham alcançado menos sucesso ou então fracassaram. Eis a lógica da tirania do mérito, segundo Sandel (2020).

A educação precisa ter também um olhar sem fins lucrativos, gratuito e inútil. Seguindo a reflexão de Nussbaum, faz-se urgente uma educação sem fins lucrativos, justamente, porque a democracia precisa, e muito, das humanidades. É necessário que o ser humano seja assumido como um ser aberto e inacabado e compreendido em sua totalidade formativa integral. E, caso se queira, de fato, adotar-se tal foco e proposição, sem sombras de dúvida, urge compreender a vida do ser humano não, única e exclusivamente, como útil para a produção e resultados (Nussbaum, 2015). A educação processual integral precisa lembrar sempre de haver coisas que precisam ser assumidas, ainda que “inúteis”. Existem saberes considerados “inúteis” que são indispensáveis para

o crescimento da humanidade como tal. Grosso modo, trata-se de saberes que enriquecem a vida pessoal e de toda humanidade na perspectiva de uma compreensão mais profunda do mundo e das mais distintas culturas, sendo, por conseguinte, saberes considerados substanciais, que dizem respeito à manutenção e ao desenvolvimento integral da humanidade (Ordine, 2016).

Considerando a justificativa explicitada acima, pode-se afirmar ser imprescindível abordar o processo que vem sendo moldado e assumido, especialmente, nos últimos 50 anos no Brasil, e, também, no mundo. Mesmo assim, ainda que cientes desse mecanismo de rolo compressor instaurado, urge ter posicionamentos e posturas críticas diante dele, ainda que se saiba e se tenha consciência da necessidade e da dificuldade de sobrevivência no mercado educacional voraz e competitivo. Mais do que nunca, precisa-se de criatividade e de muita competência para procurar alternativas sustentáveis e possíveis e não simplesmente aderir ao *status quo* da educação meritocrática da ideologia de economia neoliberal. Eis o desafio imposto de modo inquestionável e urgentíssimo.

Para tanto, segundo Nussbaum, é importante olhar com seriedade para a educação, seja ela em nível pessoal, seja em nível familiar, seja em nível comunitário, seja em nível sociocultural. Por assim dizer, é um projeto que envolve diversas esferas: pessoal, familiar, comunitária, escolar, acadêmica, sociocultural e governamental. À vista disso, Nussbaum (2015, p. 27) que a “Educação é para gente. Antes de podermos planejar um sistema educacional, precisamos entender os problemas que enfrentamos para transformar alunos em cidadãos responsáveis que possam raciocinar e fazer uma escolha adequada a respeito de um grande conjunto de temas de importância nacional e internacional”. Por essa razão, segundo Nussbaum (2015), esta é uma tarefa inadiável para as famílias, as escolas e todas as instituições, para que se supere e vença-se todas as formas de fechamento egocêntrico.

Grande parte da tarefa de superar o narcisismo e desenvolver a preocupação com os outros tem de ser feita dentro da família; além disso, os relacionamentos no interior da cultura de iguais também desempenham um papel influente. No entanto, as escolas podem reforçar ou sabotar as realizações da família, as boas e as más. Elas também podem moldar a cultura de iguais. O que elas oferecem por meio do conteúdo curricular e da pedagogia pode afetar bastante o desenvolvimento mental da criança.

No momento em que perguntamos o que as escolas podem e devem fazer para criar cidadãos em e para uma democracia saudável, que lições essa análise nos sugere?

- * Desenvolver a capacidade dos alunos de ver o mundo do ponto de vista dos outros, especialmente daqueles cujas sociedades tendem a retratar como inferiores e como “meros objetos”.

- * Ensinar posturas com relação à fragilidade e à impotência humanas que sugiram que a fragilidade não é algo vergonhoso e que precisar dos outros não significa ser fraco; ensinar as crianças a não ter vergonha da carência e da incompletude, mas que as percebam como oportunidades de cooperação e de reciprocidade.

- * Desenvolver a capacidade de se preocupar genuinamente com os outros, tanto com os que estão próximos como os que estão distantes.

- * Combater a tendência de evitar os diversos tipos de minoria manifestando asco e considerando-os “inferiores” e “contaminantes”.

- * Ensinar coisas reais e verdadeiras a respeito de outros grupos (minorias raciais, religiosas e sexuais; pessoas portadoras de deficiência), de modo a conter os estereótipos e o nojo que muitas vezes os acompanha.

- * Promover o sentimento de responsabilidade, tratando cada criança como um agente responsável.

- * Promover ativamente o raciocínio crítico, a competência e a coragem que ele exige para manifestar uma opinião discordante.

Esta é uma pauta imensa. Para implementá-la, é preciso estar sempre atento às circunstâncias sociais locais, conhecendo a fundo os problemas e recursos sociais locais. E ela deve ser tratada não apenas por meio do conteúdo educacional, mas também por meio da pedagogia, da qual nos ocuparemos em seguida (Nussbaum, 2015, p. 45-46).

A Educação à Distância (EaD) tornou-se uma dimensão da educação irrenunciável nos tempos atuais. A EaD veio para ficar. Ela não é um apêndice ou anexo à educação. Ela não é apenas uma possibilidade dentre outras existentes. Ela precisa ser compreendida e estar inserida no universo processual de formação permanente e continuada da educação de alguém, ainda que se possa postar dúvidas e tecer considerações a respeito. Sabe-se que tudo na vida tem seu lado mais positivo, oportuno e favorável, mas, há, como é sabido por todos, também, aspectos mais inoportunos, desencadeadores e ocasionadores de dificuldades e também percalços. Então, para os mais desavisados, a EaD já debutou, e há muito tempo. Ela está presente há bem mais de vinte anos, e, nesse tempo, em alguns ambientes, espaços e instituições, com festas sofisticadas e animadas, e, noutros ambientes, espaços e instituições, com mais timidez e com mais contenção, não apenas em investimentos, mas também em motivação, convicção e efetivação.

Tem-se, também, ciência de que não há unanimidade na apreciação e consideração acerca da EaD, e isso tanto para os seus primórdios tempos, que, arbitrariamente, pode-se remontar, por assim dizer, ao final da década de 90 do século passado, como também para os dias atuais, neste primeiro quartel do século XXI. Não obstante as críticas e as oposições à EaD nos tempos primórdios fossem muito mais acirradas e pouco dadas à possibilidade e à abertura ao diálogo, atualmente, ainda que haja e restem algumas restrições, há muito mais condições de realizar uma leitura e análise mais aprofundada e condizente à relevância da EaD para o processo formativo e educativo, tanto para cada pessoa em si como para as famílias, para os grupos de con-

vivência, para as escolas, instituições de Ensino Superior, e, também, para todas as demais organizações.

Sem entrar na análise e discussão a respeito das contribuições e características da EaD, o que se quer ressaltar, por ora, é o fato de que ela, especialmente para o processo formal (entendido como escolas e instituições de ensino), não é um apêndice, não é mais uma opção entre outras opções a ser feita ou introduzida no processo do ensino-aprendizagem. Ela é uma realidade efetiva, sobre a qual não existe mais possibilidade de escolher ingressar ou não ingressar, não é mais possível negar sua relevância ou, então, excluí-la. Sem sombra de dúvidas, a EaD tem muitas contribuições e muitos aspectos, irrenunciavelmente, importantes para o processo educativo nesse momento não apenas de mudança de época, mas de época de mudanças, e, na maioria das vezes, de mudanças complexas e radicais, que, por sinal, ainda que irrenunciáveis, precisam ser tecidas e consideradas à luz de um espírito de criticidade e de problematização, condição, radicalmente, necessária e transformadora em todo processo formativo e educativo. Trata-se, pois, da concepção problematizadora da educação como prática transformadora que resulta na humanização, isto é, de uma abordagem pedagógica que busca não apenas transmitir conhecimentos, mas, sobretudo, modificar a sociedade e humanizar as relações, valorizando a conscientização, o diálogo, o respeito, a liberdade e a participação ativa de todos os envolvidos no processo de formação integral (Freire, 2018).

Educação precisa fomentar e alimentar a esperança. A educação precisa auxiliar na disposição para a esperança. Não se trata de uma esperança positiva e otimista. A esperança não é questão de otimismo, como afirma Eagleton (2023, p. 57): “qualquer que seja o significado que se dê à esperança, com certeza ela não é uma questão de otimismo”. A educação precisa ser portadora de esperança no sentido de ser descrita como uma estrutura existencial da vida. A esperança é uma disposição de espírito que está sempre em processo de saída, isto é, envolve o permanente êxodo do

presente para o futuro. Segundo Mortmann, a esperança seria o que manteria o ser humano radicalmente irreconciliado com o presente, constituindo-se, assim, uma causa de frequente ruptura histórica (Moltmann, 2023). E, aqui, diga-se de passagem, não se refere a um otimismo para o processo ao estilo do esclarecimento (*Aufklärung*) moderno, ou então, à crença ingênua no progresso da ciência, ou mesmo no repositório e na confiança na tecnociência. Diz respeito, outrossim, à tarefa de traçar o caminho para a felicidade e para a realização dentro de um entendimento do possível que o próprio real impõe e dirige, nos tempos hodiernos, para uma mudança radical nas maneiras de viver, agir e educar.

A educação precisa ser portadora da esperança de que um outro mundo é possível (Laval; Vergne, 2023). Nessa perspectiva, traz-se mais uma passagem, ainda que longa, de Nussbaum acerca da missão da educação, entendida como processo de procura e conquista a que cada ser humano está obrigado, isto é, submetido a tomar para si como tarefa: a missão de conquistar e construir sua própria humanidade. E, muito possivelmente, o projeto de tornar-se cada vez mais humano e de a própria humanidade tornar-se mais humana é a mais eminente e exigente demanda a que estamos todos convocados a assumir irrenunciável e inadiavelmente. Toma-se, por isso, a liberdade de transcrever uma passagem muito pertinente para concluir este ensaio reflexivo, compartilhando e defendendo com Nussbaum uma educação democrática cidadã.

Se um país quiser favorecer esse tipo de democracia humana e sensível ao povo, dedicada a promover oportunidades de “vida, liberdade e busca da felicidade” a todos, que competências ele precisará gerar em seus cidadãos? As seguintes, pelo menos, parecem decisivas.

* Capacidade de raciocinar adequadamente a respeito de temas políticos que afetem a nação, de examinar, refletir, argumentar e debater, não se submetendo nem à tradição nem à autoridade.

* Capacidade de reconhecer seus concidadãos como pessoas com direitos iguais, mesmo que sejam diferentes quanto a raça, religião, gênero e orientação sexual: olhá-los com respeito, como fins, não apenas como ferramentas a serem manipuladas em proveito próprio.

* Capacidade de se preocupar com a vida dos outros, de compreender o que as diferentes políticas significam para as oportunidades e experiências dos diferentes tipos de concidadãos e para as pessoas que não pertencem a seu próprio país.

* Capacidade de conceber cabalmente diversos assuntos complexos que afetam a história da vida humana em seu desenvolvimento: refletir acerca da infância, da adolescência, das relações familiares, da doença, da morte e muito mais, de forma que se caracteriza pela compreensão de um amplo conjunto de histórias humanas, não apenas pela reunião de informações.

* Capacidade de julgar criticamente os líderes políticos, mas com uma compreensão fundamentada e realista das possibilidades de que eles dispõem.

* Capacidade de pensar no bem da nação como um todo, não somente no bem de seu próprio grupo local.

* Por sua vez, capacidade de perceber seu próprio país como parte de um mundo complexo em que diferentes tipos de assunto exigem uma discussão transnacional inteligente para que sejam solucionados.

Embora não passe de um esboço, ao menos já é uma declaração inicial daquilo que necessitamos (Nussbaum, 2015, p. 25-26).

Referências

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Loyola, 2002.

- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço. *IHU*, v. 17, n. 286, 2019.
- BOFF, Clodovis. *O livro do sentido: qual é, afinal, o sentido da vida? (parte teórico-construtiva)*. São Paulo: Paulus, 2018. 2 v.
- BOFF, Clodovis. *O livro do sentido: crise e busca de sentido hoje (parte crítico-analítica)*. São Paulo: Paulus, 2014. 1 v.
- BRIGHENTI, Agenor. *A Igreja perplexa: as novas perguntas, novas respostas*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- BRYMAN, Alan. *A Disneyzação da sociedade*. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.
- CESCON, Everaldo; NODARI, Paulo César. *Temas de filosofia da educação*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2019.
- CORTINA, Adela. *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia*. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EAGLETON, T. *Esperança sem otimismo*. São Paulo: UNESP, 2023.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- GOERGEN, Pedro. Tecnociência, pensamento e formação na educação superior. *Avaliação*, v. 19, n. 3, p. 561-584, 2014.
- GUARDINI, Romano. *O fim da idade moderna*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal?*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

- KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- LAVAL, C.; VERGNE, F. *Educação democrática*. A revolução escolar iminente. Petrópolis: Vozes, 2023.
- LIMA VAZ, Henrique Claudio de. *Escritos de Filosofia V: introdução à ética filosófica*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- LYON, David. *Pós-modernidade*. São Paulo: Paulus, 1998.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MOLTMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*. Estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã. São Paulo: Loyola, 2023.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MORIN, Edgar. *É hora de mudarmos de via*. As lições do coronavírus. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- MORTARI, Luigina. *Filosofia do cuidado*. São Paulo: Paulus, 2018.
- NODARI, Paulo César. *Casa comum ou globalização da indiferença?* São Paulo: Paulus, 2022a.
- NODARI, Paulo César. *Fraternidade e amizade social*. Uma introdução à leitura da Encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco. São Paulo: Paulinas, 2022b.
- NUSSBAUM, Martha. *Sem fins lucrativos*. Por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- ORDINE, Nuccio. *A utilidade do inútil*. Um manifesto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.
- PAPA FRANCISCO. *Carta Encíclica do Sumo Pontífice: Laudato Si'*. *Louvado sejas*. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus: Loyola, 2015.
- PUNTEL, Lorenz. *Estrutura e ser*. Um quadro referencial para uma filosofia sistemática. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANDEL, M. *A tirania do mérito*. O que aconteceu com o bem comum? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SCHELER, Max. *A posição do homem no cosmos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

SKIDELSKY, Robert; SKIDELSKY, Edward. *Quanto é suficiente?* O amor pelo dinheiro e a defesa da vida boa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

STEIN, Ernildo. *Exercícios de Fenomenologia*. Limites de um paradigma. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

VIANA, Wellistony C. *Hans Jonas e a filosofia da mente*. São Paulo: Paulus, 2016.

O tema da imigração italiana e a área de história da UCS: uma breve retrospectiva

Roberto Radünz¹⁴⁵

O tema da imigração italiana na Universidade de Caxias do Sul (UCS), sobretudo na área de História, é muito central. Desde a década de 1970, quando se comemorava o centenário da imigração, já havia pesquisas robustas sobre esse processo. Considerando a limitação de espaço para essa reflexão, este texto irá focar de forma panorâmica nos espaços onde pesquisadores nacionais e internacionais se encontraram para atualizar, a cada novo período, os debates sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul. Numa segunda abordagem, também de passagem, apresentar-se-á um balanço das pesquisas relativas ao assunto e ao papel do Programa de Pós-Graduação em História da UCS nesse sentido. Por fim, e não menos importante, evidenciar o papel de uma pesquisadora de destaque nesse processo: Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Uma breve retrospectiva dos eventos da imigração sediados na Universidade de Caxias do Sul desde 1975 nos lembra os cinco Simpósios Internacionais da Imigração Italiana no Sul do Brasil e os doze Fóruns de Estudos Ítalo-Brasileiros.

I e II Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros

Essa trajetória iniciou em 1975. Na nota prévia à publicação, resultante desse evento, encontra-se a seguinte observação:

A Universidade de Caxias do Sul, ao editar os trabalhos do I Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros, o faz com a consciência de que ele representou o início de um

¹⁴⁵ Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Brasil.

novo rumo nos estudos sobre a Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Estudos agora não apenas baseados na enumeração factual ou na interpretação ufanista e unilateral, mas numa perspectiva de análise crítica de caráter global. A razão maior para a publicação destes trabalhos é a de serem eles um marco dessa nova atitude de pesquisa (Hohlfeldt *et al.*, 1979, p. 9).

A iniciativa do Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisa (ISBIEP) da UCS reuniu, nesse evento, intelectuais de trajetória reconhecida como Octávio Ianni, Antônio Hohlfeldt, Dante de Laytano, Guilhermino Cesar, José Dacanal, Luis De Boni, Thales de Azevedo, José Clemente Pozenato, Loraine Slomp Giron, entre outros. A conferência de abertura esteve aos cuidados do professor Octávio Ianni e sintetizou a tendência do debate da imigração naquele momento do centenário: aspectos políticos e econômicos da imigração italiana.

Figura 1 – Capa da publicação de 1979



Fonte: acervo pessoal do autor.

O conferencista Otávio Ianni deu o tom do debate, ao iniciar dizendo que

[...] não é demais lembrar que o fenômeno migratório havido do século XIX ao século XX está ligado diretamente à expansão do capitalismo europeu e às transformações das estruturas políticas, econômicas, sociais, vigentes na Europa e no Brasil, herdadas de um período anterior que era, na Europa, feudalismo e, no Brasil, escravatura. É um fenômeno que está no bojo de grandes transformações históricas ocasionadas pelo capitalismo comandado pela Inglaterra. E não é demais lembrar que o fenômeno migratório, desde meados do século passado é parte de um movimento de força de trabalho num mercado de força de trabalho mundial que nesse momento se criou. Foi no século XIX que se criou o mercado internacional de trabalho que deu origem à emigração de alemães, italianos, poloneses, húngaros, russos, etc. para outros países, principalmente Brasil, Argentina, EUA e, mais recentemente, Venezuela, Austrália, etc. São milhões de pessoas que se transferiram de país para país, de continente para continente (Hohlfeldt *et al.*, 1979, p. 12).

Nessa fala, está fortemente presente a abordagem ligada ao materialismo histórico que, de certa forma, orientou as discussões daquele fórum. Além das discussões sócio-históricas, temas ligados à vitivinicultura e às questões linguísticas foram pautados nas 12 conferências e debatidos entre os estudiosos no ano de 1975. No ano seguinte, aconteceu o II Fórum, este com a presença do cônsul-geral da Itália em Porto Alegre, Renato Rabby. Nesse fórum, temas ligados à contribuição da imigração para o desenvolvimento do Sul do Brasil foram a nota marcante. Merecem destaque estudos comparativos da imigração italiana e alemã, aos valores da imigração, à literatura da imigração e à política migratória do império, entre outros.

No período que se estende de 1976 a 1995, aconteceram mais sete fóruns, cujos debates se sucederam até o I Simpósio Internacional. Esse encontro marcou o início da

série histórica dos Simpósios Internacionais da Imigração Italiana, num momento de passagem na historiografia nacional ligada ao tema.

I Simpósio Internacional da Imigração e IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros – 1995

Como a produção historiográfica havia crescido consideravelmente no país, sobretudo em razão do incremento da Pós-Graduação no Brasil, os 120 anos da imigração italiana para o Sul do Brasil, em 1995, permitiram a ampliação do debate a partir das abordagens propostas, por exemplo, pelo professor Emilio Franzina, em *Pátria, região e nação: o problema da identidade na Imigração Italiana na América Latina*; Olívio Manfroi, em imigração e nacionalismo; e Gianfausto Rosoli, em *L'esperienza dell'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul nella letteratura Italiana*. O Fórum, por sua vez, publicou 36 artigos, e o Simpósio, mais 8, além dos citados acima (Dal Bó; Iotti; Machado, 1999).

Do Fórum, merece destaque a apresentação da Vania Herédia: *Condições socioeconômicas do processo de industrialização no município de Caxias do Sul*. A autora divide esse texto em duas partes: primeiro, propõe uma reconstrução histórica da formação da sede de Colônia Caxias e das condições socioeconômicas encontradas pelos imigrantes no início de suas atividades produtivas e, num segundo momento, discorre sobre os “elementos que concorreram para a expansão das atividades econômicas na região” (Herédia, 1999, p. 396).

Figura 2 – Capa da publicação de 1995



Fonte: acervo pessoal do autor.

Das abordagens mais alinhadas ao materialismo histórico, que marcou o início desse debate do centenário e anos subsequentes, o I Simpósio Internacional já transpareceu uma influência da Escola dos Annales. Nesse sentido, temas como memória, identidade, cultura, subjetividade, imprensa, língua e literatura, educação e escolas e, sobretudo, história local passaram a ter espaço nas pesquisas e nos debates que se seguiram.

II Simpósio Internacional e X Fórum – 2005

Já no século XXI, o II Simpósio Internacional aconteceu na UCS no ano de 2005. O evento contou com a presença do prof. Michael Hall, da Unicamp, proferindo a conferência de abertura com o título “Historiografia sobre a imigração”. Essa abordagem se tornou recorrente nos eventos seguintes, trazendo um balanço da historiografia sobre a

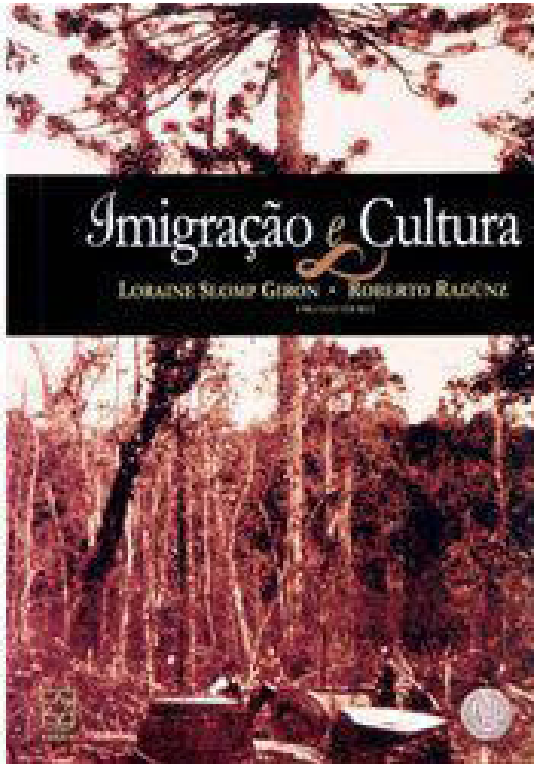
imigração que cresceu de forma exponencial a partir desse período.

O evento contou com a participação de painelistas brasileiros e italianos reunidos em três grandes campos: imigração e cultura; imigração e língua; e imigração e religião. Nesse evento, a tendência historiográfica ligada às abordagens da nova historiografia francesa foi marcante. O evento consolidou a presença de pesquisadores italianos.

Na apresentação da obra, o então reitor da UCS, Isidoro Zorzi, afirmou que

A Universidade de Caxias do Sul marcou também sua trajetória pela busca de relações com várias universidades italianas. O convênio firmado entre a UCS e Universidade de Padova é uma das realizações que tem dado bons resultados. O convênio prevê a contribuição de ambas as universidades para o desenvolvimento científico e cultural dos dois países. Além disso, o convênio prevê a socialização do conhecimento produzido pelas duas instituições, com a promoção e o desenvolvimento de programas comuns no âmbito da cooperação internacional (Giron; Radünz, 2007, p. 7).

Figura 3 – Capa da publicação de 2007



Fonte: acervo pessoal do autor.

Essa cooperação internacional, com os convênios assinados no plano internacional, sinalizava a possibilidade de a área de História da UCS pleitear um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse momento coincidiu com a criação no plano institucional da UCS do Núcleo de Pesquisa em Patrimônio, Cultura e Região, que tinha como finalidade articular as pesquisas relativas ao tema, com vistas à abertura de um mestrado em História.

Nessas articulações, estava sempre presente a Profa. Dra. Vania Herédia, que emprestava seu capital acadêmi-

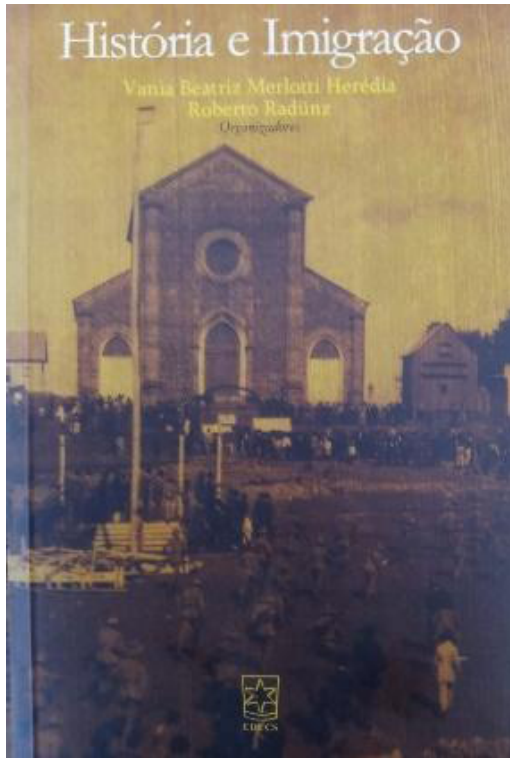
co para abrilhantar os eventos. Em mesa-redonda falando sobre o desenvolvimento regional, a autora propôs uma análise que passou a ser incorporada pela historiografia:

Historicamente, vários ciclos econômicos marcaram a evolução do município de Caxias do Sul, e esses ciclos permitiram que a região se transformasse em um dos polos industriais do país, pela concentração no segmento metal-mecânico; um dos mais dinâmicos e diversificados do Brasil. [...] A consolidação desse parque industrial evidencia os resultados de um processo de integração da economia nacional e internacional, ajustada às exigências dos mercados e às tendências tecnológicas (Herédia, 2007, p. 89).

III Simpósio Internacional e XI Fórum – 2010

A proposta de 2010, ainda tratando, sobretudo, das migrações históricas, abriu espaço para abordagens mais plurais. Com a conferência de abertura com o prof. Emilio Franzina, da Universidade de Verona, com o título “Produção historiográfica acerca da imigração italiana no Brasil”, proposta que foi recorrente nos dois simpósios seguintes, os temas centrais desse evento giraram em torno das questões ligadas a identidades interétnicas, memória, cultura e patrimônio.

Figura 4 – Capa da publicação de 2011



Fonte: acervo pessoal do autor.

Ademais, sujeitos ordinários passaram a ter relevância no evento, como na apresentação do prof. Martin Dreher, intitulada “Identidade e relações interétnicas: pobres, mendigos e vagabundos”; na apresentação de Giron sobre história comparada, aproximando a imigração com o debate da escravidão; na discussão proposta por René Gertz, comparando as imigrações italiana e alemã no RS; e no trabalho de Heloísa Capovilla, cujo tema “memória abordada de formas plurais” aparece tratando dos museus e monumentos da imigração (Herédia; Radünz, 2011).

Além de coordenar o evento, Herédia fez um balanço da historiografia da imigração italiana no Brasil. Nesse balanço, afirma a autora que

Muita literatura foi escrita nesses 135 anos de atuação dos italianos no Brasil, e essas obras representam o pensamento e a mentalidade da cultura europeia construída na sociedade brasileira. Muitas obras foram escritas por brasileiros, mostrando a influência do europeu na cultura brasileira. Muitas obras foram escritas por europeus que estudaram a cultura criada, nem sempre as versões sobre a mesma cultura coincidem (Herédia, 2011, p. 260).

IV Simpósio Internacional e XII Fórum – 2015

Em 2015, o evento de fato pôde contar com um número ainda maior de pesquisadores, principalmente da Itália, que propuseram diálogos a respeito do tema. Na própria apresentação da obra, consta que,

[...] nesses 40 anos, muitas publicações foram produzidas e colaboraram para que a região pudesse se beneficiar com esses estudos, que tratavam sobre sua origem, seus valores e sua história. Constata-se que a UCS teve um papel importante no resgate da cultura italiana, uma vez que os estudos realizados tornaram-se referência de estudos imigratórios no País, acompanhando as transformações que ocorreram na RCI, no Rio Grande do Sul. Os fenômenos analisados, nas diversas áreas de conhecimento, fazem interlocuções com o contexto estadual, nacional e internacional (Radünz; Herédia, 2015, p. 7).

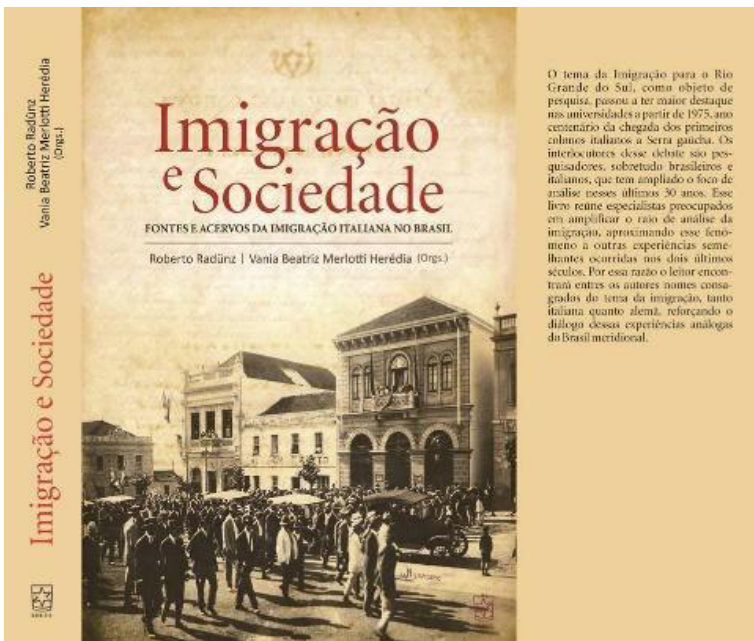
Herédia travou um debate aprofundado na mesa de Políticas Imigratórias no Século XIX com Giralda Seyfert, Jorge Luis da Cunha e Javier Grossutti. Falando sobre políticas imigratórias, afirmou que sua pesquisa

Tem como objetivo trazer para a discussão as práticas colonizadoras que vigoravam no Rio Grande do Sul no século XIX, quando o governo imperial promove uma série de leis, que, além de beneficiar a elites regionais, atendem aos interesses do governo de defesa do território e proteção de fronteiras. O Estado do Rio Grande do Sul foi beneficiado pela

política de colonização do governo imperial no século XIX, recebendo, a partir de 1870, imigrantes provindos da Itália (Herédia, 2015, p. 135).

Desde o simpósio de 2005, além da publicação oficial do evento na forma de livro, como atestam as capas que ilustram este artigo, os anais das comunicações também deram visibilidade às pesquisas mais contemporâneas a respeito dos fluxos migratórios na contemporaneidade. A presença, na região e na cidade, de migrantes haitianos, ganeses, senegaleses, venezuelanos, entre outros, não passou despercebida pelos pesquisadores.

Figura 5 – Capa da publicação de 2015



Fonte: acervo pessoal do autor.

Essa tendência tem tomado forma e aproxima umbilicalmente os debates a respeito das migrações históricas e das mobilidades humanas no sul da América do Sul. Nesse

sentido, as perspectivas históricas e contemporâneas dialogam, sem dúvida alguma.

V Simpósio Internacional e XIII Fórum – 2021

A obra *Imigração e Emigração: balanço historiográfico no sul do Brasil* reúne os debates feitos no evento de 2021, o qual, aliás, aconteceu dentro de outra dinâmica imposta pela pandemia. Foi on-line e ocorreu um ano depois do período originalmente previsto. Esses percalços, porém, não tiraram seu brilho, e as duas publicações evidenciam a importância dos debates a respeito do tema, tanto na obra citada anteriormente quanto nos anais do evento.

Na apresentação da contracapa, encontra-se um excerto de um texto publicado pela professora Loraine Slomp Giron, que sintetiza essa caminhada toda.

No caso do Rio Grande do Sul, tanto colonos quanto gaúchos são produtos de uma construção identitária, que tem suas bases no passado comum e numa herança de valores que estão presentes na língua, história e na cultura, mais do que isso: nas semelhanças imaginadas, resultado de interesses do grupo, que tenta se transformar naquilo que acredita ser. Não é possível esquecer, citando Hall (2000, p. 109), que “as identidades surgem, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, pelo menos, no interior de um campo fantasmagórico” (Radünz; Herédia, 2022, n.p.).

Figura 6 – Capa da publicação de 2022



Herédia, nesse evento de 2021, apresentou o texto “Emigração italiana: as condições sociais da população italiana a partir da unificação política no século XIX”.

O presente estudo tem como objetivo apresentar dados de como viviam os emigrantes italianos em algumas regiões da Itália no período que ocorre a unificação nacional. Tem como finalidade descrever um sucinto cenário das condições em que viviam os camponeses a fim de identificar os principais motivos da emigração italiana para o Brasil. Dessa forma, o estudo foi dividido em duas etapas sendo que a primeira trata do movimento político que promove a unificação italiana com intuito de formar o Reino da Itália e a segunda analisar como vivia a população que constituiu aquele Reino a partir da sua unificação (Herédia, 2022, p. 71).

Considerações finais

Acompanhando todo esse capital de pesquisa dos eventos da Imigração, em 2012, foi aprovado o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, do qual Herédia fez parte do corpo permanente desde a sua implementação. Com o mestrado e o doutorado, o tema imigração continua caro e tem sido trabalhado de formas distintas.

Essas pesquisas têm a imigração como uma espécie de pano de fundo, uma perspectiva panorâmica na qual se associa o ensino de História (área de concentração do programa) e outros temas correlatos como do patrimônio histórico e industrial, do patrimônio cultural, da memória coletiva, das identidades, da diversidade, das histórias das escolas, dos bairros, da periferia, da arquitetura, das localidades, dos sindicatos, da religiosidade, da música, da culinária, da crise climática, das preocupações socioambientais, das diásporas, dos deslocamentos, dos refugiados, do teatro, dos museus, dos arquivos, da cultura imaterial, dos indígenas, das trajetórias políticas, das culturas afro-brasileiras, do cotidiano, do gênero, do turismo, entre outras.

Referências

DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza H., MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro Machado (org.). *Imigração italiana e estudos ítalo-basileiros*. Caxias do Sul: Educs, 1999.

GIRON, Loraine S.; RADÜNZ, Roberto (org.). *Imigração e cultura*. Caxias do Sul: Educs, 2007.

HERÉDIA, Vania B. M. Emigração italiana: as condições sociais da população italiana a partir da unificação política no século XIX. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania B. M. *Imigração e emigração: um balanço historiográfico no sul do Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2022.

HERÉDIA, Vania B. M. Políticas imigratórias no século XIX: os italianos no Rio Grande do Sul. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania B. M. *Imigração e sociedade*. Caxias do Sul: Educs, 2015.

HERÉDIA, Vania B. M. Historiografia da imigração italiana no Brasil. In: HERÉDIA, Vania B. M.; RADÜNZ, Roberto. *História e imigração*. Caxias do Sul: Educs, 2011.

HERÉDIA, Vania B. M. A economia imigrante no desenvolvimento regional. In: GIRON, Loraine S.; RADÜNZ, Roberto (org.). *Imigração e cultura*. Caxias do Sul: Educs, 2007.

HERÉDIA, Vania B. M. Condições socioeconômicas do processo de industrialização no município de Caxias do Sul. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza H., MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro Machado (org.). *Imigração italiana e estudos italo-basileiros*. Caxias do Sul: Educs, 1999.

HERÉDIA, Vania B. M.; RADÜNZ, Roberto. *História e imigração*. Caxias do Sul: Educs, 2011.

HOHLFELDT, Antônio *et al.* *Imigração italiana: estudos*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1979.

RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania B. M. *Imigração e emigração: um balanço historiográfico no sul do Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2022.











RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania B. M. *Imigração e sociedade*. Caxias do Sul: Educs, 2015.

A Editora

A Editora da Universidade de Caxias do Sul, desde sua fundação em 1976, tem procurado valorizar o trabalho dos professores, as atividades de pesquisa e a produção literária dos autores da região. O nosso acervo tem por volta de 1.600 títulos publicados em formato de livros impressos e 600 títulos publicados em formato digital. Editamos aproximadamente 1.000 páginas por semana, consolidando nossa posição entre as maiores editoras acadêmicas do estado no que se refere ao volume de publicações.

Nossos principais canais de venda são a loja da EducS na Amazon e o nosso site para obras físicas e digitais. Para a difusão do nosso conteúdo, temos a publicação das obras em formato digital pelas plataformas Pearson e eLivro, bem como a distribuição por assinatura no formato streaming pela plataforma internacional Perlego. Além disso, publicamos as revistas científicas da Universidade no portal dos periódicos hospedado em nosso site, contribuindo para a popularização da ciência.

Nossos Selos

-  **EDUCS/Ensino**, relativo aos materiais didático-pedagógicos;
-  **EDUCS/Origens**, para obras com temáticas referentes a memórias das famílias e das instituições regionais;
-  **EDUCS/Pockets**, para obras de menor extensão que possam difundir conhecimentos pontuais, com rapidez e informação assertiva;
-  **EDUCS/Pesquisa**, referente às publicações oriundas de pesquisas de graduação e pós-graduação;
-  **EDUCS/Literário**, para qualificar a produção literária em suas diversas formas e valorizar os autores regionais;
-  **EDUCS/Traduções**, que atendem à publicação de obras diferenciadas cuja tradução e a oferta contribuem para a difusão do conhecimento específico;
-  **EDUCS/Comunidade**, cujo escopo são as publicações que possam reforçar os laços comunitários;
-  **EDUCS/Internacional**, para obras bilíngues ou publicadas em idiomas estrangeiros;
-  **EDUCS/Infantojuvenil**, para a disseminação do saber qualificado a esses públicos;
-  **EDUCS/Teses & Dissertações**, para publicação dos resultados das pesquisas em programas de pós-graduação.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code.

Este livro é o testemunho de que uma vida dedicada ao saber e à cultura permanece como legado vivo, iluminando caminhos para as gerações que virão. A trajetória da professora Vania Herédia recorda que o conhecimento, quando cultivado com rigor e generosidade, transforma-se em herança imaterial capaz de atravessar tempos e fronteiras. Celebrar sua vida e sua obra é reafirmar que o verdadeiro sentido da academia está no compromisso de formar, pesquisar e cuidar da humanidade em toda a sua diversidade.

Parte dos textos que compõem a presente obra foram elaborados por seus autores seguindo critérios de apresentação e formatação diferentes da ABNT.

